

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Tem história de mulher na cidade (memórias da margem ao centro): Inventário Cultural, Feminismo, Decolonialidade e o papel central das mulheres da periferia na produção das cidades.

Mariana Dominato Abrahão Cury
Doctor Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

MARIANA DOMINATO ABRAHÃO CURY

Tem história de mulher na cidade (memórias da margem ao centro): Inventário Cultural, Feminismo, Decolonialidade e o papel central das mulheres da periferia na produção das cidades.

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientador: Leonardo Civale

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

C982t
2025
Cury, Mariana Dominato Abrahão, 1984-
Tem história de mulher na cidade (memória da margem ao centro): inventário cultural, feminismo, decolonialidade e o papel central das mulheres da periferia na produção das cidades / Mariana Dominato Abrahão Cury. – Viçosa, MG, 2025.
1 tese eletrônica (212 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexo.

Orientador: Leonardo Civale.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2025.

Referências bibliográficas: f. 180-187.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.414>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Planejamento urbano - Mulheres - Juiz de Fora (MG).
2. Feminismo. 3. Mulheres - História - Juiz de Fora (MG).
4. Mulheres - Identidade - Juiz de Fora (MG). I. Civale,
Leonardo, 1962-. II. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Programa de
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD 22. ed. 307.1216082098151

MARIANA DOMINATO ABRAHÃO CURY

Tem história de mulher na cidade (memórias da margem ao centro): Inventário Cultural, Feminismo, Decolonialidade e o papel central das mulheres da periferia na produção das cidades.

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 21 de março de 2025.

Assentimento:

Mariana Dominato Abrahão Cury
Autora

Leonardo Civale
Orientador

Essa tese foi assinada digitalmente pela autora em 25/06/2025 às 13:54:37 e pelo orientador em 26/06/2025 às 09:28:25. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **IZDG.XXSV.FTJF** e clique no botão 'Validar documento'.

À memória de Isaura Augusto do Nascimento de Paula
*"Grita que **ocês** têm direito!"*

À minha filha Iris.

AGRADECIMENTOS

Apresento este trabalho com a certeza de que aqui existe uma semente, cujo cultivo foi lançado ao longo de um caminho contínuo que ainda renderá frutos e novas experiências. Este momento, no entanto, representa uma vitória importante na conclusão do processo de doutoramento, algo que me pareceu muito distante em alguns momentos da minha vida. Por isso, os agradecimentos se fazem necessários, pois não haveria nenhuma possibilidade de caminhar sozinha por esta estrada.

Primeiramente, agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) pelo apoio institucional e financeiro que me permitiu dedicar quatro anos de minha carreira docente a esta etapa de formação e capacitação que tanto me acrescentou e me engrandeceu como professora, pesquisadora, arquiteta-urbanista, cidadã e mulher. Agradeço aos colegas de trabalho pelo incentivo à pesquisa e pelo reconhecimento de meu empenho todas as vezes em que foi necessário justificar o afastamento perante o departamento no qual encontro-me lotada.

Agradeço também à Universidade Federal de Viçosa e ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU) pela oportunidade de trilhar este caminho, pelos ensinamentos que pude receber do corpo docente e pelos trabalhos que desenvolvi nas disciplinas cursadas que em muito agregaram ao meu processo de pesquisa. Agradeço a turma de 2021, pelas contribuições ao meu trabalho ao longo dos seminários e por dividirem comigo leituras, exercícios, caronas, dúvidas e desafios, tornando o percurso mais suave e alegre.

Aproveito o momento para também agradecer à querida amiga Glaucy Hellen Herdy pelas diversas parcerias em textos e artigos dedicados à congressos e revistas - aceitos e não-aceitos - e por dividir comigo com tanto carinho e entusiasmo seu vasto conhecimento sobre as discussões acerca do urbanismo feminista e sobre os reflexos da perspectiva de gênero no planejamento urbano. Obrigada pelo suporte e pela acolhida nesta caminhada!

Registro meu obrigada também às colegas da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA - Prefeitura Municipal de Juiz de Fora) e a toda a equipe que participou de nossas ricas experiências com o projeto de extensão universitária “Inventários Participativos no Município de Juiz de Fora”, que coordeno desde 2022. Agradeço o empenho de nossas e nossos discentes que se dedicaram à construção dessa iniciativa que já caminha para o seu terceiro ano de atuação e também às parceiras e amigas Ana Carolina Lewer, Helena Tuller e Carine Muguet e aos demais

professores,

professoras e técnicos que fizeram parte de nossa equipe ao longo desses anos, pelas trocas e ensinamentos que me permitiram trilhar esse caminho com mais lucidez e preparo. Deixo aqui registrado que nosso projeto foi, inclusive, premiado na Mostra de Extensão Universitária da UFJF em 2023, o que muito nos honra.

Também agradeço à Prefeitura de Juiz de Fora, à Funalfa e ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (COMPPAC) pelo reconhecimento ao meu trabalho no 19o Prêmio Amigo do Patrimônio, quando em novembro de 2024 eu tive a honra de dividir a homenagem com outras importantes iniciativas voltadas ao patrimônio local atestando o caráter diverso, amplo e plural das memórias e das identidades que nos constituem enquanto sociedade. Esse reconhecimento foi fundamental e trouxe um novo fôlego para percorrer a reta final na execução da tese.

Gostaria também de agradecer carinhosamente a participação voluntária de minhas ex-alunas Mariana Corrêa e Castro e Marcella Siqueira Calixto que se dispuseram a realizar um ensaio fotográfico com as mulheres participantes da pesquisa, coroando nossos encontros com seus olhares sensíveis e poéticos que resultaram em fotografias potentes. Foi muito especial poder contar com a colaboração profissional de vocês!

Deixo aqui também um agradecimento especial ao professor Leonardo Civale, por ser grande incentivador desta jornada, compartilhando conhecimento, ensinamentos e tempo. Jamais me esquecerei do dia em que conversamos ao telefone, pela primeira vez, quando participava do processo seletivo do PPG-AU da UFV, em 2020. Ele me abriu as portas do programa e, como eu mesma comentei naquele dia, eu já estava dando trabalho logo no começo quando o professor Civale precisou falar em minha defesa na reunião da comissão avaliadora, reforçando meu interesse em fazer as devidas adequações ao projeto de pesquisa para que estivesse melhor inserido nas linhas do programa. Agradeço a confiança naquele momento, e por sempre valorizar meu processo, meu empenho e meus resultados.

Nesta oportunidade, não haveria como não agradecer à minha família, meu suporte emocional não só neste percurso, mas na vida: agradeço à minha querida filha Iris, por ser a luz da minha existência, minha inspiração e força para persistir mesmo quando parecia impossível; agradeço ao meu marido, Fabiano, por sempre acreditar em mim e por não medir esforços para que este doutorado se realizasse da forma mais leve possível; agradeço aos meus pais, Márcia e Maurício, e aos meus irmãos Mônica e Maurício, por me estenderem a mão quando precisei e por estarem presentes, mesmo na distância. Todos vocês foram fundamentais para que eu conseguisse realizar esse sonho! Foram minha mais importante rede de apoio nesse caminho!

E reservo os meus agradecimentos finais às mulheres do Vale Verde, sem as quais a pesquisa não teria se realizado. Obrigada por me receberem com tanto carinho nos seus lugares, territórios e casas, por dedicarem um tempo de suas vidas ao Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde, sempre com entusiasmo e alegria. Agradeço também por me permitirem continuar mesmo nas dificuldades e pelos diversos convites para que eu pudesse participar dos momentos importantes da comunidade, festejando com vocês, trabalhando com vocês e construindo com vocês esse processo intenso de inventariamento de referências culturais locais. Não seria justo citar nomes aqui, pois a participação de cada uma foi particularmente importante. Mas nas páginas do texto que se segue, essas mulheres serão devidamente apresentadas e reconhecidas a partir de seus papéis singulares na construção do nosso projeto, mas também, e sobretudo, na construção do bairro Vale Verde. Chego neste momento emocionada diante de tudo o que pude vivenciar neste lugar de luta e de esperança! Obrigada Mulheres do Vale Verde!

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Vozes-Mulheres, de Conceição Evaristo

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.
A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.*

RESUMO

CURY, Mariana Dominato Abrahão, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2025. **Tem história de mulher na cidade (memórias da margem ao centro): Inventário Cultural, Feminismo, Decolonialidade e o papel central das mulheres da periferia na produção das cidades..** Orientador: Leonardo Civalle.

Esta pesquisa propõe discutir os papéis centrais, singulares e determinantes das mulheres da periferia na produção das cidades, considerando conceitos e percursos metodológicos que têm constituído a base do pensamento contra-hegemônico. Parte-se de questões primeiras que reconhecem as cidades como território de forças, não-neutro, cuja história tradicional e hegemônica invisibilizou a participação feminina e negligenciou suas demandas na produção das cidades. Para tanto, propõe-se a execução do projeto Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde, tendo o bairro Vale Verde - um território periférico -, localizado na cidade de Juiz de Fora-MG, como campo de trabalho. As inquietações levantadas pelo movimento feminista-decolonial somam-se ao método do Inventário Participativo para investigar, de forma coletiva e colaborativa, referências culturais que representam valor e sentido de afeto para as mulheres participantes do projeto. Através da autoria e da oralidade feminina, foi possível não somente mapear importantes lugares e festividades, mas, sobretudo, propor novas categorias feministas-decoloniais e enfatizar, a partir das narrativas das mulheres, nuances importantes do empenho e do trabalho feminino relacionados às referências culturais inventariadas.

Palavras-chave: feminismo-decolonial; inventário participativo; planejamento urbano

ABSTRACT

CURY, Mariana Dominato Abrahão, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2025. **Women's History Exists in the City (Memories from the Margin to the Center): Cultural Inventory, Feminism, Decoloniality, and the Central Role of Women from the Periphery in the Making of Cities..** Adviser: Leonardo Civalle.

The central aim of this research is to examine the direct, unique and foundational impact made by women from the city's periphery on its urban production, considering concepts and methodological approaches centered in counter-hegemonic thought. It begins with determining questions, recognizing cities as territories of forces and non-neutral spaces where traditional hegemonic history has rendered women's participation invisible and neglected their demands in urban development. The project, titled "Cultural Inventory of the Women of Vale Verde," is proposed within the peripheral area of Juiz de Fora, MG, known as the Vale Verde neighborhood. It is there that the concerns raised by the decolonial feminist movement are combined with the Participatory Inventory method to collectively and collaboratively investigate cultural references that hold value and emotional significance for the women participating in the project.

Through female authorship and oral narratives, it was possible to map significant places, document influential festivities occurring amongst the people of the area and, above all, propose modern, decolonial feminist categories and emphasize the significant nuances of female endeavors and labor related to the inventoried cultural references.

Keywords: decolonial-feminism; participatory inventory; urban planning;

- Figura 01:** homem vitruviano de Da Vinci, e o *modulor* de Le Corbusier (p.51)
- Figura 02:** retrato do engenheiro alemão Henrique Halfeld, um homem branco e europeu (p.68)
- Figura 03:** personalidades agraciadas com a medalha Henrique Halfeld em 2017 (p. 70)
- Figura 04:** Material de divulgação da cerimônia de premiação da medalha Roza Cabinda no ano de 2019 (p.70)
- Figura 05:** as 25 mulheres homenageadas com a medalha Roza Cabinda no ano de 2019 (p. 71)
- Figura 06:** mapa do bairro Centro com a identificação de logradouros e galerias que homenageiam mulheres (p.73)
- Figura 07:** esquema ilustrativo centro-margem, a partir da perspectiva hegemônica (uma cidade fragmentada) - (p. 103)
- Figura 08:** placa de identificação da Rua Halfeld com a seguinte descrição: fundador de Juiz de Fora (p.105)
- Figura 09:** linha do tempo da premiação Medalha Roza Cabinda identificando as lideranças de bairro homenageadas em cada ano (p. 106)
- Figura 10:** mapa com o limite urbano da cidade de Juiz de Fora, identificando, em vermelho os 07 bairros listados a partir da lista de mulheres premiadas com a medalha Roza Cabinda e em azul a localização do bairro Centro (p. 207)
- Figura 11:** imagens do jornal comunitário Folha do Vale Verde (p. 111)
- Figura 12:** Maria Euzébia Delfino (p. 113)
- Figura 13:** mapa do loteamento do Vale Verde (p. 115)
- Figura 14:** dinâmica com mapa do bairro (p. 124)
- Figura 15:** convite do primeiro encontro coletivo do projeto Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde (p. 126)
- Figura 16:** convite do último encontro coletivo do projeto Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde (p. 127)
- Figura 17:** registros da Folia de Livros organizada pelo Mutirão da Meninada (p. 129)
- Figura 18:** preparação do almoço de confraternização da Folia de Reis (p. 133)
- Figura 19:** parte do trajeto da Folia de Reis, em 06 de janeiro de 2023 (p. 134)
- Figura 20:** bolo para o almoço de confraternização da Folia de Reis (p. 134)
- Figura 21:** acesso à Matinha (p.146)
- Figura 22:** incursão à Matinha (p. 147)
- Figura 23:** Matinha (p. 148)
- Figura 24:** Praça Maria Euzébia Delfino (p. 149)
- Figura 25:** ações do projeto social Mutirão da Meninada (p. 168)
- Figura 26:** fotografias de Maria Euzébia e Maria Helena, emolduradas (p. 170)
- Figura 27:** cenário para o ensaio fotográfico das mulheres do Vale Verde (p. 171)
- Figura 28:** mulheres interagindo a partir do mapa do bairro (p. 172)
- Figura 29:** grupo de mulheres participantes do projeto (p. 172)

Figura 30: recorte do vídeo enviado para o 37º Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (p. 173)

Quadro 01: tabela com a identificação das referências culturais mapeadas a partir dos encontros coletivos e individuais (p. 139)

Quadro 02: tabela com destaque para as referências selecionadas para o projeto ((p. 140)

Quadro 03: comparativo de categorias entre o Manual do Iphan e o Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde (p. 156).

Quadro 04: Referências culturais mapeadas e suas respectivas categorias (p. 157)

SUMÁRIO

NOTAS SOBRE CORPOS E TEXTOS	___ p.13
Este corpo, esta estrada	___ p.13
Um texto comentado	___ p.13
Introdução à tese	___ p.13
Cidade de corpos e textos	___ p.13
Capítulo 01:	
CORPOS, TEXTOS, MULHERES.	___ p.30
1.1 os corpos-textos femininos e a cidade de corpos-textos: da opressão à resistência crítica	___ p.36
1.2 cultura, cotidiano, mulher: viver bem e cuidar do comum	___ p.57
1.3 comentários sobre Juiz de Fora: o eco de Roza Cabinda	___ p.68
Capítulo 02:	
Memória tem gênero?	___ p.76
2.1 inventário participativo como estratégia narrativa	___ p.79
2.2 a história oral e a narrativa feminina	___ p.87
Capítulo 03:	
Inventário FEMINISTA-DECOLONIAL: do manifesto ao método.	___ p.92
3.1 relações entre o feminismo-decolonial e o campo do Patrimônio Cultural	___ p.96
Capítulo 04:	
TERRITÓRIOS À MARGEM	___ p.102
4.1 entendendo a margem	___ p.103
4.2 o vale é verde	___ p.109
4.3 a história do vale verde narrada pelas mulheres	___ p.115
Capítulo 05	
Café com broa: o inventário e a discussão das categorias	___ p.121
5.1 encontros: levantamento preliminar	___ p.125
5.2 memórias, oralidades, fotografias e outros suportes: aprofundando nas referências culturais mapeadas	___ p.140
5.3 categorias feministas-decoloniais	___ p.151
5.4 ensaio: registrando vozes e rostos	___ p.169
Considerações finais	___ p.175
Referências Bibliográficas	___ p.180
Anexos	___ p.188



NOTAS SOBRE CORPOS E ESTRADAS

Eis aqui meu ponto de partida: as mensagens que percorrem os espaços da cidade são claras a respeito dos obstáculos impostos aos corpos femininos e da ausência de referências femininas como corpos atuantes e engajados na produção dos lugares que habitamos. Assim, coloco-me aqui como um corpo feminino que, ao transitar pelos espaços urbanos, sente as inseguranças e os dilemas com os quais nós, mulheres, precisamos lidar cotidianamente. Reconheço a complexidades dos meus percursos diários e vagueio elaborando, mentalmente, outras possibilidades de arranjos para a configuração dos espaços urbanos. Observo a mudez da cidade diante das trajetórias femininas e lamento a ausência de elementos que nos representem. Fui, no entanto, buscar algo para além de minhas próprias vivências e convicções, entendendo que para cada corpo, uma estrada.

Este corpo, esta estrada

O ano era 2020. No mês de março daquele ano a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) havia suspenso as aulas. Enquanto países da Ásia e da Europa já vivenciavam a tragédia humanitária provocada pelo vírus SARS Cov-2, no Brasil estávamos apenas no começo de um caos que perdurou por cerca de 02 anos, e que ficou mundialmente conhecido como “pandemia da COVID-19”.

Eu já era professora universitária na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFJF, atuando desde o ano de 2011, quando iniciei como professora substituta. Neste ano de 2011, eu havia recém concluído o mestrado no Programa de Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro e começado a dar aulas de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), onde também estudei e me formei em 2008. Outros horizontes se abriram ao longo do processo e pude também atuar como professora em uma instituição particular (antigo Centro de Ensino Superior - CES, hoje conhecido como UniAcademia) até ser definitivamente aprovada como professora “dedicação exclusiva” na UFJF em 2017. Foi também nesse ano que

comecei o mergulho mais profundo da minha existência, onde ainda me percebo sempre uma aprendiz que precisa dominar novas habilidades de nado para sobreviver às ondas gigantes desse (a)mar maravilhoso, porém turbulento. Pois foi em meados de 2017 que eu descobri que seria mãe.

É possível usar diversas metáforas para descrever a maternidade e o modo brutal como ela nos atravessa. Diria que é um exercício que fazemos constantemente para tentar capturar o incapturável, dimensionar o que não tem limite, explicar o que nós estamos ainda tentando descobrir, agora mesmo, o tempo todo. A maternidade é um universo de mistérios. Minha filha nasceu em janeiro de 2018, e quando o vírus da covid-19 começou a se espalhar no Brasil ela estava com apenas 02 (dois) anos recém-completados. Quantas perguntas fizemos naquele ano! Medos e procedimentos sanitários nos invadiram com tamanha intensidade que passamos diversos meses mantendo distanciamento de pessoas que amávamos como estratégia de sobrevivência. As ligações de vídeo salvaram a saudade em fragmentos.

As aulas na UFJF foram retomadas em modo remoto em setembro de 2020. Como ser professora à distância, quando estávamos tão bem acostumados com corredores e salas de aula ocupados com a presença de tantas gentes? Fomos desafiados, certamente. Mas é inegável que houve um grande esforço coletivo para tornar possível esse novo formato de aulas. Desafiador não apenas metodologicamente, mas também psicologicamente pois era impossível nos desligarmos dos fatos que eram diariamente noticiados pelos diversos veículos de imprensa e pelas redes sociais. Mas foi nesse ano de 2020, em meio a esse caos, que eu aprendi a lidar melhor com a minha nova, e particular, estrada - sim, a maternidade sempre encontra uma boa metáfora. Vou explicar.

Desde quando minha filha nasceu, eu desejava retomar os estudos, tanto para me qualificar e me capacitar conforme aquilo que se espera de uma professora universitária e como também para suprir minha constante necessidade de estar profissionalmente mais preparada, de procurar novos ares e oxigenar minha vida acadêmica. Mas a maternidade me engolia. Às vezes, vorazmente; às vezes, lentamente. Mas sempre me engolia. A sensação de que jamais haveria a possibilidade de iniciar um doutorado com uma criança pequena por perto era constante. Parecia algo totalmente fora de alcance. Certa vez, escrevi um texto comparando a vida às estradas. Há muitos tipos de estrada. Comparei a minha

trajetória a dois tipos, que representam dois tempos: a vida antes e depois de ser mãe. Nesse sentido, descrevi primeiro as rodovias, as pistas de tráfego rápido onde todos os carros voam a altas velocidades. Às vezes, parecia que só era possível se sentir livre ali. Depois, descrevi as estradas de terra batida, estreitas, cercadas por mata densa, onde até mesmo a rádio oscila e fica variando entre a falta de sinal e a música favorita. A minha maternidade seria, certamente, o segundo tipo de estrada. Há muitas razões que nos levam a essa estrada. Na maternidade, o maior problema é que a guinada é brusca. Basta um giro rápido no volante e você acessa o atalho - que mais se parece com um portal - que te joga instantaneamente nesse novo lugar, cheio de descidas e de subidas, com tantas irregularidades que parece que desaprendemos a dirigir. A gente demora um tempo para entender que é preciso ter outras habilidades para caminhar nessa estrada. Ela é mais complexa, mais escura. Por vezes, parecerá um labirinto onde você anda em círculos. “Mas por entre as árvores dessa mata densa, alguns feixes de sol brilham entre as copas e fazem as folhas molhadas das árvores cintilarem. É bonito, ainda que pareça solitário”, eu escrevi. “De repente chega um novo pico. Concentração para vencer a subida. Lá, no alto do morro, assisti ao pôr do sol mais lindo da minha existência”. Mas não podemos nos deixar hipnotizar por aquela beleza única. É preciso continuar no caminho, seguir em frente ainda que pareça impossível. E foi em 2020 que comecei a buscar uma possível saída para este labirinto e me inscrevi no processo seletivo do Programa Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Publiquei a versão completa deste texto poético em meu perfil social de uma rede virtual conhecida logo que recebi a notícia de que havia sido aprovada como aluna regular de doutorado do PPGAU da UFV. Queria dizer que havia aprendido a caminhar por essa nova estrada - o que não significa dizer que o percurso passou a ser mais tranquilo. Não voltei à pista de trânsito rápido, e talvez jamais volte. Mas fico aqui, assistindo muitos carros passarem por ela, e reflito sobre essas diferenças dando novos sentidos e significados à vida. É importante aceitar as mudanças que as novas estradas nos colocam, e seguir - ou tentar melhorá-las um pouquinho colocando reforços nas pontes quebradas ou lançar britas sobre a terra para evitar derrapagens. É possível chegar aos lugares que desejamos, talvez demore um pouco mais. Depende também de quantos postos de apoio você encontrará pelo percurso. Eu tive a sorte - ou melhor, o privilégio - de encontrar diversos. E então, fui aprovada para iniciar,

em 2021, a pós-graduação cujo resultado, quatro anos depois, encontra-se aqui, nestas páginas, e também em mim como uma tatuagem.

Embora tenha participado do processo seletivo em 2020 com um projeto de pesquisa que nada tem a ver com esta pesquisa que aqui será apresentada, minha filha e todas as vivências e sobrevivências que compartilhamos durante seus dois primeiros anos de vida foram a grande energia e a principal inspiração para que eu participasse da seleção para doutorandos do PPG-AU da UFV. Interessante que, inicialmente, o texto que enviei propunha uma pesquisa voltada para as relações entre as crianças pequenas e os espaços urbanos, o que ao longo do curso foi se transformando em uma pesquisa sobre mulheres. É evidente que essa transformação é reflexo do meu próprio processo de reencontro. Os temas se tangenciam, mas não se definem a partir um do outro. Mas a mudança de eixo, foco e abordagem da pesquisa são evidências claras de um processo de aprendizado pessoal; de um querer mais do que ser simplesmente mãe.

Pode parecer que essa apresentação pessoal nada tem a ver com o trabalho de fato, mas este exercício é, na realidade, uma postura ética em que me reconheço dentro dos limites da vida cotidiana feminina ao mesmo tempo em que assumo meus privilégios a partir de outros marcadores sociais que me definem como uma mulher branca, cisgênero, heterossexual, mãe, de classe média, saudável, jovem e acadêmica. Ficam evidentes as oportunidades que tive diante do caminho que trilhei e que não se abriu apenas a partir de minhas próprias mãos. Reconheço que meu privilégio vem também de um legado importante de caminhos já trilhados por outras mulheres que me permitiram, inclusive, ingressar em uma Universidade e me graduar. Por isso, deixo aqui este relato para que possamos reconhecer nossos lugares, lembrar deles e saber que tantos outros lugares existem, e precisamos mais do que simplesmente olhar com empatia; precisamos acessá-los conduzidas pelas vozes dos corpos que ali habitam para compreender as verdadeiras dinâmicas da vida. E reconhecer que somente a partir desses entendimentos será possível pensarmos em cidades melhores para todas as pessoas.

Um texto comentado (a estrada de um corpo)

Devo aqui também fazer uma apresentação breve da estrada percorrida ao longo destes 04 (quatro) anos e que será esmiuçada nas próximas páginas, com o propósito de informar algumas premissas fundamentais, as quais me trouxeram até aqui. “*Tem história de mulher na cidade: memórias da margem ao centro*” é resultado de uma experiência que foi, ao mesmo tempo, revigorante e instigante, e que me trouxe inquietações profundas. A postura feminista assumida desde o início, tomada pelo giro decolonial, deve ser lida tanto como um posicionamento engajado política e socialmente, quanto como um alicerce epistemológico e metodológico do fazer científico. É comum que o uso de tais termos e posicionamentos como esteira para a pesquisa científica seja algo, ainda hoje, sujeito ao questionamento daqueles preocupados com a pesquisa conservadora, que nos condiciona a buscas objetivas com limites bem definidos. Pois propor uma abordagem feminista e decolonial nos condiciona - ou nos liberta - a aberturas e flexibilizações e, quase posso afirmar, exige uma relação livre e aproximada do corpo da pesquisadora com os demais corpos participantes. Essa relação mira, de fato, uma experiência de conexão e afetação mútua para uma construção coletiva, como sugere a filósofa Suely Aldir Messeder (2020) ao falar da pesquisadora encarnada.

Questiono: quem detém o conhecimento e a quem ele pertence? Ele existe também para além das fronteiras dos espaços acadêmicos. Diante das pontes propostas pelas pesquisas feministas-decolonias, a postura de pesquisadora encarnada nos condiciona a sermos mais do que observadoras para nos realizarmos enquanto aprendizes afetadas (MESSEDER, 2020). Em minha trajetória, em que por vezes eu assumi o simples papel de mera transcritora de memórias e narrativas que não me pertencem, me permiti ser, enquanto ouvinte, atravessada e me emocionei diante da vida das mulheres que compartilharam comigo o processo de pesquisa. Por tudo isso, e por entender meu lugar de privilégio nesta colcha de retalhos, fui buscar territórios que me trouxessem instabilidade, que me levassem a enfrentamentos mais intensos, para abrir pontes melhores para cidades tão fragmentadas.

Em primeiro lugar, eu parti do imprescindível exercício de apresentação a começar por aquilo que Ochy Curiel (2020), antropóloga dominicana, identifica como historicização da pesquisadora e que, para ela, define um ponto de partida ético já que

“o lugar de enunciação (...) afeta as interpretações sobre as pesquisas realizadas” (p. 131). Em diversos momentos, coloco-me aqui, portanto, em primeira pessoa e reconheço, neste texto e em minha trajetória de pesquisa, os privilégios que me rodeiam, incluindo o privilégio epistêmico (id.), e também os abismos que me distanciam de outras realidades. E, sabendo dos desafios que tal distanciamento me impõe, e dos equívocos que estou sujeita a empreender, também reconheço a importância de fazer vigorar em ambientes privilegiados, como os espaços das universidades, debates que incluam pautas feministas-decoloniais para que possamos construir novos caminhos para a produção do conhecimento e para a consolidação de sistemas sociais mais inclusivos e de equidade - desde o acesso às Universidades até o próprio condicionamento de posturas profissionais, nossas - como professoras e professores - e das(dos) profissionais que formamos. Por isso, busquei por um território desconhecido e à margem para mergulhar.

Entendo a *decolonialidade* associada aos movimentos feministas e a partir de autoras como María Lugones (2011; 2020) e Ochy Curiel (2020), ressaltando que, para o movimento, as experiências colonizadoras persistem em estruturas de colonialidade, através de marcas profundas enraizadas em nosso período histórico de colônia.

O conceito de decolonialidade

pode ser explicado a partir do entendimento de que com o fim do colonialismo como constituição geo política e geo-histórica da modernidade ocidental européia, a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, assim como a hierarquização étnico-racial das populações e a formação dos estados-nação na periferia, não se transformou significativamente. (CURIEL, 2020, p. 126)

As marcas históricas dos processos de colonização não somente fazem parte da história brasileira, mas estão imbricadas em nossas estruturas sociais revelando, sobretudo, formas racistas e patriarcais de ações e comportamentos que estão especialmente pautadas na colonialidade de gênero. A colonialidade se ramifica em diversos outros eixos estruturantes, o que significa dizer que as categorias “mulher” (referenciando, especialmente, movimentos liderados por mulheres brancas e de classe média) e “negro” excluem as mulheres de cor (LUGONES, 2020) de modo que os problemas da colonialidade devem ser interseccionados a partir de diferentes lentes.

Preciso começar dizendo que nem sempre será possível traçar um caminho linear para esmiuçar os processos e os resultados alcançados ao longo de todos esses anos de pesquisa. A nova estrada que hoje me ampara e me direciona, também me ensina que ciclos e labirintos são experiências interessantes e reais. Mas o fato é que tanto as experiências práticas que tive durante o trabalho de campo quanto as leituras teóricas que me direcionaram durante os estudos, me mostraram a importância de legitimarmos as trajetórias tortuosas como experiências científicas humanizadas. E, além disso, enquanto mulher e mãe, reconheço as discontinuidades (MATOS, 2002) que me rodeiam. Em diversos momentos, precisei respirar fundo, priorizar demandas pessoais que se colocaram como urgências, assim como também reconheci meus limites e minhas dificuldades de colocar em prática o cronograma de pesquisa que eu mesma esbocei, e que o sistema insiste em nos cobrar como um tempo-espaço linear.

Por isso, além daquilo que se espera como *práxis* nos textos das teses de doutorado, parte da escrita se apresentará, por vezes, como relatos pessoais com comentários explicativos sobre processos conceptivos e afetivos, e narrativas em primeira pessoa que se intercalam com capítulos e temas esperados, construindo um texto em que me faço presente. Posso dizer que se trata de uma experiência textual orgânica, porém difícil e talvez estranha, de modo a ser possível uma leitura mais realista e aproximada do meu verdadeiro processo de pesquisa. O texto irá intercalar diferentes pronomes de escrita: quando for necessário trazer ao trabalho percepções pessoais ou decisões tomadas individualmente, tratarei o texto em primeira pessoa; por se tratar de um trabalho coletivo, a terceira pessoa será bem-vinda em muitos momentos, por vezes associada a flexões impessoais do verbo especialmente quando se tratar de discussões teóricas a partir de diferentes autores.

Por isso abri este trabalho com uma breve, porém importante, apresentação pessoal para seguir agora com uma explicação geral sobre pontos de partida, referenciais teóricos e organização geral da tese.

Introdução à tese

Gostaria de começar dizendo que o título da tese é uma provocação a um imaginário coletivo que historicamente desmereceu a palavra da mulher, tratando-a como menos importante, duvidosa ou com traços de loucura sempre que ousou se

contrapor ao discurso dominante e imperativo. Dessa forma, o título é uma sentença afirmativa que contém a clássica expressão “história” - por vezes utilizada em tom pejorativo como um conto, uma invenção - mas que aqui assume seu valor enquanto uma ciência. Não estamos falando de qualquer coisa, mas de histórias reais em que as mulheres assumem a importante e fundamental missão de autoras, narradoras e personagens em uma trama construída a partir de suas métricas de valores e sobre os alicerces da memória e da experiência vivida por corpos femininos periféricos. Referenciando bell hooks¹ (2019), escritora feminista norte-americana, caminhei para um território de margem com a certeza de que o protagonismo das mulheres era central na construção do lugar: minha hipótese é de que havia valores e memórias esquecidos nas margens, negligenciados, mas que a narrativa feminina, conectada a territórios periféricos, traria de revelar como centrais, ou seja, necessárias e determinantes. E, a partir dessa centralidade, entendia que seria possível conhecer estratégias interessantes para pensar a cidade. Retomo aqui também os objetivos da pesquisa quando, em seu meus primeiros esboços já almejava a construção de um Inventário Cultural em território periférico, partindo dos protagonismos dos corpos femininos e de diferentes estratégias de escuta que pudesse privilegiar narrativas e memórias que foram historicamente negligenciadas pelo sistema hegemônico. Meu desejo era que o inventário não somente abrisse caminhos para questionarmos tais estruturas dominantes erguidas a partir de pilares patriarcais e androcêntricos, mas buscar nestes outros olhares alternativas para pensarmos em cidades melhores.

O primeiro capítulo recebe o título de “corpos, textos, mulheres” e traz boa parte do embasamento teórico que orientou o trabalho: tanto aquele que foi necessário conhecer para iniciar a pesquisa, quanto aqueles que foram descortinados ao longo do processo, chegando como bons ares para refrescar o estudo, apontar rumos ou mesmo possibilitar cruzar prática e teoria ou teoria e prática, respeitando a (des)ordem. Outra parte do referencial teórico surgirá ao longo dos demais capítulos, acompanhando o tempo da pesquisa, dialogando diretamente com aquilo que apresentarei, procurando aproximar-nos da verdadeira prática onde o fazer nos exige buscas de referenciais que ainda não exploramos. As primeiras bases teóricas trazem

¹ bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins que, através dessa grafia em letras minúsculas, homenageia sua avó ao mesmo tempo em que assume uma posição política em relação à sua memória. hooks afirmava seu desejo de ser lembrada pelas suas palavras e suas obras, em um gesto de recusa egóica.

desde as relações entre corpos femininos e cidade, até a discussão sobre memória e história, reforçando a ideia de que a memória - como instrumento do presente (NORA, 1993) - deve ser ferramenta fundamental para pensar e fazer cidade a partir da diversidade de corpos e vozes que ali habitam.

O segundo título de capítulo traz uma questão: “Memória tem gênero?”. Essa pergunta também aparece como uma provocação e parte de um questionamento que recebi ao submeter um artigo para um periódico. Neste momento da tese, minha principal intenção é apresentar a memória como um instrumento político, que pertence às pessoas vivas (NORA, 1993) e que nos permite visitar o passado e reescrevê-lo. Além disso, é onde apresento alguns aspectos relevantes do recorte de gênero, tratando-o como o marcador que primeiro posiciona o trabalho em um lugar em que eu me identifico e que me afeta diretamente enquanto mulher, mas que se complexifica ao se co-relacionar e se interseccionar com outros parâmetros que posicionam o trabalho em um território que desconheço. Afirmo, aqui, a relevância da autoria (CHAGAS *in* ABREU, CHAGAS, 2019) e defendo a narrativa feminina e periférica como pressuposto fundamental para um exercício contra-hegemônico. É também um momento importante em que reforço a oralidade como principal fonte de pesquisa (ALBERTI, 2004; FREITAS, 2006).

Em “do manifesto ao método, e vice-e-versa”, apresento a proposta de um Inventário Cultural Feminista-Decolonial a partir da exposição dos artifícios que transformaram os movimentos sociais em metodologias científicas. Discuto o modo como as pesquisas acadêmicas contra-hegemônicas propuseram um rompimento não apenas discursivo, mas também epistemológico e metodológico, correlacionando os debates feministas-decoloniais com as viradas discursivas do campo do Patrimônio Cultural. Neste capítulo, falo ainda sobre a importância da ação, ou seja, sobre transformar os levantes e as ideologias em ferramentas para a produção de conhecimento, desconstruindo ciclos viciosos que por vezes nos impedem de chegar onde de fato se almeja a partir dos objetivos que travamos em nossas pesquisas. O uso do termo “vice-e-versa” sugere que as costuras são disruptivas e dinâmicas, o que por vezes inverterá ordens aparentemente óbvias - ou posso dizer, imposições tradicionais do pensamento hegemônico. Trata-se de um momento do texto em que consigo explorar, através de algumas referências feministas-decoloniais, justificativas

para o meu fazer científico que apresentará explicações mais detalhadas nos capítulos seguintes.

Apresento ainda um quarto título de capítulo, chamado de “Território à margem”, onde anuncio e descrevo o território escolhido para trabalho de campo, em variadas dimensões, com alguns dados mas também com as subjetividades que permeiam as relações entre corpos e lugares. E por fim, um último capítulo carinhosamente intitulado de “Café com broa”, onde discorro sobre os resultados da pesquisa e seus formatos. E é também uma homenagem aos bons encontros que o trabalho me proporcionou sendo especialmente dedicado à Fatinha (Maria de Fátima Pinto da Silva), liderança comunitária e cozinheira de mão cheia que em minha primeira visita ao território de trabalho me recebeu com um bom café acompanhado da sua famosa broa, apresentando desde já uma dimensão afetiva do lugar.

Reforço, mais uma vez, que as palavras se apresentarão, por vezes, como relatos que contam experiências vividas ou exploram desafios encontrados durante o percurso da pesquisa, inclusive aqueles que se colocam diante de mim enquanto pesquisadora-mulher. Em alguns pontos do texto há inserções que provocam quebras - ou constroem pontes - para aproximar leitores e leitoras do percurso aberto ao qual as pesquisas estão sujeitas, especialmente aquelas que aceitam as condições do meio, se adaptam ao meio, para daí então produzirem conhecimento.

Nesse sentido, podemos dizer que minha pesquisa não está apenas, ou somente, preocupada com a produção científica e acadêmica que será levada às bancas avaliadoras e comitês, pois preocupo-me também em produzir para e com aquelas pessoas que são também detentoras ou construtoras do conhecimento aqui reunido, as pessoas que trabalharam junto e que participam ativamente do processo de pesquisa. Encerro aqui com uma observação que sinaliza o tamanho da insegurança que isso tem movimentado dentro de mim, inserida em um processo absolutamente acadêmico e formal sob o qual estão sujeitas as teses de doutoramento. Em diversos momentos fechei os olhos e me lancei como alguém que caminha às escuras; em outros momentos, segurei de volta as rédeas e procurei endireitar o percurso. Não posso negar que foi uma aventura.

Cidade de corpos e textos

Antes de começarmos de fato, faço aqui uma breve explanação sobre alguns suportes que poderão esclarecer e anunciar outras importantes questões que introduzem o trabalho.

É comum encontrarmos diversas analogias nos estudos sobre cidades. Quase sempre comparada a um corpo vivo, as cidades foram, por muitas vezes, assemelhadas a um corpo animal. Veias, artérias, pulmão e coração são termos comumente vistos em trabalhos sobre o ambiente urbano. É igualmente frequente o uso de analogias linguísticas, associando a produção de cidades e a experiência nas cidades à formação de textos e palavras. As cidades são, portanto, corpos com linguagem. Em uma metáfora biológica, os corpos-urbanos poderiam ser comparados a corpos humanos. Em uma metáfora linguística, a um alfabeto que se articula em cidades-texto. O fato é que as cidades não são uma coisa ou outra, mas ambas: textos e corpos simultaneamente. Ideias que transitam entre materialidades e no vazio delas: tudo isso constitui lugares urbanos.

Ocupam-se do corpo urbano outros tantos corpos que, ao transitarem pelas cidades, a leem. As cidades são lugares vitais em que vidas e corpos circulam, confrontando as ideias que ali se apresentam, traduzidas em matéria e capturadas pelos sentidos. Juhani Pallasmaa (2011), teórico e arquiteto fenomenológico, fala da experiência corporificada como uma experiência multissensorial, em que o corpo confronta a cidade em suas mais complexas versões: “eu me experimento na cidade, a cidade existe por meio da minha experiência corporal. A cidade e meu corpo se complementam e se definem” (id., p. 38). Nesse passeio de corpos, se estabelece o sentido do pertencimento - “eu moro na cidade e a cidade mora em mim” (id., p38), ou a completa ausência dele quando as cidades que se lê e que se vive não são espelho.

Sendo corpos abundantes em vida (onde a vida literalmente circula), as cidades estão em permanente processo de transformação a partir de relações dinâmicas. Seus corpos físicos crescem, alargam, amputam, adoecem, regeneram ao mesmo tempo em que suas psiques se ancoram em conceitos, crenças, ideologias e desejos. Aquilo que as cidades contam está materializado em cada tijolo assentado,

pois através dessa materialidade as cidades revelam, falam, escrevem, gritam e silenciam. O texto que está escrito nas cidades não é uma dimensão flutuante que paira sobre os edifícios, distante da rua e das pessoas. Ele está inscrito na matéria tanto quanto preenche os espaços vazios; está na superfície das cidades, e também metros abaixo dela. Corpo e texto urbanos se tocam e se deslocam quando sobre eles se exerce uma força externa, a dos corpos (qualquer corpo) que ali transitam e se movimentam, e assim tensionam as cidades provocando cirúrgicas transformações e definindo marcas, permanências, cicatrizes.

Nestas duas condições, as cidades-corpo e as cidades-texto são parte de uma mesma experiência. Maria Izilda Matos (2002), historiadora brasileira, fala sobre os desafios que as cidades apresentam na contemporaneidade como campo de estudo, posta como uma questão² para os historiadores. Apresenta a ideia de cidades-documento, um texto a ser decifrado, e de cidades-memória, em que “as tensões urbanas surgem como representações do espaço - suporte de memórias contrastadas, múltiplas, convergentes ou não, mas que delineiam cenários em constante movimento” (id., p. 35). Para a arquiteta urbanista Diana Agrest, as cidades seriam textos a serem explodidos (1988 *in* NESBIT, 2008).

As cidades são também matéria, carne e pedra (SENNET, 2010). Seus corpos-urbano apresentam dimensões sensoriais as quais são penetradas pelos corpos em movimento, conduzindo comportamentos, determinando lugares a serem ocupados e lugares a serem evitados por cada corpo que a vivencia, e provocando resistências, afinal “a civilização ocidental não tem respeitado a dignidade dos corpos humanos e a sua diversidade” (id. 13). Porém, a diversidade é condição essencial da existência das cidades, ainda que tenham tentado aplacá-la na defesa de um cidadão universal.

Os diferentes corpos que habitam os múltiplos territórios das cidades devem ser vistos e ouvidos, assim como suas memórias precisam ser escritas nas cidades de corpos-textos, assumindo-a como lugar da diversidade. Assim, proponho registrar as memórias das Mulheres do Vale Verde com o objetivo principal de preservar tais experiências e relações (humanas e com o território) partindo daquilo que as mulheres

² Para a historiografia tradicional, “a cidade era um elemento de delimitação espacial do objeto de estudo do historiador, era como o ‘palco da história’, não se constituía em si como objeto, questão e/ou problema. As mudanças passaram a ocorrer a partir das próprias transformações urbanas, quando a cidade passou a se colocar como questão e foi assumida como um desafio a ser enfrentado pelo historiador” (MATOS, 2002, p.33)

atribuem valor e, assim, garantem suas existências: ou seja, ações, projetos, vivências e materialidades que possibilitaram a construção da comunidade e de suas culturas. Uma memória verdadeiramente viva.

Questionar a pólis, ou melhor, a *city*, estabelecida e reconhecida por um pensamento único e homogeneizante, (ARANTES, MARICATO, VAINER, 2013) é o ponto do qual parte a pesquisa. Daí então o uso plural das palavras cidades, corpos e textos serão aqui explorados na costura conceitual de um território em que coexistem múltiplas cidades, visíveis e invisíveis, como assume Ítalo Calvino³ (1990), e na qual as narrativas são também tantas e diversas para os muitos corpos que habitam as cidades - ou seja, a soma das suas várias versões que simultaneamente disputam o mesmo tempo-lugar. As cidades não seriam, portanto, um só corpo, mas um conjunto de corpos (cidadeS) que se entrelaçam e se relacionam, garantindo toda a sua dinamicidade e complexidade, e permitindo, assim, diferentes arranjos textuais gravados na sua materialidade e ocupando-se de seus vazios.

Este trabalho tem como pano de fundo o planejamento urbano atravessando, especialmente, dois importantes campos de conhecimento ao discutir patrimônio cultural e perspectiva de gênero na produção das cidades. O debate emerge também da concepção lefebvriana de direito às cidades entendido como sinônimo do direito à vida (LEFEBVRE, 2001). David Harvey (2016) elabora essa ideia afirmando:

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e as nossas cidades, como pretendemos argumentar, é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados (p. 28)

A ação dessa pesquisa ancora-se nesse espírito que evoca uma perspectiva de mudança como engrenagem principal do trabalho. A escolha de uma ferramenta pedagógica denominada Inventário Participativo (IPHAN, 2016), que se insere no campo do patrimônio cultural e da museologia social como instrumento da educação

³ Em seu livro “As Cidades Invisíveis” (1990), Ítalo Calvino traz as perspectivas do viajante Marco Polo ilustrando as diversas camadas das cidades, surpreendendo leitores e leitoras com a enorme perspicácia narrativa que investe em descrições detalhistas dos territórios visitados.

patrimonial (NITO, SCIFONI, 2017) satisfaz a um dos objetivos da pesquisa, que é de construção de conhecimento a partir de um método participativo e dialógico (GOMES, GUERRA, 2020; REDEP, 2019), no qual se reconhece as comunidades como detentoras de conhecimentos populares inerentes. Mas o método interessa não apenas por isso, mas também por se apresentar enquanto uma ferramenta aberta que proporciona aos grupos que a executam exercerem sua cidadania.

Tenho ainda como objetivo direcionar a produção desse conhecimento para uma perspectiva em que se reconheça as cidades como campos de forças onde as relações de poder se estabelecem a partir de diferenciações interseccionais (COLLINS, 2022; CURIEL, 2020), considerando especialmente os marcadores sociais gênero, raça e classe. Incorporo, portanto, o feminismo decolonial⁴ como conceito e *práxis* que orientam a metodologia proposta, cujo resultado deve mapear e documentar as narrativas e as memórias de corpos femininos que estão à margem conferindo-lhes o devido protagonismo e a devida centralidade (hooks, 2019). Cláudia Cardoso, ativista brasileira, na apresentação do livro “Teoria feminista: da margem ao centro”, de bell hooks (2019), escreve:

Na afirmação de nossas identidades, nós, ativistas negras, historicamente consideradas ‘as outras do feminismo’, em diferentes contextos, construímos epistemologias feministas negras decoloniais, tomando por base nossas experiências e de nossas antepassadas, e iniciamos elaborações acerca do feminismo totalmente opostas às concepções hegemônicas, que terminaram por contribuir para o fortalecimento do próprio feminismo, já que o deslocamos da perspectiva construída a partir de privilégios do centro para a perspectiva da vivência da margem (id., p. 11)

Mais relevante do que criar um cenário de comparação entre narrativas de corpos masculinos e narrativas de corpos femininos, este trabalho concentra-se em explorar um caminho epistemológico e metodológico de pesquisa que pressupõe alguns parâmetros fundamentais para conceber um processo contra-hegemônico, do qual corpos masculinos poderiam ser convidados a compreender e participar.

⁴ O feminismo decolonial organiza-se a partir de intelectuais latino-americanas que investem em “contraepistemologias situadas para enfrentar o império cognitivo europeu e norte-americano”. Enfrentam os movimentos da década de 1960-1990, considerados brancos e elitistas, e se conscientizam da violência dos processos colonizadores, ao qual foram submetidos os países do sul global, incluindo o Brasil. (HOLLANDA, 2020, p. 13)

No entanto, nesta pesquisa, decidi trabalhar com uma equipe formada exclusivamente por mulheres como ponto de partida. Primeiramente porque, a partir dessa importante decisão, reconheço a histórica exclusão das mulheres do processo oficial de produção de cidades, caladas pela história tradicional e hegemônica, e afirmo assim o compromisso urgente de reverenciar o protagonismo feminista nas lutas urbanas. Ademais, reconheço também os lugares nas cidades como cenário das resistências feministas,

onde a mulher pode exprimir publicamente a sua luta. Ela não é (e nunca foi) aceita nas instituições de poder; destituíram-na da posse (do seu próprio corpo) e ela está entre os despossuídos. (...) O cenário da cidade, da rua, do lugar público é o dos despossuídos - ali ela se sente 'em casa'" (AGREST, 1988 *in* NESBIT, 2008, p. 596).

Entendo que quando se fala de produção de cidades, o processo de inclusão e de escuta dos grupos não-dominantes neste debate precisa, primeiro, ser elaborado e consolidado. Sendo assim, vejo como fundamental um movimento inicial que se preocupa em valorizar a autoria narrativa, pois ela não é isenta de posicionamentos e valores.

O percurso que vem sendo sedimentado a partir das leituras teóricas levou-me para um trabalho de pesquisa prático, com campo de estudo delimitado dentro de uma perspectiva feminista-decolonial na qual se buscou territórios situados à margem. Não obstante, como pontua Ochy Curiel (id.), a pesquisa converge para uma produção de conhecimento a partir da comunidade, e não se vale da mulher como objeto de estudo, tratada como a "outra". A proposta que se realizou e se construiu coletivamente ao longo do trabalho objetivou, sobretudo, reproduzir as narrativas enunciadas pelas mulheres participantes, rememorando suas trajetórias sociais e valorizando a oralidade como dado científico (GONÇALVES; LISBOA; 2007) através do Inventário Participativo (IPHAN, 2016). As memórias acerca das manifestações culturais mais marcantes vivenciadas pelas mulheres no território de estudo foram organizadas em categorias, partindo sobretudo do questionamento e do tensionamento dos temas sugeridos nas fichas de inventariamento propostas pelo IPHAN (2000; 2016). É um exercício que passa por processos de escuta, captura e transcrição de histórias orais, seleção de documentos que fazem parte dos arquivos pessoais das mulheres (incluindo registros fotográficos), participação em eventos locais e passeios

diversos pelo território, encontros e dinâmicas, e que não se vale de nenhuma estrutura rígida, procurando sempre alternativas para que a estrutura se adeque a narrativa, e não o contrário.

As pesquisas feministas não se apresentam como um caminho limitado, rígido e determinado pois aceitam nuances e reviravoltas, justamente para que seja possível acolher aquilo que está sendo capturado pela pesquisa e não apenas encaixá-lo dentro de um modelo existente. Os procedimentos devem incorporar perspectivas variadas, e se abrem na medida em que participantes se envolvem com a realização da pesquisa. Permite alternâncias, aproximação e mudanças. Aceita métodos diversos. Exige modelos participativos capazes de extrapolar limites ao ponto de permitir que as experiências da pesquisadora atravessem as participantes, e vice-versa. É livre pois entende que os encaminhamentos precisam ser construídos coletivamente para que sejam melhor apropriados pelas comunidades participantes. Sendo assim, a captura de histórias orais a partir de encontros livres e entrevistas semi-estruturadas tornou-se elemento fundamental para a construção dos resultados da pesquisa, reafirmando o protagonismo da comunidade sem deslegitimar vínculos e afetações possíveis entre a pesquisadora e as participantes. Isso porque durante o processo de “ouvir contar”, somos expostos à narrativas vivas e

temos a sensação de ouvir a história sendo contada em um contínuo, temos a sensação de que as descontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos. Que interessante perceber que, em meio a conjunturas, em meio a estruturas, há pessoas que se movimentam, que opinam, que reagem, que vivem, enfim! (ALBERTI, 2004, p. 14)

Proponho assim a construção de um “inventário de referências culturais” (IPHAN, 2000) com abordagem participativa a partir de ferramenta do campo do Patrimônio Cultural (IPHAN, 2016) explorada sob um viés feminista-decolonial e, portanto, contra-hegemônico, a fim de que seja possível afirmar a cultura urbana - raptada, estandardizada e fraudada pelo sistema econômico vigente (ARANTES, 2013) - na sua diversidade de expressões. As referências culturais preservadas a partir dos diferentes instrumentos de salvaguarda patrimonial precisam ser representativas, lidas como uma manifestação coletiva e um suporte da identidade social dos diversos grupos sociais que habitam os territórios urbanos. Reconhecer a participação ativa das

mulheres periféricas na produção das cidades a partir das expressões de cultura que lhes afetam e às quais elas atribuem valor, é uma forma de resistência dos corpos femininos colocados à margem. Nesse sentido, o trabalho proposto discute as cidades através de referências culturais que representam as relações cotidianas, vinculadas ao trabalho feminino e ao desejo insistente de viver bem e de cuidar do comum, tendo-as como exemplo de práticas que precisam ser valorizadas nos processos de planejamento e gestão das cidades.

01. Corpos, textos, mulheres

Planejar cidades é uma tarefa de grande complexidade, e exige debates multidisciplinares para que não sejam ceifadas suas possibilidades de transformação ao mesmo passo em que seu desenvolvimento seja nutrido a partir de um equilíbrio das várias forças e condicionantes que atuam sobre os territórios urbanos. É possível preservar nos territórios os marcos referenciais, os quais garantem aos seus habitantes a amálgama necessária para sua territorialização e constituição de lugar e pertença (SANTOS, 2007), ao mesmo tempo em que se incentiva o desenvolvimento e a transformação das cidades, como resultado das relações sociais e humanas que fazem delas corpos vivos e dinâmicos? Esta seria, talvez, a questão central do planejamento urbano hoje e se coloca como um importante desafio aos planejadores urbanos, exigindo dos especialistas debates multidisciplinares para a elaboração de melhores respostas para as cidades.

As cidades são territórios onde “o tempo da nossa história se acelera vertiginosamente, marcado pelas mudanças, transformações e destruições, que contrasta com outros tempos: os tempos das permanências, da continuação e da memória” (MATOS, 2002, p. 32). Essas ações do tempo - em que decidi-se o que poderá permanecer e o que será destruído - refletem grandes abismos e desigualdades sociais, pois as diferenças selecionam aqueles que serão excluídos dos processos que envolvem as tomadas de decisões sobre a produção da cidade.

Apesar de hoje soar como algo lógico, a importância de se pensar e se planejar cidades a partir do diálogo entre diferentes campos de conhecimento é uma constatação que aparece tardiamente, como explica Kohlsdorf (1996) ao organizar uma cronologia do processo de formulação do pensamento urbanístico, reunindo diversos autores que procuraram “revelar as características do pensamento subjacente às realizações teóricas e práticas da planificação urbana” (id.). E, ainda que tenhamos consciência de que é preciso conduzir os processos de transformação e crescimento das cidades através de perspectivas plurais que envolvam diversos saberes,

reconhecemos que operar tais movimentos diante das estruturas políticas e econômicas que temos hoje é um grande desafio.

O que temos é um cenário político-institucional homogeneizado (isto é, não-diverso) como estrutura representativa, ignorando grupos sociais e povos que nos constituem enquanto nação. Essa estrutura política ocupada por grupos dominantes - de homens ricos e brancos - dialoga diretamente com o sistema econômico calcado na acumulação de capital de modo que, juntos, ocasionam um constante desequilíbrio na balança do planejamento urbano. O arquiteto e historiador catalão Josep Montaner em parceria com a arquiteta argentina Zaida Muxí (2021), a partir das experiências de ambos atuando nas equipes de governo em Barcelona - Espanha, entendem o espaço político e o espaço urbano como indissociáveis, na medida em que as decisões políticas afetam sobremaneira a cidade nas suas variadas dimensões. E no entanto, o espaço político-institucional, “a máxima representação do poder visível”, é notoriamente marcado pela exclusão, especialmente dos corpos femininos (id., p. 51)⁵.

Coloca-se, portanto, o enorme desafio de se pensar mecanismos de planejamento urbano que valorizem aspectos culturais e sociais na mesma medida em que se reconhece a importância dos pilares econômicos e políticos, pautando-se em princípios sustentáveis e de equidade social. É necessário pensar operações em que tais princípios consigam estabelecer um conjunto de engrenagens capaz de se destacar diante do poder do capital e do mundo político formal, cujas figuras muitas vezes estão diretamente ligadas aos donos de fortunas, os quais acumulam forças no processo de tomada de decisão. Os cargos políticos constituem lugar privilegiado de onde se delibera sobre a produção das cidades.

A filósofa brasileira Otilia Arantes (2013) demonstra como a cultura tornou-se eixo central nas discussões sobre cidades na (pós-)modernidade, ao ponto de ser raptada pelo sistema econômico vigente. Se havia alguma esperança de reviravolta nas críticas ao urbanismo modernista, o que se observou foi uma continuidade plena da engrenagem moderna, sob novas roupagens. Há, inclusive, diversos autores que contrapõem o termo pós-modernidade a partir da ideia de uma *modernidade tardia* (LUVIZOTTO, 2013) para identificar o contexto histórico que se seguiu, revelando uma modernidade continuada. Compreendemos a modernidade

⁵ Falaremos mais adiante sobre isso trazendo, com maior ênfase e profundidade, diversos aspectos da perspectiva de gênero na história e produção das cidades.

“como o fracionamento dos modelos estabelecidos no passado” e “como a emancipação da razão ou a forma de (re)inventar novos caminhos de pensamento que deem conta dos novos questionamentos” (id. p. 246), pois num sentido mais amplo o contexto moderno pressupõe o rompimento com as estruturas tradicionais a partir de intenso e radical processo de racionalização das experiências e das relações sociais. Quando o geógrafo norte-americano David Harvey (2016) apresenta uma série de diferenças entre pós-modernidade e modernidade e utiliza a tabela de Hassan (id., p. 48) como recurso ilustrativo e didático⁶, ele logo revela as contradições a respeito de alguns resultados da prática pós-moderna como uma experiência de ruptura, e denuncia as ações de continuidade das estruturas modernas em relação ao que já se vinha praticando no modernismo, como por exemplo a falta de profundidade.

Se o prefixo pós- subtende uma ideia de superação, o período conhecido como pós-modernidade, conforme Harvey (id.) explana, não apresentou ferramentas capazes de superar especialmente os desafios sócio-econômicos impostos pelo modelo capitalista, tornando o capital uma importante dimensão da modernidade. Ao contrário disso, através de ações populistas, como por exemplo na disseminação de uma produção de massa personalizável, estimulou o consumismo alimentando as engrenagens do sistema econômico vigente, baseado no consumo e na produção, afetando o projeto dos vínculos afetivos e comunitários, substituindo-os pelo desejo das coisas e fomentando o individualismo (SEGATO, 2022).

Sobre o planejamento urbano modernista, Harvey (2016) afirma que os urbanistas modernistas tinham “uma profunda incompreensão do que são as cidades”, corroborando as críticas da jornalista Jane Jacobs (2011) à “Grande Influência Maligna da Estupidez” presentes no pensamento modernista. E, no entanto, as respostas pós-modernas para os zoneamentos monofuncionais dos modelos modernistas e os incentivos na popularização de materiais através do uso da tecnologia também não foram suficientes para conceber espaços construídos capazes de suprir as queixas que Jacobs apresentou.

⁶ A tabela de Hassan que David Harvey apresenta no livro “Condição Pós-Moderna” (2016) contrapõe os termos modernidade e pós-modernidade em diversos aspectos, sugerindo portanto uma condição de ruptura entre os diferentes contextos históricos. No entanto, Harvey demonstra que, ainda que apresentem diferenças, em diversos aspectos há fortes relações de continuidade, de modo que não seria possível afirmar uma modernidade superada.

Ao se renderem a uma classe abstrata chamada 'povo', os populistas não conseguem reconhecer a multiplicidade que é o povo, nem, em consequência, 'como os seus componentes precisam da proteção uns dos outros'. Os problemas das minorias e dos desprivilegiados ou dos diversos elementos contraculturais que tanto intrigaram Jane Jacobs foram jogados para debaixo do tapete (HARVEY, 2016 p. 78)

O planejamento urbano que se chamava pós-moderno, e que prometia uma perspectiva plural nos estudos sobre cidades, em substituição a idéia de "plano" - pontual e específica -, foi logo assaltado pelas concepções de mercado assumindo uma postura empresarial e tornando-se, portanto, estratégico. A produção de imagens de *cidade* (como uma leitura única e homogênea) foi o caminho encontrado pelo mercado para capturar a cultura e engendrar representações desejáveis. A noção de cidade-espetáculo (BRISSAC, 2002; JACQUES, 2009) se fortalece nesse contexto. As cidades-espetáculo, elaboradas de forma cenográfica para formatar imagens agradáveis globalmente, são uma referência à sociedade do espetáculo do francês Guy Debord (1997), que criticava o consumismo exacerbado em prol de uma imagem social.

Junto de diversos outros intelectuais, por volta dos anos de 1960, Debord fundou, na Europa, a Internacional Situacionista e reuniu uma série de críticas que se somavam às críticas de Jane Jacobs sobre as cidades norte-americanas, ainda que em diferentes contextos. Sobre os planejadores urbanos, os Situacionistas afirmavam que eles, enquanto especialistas, não sabiam fazer cidades e a população deveria deixar de ser mera espectadora para tornar-se vivenciadora da cidade e participar ativamente de sua produção praticando derivas urbanas (JACQUES, 2003). A apatia social era, segundo Debord (1997), um problema generalizado das sociedades modernas diante da popularização da arte e da produção em série, levando a um consumo homogeneizante e em massa. Corroborando o tema, Sennett (2010, p. 262) traz uma referência à historiadora Marie-Hélène Huet que "observou que 'transformar o povo em simples espectador (...) mantém a alienação da qual o poder realmente carece'".

Na pós-modernidade, o combate às generalizações reinventa o consumo a partir de novos ares, permitindo personalizações para atender prontamente aos novos desejos sociais. É na esteira desse pensamento populista que Harvey (2016) explica o conceito de "capital simbólico", pois com a personalização dos produtos possível através das novas tecnologias, e necessário diante do consumo de massas, a

diferenciação pelo consumo (e isso inclui a materialidade das cidades) tornou-se elemento de diferenciação de classes e status social.

Por tudo isso, é possível afirmar que a modernidade ganhou novas roupagens, mas permanece como um projeto inacabado (HABERMAS, 1992 *in* LUVIZOTTO, 2013) que ainda encontra caminhos para se estabelecer. É também interessante observar como alguns ideais declarados como pós-modernos (e que são, na verdade, outras plataformas de continuidade da modernidade) foram questionados por movimentos feministas, pois se valeram, em diversos momentos, da imagem da mulher e do corpo feminino como suporte midiático para a venda de mercadorias, conforme comenta Harvey (2016). Assim sendo, o termo modernidade ou tempos modernos permanece adequado à discussão aqui proposta na medida em que a pesquisa discute o passado no presente, e se aplica no tempo presente, a partir da leitura do contexto atual: modernidade. Mais adiante, trataremos também das relações intrínsecas entre modernidade e colonialismo na cidade capitalista: as três pontas de uma “trilogia inseparável” (CURIEL, 2020, p. 126) que provoca anomalias severas (SEGATO, 2022).

Neste sentido, nestes tempos modernos, torna-se imprescindível estabelecermos um debate a partir de parâmetros interseccionais que nos possibilitem uma leitura mais complexa da realidade dos corpos-cidades, território de lutas, opressão e poder, com sua diversidade de corpos e experiências. A socióloga norte-americana Patricia Hills Collins (2022) reconhece os diversos desdobramentos da metáfora apresentada por Crenshaw, elevando a interseccionalidade a uma teoria social que combina conceitos e ferramentas para compreender os diferentes arranjos e interseções entre marcadores sociais, especialmente as categorias gênero, raça e classe.

O modo como as categorias se articulam em seus diferentes contextos territoriais estabelece distintas relações de poder e de opressão. A combinação e a acumulação desses marcadores institui a existência de um grupo social marcado por privilégios, e que conquistou, ao longo da história, uma estabilidade que está pautada em conceitos culturalmente elaborados, profundamente presentes no modo como pensamos e como agimos. Collins (2022) defende que para desconstruir essa perspectiva hegemônica, é necessário uma nova epistemologia, ou seja, é necessário elaborar novos mecanismos de produção de conhecimento.

As reflexões empreendidas pela teoria da interseccionalidade dão suporte também à ideia de que as relações de poder e de dominação entre gêneros, raças e classes são reproduzidas nas cidades, “limitando o exercício do direito à cidade para todas e todos” (COTA, 2021).

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 2001, p. 136)

Lefebvre (id.), ao enfatizar a ideia de direito à cidade como sinônimo do direito à vida, valoriza também a essência do planejamento participativo e a possibilidade de apropriação dos espaços urbanos a fim de garantir uma vivência plena das cidades para sujeitos e sujeitas. Suas considerações atravessam também a ideia de cotidiano como uma dimensão central da vida urbana e como espelho das relações sociais opressoras, reconhecendo a importância do cotidiano como palco de lutas e conquistas sociais, onde o direito às cidades deve ser conquistado diariamente. Não à toa o cotidiano torna-se tema central das discussões feministas decoloniais, e será discutido com mais profundidade no tópico *1.2 cultura, cotidiano, mulher: viver bem e cuidar do comum*.

A modernidade refletida nas cidades concebeu territórios urbanos regidos por um modelo econômico baseado na acumulação de capital e condicionou a manutenção das diferenciações que originam as relações de poder e opressão. Indo além do que se coloca a partir da metáfora interseccional de Kimberlé Williams Crenshaw (2002), advogada norte americana que tem realizado importantes discussões sobre direitos civis a partir de marcadores como raça e classe social, a interseccionalidade corresponde a uma gama complexa de eixos de poder que não atuam de forma autônoma. São, na realidade, marcadores sociais imbricados que determinam a posição de cada corpo nas estruturas sociais que organizam as cidades capitalistas representadas por uma pirâmide social em cuja base, alargada, estão as mulheres negras e pobres. Lélia Gonzalez (2020), intelectual brasileira, ao elaborar questões pertinentes ao trabalho da população negra em um contexto nacional, afirma

que “ser negra e mulher no Brasil (...) é ser objeto de tripla⁷ discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão”.

A posição da mulher negra vem sendo amplamente debatida no Brasil desde o final do século XX por feministas que, como Lélia Gonzalez, questionam as epistemes baseadas em debates de gênero e de classe por entenderem que as mesmas ignoram a herança colonialista que determinou relações muito particulares de opressão sobre populações negras, especialmente as mulheres - condicionando as mulheres negras, de um modo geral, à situação de pobreza.

As considerações até então apresentadas são fundamentais para que possamos dar um passo além, no sentido de consolidar uma base teórica que sustenta e orienta as ações práticas que a pesquisa se propõe a realizar, apontando sempre para o vislumbrar de possibilidades e alternativas de modo a garantir pleno direito às cidades a todos e todas, e para tornar a balança do planejamento urbano mais equilibrada, ou seja, inclusiva, justa, equitativa e sustentável.

Nesse sentido, incrementamos o suporte teórico da pesquisa a partir de então, trazendo reforços importantes, especialmente de autoras, para evidenciarmos o fato de que diversos grupos e movimentos sociais, juntamente com pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas, têm lançado um olhar crítico sobre o modo como as cidades se organizaram ao longo da história. Esse movimento vem questionar as estruturas hegemônicas as quais têm ditado as regras de produção do espaço urbano, permitindo a costura de concepções contra-hegemônicas. Este trabalho se inscreve nesse movimento.

1.1 os corpos-textos femininos e a cidade de corpos-textos: da opressão à resistência crítica

As mulheres - apenas por existirem (como contraponto binário ao homem), mas especialmente após suas primeiras reivindicações como organizações feministas - se colocam como agentes fundamentais no debate que questiona a produção dos espaços urbanos. Os movimentos feministas se apoiam tanto em críticas quanto em

⁷ As questões raciais, no Brasil, estão também diretamente relacionadas às questões de classe, conforme demonstra Lélia Gonzalez em seu livro “Por um feminismo afro-latino-americano” (2020).

ações alternativas para sustentar novas formas de pensar e de fazer cidades. Rita Segato (2022), antropóloga argentina, explica que no sistema binário um termo existe em função do outro, sendo um deles o ontologicamente completo e o outro a anomalia. “O binarismo é o mundo do Um e seus Outros - a mulher, assim, se converte no outro do homem” (id., p. 16).

Neste contexto em que o Homem é o termo imperativo para designar o caráter universal produzido como sinônimo de humanidade, apontando as anomalias das minorias, os movimentos feministas se reinventam, e tecem novas abordagens a partir da diversidade de corpos, considerando suas posições sociais, étnicas e, portanto, históricas. Por isso Segato (id.) reitera que todo o movimento deve se concentrar no combate ao patriarcalismo, como a gênese de todas as demais formas de opressão.

Os movimentos feministas contemporâneos concebem perspectivas que se orientam para a total ruptura com as práticas dominantes e caminham para uma revolução contra-hegemônica. O papel das pesquisadoras nesta corrente revolucionária é de, sobretudo, experimentar novas diretrizes para a construção do conhecimento, reivindicando uma nova epistemologia que não esteja pautada em uma visão liberal-positivista, com abordagem androcêntrica e ancorada em princípios de universalização e de neutralidade como argumentação científica (MORTON, WILKINSON, 2008). E podem ir além, apresentando novos conceitos e teorias críticas, como sugere Collins (2022) a respeito da interseccionalidade. Sobre isso, Daniela Abritta Cota, arquiteta-urbanista e professora brasileira, escreve:

Os estudos de gênero e as teorias feministas têm buscado difundir um novo conhecimento que coloca as mulheres como peças centrais em estudos dedicados à produção de novos conhecimentos - ou novas perspectivas para conhecer -, evidenciando e criticando a relação (história) entre conhecimento e poder que legitima a exclusão feminina e a dominação masculina (2021, p. 24).

O feminismo, portanto, vem se consolidando como campo científico que correlaciona métodos de pesquisa em geral oriundos das ciências sociais, com uma perspectiva crítica orientada pelas relações sociais e de poder estabelecidas histórica e culturalmente a partir do patriarcalismo. As novas correntes, sobretudo, têm se organizado para enfrentar os epistemes tradicionais e hegemônicos, adentrando o campo científico e questionando a hegemonia inclusive de saberes para lançar

alternativas e desconstruir os modelos de produção de conhecimento instituídos pela ordem patriarcal dominante. Esmiuçado em diferentes correntes, sempre a partir de uma força crítica que emerge da diversidade de experiências, o feminismo tem permitido análises mais contextualizadas (HOLLANDA, 2020).

É a partir disso que o movimento feminista se relaciona com os movimentos decoloniais para formalizar os contrastes que se colocam sobre a categoria mulher, complexificando-a a partir de outros marcadores fundamentais: raça e classe social. Neste aspecto, assume-se aqui a *decolonialidade* como conceito orientador da pesquisa que se realiza em um pequeno recorte do território-nação Brasil, cuja complexidade histórica está justamente enraizada na sua condição de ex-colônia portuguesa. A pesquisa se passa no bairro Vale Verde⁸, situado na periferia da cidade mineira Juiz de Fora, localizada no sudeste do Brasil, na América Latina. Importante ressaltar que o bairro é formado, majoritariamente, por população negra com baixo poder aquisitivo, o que ficará evidente a partir das narrativas das mulheres participantes. Na pesquisa, o bairro se transmuta em território, ampliando sua leitura para as relações entre corpos e lugar.

No Brasil, os estudos sobre relações raciais ganham força a partir do final da década de 1970, com a formação do Movimento Negro Unificado (MNU), e com o reforço de diversos estudos, como os liderados por Carlos Hasenbalg, “que demonstravam as desigualdades no acesso à educação e nos desníveis de renda entre negros e brancos” (FIGUEIREDO, 2020, p. 244). O uso da expressão pessoas negras, além de incluir um grande espectro de cor de pele, se coloca como discurso crítico diante da tentativa de se defender, no Brasil, a existência de uma democracia racial. As pessoas negras seriam aquelas pessoas “não brancas, coloniais, do ponto de vista das lutas políticas por acesso a direitos” (id., p. 245). O termo revela, portanto, uma condição social, mais do que simplesmente uma cor de pele, cujas pautas anti-racistas movimentadas no MNU têm reivindicado a afirmação da população negra, e reagido contra preconceitos e estereótipos que tendem a inferiorizar tudo aquilo que constitui o universo da negritude. Angela Figueiredo (2020) relata:

Do ponto de vista mais subjetivo, enquanto eu me definia como mestiça ou mulata ficava sempre à mercê da concordância e discordância daqueles a quem eu me dirigia, quer dizer, era uma categoria que precisava sempre

⁸ Trataremos mais especificamente da apresentação do campo de trabalho no capítulo 04.

ser negociada. Contudo, foi somente a partir do processo de tornar-me negra que rompi com um ciclo em que minha identificação passava pela aprovação do outro. Quanto à perda de singularidade que caracteriza os sujeitos nos processos de afirmação de identidade, quero lembrar que os discursos racistas e sexistas são pioneiros em nos considerar de maneira homogênea e estereotipada (id., p. 256).

O feminismo-decolonial recupera, portanto, questões relevantes do movimento decolonial, propondo romper com a lógica colonial que persiste até os dias atuais, escapando do eurocentrismo e ampliando teorias-chaves a partir da centralidade de saberes e experiências das mulheres negras. É ainda uma ideia em construção que, ao mesmo tempo em que considera as diferenças, também compartilha de experiências similares vivenciadas em diferentes contextos a partir de modelos de colonização que exploraram substancialmente populações negras e indígenas, especialmente na América-Latina. Apesar de não haver consensos e regras pré-estabelecidas, toma-se algumas ideias pulsantes que permeiam os movimentos feministas-decoloniais como sinalizadoras de percursos metodológicos orientando decisões, premissas e recortes desta pesquisa.

É preciso compreender a *decolonialidade* como um movimento que enfrenta as diferentes formas a partir das quais a colonialidade persiste como reflexo de práticas históricas colonizadoras. Se os processos de descolonização foram marcados pelas “lutas que libertaram povos indígenas e negros do feito colonial” (CURIEL, 2020, p. 125) a Teoria Decolonial atenta-se para os resquícios das práticas colonizadoras que se revelam em muitas lentes de colonialidade na modernidade. A partir disso, Curiel, (id.) amparada também pelos embates propostos pela filósofa e socióloga argentina María Lugones (2011), fala sobre a colonialidade do poder, do ser e do saber como espectros da colonialidade que o movimento feminista-decolonial combate. Para Lugones (id.), “diferente da colonização, a colonialidade de gênero segue estando entre nós; é o que acontece na intersecção de gênero/classe/raça, como construções centrais do sistema de poder do mundo capitalista” (p. 109, tradução nossa).

Para compreendermos melhor a relação entre os ativismos feministas e a produção das cidades, retomaremos algumas questões relevantes acerca do planejamento urbano. A ideologia do *planning*, como ferramenta para pensar as cidades, surge no início do século XX, com os trabalhos de Patrick Geddes e de Lewis Mumford. Resulta de críticas às posturas idealistas do urbanismo enquanto teoria e prática, e apresenta diversas questões relevantes enquanto resposta ao urbanismo

moderno praticado naquele contexto e que tinham como essência os zoneamentos monofuncionais. Destaca-se (1) a compreensão das cidades como processo, resultando de tempos históricos distintos numa relação dinâmica de transformações contínuas, e (2) o entendimento das cidades como campo multidisciplinar de estudo (KOHLSDORF, 1996).

As abordagens teóricas que influenciaram o pensamento urbanístico moderno, e que exigiram soluções práticas diante do crescimento das cidades, não foram satisfatórias frente aos diversos problemas que a vida urbana apresentava. Era necessário, portanto, ampliar as perspectivas observando e estudando os corpos-cidades a partir das várias esferas da vida numa relação de interdependência. Ou seja, o desenho urbano por si só, que emerge de soluções próprias do campo do urbanismo, não daria conta de apontar caminhos para se pensar e se fazer cidades sem que houvesse um estudo multidisciplinar que pudesse compreender e correlacionar os outros campos da vida urbana, como a política, a economia, a cultura e outros tantos temas que impactam o modo como as pessoas experimentam e vivenciam as cidades (id.).

O Planejamento Urbano nasce a partir dessa crítica (id.), e se consolida como um campo de conhecimento em que é possível transitar por diversos saberes, exigindo abordagens interdisciplinares e ampliando as discussões sobre a cidade para as mais variadas áreas de pesquisa. Além de profissionais do campo da arquitetura e do urbanismo, a cidade é também objeto de interesse de especialistas em economia, direito, geografia, história, sociologia, engenharia, meio ambiente, psicologia, pedagogia e ainda outros campos diretamente envolvidos com a vida urbana.

É a partir dessa confluência multidisciplinar que o campo do planejamento urbano se abre para discussões a partir de uma perspectiva de gênero. As críticas ao urbanismo modernista provocaram diversos movimentos nas mais variadas áreas e fizeram surgir novos discursos de contraponto, em diferentes dimensões das cidades. Um exemplo seria o movimento ambientalista que se forma para combater práticas não sustentáveis na produção das cidades⁹. O movimento feminista, ainda que sua origem na Revolução Francesa esteja relacionada diretamente a luta por direitos iguais, como

⁹ As pautas ambientalistas têm dialogado, inclusive, com o movimento feminista decolonial, a partir de conceitos como agroecologia, (eco)feminismos e “bem-viver” (CARVAJAL, 2020), temas que serão abordados no tópico 1.2: cultura, cotidiano e mulher: viver bem e cuidar do comum.

direito à propriedade privada e ao voto (CARVAJAL, 2020), os debates provocados por tais questionamentos se inserem no campo do planejamento urbano a partir, também, das críticas aos modelos urbanistas propostos pelo movimento modernista apontando a dureza dos desenhos urbanos e a tendência de universalização dos corpos que circulam nas cidades; tudo isso sob as lentes de uma discussão ampla que inclui, para além do desenho urbano, as dimensões social, cultural e política (COL-LECTIU PUNT 6, 2019).

Reconhecer que diferentes corpos e diferentes sujeitos e sujeitas experimentam a vida urbana é um exercício que pressupõe, inclusive, novas epistemologias para pensar e fazer cidade. Termos como *urbanismo feminista* (COL-LECTIU PUNT 6, 2019) e *planejamento urbano a partir de uma perspectiva de gênero* (MUXÍ, CASANOVAS, CIOCOLETTO, FONSECA, VALDÍVIA, 2011) surgem incorporando ao pensamento urbanístico outras dimensões e conhecimentos que permitem questionar os modelos de cidades pautados pelo androcentrismo, ao mesmo tempo em que constroem um discurso contra-hegemônico que revela como as práticas ancoradas em princípios de neutralidade e de universalização são, em sua essência, práticas excludentes e opressoras que atingem diferentes grupos sociais (AGREST, 1988 *in* NESBIT, 2008).

O jogo, como foi posto, movimentou o pensamento feminista pois as mulheres foram levadas de um estado de opressão para um estado de resistência crítica - como um grito - , cuja colaboração vai além do extenso arcabouço teórico, propondo inclusive métodos investigativos e ações alternativas para se planejar cidades.

Se a percepção de que o estudo das cidades deveria envolver diferentes saberes aproximou profissionais de várias áreas, exigindo debates mais complexos e aprofundados, a dinâmica urbana também exigiu de especialistas uma maior aproximação com o ambiente urbano e, especialmente, com os habitantes e seus cotidianos. As pesquisas ganharam novas abordagens a fim de trazer pessoas locais para uma participação ativa na construção do conhecimento, na problematização das

idades e na elaboração de possíveis soluções. E vem mostrando aos planejadores¹⁰ e especialistas que ir aos territórios é essencial para conhecer a realidade.

O emblemático texto de Jane Jacobs, originalmente publicado em 1961, debatia sobre a participação social a partir de suas críticas ao planejamento modernista. Ela (2011) sinalizou o distanciamento entre o pensamento urbanístico modernista e a realidade das cidades. Apontou, apresentando diversos estudos observacionais sobre diferentes contextos norte-americanos, como as novas propostas de urbanização se pautavam em visões amputadas de *cidade*, ignorando os reais problemas da vida urbana. Jacobs criticou as posturas autoritárias dos urbanistas modernistas que idealizavam cenários sem discutir diretamente com a população local suas verdadeiras necessidades. Diante da negligência e do distanciamento, esses profissionais apresentavam desenhos urbanos que buscavam a melhoria de uma imagem considerada inadequada pelos técnicos, inserindo amplos gramados e propondo novas construções, ao invés de oferecer à população local, de fato, respostas para suas demandas cotidianas. É possível dizer que enxergavam problemas divergentes daqueles que seriam os problemas reais levantados pelas pessoas comuns ao analisarem as cidades à distância, através de imagens e afundados em suas pranchetas. A partir dessas evidências, termos como “requalificar” ou “revitalizar”, frequentemente usados pelos urbanistas, foram duramente criticados.

As análises de Harvey (2016) sobre o período histórico que se seguiu evidenciam como muitas das críticas à arquitetura e ao urbanismo modernista persistiram. Sobre isso, ele destaca:

A padronização e a uniformidade de linha de montagem, de que os pós-modernistas mais tarde se queixariam, eram tão onipresentes na faixa de Las Vegas e em Levitown (dificilmente construída de acordo com as especificações modernistas), quanto nos prédios de Mies van der Rohe. (id., p.72)

Para Harvey, as diferenças estéticas propostas pelos profissionais que se consideravam pós-modernos, e que buscavam personalizar a arquitetura e, conseqüentemente, as cidades, eram superficiais e jogavam para debaixo do tapete

¹⁰ Em diversos momentos do texto, o uso de palavras no masculino é intencional, remetendo a um contexto em que o trabalho de especialistas era, em geral, um trabalho realizado por homens e por isso também um trabalho que se distanciava da realidade das cidades pois não incorporava perspectivas plurais e diversas sobre os corpos que transitam pelos lugares urbanos.

todas as considerações de Jacobs a respeito do modo como os planejadores modernistas concebiam cidades. O novo contexto continuava ignorando as minorias e os mais pobres.

Jencks concede, por exemplo, que o pós-modernismo na arquitetura e no projeto urbano tende a ser desavergonhadamente orientado para o mercado por ser esta a linguagem primária de comunicação de nossa sociedade. (...) Essa resposta cortês ao domínio do poder do mercado pouco favorece um resultado que atenda às objeções de Jacobs. (id., p.72)

Dentre as questões contemporâneas mais urgentes, poderíamos dizer que a participação social tornou-se elemento-chave para reconsiderar todos os problemas das cidades especialmente porque, como pondera Harvey (id.), as pessoas pobres e desprivilegiadas - em ambos os contextos de modernidade - continuavam sendo negligenciadas pelo sistema. De modo que uma participação social efetiva poderia trazer à tona necessidades específicas dos diversos grupos sociais.

Em um cenário nacional, a participação social foi formalizada com a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e com a criação do Estatuto da Cidade em que, no art. 2º das diretrizes gerais da política urbana, orienta:

II - a gestão democrática por meio de participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (FIORILLO, FERREIRA, 2014, p. 62)

A formalização da participação social através de textos do Estado e legislações indica um cenário bastante positivo para novas leituras sobre as cidades, porém as mudanças de *práxis* tem levado tempo diante de tantos percalços. No capítulo 03: *do manifesto ao método (e vice-versa)*, abordaremos melhor os desafios dos métodos e dos saberes que estruturam as bases desta pesquisa, apresentando alguns caminhos que vêm sendo construídos pelas frentes contra-hegemônicas e, assim, demonstrar as dificuldades práticas de uma transformação consistente e socialmente justa.

Outra importante contribuição do trabalho de Jacobs (2011) seria o clamor por uma maior valorização da vida cotidiana, da vizinhança e das experiências de bairro. Essa discussão lançou luz para relações sociais e de trabalho que eram invisibilizadas pelo pensamento dominante da época. Ela levantou questões que nos

permitiram compreender a complexidade dos fluxos locais e o equívoco dos setores monofuncionais para a vida cotidiana. Permitiu-se um paralelo entre as críticas à setorização modernista e a rotina das mulheres da classe média e alta (naquele contexto norte americano), cujo papel primordial estava em realizar tarefas domésticas que incluem ir ao supermercado, à farmácia, levar crianças à escola, praças ou mesmo à consultas médicas. Somam-se a essas tarefas outras atividades relacionadas ao cuidado, incluindo o acompanhamento de familiares idosos ou pessoas com deficiência em atividades diversas.

O fluxo realizado pelas mulheres em seus núcleos urbanos passa a ser reconhecido, portanto, como de alta complexidade e por isso incompatível com uma estrutura monofuncional. Essa leitura identifica a relevância de um desenho de cidades que pudesse contemplar pequenos raios urbanos ricos em serviços e comércios locais, garantindo a proximidade desses equipamentos das residências, contrapondo-se ao modelo modernista de uma *cidade* dividida em setores monofuncionais e focada na circulação de automóveis de uso individual - que valoriza o fluxo casa-trabalho, em grande parte realizado por corpos masculinos - e de mercadorias para abastecimento dos setores produtivos, além de outras logísticas que pautavam o universo do capital.

Harvey (2016) esclarece que, neste aspecto, os grupos que se denominavam pós-modernos, tendiam a uma experiência urbana mais complexa. Ele faz referência ao arquiteto Leon Krier, que servia ao governo Britânico no final dos anos de 1990, como um crítico do zoneamento monofuncional modernista. Krier contrasta esse ideal reconhecendo “a ‘boa cidade’ (por sua natureza ecológica), em que ‘a totalidade das funções urbanas’ é fornecida dentro de ‘distâncias a pé compatíveis e agradáveis” (p. 70). Mas não resolve os problemas do urbanismo populista regido pelo livre mercado que tende à gentrificação de áreas urbanas.

O populismo de livre mercado, por exemplo, encerra as classes médias nos espaços fechados e protegidos dos shoppings e átrios, mas nada faz pelos pobres, exceto ejetá-los para uma nova ordem e bem tenebrosa paisagem pós-moderna de falta de habitação (id., p. 79)

Nessa leitura, as relações espaciais que são também ditadas pelas relações de trabalho, determinam o modo como grupos sociais vulneráveis estão sempre à parte do discurso oficial de produção das cidades. Nessa esteira, as mulheres pobres e periféricas são diretamente atingidas.

Sobre a relação entre território e trabalho, podemos começar dizendo que, historicamente, constituiu-se uma divisão social e sexual do trabalho que injeta ainda hoje nos corpos femininos, e de forma quase exclusiva, as tarefas ligadas ao que chamamos de trabalho reprodutivo (FEDERICI, 2019). São, na grande maioria das vezes, as mulheres que realizam as tarefas domésticas e de cuidado. Podemos demonstrar diversos equívocos na construção desse modelo de divisão do trabalho, enraizado em princípios patriarcais. Em primeiro lugar, é bastante limitada a ideia de que as tarefas de cuidado são restritas a um ambiente doméstico e privado, ignorando o fato de que para exercê-las as mulheres não apenas circulam no espaço urbano público, como apresentam fluxos muito mais intensos e complexos do que aqueles que são demandados pelo trabalho produtivo, realizado na maior parte das vezes pelos corpos masculinos. Gonzaga (2004) escreve que a supremacia masculina estabeleceu “um conjunto de representações de como as mulheres devem comportar-se encurralando-as no espaço privado e reproduzindo o tratamento dado neste espaço nos espaços públicos”. Essa perspectiva ignora como se dão, de fato, as rotinas urbanas das mulheres nos locais públicos, ainda que estejamos falando aqui de um grupo específico de mulheres, as mulheres de classe média.

Outra lógica patriarcal equivocada a respeito da divisão social e sexual do trabalho, é a de que o trabalho reprodutivo e de cuidado é menos importante, sendo frequentemente desvalorizado e tendo suas demandas negligenciadas. A verdade é que essas atividades constituem a essência da vida urbana cotidiana, sem as quais qualquer outra atividade não seria possível (id.).

Em terceiro lugar, a estrutura da divisão do trabalho é equivocada ao atribuir às mulheres a exclusividade das atividades reprodutivas, muitas vezes sob o discurso da submissão e da incapacidade para a realização de tarefas ligadas à produção, ou ainda sob o pretexto biológico de que a mulher nasceu para gestar e cuidar (id.).

Postas essas considerações, é fundamental destacar que essa percepção diz respeito a uma parcela da sociedade, pois se as mulheres brancas e de classes sociais mais altas eram levadas a ter basicamente, e somente, uma vida doméstica dedicada aos cuidados com a casa e com a família, as mulheres negras e pobres acumulavam diversas jornadas intensas de trabalhos que, ainda hoje, são pouco reconhecidos e desvalorizados. Essa é uma realidade especialmente forte nos países do sul global.

A respeito da presença das mulheres nos espaços públicos, Cota (2021), ao debater sobre a condição de *habitar* como uma referência lefebvriana ao direito à cidade (no sentido de incluir tudo aquilo que rege a vida urbana para além das experiências domiciliares), reforça a importância de políticas que envolvam o “habitar social” questionando se “diretrizes e práticas dessas políticas, seus métodos e instrumentos, têm respondido a necessidades e demandas de coletividades antes excluídas, como as das mulheres” (p. 17). Não reconhecer as diferentes formas de ocupação do espaço público exercidas pelas mulheres, impossibilita a realização de políticas públicas direcionadas à elas, de modo que tenham pleno direito à cidade. Ela escreve:

Embora as mulheres pobres (e, no caso brasileiro, negras) sempre tenham trabalhado ou realizado tarefas de cuidado para além do espaço privado, é fato que, historicamente, o espaço público nas sociedades modernas foi pensado por e para homens. Apenas a inclusão das mulheres brancas de classe média no mercado de trabalho (assalariado), na segunda metade do século XX, deu maior visibilidade à questão da presença feminina no espaço público da cidade. (COTA, 2021, p. 17)

Nesse sentido, destacamos ainda a importância de diferenciarmos as experiências das mulheres nas cidades a partir de marcadores como classe e raça. O racismo cultural e estrutural que se expressa no contexto do Brasil, provoca uma percepção generalizada (que inclui algozes e vítimas) de que a mulher, e mais especificamente a mulher negra, é naturalmente levada a desempenhar papéis sociais desvalorizados, e do ponto de vista do trabalho, a exercer atividades de superexploração, habitando espaços urbanos desqualificados na perspectiva da estrutura urbana (GONZALEZ, 2020).

Para demonstrar as razões que levaram mulheres negras ao maior nível de opressão social, Lélia Gonzalez (2020) articula os contextos históricos após a abolição da escravatura no Brasil (assim como em outras realidades latino-americanas e caribenhas) e revela como o racismo se manifesta nas diferentes dimensões da vida - sexual, social e de trabalho - levando a população negra a assumir corpo na realização dos trabalhos mais desvalorizados. Para as mulheres negras, determina-se quase que como uma regra, dois perfis profissionais: a doméstica e a mulata (id.). A respeito do cotidiano da mulher negra e pobre no Brasil, Gonzalez escreve:

Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos com os cuidados dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos). Após 'adiantar' os serviços caseiros, dirige-se à casa da patroa, onde permanece durante todo o dia. E isso sem contar quando tem de acordar mais cedo (três ou quatro horas da manhã) para enfrentar as filas dos postos de assistência médica pública, para tratar algum filho doente; ou então quando tem de ir às 'reuniões de pais' nas escolas públicas, a fim de ouvir as queixas das professoras quanto aos problemas 'psicológicos' de seus filhos, que apresentam comportamento 'desajustado' que os torna 'dispersivos' ou incapazes de 'bom rendimento escolar' (id., p. 58)

A lógica da divisão social e sexual do trabalho - o trabalho produtivo x o trabalho reprodutivo - , somada a lógica da divisão racial do trabalho, mais evidente nas economias do sul global, costurou nas cidades modernas capitalistas uma forma desigual de organização do espaço que privilegiou certos grupos sociais em detrimento de outros, e revelou uma estrutura determinante das condições de *quem* e do *que* estaria autorizado a circular no espaço urbano público. E, ao eleger aquilo que seria visível na cidade, determinou também aquilo que não seria.

Poderíamos situar tal questionamento a partir, inclusive, das noções de centro e periferia urbana e, mais necessariamente, a partir da ideia de que há lugares com ampla e qualificada infraestrutura urbana enquanto outros sofrem com a ausência do mínimo. Ou ainda, poderíamos falar dos horários formais de trabalho - geralmente dedicados à produção, também chamados de *horário comercial* - e dos horários informais de trabalho ou dos trabalhos noturnos, quando a própria escuridão proporciona o apagamento necessário a determinadas atividades, como a prostituição que leva mulheres a circularem pelos espaços públicos madrugada afora, vulneráveis e sujeitas à diversos tipos de violências.

Quando se intersecciona os marcadores sociais, considerando a lógica que estrutura e organiza as cidades modernas capitalistas, em que se prioriza os fluxos e a circulação de pessoas e mercadorias dedicando-se à produtividade e à acumulação de capital, e considerando a divisão social, sexual e racial do trabalho, é possível entender quais seriam os grupos sociais que teriam autorização para estar no espaço urbano - no caso, não estamos falando de qualquer espaço, mas daqueles dotados de serviços e infraestrutura; e também não estamos falando de qualquer horário, mas sim dos horários designados para os trabalhos formais, já que nos demais espaços e demais

horários, as populações marginalizadas sempre foram necessárias e desejadas, para que pudessem ocupar lugares e trabalhos desvalorizados.

A interseccionalidade enquanto teoria considera a complexidade das matrizes de poder que estabelecem o domínio de certos grupos sociais. Reconhece interseções e sobreposições distintas, caracterizadas por marcadores como classe social, raça e etnia, faixa etária, gênero e sexualidade. Curiel (2020) discute a origem do termo, em consonância com outros discursos feministas, como de Patrícia Hill Collins e María Lugones, considerando que o modo como Crenshaw (2002) apresenta a metáfora, ainda que revolucionário para a época, pressupõe a existência avulsa de eixos de poder, como se em algum momento eles se separassem assumindo certa autonomia.

(...) tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade etc. são constitutivos da episteme moderna colonial; elas não são simples eixos de diferenças, são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbricada, que produzem o sistema colonial moderno (id., p. 133)

Esses marcadores são, portanto, determinantes das posições sociais dos variados corpos sociais. Ou seja, todos os corpos são marcados por essas diferenciações de maneira imbricada, criando uma hierarquia social na qual homens adultos, heterossexuais, cisgêneros, brancos e ricos ocupam o ponto mais alto da pirâmide. Aparentemente, este seria o corpo padrão, usado como métrica urbana e que concebe sua versão narrativa hegemônica da história da *cidade*, e da história contada na *cidade* através de formas, símbolos e matérias. Pois esse foi o corpo autorizado a circular pelo que seria entendido como o corpo principal da cidade: a cidade formal, saudável, em que se usufrui de boa infraestrutura urbana (aquela que esconde as camadas indesejáveis de corpos e cidades).

Sennet (2010) corrobora essa perspectiva da desigualdade presente nas cidades - em forma, matéria e texto - ao descrever a divisão de fluxos das cidades modernas em diferentes contextos. A respeito do aclamado projeto de Haussmann para Paris, em meados do século XIX, o autor reconhece a importante oportunidade de Haussmann de implementar “o maior esquema de redensolvimento urbano dos tempos modernos, destruindo boa parte da malha medieval e do Renascimento; retas, as novas vias ligavam o centro da cidade aos distritos” (p. 332). Esta nova proposta se

organizava a partir de diferentes redes com vias que cumpriam papéis distintos e funcionavam como veias e artérias, em analogia ao corpo humano.

O novo desenho urbano privilegiou o tráfego das mercadorias, com avenidas largas, e controlava o acesso daqueles que residiam nos bairros populares e mais periféricos ao centro, pois “não era interesse do Haussmann encaminhar mais gente pobre para o centro da cidade” (id., p. 334). As vias urbanas que cumpriam o papel de veias, tratavam de conduzir a população das periferias para a região central - o coração -, em direção aos comércios e para trabalharem nas pequenas indústrias. As artérias proporcionaram os trajetos de saída do centro, que foi esvaziado de moradia. Ou seja, esse mecanismo de fluxos direcionava a população pobre para o centro apenas para trabalhar e consumir, enquanto seus locais de moradia eram cada vez mais afastados. Lógica que persiste até os dias atuais nos mais variados contextos urbanos. Em Londres, a grande transformação veio com o metrô, que cumpria o papel de veia e artéria, simultaneamente, permitindo o consumo de massa na Inglaterra industrial.

Ainda que o sistema arterial-venoso do metrô tenha criado uma cidade mais misturada, suas fronteiras temporais mantinham-se bastante claras. (...) densidade e diversidade de dia, dispersão e homogeneidade à noite. Evidentemente, o contato diurno não aproximava as classes tanto assim. Os que trabalhavam ou faziam compras voltavam para casa. (SENNETT, 2010, p.338).

O que Sennett (2010) nos apresenta é uma série de fatos sobre processos de urbanização, especialmente na Europa, clareando o modo como o desenho urbano tratou de privilegiar acesso e circulação de determinados grupos sociais e mercadorias, diminuindo as possibilidades de oportunidades das classes mais pobres. Nas cidades modernas, industrializadas e capitalistas, os grupos sociais que tinham consentimento para circular livremente pela *cidade*, eram formados por homens europeus ricos, donos dos modos de produção e acumuladores de fortunas. As mulheres brancas, ricas ou de classe média, estavam em grande parte realizando toda a rotina doméstica que lhes era imposta, impedidas de exercer outros trabalhos remunerados.

É igualmente relevante aumentarmos a lente analítica destas relações de poder, reconhecendo pólos globais de força e de submissão. Se a realidade do papel histórico das mulheres é questionável nos países europeus, nos países mais pobres, colonizados a partir da perspectiva da exploração de riquezas e de pessoas escravizadas, a realidade dessas relações se revela ainda mais cruel com as

mulheres, especialmente as mulheres pobres e, no caso do Brasil, negras. Não obstante, o movimento feminista liderado por ativistas negras traçou uma contundente crítica ao feminismo branco e elitista, reconhecendo que para além do parâmetro gênero, era necessário aprofundar nas questões de classe e raça para questionar as estruturas sociais dominantes. hooks (2019) critica Betty Friedan, “apontada como precursora do movimento feminista contemporâneo”:

A famosa frase de Friedan, ‘o problema que não tem nome’, geralmente citada para descrever a condição da mulher nessa sociedade, na verdade se referia ao drama de um seleto grupo de esposas brancas das classes média e alta, com nível superior - mulheres do lar, entediadas pelas horas de lazer, atividades domésticas, crianças e compras, e que esperavam mais da vida. (...) Ela não discute quem seria chamado a tomar conta das crianças e manter a casa, no caso de mais mulheres como ela serem liberadas de seu trabalho doméstico e conseguirem ingressar no mundo profissional em condições equivalentes às dos homens brancos. (hooks, 2019, p. 27).

No entanto, o primeiro passo dado pelo movimento feminista branco, que aponta a existência de um grupo privilegiado formado de corpos masculinos, foi fundamental, ainda que não seja suficientemente revolucionário, para romper com a métrica hegemônica utilizada no pensar e no fazer cidades. Mas é a partir desse movimento, que questiona a categoria gênero, na qual a mulher está em extrema oposição ao homem, que o debate começa a ganhar densidade.

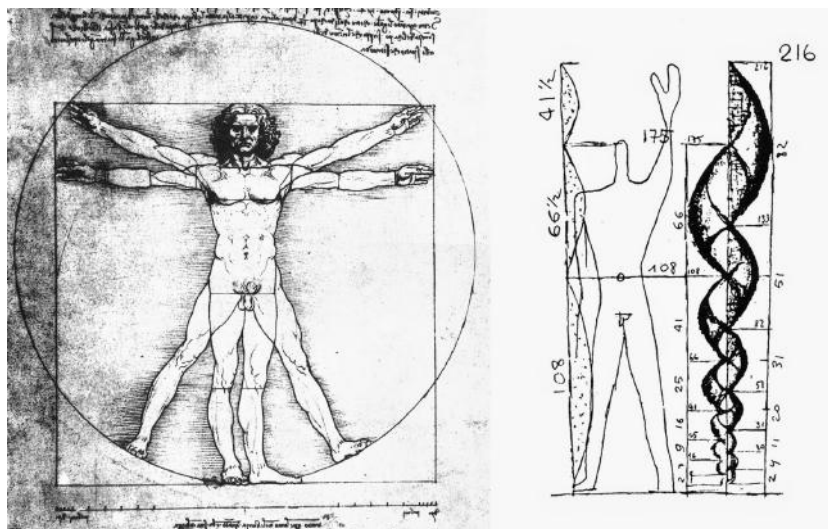
A discussão em torno da dicotomia homem-mulher, por si só, apresenta complexidades que vão além da condição biológica e fisiológica, exigindo diferenciar sexo e gênero, e reforçando o uso dos termos feminino e masculino dentro de uma estrutura social que formula condições de força, oprimindo e diminuindo tudo aquilo que se identifica como feminino - tendo a mulher como principal referencial.

Sexo é o que distingue biologicamente um homem, uma mulher ou umx hermafrodita (intersexo). Já gênero é a construção social dessa distinção. Segundo Muxí, gênero pode ser definido como a ‘construção social e cultural de papéis conformada historicamente que atribuiu capacidades específicas, atribui espaços e dá prioridade a cada sexo’. Historicamente, o espaço urbano reflete as divisões de papéis tradicionais entre gêneros, que reservam à mulher o âmbito doméstico e ao homem os espaços públicos. (COTA, 2021, p. 25)

No campo da arquitetura e do urbanismo, as questões de gênero aparecem tanto na prática projetual como no discurso conceitual. Agrest (1988 *in* NESBITT, 2008)

exemplifica essas relações com evidências bastante interessantes. Ela escreve que os sistemas arquitetônicos foram determinados “por uma lógica idealista e um sistema concomitante de repressões” baseado em sexo e gênero. Tanto o homem vitruviano, de Da Vinci, quanto o modulator, de Le Corbusier (figura 01), resultam dessa lógica idealista que buscava identificar no antropomorfismo um padrão universal que, não por coincidência mas por conveniência, apostava em uma referência de um corpo masculino. E não apenas isso. Trata-se de um corpo masculino, branco, europeu, adulto, em perfeito estado de saúde.

Figura 01: homem vitruviano de Da Vinci, e modulator de Le Corbusier.



Fonte: Archdaily

Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/>

Acesso em: 03 de fevereiro de 2025.

Essas elaborações que se constroem sob o discurso da neutralidade, são, na realidade, sistemas de opressão e de exclusão de corpos taxados como estranhos, esquisitos e anormais, o que Agrest (id.) chama de “instabilidade simbólica”. De modo que a escolha de um corpo masculino nas condições em que se apresenta nas figuras citadas, representa uma ordem simbólica instituída e hegemônica, na qual grande parte dos corpos não se enquadra. “A mulher foi colocada nessa categoria [instável] quando pretendeu afirmar sua presença em vez de limitar-se a encontrar uma forma de ‘se enquadrar’ na ordem simbólica estabelecida” (id., p. 586). O antropomorfismo masculino vai além da arquitetura nos escritos de Di Giorgio e em suas analogias entre corpos e cidades, a ponto de transformar o umbigo do homem no útero da *cidade* (id.).

As relações que Sennet (2010) faz sobre comportamento social e configuração espacial das cidades também apresentam evidências importantes acerca da supremacia masculina. Seus estudos, em diferentes escalas, épocas e contextos urbanos, mostram que, de forma proposital ou não, existe uma relação direta entre o modo como os espaços se organizam e o modo como os indivíduos se comportam. Um exemplo seriam as análises sobre as largas avenidas da Paris de Haussmann, já anteriormente comentadas, que impediam a organização de barricadas e manifestações populares - afinal, é muito mais difícil ocupar e fechar uma avenida de proporção monumental do que as ruelas estreitas da Paris antiga; ou suas observações sobre os arranha-céus que distanciam os indivíduos da rua e, portanto, do espaço público, empobrecendo as experiências sociais tanto quanto as confortáveis almofadas dos novos assentos do transporte público, que levam o corpo a um tal estado de relaxamento que socializar com a pessoa ao lado se torna uma inconveniência.

E ao entender a história das cidades a partir das relações entre corpo e espaço, Sennet (id.) constata a separação de corpos masculinos e corpos femininos como uma lógica social que se realiza na *cidade* cujos resultados são questionáveis. Uma de suas reflexões discorre sobre como tal dicotomia contribuiu, inclusive, para um processo de homogeneização e de apatia social. Instaurou-se o corpo masculino como referência de ideal diante dos preconceitos que, à época da Revolução Francesa, colocavam as mulheres como figuras irracionais. E se as revoluções exigiam corpos em movimento, a universalização dos corpos, a partir de uma visão androcêntrica, promovia a apatia generalizada.

Neste mesmo contexto, o autor destaca o modo como tomam uma mulher, Marianne, como referência emancipando, a partir dela, toda a narrativa patriarcal. Marianne se torna emblemática no contexto da Revolução Francesa quando o cidadão ideal era representado por um padrão de corpo masculino. A mensagem era clara: ela não era qualquer mulher. Suas representações estavam associadas ao cuidado maternal, cumprindo o papel que as sociedades patriarcais, ainda hoje, atribuem ao ideal do que viria a ser *mulher*. E assim, com seu semblante angelical, a mulher branca, doce e nobre se tornava a mãe de todos os cidadãos, e “aliviava os sofrimentos causados pela Revolução. Por ser muda, seu desvelo consistia em um amor submisso e incondicional” (SENNET, 2010, p. 295). A imagem de Marianne

circulava em diversos meios, de estátuas em locais públicos até jornais e moedas, fazendo com que a narrativa atingisse a massa. Não era também qualquer imagem.

A Revolução modelou o rosto de Marianne como o de uma jovem deusa grega, dotada de nariz reto, testa alta e queixo bem-formado; seu corpo tendia mais às formas arredondadas de uma jovem mãe (...). Na pintura de Clemente, o colo farto de Marianne representava seu cuidado com todos os franceses (...). A veneração de uma figura maternal lembra o culto e a adoração da Virgem Maria (id., p. 292)

Se a imagem de Marianne era, mais do que uma imagem de mulher, um projeto de mulher ideal, fundamental na estrutura patriarcalista, aquelas que se diferenciavam em imagem e comportamento, e que em dado momento resistiram ao sistema foram tidas como feiticeiras ou históricas, queimadas ou aprisionadas (AGREST, 1993 *in* NESBIT, 2008). O feminismo nasce do latente desejo de resistir, e de existir, diante da opressão.

Os que não se enquadram, têm de encontrar o seu lugar no meio das ordens simbólicas, nos interstícios; representam uma certa instabilidade simbólica. (...) Por vias estranhas, a mulher foi colocada nesta categoria quando pretendeu afirmar a sua presença em vez de limitar-se a encontrar uma forma de 'se enquadrar' na ordem simbólica estabelecida (id., p. 586).

Com o entendimento de que pensar as cidades não era tarefa exclusiva do urbanista, e que exigia um trabalho multidisciplinar e diverso, a resistência organizada pelas mulheres através de grupos feministas alavancou a ideia do feminino enquanto uma categoria de análise e fez emergir conceitos feministas nas mais diversas disciplinas. Muitos consideram que na arquitetura e no urbanismo esses ativismos foram tardios, especialmente no Brasil. Mas a concepção de um planejamento urbano que inclui a perspectiva de gênero, ou, mais ainda, a formulação de um urbanismo feminista (COL-LECTIU PUNT 6, 2019) está hoje nas principais discussões sobre planejamento das cidades, sendo um tema de grande visibilidade que tem ganhado maior projeção ao longo do século XX, especialmente a partir dos anos 90. Tais debates vêm produzindo uma série de eventos e manifestos internacionais (COTA, 2021), demonstrando, inclusive, que não se trata de uma questão de interesse exclusivo de mulheres.

O pensamento que permeia uma prática urbanista feminista reconhece que as cidades que temos hoje não são iguais para todas as pessoas, e

questiona as estruturas e os projetos urbanos que beneficiam e privilegiam alguns corpos em detrimento de outros. Reconhece-se, a partir do urbanismo feminista, que as cidades não são justas nem mesmo neutras, pois, ao terem seus desenhos e ordenamentos pensados a partir de uma lógica universalizante, um urbanismo ‘para todos’, provocam uma invisibilização da ‘diversidade de experiências’ vivida pelos diferentes corpos, ‘perpetua desigualdades estruturais e se baseia em um cidadão estandarizado e complacente com o capitalismo’. (COL-LECTIU PUNT 6, 2019, p. 19, tradução nossa).

Ao cunhar o termo Urbanismo Feminista, o coletivo espanhol Punt 6, liderado pela arquiteta urbanista argentina Zaida Muxí, reforça a importância de trazer a discussão para um espaço político, pois é nesta esfera que os movimentos feministas se estabelecem para formalizar suas lutas e conquistas. Ainda que possam se valer das mesmas questões, o planejamento urbano a partir de uma perspectiva de gênero não evidencia com a mesma clareza o importante, e pioneiro, papel que os grupos feministas tiveram na elaboração de um discurso crítico e contra-hegemônico e, portanto, não valoriza o caminho já percorrido pelas ativistas feministas em toda a história.

É comum que o termo feminista seja, por vezes, mal-compreendido, podendo sugerir uma ferramenta de exclusão que pretende criar uma espécie de bolha urbana na qual as mulheres estão fechadas e protegidas. É preciso atentar para o fato de que o urbanismo feminista pretende encontrar alternativas para que todas as pessoas possam, com suas diversidades, viver nas cidades de forma respeitosa, livre e justa (id.). E é também relevante iluminar tal questionamento reconhecendo que, ao serem ainda responsáveis pela maior parte das tarefas de cuidado, as mulheres estão necessariamente ligadas a outros grupos oprimidos e negligenciados pelo planejamento urbano moderno, como idosos, pessoas com deficiências e crianças.

O urbanismo feminista seria, portanto, “um posicionamento e uma ferramenta política”, e parte da ideia de que “a configuração física e social dos espaços determina a realidade cotidiana das pessoas nas cidades, e que um enfoque feminista pode contribuir com uma transformação social e física, rompendo hierarquias e mudando realidades” (id., p. 21).

Na prática, o urbanismo feminista concentra-se na vida comum e cotidiana de todos os corpos, de sujeitos e sujeitas, que experimentam cidades. Reconhece e compreende como se dá o desempenho das tarefas produtivas, reprodutivas e de cuidado. Entende que estas últimas continuam sendo realizadas, em grande parte,

pelas mulheres e seguem sendo invisibilizadas pelo sistema que modela as cidades na modernidade, cujas bases estão alicerçadas na acumulação de capital e, portanto, na valorização do trabalho de produção. Traz “essa ideia simples, porém radical, de colocar a vida das pessoas no centro das decisões urbanas” (id., p. 22).

A lógica que estruturou o discurso arquitetônico e urbanístico ao longo dos tempos não é neutra e nem gratuita e foi moldada, histórica, social e culturalmente, a partir de uma ideia principal que aprisiona as mulheres em um lugar de submissão e opressão, de modo que tal narrativa possa garantir a manutenção do poder dos corpos masculinos sobre os corpos femininos. E se o patriarcalismo se apresenta como o principal pilar estruturante do discurso hegemônico, ele ganha um importante aliado no desenvolvimento das cidades modernas: o capitalismo.

Gonzaga (2004), ao escrever sobre a história das cidades e as histórias que as cidades contam, afirma que tais eventos se constroem especialmente a partir da cooperação dessas duas diferentes forças: o capital e o patriarcal. Curiel (2020) chama atenção para um terceiro eixo de força, especialmente relevante nas culturas latino-americanas e caribenhas: o colonialismo, que nos permite incluir uma análise a respeito de raça e classe social. A modernidade é um projeto inacabado, assim como o colonialismo nos países do sul global. Segato (2022) fala, portanto, de uma modernidade-colonial ameaçadora orquestrada sobretudo a partir de um preconceito a respeito do comum. O Estado que, para ela, é a última instância da expressão patriarcal, tem forçado a procura por outro formato de política que foi reprimida na transição à modernidade-colonial. “Essa outra política (...) foi interrompida, censurada, quando o espaço das tarefas masculinas sequestrou tudo o que se pretendia por ‘gerenciamento’ coletivo” (id., p. 32). De modo que um feminismo decolonial se faz urgente, a fim de providenciar leituras sobre a realidade nas margens onde ações pautadas no comunitário e no coletivo vigoram diante das limitações e interesses do Estado em suprir todas as carências das populações periféricas.

O movimento feminista não é, portanto, um movimento blindado de críticas. Nasce de um discurso eurocentrado, liderado pelas mulheres brancas, das classes média e alta que queriam algo mais do que marido, filhos e casa. hooks (2019) escreve: “os problemas e dilemas específicos das esposas brancas da classe do lazer eram questões reais dignas de preocupação e mudança, mas não eram as questões políticas prementes da maior parte da população feminina” (id., p. 28).

As críticas ao movimento feminista branco são empreendidas por ativistas negras, especialmente pelas latino-americanas e caribenhas. Acentua-se a perspectiva política do movimento feminista, emergindo críticas e conceitos a partir das mulheres representantes de culturas marginalizadas que questionam mais do que a dicotomia feminino-masculino, homem-mulher, pois reconhecem a pluralidade de corpos, gêneros, raças, classes sociais e sexualidades (HOLLANDA, 2020).

Nesta situação, escrevo em primeira pessoa novamente para me colocar como uma mulher branca entendendo que é preciso estar também à margem dessa estrutura hegemônica, ainda que seja necessário afirmar o lugar de privilégio que ocupo enquanto mulher e saber que as minhas experiências serão sempre as minhas experiências. Colocar-se à margem dentro de um sistema de diferenças inclui nos posicionarmos à margem - ir até a margem e contribuir para solidificar um caminho de trânsito contínuo da margem ao centro e vice-versa - a partir de nossos lugares específicos, e por vezes privilegiados. Reforçar que reconhecemos nossos papéis enquanto pesquisadoras e acadêmicas, os quais devem ser pautados pela ética e pelo constante questionamento, e sempre nos indagando sobre como podemos contribuir com o debate a partir desse lugar de privilégio.

A mulher enquanto categoria ampla, evitando os abismos da generalização cega que universaliza para oprimir, consegue “lançar, melhor do que ninguém, um olhar crítico. As mulheres podem colocar-se à margem do sistema da arquitetura [ou de qualquer outro sistema] quando aceitam a heterogeneidade e incluem positivamente o que é negado, a própria mulher” (AGREST, 1988 *in* NESBITT, 2008, p. 595).

A partir de uma lente crítica, constituída por diversos saberes, torna-se necessário conceber novas ferramentas investigativas para olharmos os territórios urbanos e enxergarmos a pluralidade de corpos-textos, inclusive e especialmente aqueles ocultados pelas camadas superficiais desenhadas por um corpo-texto hegemônico. Na superficialidade dos territórios, encontramos um modelo desigual que tem orientado a formatação das cidades, enterrando existências e narrativas. A escavação arqueológica considera a cronologia temporal a respeito do que está embaixo e do que está na superfície - na superfície está o presente, enquanto no subsolo é possível encontrar vestígios de passados que quanto mais fundo, mais longínquo.

Mas podemos associar o conceito da escavação a uma perspectiva decolonial, substituindo o passar do tempo pelos marcadores sociais, o que nos levaria a afirmar que, se no topo está o homem-branco-rico-europeu, na base teríamos seu exato oposto. Construir um processo de registro de memórias e de valores a partir da oralidade das mulheres periféricas seria um processo de escavação de histórias, reconhecendo que tais narrativas estão enterradas no ponto mais profundo. Nesta toada, resgatar experiências enterradas a partir do protagonismo dos corpos colocados à margem, ou seja, excluídos da história tradicional, libertando-se de conceitos universais e transitando pelas metodologias forjadas no interior de uma perspectiva contra-hegemônica - como as teorias decoloniais, que aceitam nuances, mudanças e descontinuidades históricas - “permitiria a redescoberta de situação inédita, não no sentido de apontar o excepcional, mas de descobrir o que até então era inatingível, por estar submerso” (MATOS, 2002, p. 29)

1.2 cultura, cotidiano e mulher:

viver bem e cuidar do comum

Se entendemos que as diferenças entre gênero, raça e classe determinaram, e determinam, os lugares que deveriam ser ocupados por cada corpo na dinâmica urbana da modernidade, especialmente naquilo que diz respeito ao trabalho - remunerado ou não -, poderíamos dizer que cada corpo, entendido a partir da matriz interseccional, está de certo modo subordinado a realizar as tarefas que lhes foram atribuídas historicamente. Pois tais diferenças consolidaram relações de poder e de opressão nas cidades. Certamente, não se trata de uma determinação natural, ainda que tenham se apropriado da argumentação biológica como fator definidor do lugar de trabalho das mulheres tratadas, em grande parte, como as responsáveis pelas tarefas de cuidado a partir de uma leitura de gênero.

A perspectiva decolonial incrementa o debate considerando diferenças relevantes nas relações de poder e de opressão numa esfera global, em que países colonizadores exercem poder sobre os colonizados - especialmente aqueles em que a colonização se deu por meio da exploração -, mas também local, pois o modo como os territórios foram ocupados, bem como suas histórias particulares, determinaram relações sociais próprias entre as diferentes classes. No caso do Brasil, como colônia

portuguesa, há que se considerar a complexa mistura de povos, apontando especialmente a soberania dos portugueses - brancos europeus - sobre os povos originários e sobre a população africana trazida para ser escravizada. A herança étnica da miscigenação brasileira tem sido determinante na construção social dos papéis que cada corpo assume nas cidades.

Ou seja, analisando a complexidade desses marcadores tão fortemente imbricados seria pertinente dizer que o modo de vida das mulheres negras e pobres, no Brasil, apresenta condições particulares de vulnerabilidade. Defende-se a ideia de que essas particularidades são fortemente percebidas nas narrativas que permeiam o cotidiano, em que boa parte é ocupada pelo trabalho (MATOS, 2002). E para entendermos melhor as particularidades que se destacam a partir das vivências e experiências das mulheres na cidade, precisamos definir, primeiramente, o que se entende por cotidiano.

A geógrafa brasileira Ana Fani Carlos (2020), ao analisar as cidades a partir de suas várias dimensões, e através de narrativas poéticas, relembra os versos de Paulinho da Viola, em Sinal Fechado¹¹, como uma expressão própria do cotidiano urbano que denota apatia, “a repetição e a trivialidade inerentes ao cotidiano: gestos mecânicos, atos desprovidos de sentido, o passar das horas, meses, anos” (p. 23), recuperando o sujeito *blasé* (SIMMEL in VELHO, 1979) como um produto das metrópoles que re-condicionaram a dimensão do tempo. Mas, ainda que esteja o cotidiano envolto pelas rotinas que exigem da população urbana uma racionalização constante, o cotidiano é também palco de confronto,

que emerge na luta entre o permanente e o mutável; entre o racional e o irracional. (...) No cotidiano, a separação homem-natureza, o exacerbamento do individualismo, a fragmentação dos indivíduos, ideias e trabalho aparecem com força total (CARLOS, 2020, p. 23).

¹¹ A canção apresenta um diálogo entre duas pessoas que se encontram na cidade, diante do sinal fechado: Olá, como vai? Eu vou indo, e você, tudo bem? Tudo bem, eu vou indo correndo pegar meu lugar no futuro, e você? Tudo bem, eu vou indo em busca de um sono tranquilo, quem sabe? Quanto tempo! Pois é, quanto tempo! Me perdoe a pressa. É a alma dos nossos negócios. Pô, não tem de quê, eu também só ando a cem. Quando é que você telefona? Precisamos nos ver por aí! Pra semana, prometo talvez nos vejamos, quem sabe? Quanto tempo! Pois é, quanto tempo! Tanto coisa que eu tinha a dizer, mas eu sumi na poeira das ruas. Eu também tenho algo a dizer, mas me foge à lembrança. Por favor, telefone, eu preciso beber alguma coisa rapidamente. Pra semana, o sinal... Eu procuro você, vai abrir, vai abrir. Prometo, não esqueço. Por favor não esqueça, não esqueça. Não esqueço, adeus”

O estudo sobre o cotidiano urbano não é matéria nova, porém os novos paradigmas que têm confrontado a historiografia tradicional acentuaram a relevância do cotidiano nos estudos históricos. E, se antes as análises históricas sobre o cotidiano orientavam-se pela descrição de hábitos, a “nova história” não apenas ampliou metodologias e conceitos, mas abriu perspectivas incorporando, especialmente, a dimensão política nas investigações acerca do cotidiano. O que, de fato, possibilitou estruturar estudos mais contundentes a respeito de uma “cultura de resistência”, entendendo o cotidiano para muito além de um lugar que privilegia o estático dimensionado pela constante repetição (MATOS, 2002).

Para Maria Izilda Matos (2002), o cotidiano expressa uma “cultura de resistência” em que é possível desvendar relações obscuras sustentadas pelo poder e pela opressão. Neste tensionamento político, os estudos sobre as mulheres e suas vidas nas cidades tornam-se centrais (id.). A crise da história que levou a uma maior valorização do cotidiano acontece também em meio aos questionamentos a respeito do masculino como personagem histórico universal e das políticas de preservação patrimonial, as quais tomavam como base a erudição e a materialidade sob forte influência das condutas europeias e ocidentais do século XIX (SANT’ANNA, 2003). Na esteira dessas questões, o trabalho do historiador francês Michel de Certeau (1998) sobre o cotidiano e a cultura popular torna-se emblemático, pois reafirma o valor do cotidiano, do comum e do ordinário. E, mais do que isso, reconhece que “procedimentos populares”, que ele identifica como “minúsculos” e “cotidianos”, são ferramentas importantes de enfrentamento da ordem dominante a partir dos grupos dominados. Ao apresentar os heróis de sua pesquisa, Certeau (id., p. 57) escreve: “Este ensaio é dedicado ao homem ordinário. Herói comum. (...) Este herói anônimo vem de muito longe. É o murmúrio das sociedades.”

Assim, Certeau (id.) lança seu olhar a personagens “sem brasões sociais” para reconhecer o valor da cultura do cotidiano combatendo o discurso hegemônico que desmerece as expressões populares e valoriza a erudição e a excepcionalidade. Nesse mesmo tom, assistimos às viradas discursivas no campo do Patrimônio Cultural que impõem um debate fundamental que ganhará mais corpo nos capítulos seguintes¹², mas que reitera a urgência em se repensar as ferramentas de salvaguarda

¹² No capítulo 02, a partir da questão “memória tem gênero?” abordaremos a importância política da memória e sua valorização nos debates contemporâneos acerca do Patrimônio Cultural contrapondo-se a noção de *história*. Em seguida, no capítulo 03, em que apresentamos aspectos metodológicos da

do patrimônio nacional de modo a ampliar nossas referências para além das excepcionalidades. Ou seja, o cotidiano, o popular e o ordinário assumem um importante lugar na história.

Matos (2002) também chama atenção para outro aspecto desse debate, debruçando-se sobre as relações entre público e privado na esfera do cotidiano. A separação entre esses dois universos da vida urbana é uma construção moderna, que permitiu ocultar tensões, conflitos e opressões entre as diferentes classes sociais “porta a dentro”, especialmente nas relações dos trabalhadores do servir com seus patrões e patroas. Tradicionalmente, as atividades que prestavam serviços domésticos eram, em sua maioria, um ofício das mulheres, quando não, um ofício feminino - o que, por certo, garantia sua condição de inferioridade ainda que desempenhado por homens.

Mas, se nas regiões ocupadas pelas classes sociais mais privilegiadas o limite entre público e privado aparece mais rígido, nos bairros populares a rua é extensão da casa. Nesses territórios situados à margem, as relações sociais pautadas pela solidariedade e pela necessidade de estreitamento de vínculos comunitários diante da frequente ausência do Estado frente às necessidades básicas da população também colaboram para tornar os limites entre público e privado mais fluídos, excepcionalmente nos países mais empobrecidos. Ainda que os bairros mais populares estejam assolados de violência, é comum que as pessoas envolvidas com tráfico de drogas, gangues e outras atividades ligadas à violência urbana, respeitem suas comunidades e seus territórios, como relataram inclusive as mulheres participantes da pesquisa a respeito de suas vivências no território em que residem, o Vale Verde, nosso campo de estudo (ver capítulo 04).

As fronteiras entre público e privado também eram, por vezes, condicionadas às relações do trabalho remunerado levado para dentro das casas, misturando-se a vida privada. Matos (2002), ao estudar as condições de trabalho na cidade de São Paulo no século XX, aprofunda em algumas questões que tangenciam essa temática especialmente em relação aos trabalhos femininos, à exemplo das costureiras que realizavam em suas casas as demandas do setor têxtil. Havia ali uma relação de complementaridade - um trabalho sempre subjugado que soma-se à renda

pesquisa influenciados pelos manifestos feministas-decolonias, traçamos o diálogo entre o movimento feminista-decolonial e o giro contemporâneo do campo do Patrimônio Cultural.

da família como uma “ajuda” - e também de comodidade, pois permitia que as mulheres trabalhassem de forma remunerada ao mesmo tempo em que realizavam as tarefas domésticas.

Ainda que parecesse uma situação bastante pacífica, dada as possibilidades de conciliar os dois universos de trabalho, as costureiras do início o século XX travaram importantes batalhas em prol da categoria, exigindo aumento do valor pago por costura e redução de carga horária para trabalhadores e trabalhadoras que produziam nas oficinas. Diante de tantas questões, e do movimento travado por essas trabalhadoras, por volta de 1920 começa-se a questionar a eficiência do trabalho domiciliar. Os argumentos eram os mesmos que orientaram os processos higienistas nas discussões sobre os espaços urbanos públicos. Sob o discurso de proteção à infância, afirmando que os ambientes domésticos tornavam-se mais insalubres com as práticas de determinadas atividades tidas como fabris, os patrões lutavam pelo fim do trabalho em domicílio das costureiras. Enquanto estavam em suas casas, não era possível acompanhar a realização das tarefas e garantir a produtividade das costureiras, o que por vezes era usado como uma silenciosa estratégia de resistência: manifestavam-se “no boicote à costura e ao bordado, no ritmo lento da produção, nos atrasos propositais, no alargamento do ponto” (id., p. 100).

Por certo, esse movimento pelo fim do trabalho domiciliar não pôs à cabo a atividade, mas contribuiu para sua maior desvalorização - sendo considerado uma anomalia, só poderia continuar sendo praticado dentro das casas daquelas famílias que necessitavam de qualquer quantia para sobreviver. As reivindicações pelo fim do trabalho das costureiras tiveram, portanto, duas importantes implicações: de um lado, manter a atividade domiciliar desvalorizada e silenciada, frente às frequentes manifestações por melhores condições de trabalho; e, de outro lado, impedir que as mulheres pudessem se manter em um trabalho remunerado exercido fora de casa, pois precisavam dar conta das diversas tarefas domésticas que somente o trabalho domiciliar permitia conciliar (id.).

Outro aspecto importante do trabalho realizado pelas mulheres é a descontinuidade. Ora uma descontinuidade no percurso, já que seu trajeto na cidade é marcado por pausas e fluxos não-lineares - que incluem idas à mercados, escolas, farmácia e postos de saúde, etc; ora uma descontinuidade frente à demandas inesperadas - como precisar faltar ao trabalho para buscar a criança adoecida na

escola, ou acompanhar familiares idosos em consultas médicas. Estas necessidades, muitas vezes emergenciais, podem, inclusive, provocar sua demissão marcando outro tipo de descontinuidade, que seria a do emprego; e, por fim, a descontinuidade da maternidade que provoca uma paralisação mais prolongada que pode impactar diretamente suas carreiras e profissões (id.).

Não à toa, o estudo sobre o cotidiano interpela a vida da mulher e tem sido tema central nas epistemes feministas. E se o cotidiano aparece como matéria fundamental da crítica à história tradicional, os estudos feministas apontam também para a existência de outras histórias negligenciadas pela historiografia, reivindicando a reparação do passado, a partir de uma hermenêutica do cotidiano (DIAS, 2019). A historiadora brasileira Maria Odila Silva Dias (id.) afirma:

Impõe-se a necessidade de documentar a experiência vivida como possibilidade de abrir caminhos novos. Outras interpretações de identidades femininas somente virão à luz na medida em que experiências vividas em diferentes conjunturas do passado forem gradativamente documentadas, a fim de que possa emergir não apenas a história da dominação masculina mas sobretudo os papéis informais, as improvisações, a resistência das mulheres (p. 374).

Neste sentido, define-se um importante parâmetro na condução da pesquisa, de não ater-se apenas às atividades do presente, interpelando as mulheres a respeito do passado, convidando-as para contar narrativas e memórias sobre suas vivências em diferentes tempos, conhecendo trajetórias de vida e trajetórias sociais, a fim de que seja possível documentar aquilo que foi vivenciado no passado mas permanece vivo na memória e, ao mesmo tempo, abrir perspectivas para correlacionar os tempos passado e presente.

Sendo assim, a desvalorização e a invisibilização dos trabalhos femininos, incluindo os não-remunerados, bem como os desafios postos às mulheres para a realização de trabalho remunerado, e que a partir da dimensão política do cotidiano ganham força porque provocam mobilização e resistência (ao contrário do que a história oficial costuma reverberar tratando as mulheres como apáticas ou acomodadas) criaram um campo fértil para a emancipação de uma crítica historiográfica. A partir disso seria possível falar em uma cultura urbana feminina, em contraposição às narrativas hegemônicas, e que questiona “abordagens globalizantes do real, de uma história política ‘evenementielle’, de corte neopositivista e em geral

centrada nos estudos das elites, permitindo também o questionamento da universalidade do discurso histórico” (MATOS, 2002, p. 24).

Ao enxergar o feminismo como um compromisso político, estamos nos contrapondo ao feminismo enquanto mera identidade individual e estilo de vida (que não deve ser confundido com a necessidade real e legítima de unir teoria e prática). Trata-se de uma forma de resistência que nos engaja numa *práxis* revolucionária. Os modelos éticos ocidentais formulados pelo capitalismo e pelo imperialismo estão voltados mais para a pessoa do que para a sociedade. Eles nos ensinam que o bem individual é melhor do que o bem comum e, conseqüentemente, que a mudança individual é mais importante do que a mudança coletiva (hooks, 2019, p. 62).

Nesta perspectiva, é possível afirmar que a dimensão política do cotidiano na episteme feminista orienta-se pela valorização do que os movimentos feministas têm chamado de *comum* e *bem viver*, conceitos que se entrecruzam mas que apresentam origens e definições distintas.

A ideia de bem comum pressupõe uma valorização da ação comunitária, cujo meio de existência e objetivo final estão orientados à comunidade, no sentido de conjunto. O bem comum, enquanto projeto e ação, se materializa na cidade fundamentalmente nos espaços públicos ou coletivos (MONTANER, ZAIDA, 2021). Na perspectiva decolonial, em que se prioriza os territórios à margem (geralmente negligenciados pelo poder público ou que, necessariamente, mais demandam de políticas públicas, as quais dificilmente conseguem dar cabo a todos os problemas que a população da periferia enfrenta) observa-se uma comunhão e uma organização das comunidades para suprir, elas mesmas, suas carências a partir da coletividade e da solidariedade. Instaura-se assim uma cultura própria das populações periféricas que exercitam, em seus cotidianos, a criatividade diante do desejo de sobreviver¹³.

O cotidiano local, ou seja, a vida urbana das comunidades em seus contextos locais, conta massivamente com a ativa participação das mulheres que transitam entre suas várias atividades como responsáveis pelas tarefas domésticas - que incluem mercado, farmácia, escola, unidades de saúde, etc. E, atualmente, para muitas delas, ainda é necessário equilibrar toda essa rede de trabalho doméstico com o trabalho remunerado. A descontinuidade característica da rotina feminina as torna mais dependentes de uma rede de apoio.

¹³ Certeau (1998) compreende o cotidiano como uma experiência ordinária, vinculada à criatividade das pessoas simples e anônimas.

Por isso, a valorização de ações voltadas para o bem de toda a comunidade impactam diretamente na vida cotidiana da mulher, especialmente das mulheres que habitam territórios marginalizados e que, na realidade brasileira, são majoritariamente mulheres negras. Julieta Paredes Carvajal (2020), ativista feminista boliviana, propõe inclusive o uso do termo feminismo comunitário não somente como um contraponto ao feminismo ocidental burguês, iniciado na França pelas mulheres brancas européias, mas também como modelo que ultrapassa o binarismo homem-mulher para observar as relações entre homens e mulheres com suas comunidades. Para ela, a comunidade é “uma proposta alternativa à sociedade individualista” (id., p. 200) gestada no sistema capitalista, para o qual a ordem patriarcal é necessária. Segato (2022) escreve que o modelo capitalista baseado no consumo corrompeu as estruturas de Estado substituindo o projeto histórico dos vínculos e dos afetos, que são a essência de nossas estruturas sociais, por um projeto histórico das coisas, exaltando o individualismo e nos distanciando progressivamente da vida comunal.

A palavra comunidade tem sua origem etimológica no latim, COMMUNE¹⁴, que vem de COMMUNS e que significa “pertencente a todos ou a muitos” ou ainda “feito em sociedade ou em comunidade”. Apropriado por diversos saberes, a ideia do comum pode implicar em contradições a partir de diferentes interpretações e contextos, sobretudo pelo modo como se pensa a sua gestão. De um lado, há quem defenda que os bens comuns devam ser de responsabilidade do Estado, outros defendem a privatização generalizada das instituições como o melhor caminho (MONTANER, MUXÍ, 2021). Fato é que observa-se atualmente uma valorização do comum, sendo portanto objeto de disputa pelas diferentes ideologias que regem as decisões políticas. No entanto, para a realidade de comunidades que habitam territórios empobrecidos, o comum é parte do cotidiano já estabelecido, gerido na grande maioria das vezes pelos civis, especialmente diante da ausência do Estado, ou como ativismo em prol de uma gestão mais sustentável de bens comuns.

No livro “Cidades Rebeldes” (2014), David Harvey reforça o modo como os processos de urbanização mediados pelo capitalismo tendem a “destruir a cidade como um bem comum social, político e habitável” (p.156) apoiando-se em uma “suposta perda da comunalidade urbana” (p. 135). Ele diferencia bem público de bem comum a partir de processos legítimos de apropriação das forças sociais. Harvey cita

¹⁴ Ver em: Novo Dicionário Aurélio, 1ª edição, editora Nova Fronteira, 1975.

diversos exemplos de praças públicas no mundo que, segundo ele, “eram espaços públicos que se tornaram bens comuns urbanos quando as pessoas ali se reuniram” (p. 144) e utilizaram os espaços para se expressarem.

Além disso, a ideia de comum está diretamente associada às atividades femininas, como afirma a filósofa italiana Silvia Federici (2019) quando escreve:

Na primeira fase do desenvolvimento capitalista as mulheres estavam na dianteira da luta contra os cercamentos, tanto na Inglaterra quanto no ‘Novo Mundo’ e eram as defensoras mais ferrenhas das culturas comunais que a colonização europeia tentava destruir. No Peru, quando os conquistadores espanhóis tomaram o controle das vilas, as mulheres fugiram para as montanhas mais altas, onde recriaram formas de vida coletiva que sobrevivem até os dias de hoje (p. 313).

A autora ainda reforça que a divergência a respeito do comum passa também pela sua finalidade, de modo que as práticas que interessam aos movimentos contra-hegemônicos na estruturação do comum e de seus recursos seriam aquelas não-voltadas ao mercado, como garantia de suprir necessidades locais, de partilha e de subsistência, ou existência desvinculados de suas precondições formais e ancorados pelas “possibilidades oferecidas pelos comuns existentes e seu potencial para criar formas de reprodução que nos permitam resistir à dependência do trabalho assalariado e a subordinação às relações capitalistas” (id.).

Dessa perspectiva, tem-se visto emergir enumerados movimentos sociais dispostos a gerenciar a terra a partir de uma estratégia agroecológica. E na esteira desse movimento, como afirma Maria da Graça Costa (2020), o movimento feminista passa a ser central neste debate, pois “sem feminismo não há agroecologia” (id., p. 286).

O termo comunidade, segundo Carvajal (id.) pressupõe uma relação de partilha e de complementaridade, inclusive entre homens e mulheres, pautada por igualdade e respeito mútuo. As diferentes partes da qual se faz uma comunidade, com suas identidades autônomas, elaboram, na comunidade, uma identidade comum. Na prática, no entanto, o que se observa especialmente nas sociedades do sul global, é uma relação de hierarquia entre as diferenças, onde o masculino impera sobre o feminino em praticamente todos os processos decisórios da comunidade. Ou ao menos é quem recebe os louros por isso.

Na prática social e política das comunidades, nacionalidades, povos, organizações e movimentos sociais até hoje continuam sendo os homens os que têm o poder das decisões, a voz e a representação das comunidades. Isso é a expressão da patriarcalização e da colonização das comunidades, que consideram algumas pessoas inferiores e sem os mesmos direitos e as mesmas oportunidades que têm as outras (id., p. 203).

Ainda que sejam invisibilizadas em suas ações de liderança, a importância da participação da mulher nas comunidades está também na simbólica expressão de alteridade para o grupo, ou seja, o reconhecimento das diferenças - para além inclusive do binarismo homem-mulher.

O reconhecimento da outra existência tem suas consequências e uma delas é, por exemplo, a redistribuição dos benefícios do trabalho e da produção em partes iguais. Não queremos dizer que vamos redistribuir a pobreza em partes iguais, mas pelo contrário, vamos distribuir os frutos do trabalho e das lutas. Esse é o ponto de partida para o viver bem das mulheres (...). Queremos para nós também isso do viver bem (id., p. 203).

As discussões que permeiam temas acerca de agroecologia e sustentabilidade, orientadas para a ideia de que não se pretende viver melhor, mas viver bem, são a origem do conceito do *bem viver* nos movimentos feministas decoloniais.

Entendemos para este trabalho que o *bem viver*, que “emerge das sociedades historicamente marginalizadas e se projeta como plataforma para discutir alternativas conceituais” (ACOSTA, 2016, p. 12) busca romper a dicotomia entre ser humano e natureza por meio de uma vida plena e satisfatória, ancorada em relações saudáveis e equilibradas com os outros seres humanos e com o meio natural e espiritual, reconhecendo a interconexão e a interdependência de todas as coisas. Apropriam-se do termo especialmente as mulheres camponesas e da agroecologia, “responsáveis por sublinhar as noções de bem-viver a partir de articulações comunitárias em defesa dos bens comuns aliados às esferas do cuidado, dos saberes tradicionais, etc” (COSTA, 2020, p. 290).

A comunidade e as relações comunitárias têm papel central na promoção do bem-viver, já que a comunidade é vista como parte integrante do ecossistema. As relações comunitárias promovem o fortalecimento dos laços sociais, a construção de redes de apoio, a melhoria da qualidade de vida e a preservação dos valores e saberes

tradicionais. Ao valorizar e nutrir essas relações, o bem-viver busca alcançar um senso de harmonia, equilíbrio e plenitude nas interações humanas e com o entorno.

De uma perspectiva feminista decolonial, o resgate das relações entre o corpo e o território para romper com a lógica dicotômica do pensamento racional moderno que separa seres humanos e natureza, parte do princípio de que o corpo não é apenas um organismo físico, mas também um corpo social e espiritual, inseparável do ambiente em que está inserido, e, portanto, o território não é somente um conteúdo material e limitado geograficamente, mas um espaço vivo, carregado de significado cultural, histórico e espiritual, parte integrante da identidade e do bem-estar das comunidades.

Assim, se o território é construído na luta, no embate diante de uma ameaça – que, no extremo, é a ameaça à própria existência, frente à qual é preciso resistir – ele também é construído na luta por manter, por preservar a vida que se tem. É neste sentido que se pode falar na importância, hoje, dos territórios de cuidado e do cuidado com o território, tornado ainda mais evidente frente à pandemia de coronavírus. Defender é também zelar, cuidar daquele território sobre o qual nos consideramos responsáveis, em especial nosso corpo e sua extensão imediata, nossa casa, que constituem, juntos, nossa morada (HAESBAERT, 2020, p. 87).

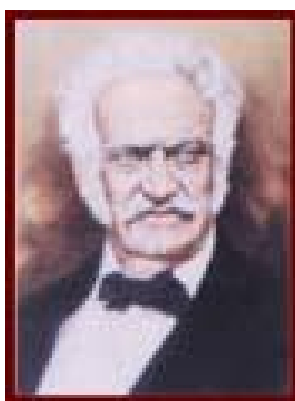
As questões que esses conceitos acrescentam à pesquisa são importantes, na medida em que permitem conceber novas configurações e categorias para o universo do exercício de inventário de referências culturais, objeto-manifesto principal do trabalho. São temas centrais do movimento feminista decolonial, e abrem portanto perspectivas para re-contextualizar a própria ideia de patrimônio cultural. Não se trata de uma redefinição do conceito geral que tem permeado o campo do patrimônio no Brasil, tendo em vista que o mesmo já vem sendo remexido pela crítica da história tradicional, apresentando alternativas; mas sim de uma ainda maior ampliação daquilo que estamos categorizando como referência cultural - incluindo novos tópicos e exigindo novas abordagens que possam dialogar de forma mais profunda e articulada com as teorias feministas decoloniais. O campo do patrimônio na contemporaneidade se abre para tais tensionamentos. Por isso, então, o que se propõe do ponto de vista aplicado é uma prática feminista e decolonial de se inventariar a partir do “inventário participativo” (IPHAN, 2016), esmiuçando o método, adequando a ferramenta e incorporando novas possibilidades e alternativas.

1.3 Comentários sobre Juiz de Fora:

o eco de Roza Cabinda

Antes que avancemos nos temas seguintes, que detêm a apresentação da metodologia de pesquisa e de todos os elementos que me conduziram ao campo de trabalho, é importante dizer que a pesquisa aconteceu na Cidade¹⁵ de Juiz de Fora, localizada na zona da mata mineira, onde nasci e onde permaneço. E como estratégia para ilustrar o debate sobre a relação histórica entre mulheres e cidades, abro aqui uma observação relevante a respeito de minha Cidade que além de ser provocativa, apresentando-me os primeiros sinais que me orientaram na direção desta caminhada, transformou-se em importante parâmetro para a seleção do território de trabalho, o que poderei explicar melhor mais adiante no texto.

Figura 02: a imagem abaixo mostra um retrato do engenheiro alemão Henrique Halfeld, um homem branco e europeu¹⁶.



Fonte: website da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora

Disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sg/comenda_henrique_halfeld/biografia.php

Acesso: 22 de dezembro de 2024

No ano de 2018, diversos coletivos e movimentos feministas atuantes em Juiz de Fora se reuniram para questionar um fato: a evidente ausência de mulheres homenageadas na premiação conhecida como Mérito Comendador Henrique Halfeld¹⁷ teve seu auge quando um importante comerciante, proprietário de uma tradicional padaria chamada Linda, localizada na Rua São João, no bairro Centro, foi contemplado

¹⁵ Uso do termo Cidade, iniciado com maiúscula, reconhece os limites formais do território conforme instrumentos legais e institucionais.

¹⁶ Infelizmente não há registros de retrato de Roza, fato que reforça o apagamento dos povos subalternizados.

¹⁷ O engenheiro alemão Henrique Halfeld é reconhecido como o fundador da cidade de Juiz de Fora, como expõe a placa de identificação da Rua Halfeld.

enquanto sua esposa ignorada, ainda que fosse de conhecimento público que ela tinha grande participação no empreendimento. A partir disso, como protesto e ação de valorização das contribuições femininas para o desenvolvimento da cidade, grupos feministas propuseram a criação de uma anti-medalha, uma premiação-manifesto (GOMES, CURY, CURY, 2023).

Mas esse histórico momento foi também oportuno para ver a história de Roza Cabinda¹⁸, uma mulher africana, escravizada por Henrique Halfeld e considerada a primeira mulher da região a acionar a justiça para ter direito a sua alforria. A negativa de Henrique Halfeld diante da solicitação de Roza contrapunha-se a Lei do Ventre Livre de 1871 que garantia às pessoas escravizadas o direito de liberdade mediante pecúlio correspondente ao seu valor (GUIMARÃES; GUIMARÃES, 2001). Sua história, absolutamente desconhecida pela imensa maioria da população juiz-forana, ganhou notoriedade a partir da criação da honraria que recebe seu nome, ao mesmo tempo em que trouxe à tona a crítica a historiografia tradicional, que seleciona o que deve ser conhecido e o que deve ser apagado apresentando versões restritas e limitadas sobre os fatos históricos e cultivando personagens heroicos moldados a partir de valores hegemônicos.

Portanto, desde 2018 a medalha Roza Cabinda homenageia 25 mulheres juiz-foranas a cada ano. Liderado pelo coletivo Maria Maria, o grupo responsável pela organização da homenagem se reuniu em uma assembleia geral para discutir os nomes que seriam premiados naquele primeiro ano. Considera-se como premissa fundamental desse processo não apenas o gênero; a premiação pauta-se por um olhar mais amplo e ainda mais político a respeito daquilo que tende a ser negligenciado ou invisibilizado pelo sistema dominante, considerando também o debate a partir de marcadores como raça, classe, sexualidade e trabalho.

¹⁸ Importante observar as diferentes formas de grafia do nome de Roza, inicialmente escrito com “s” pelas organizadoras do evento. Na língua portuguesa-brasileira, o nome Rosa é comumente encontrado com a letra “S”, e na ocasião de criação da medalha, diante das poucas informações que se tinha sobre Roza, utilizaram a grafia mais usual. No entanto, o nome de Roza Cabinda é originalmente grafado com “Z” e remete, portanto, às suas origens africanas, conforme apresenta o livro “Aspectos cotidianos da escravidão em Juiz de Fora”, publicado em 2001 pelas autoras Elione Silva Guimarães e Valéria Alves Guimarães.

Figura 03: A fotografia abaixo apresenta as 25 personalidades homenageadas com a medalha Henrique Halfeld no ano de 2017, evidenciando o perfil das figuras homenageadas. Neste ano, a única mulher homenageada, no centro da fotografia, foi Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, servidora pública de carreira da Prefeitura de Juiz de Fora. A mulher que aparece à esquerda está representando um homenageado que não pôde estar presente. E foi neste ano que João Monteiro, proprietário da padaria Linda, foi agraciado como empresário atuando há 40 anos no ramo de panificação.

"Mérito Comendador Henrique Halfeld"
homenageia 25 personalidades do município



Fonte: website da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.
Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=57234>
Acessado em: 21 de dezembro de 2024.

Figura 04: Material de divulgação da cerimônia de premiação da Medalha Roza Cabinda no ano de 2019¹⁹.



Fonte: facebook do Coletivo Maria Maria - Mulheres em Movimento.
Disponível em: https://www.facebook.com/@coletivomariamaria?locale=pt_BR
Acessado em: 21 de dezembro de 2024.

Minha profunda admiração pela história de Roza Cabinda e a indignação que, creio eu, seja latente em todas nós diante de todo esse processo histórico de apagamento das memórias femininas, me levaram a buscar aprofundamento e respeito

¹⁹ Infelizmente não há registros e imagens de Roza Cabinda, para que possamos conhecer seu verdadeiro rosto. A ausência de documentos acerca de minorias e populações vulneráveis é uma realidade que enfrentamos, e podemos entender esse fato tanto como causa quanto como consequência da invisibilização desses grupos sociais.

dessa relação entre a história e a mulher para além dos livros. Queria compreender como as cidades estavam escrevendo essa história nas suas próprias linhas e quais limites as cidades nos impõem, que por vezes impedem não apenas o reconhecimento de nossos legados enquanto corpos femininos, mas também nos impedem de construí-los inserindo obstáculos, desqualificando nossas capacidades e habilidades e negando oportunidades.

Figura 05: A fotografia mostra as 25 mulheres homenageadas com a medalha Roza Cabinda no ano de 2019.



Fonte: facebook do Coletivo Maria Maria - Mulheres em Movimento.
Disponível em: https://www.facebook.com/@coletivomariamaria?locale=pt_BR
Acessado em: 21 de dezembro de 2024.

No estudo que realizei sobre espaços urbanos públicos e galerias do bairro centro de Juiz de Fora ficou evidente o apagamento histórico das mulheres, ora pela ausência ora pelas leituras patriarcais e machistas acerca de suas atuações. Levantei 110 espaços, considerando vias, praças e galerias, estas últimas consideradas uma característica marcante da região central de Juiz de Fora sendo, geralmente, um espaço privado cuja passagem durante o dia está condicionada às regras do condomínio do qual ela faz parte.

Dos nomes atribuídos a esses 110 objetos, apenas 04 faziam referência à mulheres, sendo eles a Rua Santa Rita, a galeria Constança Valadares, a Rua Carlota Malta e a galeria Ítala; enquanto apenas Henrique Halfeld - um único homem - e seus familiares davam nome aos mais importantes espaços públicos do bairro centro, o Parque Halfeld e a Rua Halfeld, além de receberem homenagens em estátuas e bustos.

A Rua Carlota Malta é uma rua de fluxo baixo, servindo basicamente como braço de retorno, e está localizada nos fundos da Catedral Metropolitana de Santo

Antônio. A Rua Santa Rita é uma rua comercial importante, e está localizada no interior do principal triângulo viário do bairro centro formado pela Avenida Barão do Rio Branco, Avenida Getúlio Vargas e Avenida Presidente Itamar Franco (antiga Av. Independência). Da mesma forma, as Galerias Constança Valadares, que faz a passagem entre as Ruas Halfeld e São João Nepomuceno, e Ítala, que liga as Ruas Mister Moore e Marechal Deodoro, estão circunscritas no triângulo central.

Sobre essas mulheres homenageadas, o livro “*Ruas da cidade*”, organizado pela Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage - FUNALFA (2004), órgão vinculado à Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e responsável pelas ações culturais e patrimoniais do município, traz as seguintes informações biográficas:

1. Carlota Malta (rua): Carlota de Freitas Malta. Educadora. Faleceu no Rio de Janeiro (id. p. 56).

2. Constança Valadares (galeria): Filha do Coronel Manoel de Vidal Barbosa Lage, um dos pioneiros de Juiz de Fora. Viúva do Doutor Francisco de Campos Valadares, Deputado Federal e Chefe de Polícia do Rio de Janeiro (id. p. 63).

3. Santa Rita (rua): Santa católica. Seu dia é comemorado em 22 de maio. Nasceu na Itália em 1381. Suportou durante 18 anos um marido brutal que lhe era infiel e a maltratava, até que conseguiu convertê-lo. Quando este foi assassinado e seus dois filhos juraram vingar-se dos matadores, pediu a Deus que tirasse a vida dos filhos antes que eles cometessem o feio pecado da vingança, no que foi atendida. Ingressou, depois de viúva, num convento agostiniano e ali recebeu na frente, como privilégio, um dos espinhos da coroa de Nossa Senhor. Sua vida é repleta de milagres e de episódios maravilhosos. Faleceu no Mosteiro de Cássia em 1457. Foi canonizada em 1900. É a padroeira das mulheres que sofrem com os maridos e é, também, chamada “advogada das causas perdidas” e “dos impossíveis”(id. p. 243).

Ítala não aparece no livro em questão, mesmo porque para muitas pessoas a palavra é apenas um adjetivo relacionado à Itália, já que não se faz menção ao sobrenome. Trata-se, no entanto, de uma homenagem que os filhos, atuais proprietários da galeria, fizeram à mãe, mas que ao apresentar apenas seu primeiro nome condiciona a mulher ao anonimato. Além disso, no momento da pesquisa, a galeria Ítala se quer aparecia marcada no mapa urbano da cidade disponível através da ferramenta GoogleMaps.

É interessante analisar ainda as outras três referências que temos no bairro centro a partir de suas breves biografias. Carlota possui uma biografia resumida em uma única linha. Outras buscas realizadas a respeito de Carlota não permitiram encontrar qualquer outra informação sobre sua história de vida.

Figura 06: a imagem abaixo mostra a delimitação do bairro centro, em que é possível identificar claramente o desenho triangular formado pela malha viária. Em destaque, na cor rosa, estão as três, e únicas, vias que homenageiam mulheres no bairro centro, em Juiz de Fora. A Rua Carlota Malta é justamente a que está fora do enquadramento do triângulo viário.



Fonte: imagem extraída da plataforma Google Maps.
Autoria: Mariana Dominato A. Cury (edição)

Constança é apresentada como filha de um coronel e viúva de um deputado e chefe de polícia. Inclusive, na placa de identificação da galeria, que contém breve descrição, consta: filha de Barbosa Lage. Neste caso, perpetua-se, através de um nome de mulher, a memória do patriarcado. E o fato é que Constança foi uma figura atuante, relevante no cenário cultural juiz-forano, sobretudo. Nasceu na Cidade em 1882, fez parte do *Conselho de Amigos do Mariano*, desde a sua criação, contribuindo com ações junto ao Museu Mariano Mariano Procópio, e também criou com o marido a Cia. Central de Diversão, que originou o então Cine Theatro Central de Juiz de Fora, uma ação de grande ousadia para a época. Constança tinha muito apreço pela arte em geral, tocava piano e pintava. Suas ações contribuíram de forma significativa para a construção da identidade cultural de Juiz de Fora (DIVERSÃO..., 2016).

Constança foi uma mulher engajada, merecedora de reconhecimento. No entanto, em uma análise interseccional, vale destacar que Constança pertencia a uma

família importante, herdou diversas terras na área central, e por ser muito bem relacionada participava frequentemente de importantes eventos sociais na Cidade (id.). Apesar da condição privilegiada, como mulher, aproveitou-se das oportunidades e foi certamente uma figura que desafiava a lógica patriarcal naquela época, estando à frente de seu tempo e engajada política e culturalmente. Mas a história hegemônica considerou meramente seus papéis de filha e viúva, como se sua vida fosse relegada a figura coadjuvante perante os homens da família.

Já Rita de Cássia, por ter se tornado santa católica, tem sua história mais conhecida. No livro *Ruas da Cidade*, a biografia resumida apresenta fatos importantes, inclusive destaca ter sido vítima de violência doméstica. No entanto, esses fatos aparecem mais para justificar ser Santa Rita a “*padroeira das mulheres que sofrem com os maridos*” e Santa “*dos impossíveis*” (FUNALFA, 2004), já que, após 18 anos convivendo com um marido violento, ela o converteu. Esses destaques biográficos, que constam no livro de referência sobre as ruas de Juiz de Fora deixam escapar nas entrelinhas algo que é conhecido sobre a trajetória de Rita de Cássia: a mulher, que foi canonizada em 1900, era vista como uma mulher ‘exemplar’ (LIMA, 2006).

As características de obediência, abnegação, submissão e resignação encontradas nas narrativas escritas sobre Santa Rita de Cássia chamaram nossa atenção (...) [e] propunham a vivência de Santa Rita de Cássia como um modelo exemplar em todas as etapas de sua vida (id., p. 16).

O aprofundamento acerca da vida de Rita revela que suas narrativas foram construídas em um determinado tempo e espaço, assumindo um discurso escrito por homens da Igreja Católica e dirigido às mulheres. De modo que, inegavelmente, a história conhecida deve ser analisada a partir de uma perspectiva de gênero (id., p. 17). Por vezes, a atitude passiva de Rita, uma mulher que fez milagres e tornou-se Santa diante das agressões do marido, é lida como digna, forte e resiliente (id., p. 132).

O que se observa com essas referências identificadas, e que são as representações femininas que marcam a toponímia do centro da Cidade, é que ainda que sejam reconhecidas e homenageadas, suas trajetórias são apagadas ora pela negligência (quem se ocupou de contar a história de Carlota, figura que certamente teve relevância ao ponto de ser eternizada em uma rua da cidade?), ora pelo ofuscamento de figuras masculinas (quando se é lembrada por ser esposa, filha ou neta), ora pela validação de uma mensagem patriarcal que é desejada socialmente

quando aqueles que se ocupam de narrar a história de uma mulher são homens. A imagem de Rita se assemelha à construção da imagem de Marianne na Revolução Francesa (SENNET, 2010), pois servem ao mesmo propósito. E no caso de Rita de Cássia, homens católicos, adicionando o marcador da religião como outra cama que opera associada a outros parâmetros acentuando as dinâmicas de poder e opressão.

É, portanto, com estas notas sobre Juiz de Fora as quais evidenciam o trabalho de ruptura necessário a ser realizado, e que já encontra frentes fortes e atuantes como parceiras deste exercício - à exemplo dos coletivos feministas e anti-racistas que operam na Cidade -, que nos encaminhamos para o próximo capítulo. Estas observações serão ainda fundamentais para que, como já antecipei logo acima, justifiquemos o processo percorrido na seleção do território de trabalho, que será apresentado no capítulo 04.



Certo dia, ao submeter um resumo para a publicação em uma revista apresentando resultados parciais da minha pesquisa de doutoramento, recebi um comentário de um(a) dos avaliadores(as) que questionava a escolha em discutir memória e patrimônio a partir de uma perspectiva de gênero. Em resumo, me parecia estar questionando se haveria gênero na memória, já que parte-se do pressuposto de que o patrimônio é coletivo e o que serve a ele seria uma memória coletiva, e não recortada a partir de um marcador específico. A noção de patrimônio passa necessariamente pela noção de valor. Mas quem atribui valor a algo, somos nós - coletivamente - enquanto sujeitas e sujeitos, vivenciadores das cidades.

É importante dizer que o trabalho propõe a aplicação do método do Inventário Participativo (IPHAN, 2016) como estratégia investigativa para conhecer e documentar práticas e referências culturais²⁰ importantes para mulheres da periferia a partir das quais seria possível pensar as cidades reconhecendo que, informalmente, elas exercem seus ativismos junto às comunidades com protagonismo e centralidade mas são excluídas da história oficial.

Portanto, o viés feminista e decolonial que permeia a pesquisa é provocativo ao determinar um público exclusivamente feminino para construir uma memória que, *a priori*, poderia ser sugestionada como coletiva já que partimos de uma ferramenta do campo do Patrimônio Cultural, cujo entendimento deve prevelacer a partir do coletivo. Mas nenhuma referência coletiva é generalista, unânime ou totalitária, visto que somos uma nação diversa, com distintas experiências culturais. E se a grande questão que nos incomoda é justamente o fato de que, na defesa de uma memória coletiva de nação, preservou-se memórias e culturas amputadas, reparar a história para restabelecer a pluralidade de narrativas exige recortes bem determinados, claros e certos.

Esclareço, porém, que a discussão central da nossa pesquisa não está apenas na identificação e documentação das referências culturais inventariadas a

²⁰ Esclarecemos, mais adiante, o conceito de Referência Cultural.

partir de um processo participativo, mas na construção narrativa possível a partir da referência cultural que passa, necessariamente, pela concepção de poder e pela intenção do direito. Evoca o fortalecimento - ou torna visível a força já existente - dos corpos que são frequentemente negligenciados.

O campo do Patrimônio Cultural, em suas discussões e a partir de ferramentas contemporâneas, é importante mediador pois nos permite debater sobre valor e significado. E para compreender as dinâmicas urbanas através de uma perspectiva de gênero, conectada a soluções e alternativas de se viver cidades, era necessário debater com as mulheres dispostas a contribuir com a proposta de Inventário Participativo sobre aquilo que, para elas, detém valor em suas rotinas cotidianas e trajetórias sociais. Mas o objetivo principal estava em conhecer e capturar experiências junto a essas mulheres a partir de afetos e valores. Ou seja, ao pedir que elas compartilhassem comigo e entre elas situações relevantes no bairro, bem como suas vivências desde quando chegaram naquele território até os dias atuais, recuperando aquilo que consideravam de maior valor para elas - sem o quê o bairro não seria o que é hoje - foi possível observar uma perspectiva absolutamente feminina da qual elas compartilhavam: importavam a elas espaços e ações para o bem coletivo, além, é claro, de tudo aquilo que representava cuidado com as crianças. Aprofundaremos este assunto em nosso quinto capítulo.

Partimos, portanto, da ideia de que escrever memórias femininas narradas por corpos femininos seria mais do que um processo de identificação de referências culturais à serviço das investigações próprias do campo do Patrimônio Cultural lido a partir do histórico das práticas oficiais empenhadas pelo Estado. Podemos dizer que se trata inicialmente de um manifesto que reivindica abertura para que as mulheres sejam ouvidas, e que se eleva a um método de pesquisa feminista-decolonial à medida em que a pesquisa caminha. A partir deste trabalho, ressaltamos a fundamental relevância da autoria narrativa (CHAGAS *in* ABREU, CHAGAS, 2009), e diferentemente das tradições históricas pautadas na neutralidade de um sujeito-universal, aqui o recorte é declarado e escancarado. A autoria narrativa é exclusivamente feminina e periférica, a partir da seleção consciente do nosso campo de trabalho.

Quando o historiador francês Pierre Nora (1993) confronta história e memória, ele reconhece o valor político da memória como instrumento do presente que nos permite recontar aquilo que as narrativas históricas, orientadas a partir de

preceitos e objetivos determinados²¹, nos impediram de saber. Foi em defesa de uma memória nacional generalizada, baseada na materialidade e na erudição, que elegeu-se fragmentos “como se o nacional e a memória pudessem ser enquadrados e fixados” (CHAGAS, p.136 *in* ABREU, CHAGAS, 2009). E foi em nome de um nacionalismo exacerbado, pautando-se em referenciais europeus, que se escreveu uma história de exclusão. Na contrapartida disso, eleger um território periférico, determinar as mulheres como as narradoras principais dos acontecimentos e designar a elas o poder de selecionar as principais referências culturais locais, definindo e defendendo tais referências é um manifesto que se realiza através de uma memória política, uma memória que reivindica. Mário Chagas (*in* CHAGAS, ABREU, 2009), ao analisar a pintura de Aurélio de Figueiredo, conhecida como “Compromisso constitucional” expõe a ideia de que o artista, autor da narrativa por ele construída sobre uma tela, torna-se um “produtor privilegiado de memória política, pois deseja reconstruir o acontecimento como seu estilo, sua memória” (p. 137). De modo que a autoria da narrativa - ou seja, o/a narrador/a - detém forças e poderes tão importantes quanto os acontecimentos que procura contar.

A memória, ainda que possa assumir um posicionamento coletivo, pertence às pessoas enquanto indivíduos. Michael Pollak (1992) nos explica como a memória se transforma em um fenômeno coletivo, e é condicionada pelas relações sociais que a constroem coletivamente, sujeitando-se a flutuações e mudanças constantes. Justamente por isso que, nestes contextos contemporâneos onde prevalece uma memória coletiva forjada pela narrativa dominante, torna-se fundamental que possamos ampliar de forma consciente e clara as autorias narrativas, garantindo a oportunidade de ouvir quem sempre foi silenciado, para que nossas memórias coletivas não estejam fadadas a uma história rasa e amputada que, ao se fixar no passado, torna-se referência. E, assim sendo, quando a história é elaborada de forma homogeneizada, ela se transforma em instrumento homogeneizante.

Portanto, a memória flexionada a partir de uma perspectiva que intersecciona gênero, raça e classe social é uma memória política, engajada e constituída de narrativas que possivelmente permaneceriam esquecidas caso não

²¹ Lembrando que estes preceitos e objetivos foram determinados pelo pensamento hegemônico e dominante, estruturado a partir de corpos masculinos brancos, europeus, heterossexuais, ricos e saudáveis.

fossem estrategicamente acessadas. Entendendo que as mulheres têm direito à memória, a memória de gênero é um direito.

2.1 É possível um Inventário de Memórias?

Compreendendo a importância política da memória, e entendendo que as discussões que rodeiam o campo do Patrimônio Cultural na atualidade discorrem também sobre novas abordagens e ferramentas, e sobre a urgência em se ampliar nossos entendimentos de patrimônio, propõe-se nesta pesquisa o uso de uma estratégia da educação patrimonial chamada de Inventário Participativo.

No ano de 2016, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), lançou o manual para Inventários Participativos como um incentivo a grupos sociais, povos e comunidades para que realizassem, com autonomia e dentro de seus territórios, discussões sobre referências culturais locais, mapeando-as.

A condução destes trabalhos levantam temas caros e sensíveis ao campo do Patrimônio Cultural em diferentes contextos, provocando debates sobre preservação e cultura a partir do conhecimento popular que poderia ser compartilhado durante o exercício de um inventário de referências culturais.

Ações dessa natureza são recentes, ainda que nossa Constituição Federal (BRASIL, 1988) já tenha formalizado, no final do século XIX, a necessidade de instaurarmos práticas que nos conduzam a uma perspectiva plural de patrimônio nacional cuja seleção deveria considerar a participação social e popular, não estando restrita a especialistas e técnicos do corpo dos governos.

Constituição Brasileira: Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

(...)

O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012).

(...)

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012).

A fim de tornar o debate mais profundo, e acrescentar algumas camadas importantes ao giro discursivo que tem tomado conta dos debates sobre Patrimônio Cultural, reverberando em novas ferramentas de salvaguarda, como o método dos Inventários Participativos, nossa pesquisa leva ao encontro do debate já instaurado, articulando ao método conforme previsto no manual do IPHAN (2016), os conceitos forjados pelos movimentos feministas-decoloniais.

A escolha da ferramenta de Inventários Participativos, um instrumento próprio do campo do Patrimônio Cultural no âmbito das ações de educação patrimonial, se deu através de um entendimento inicial que identificou neste instrumento, e nas suas possibilidades de aplicação, diversas premissas interessantes que corroboram com o modo como se pretendia conduzir a pesquisa. Isso porque nosso ponto de partida ancorava-se em questões específicas propostas e embasadas pelos epistemes feministas e decoloniais.

Destacamos: (1) o Inventário Participativo é um método aberto onde as comunidades assumem centralidade no processo; (2) o método nos oferece a possibilidade de discutir cidades e culturas a partir de leituras afetivas e sentido coletivo de valor; (3) como se trata de um método que deve ser conduzido por grupos sociais e comunidades, temos flexibilidade para determinar o grupo de trabalho já que não há pretensão de formalizar qualquer tipo de ação oficial de salvaguarda, como declara o próprio manual:

(...) cabe enfatizar que esta iniciativa não tem a pretensão de servir de instrumento de identificação e reconhecimento oficial de patrimônio, nem substituir as atuais ferramentas utilizadas nos processos de proteção dos

órgãos de preservação do patrimônio de qualquer esfera de governo. Apresenta-se, de preferência, como um exercício de cidadania e participação social, onde os seus resultados possam contribuir para o aprimoramento do papel do Estado na preservação e valorização das referências culturais brasileiras, assim como servir de fonte de estudos e experiências no contínuo processo de aprendizado (IPHAN, 2016, p.7).

Podemos dizer que os Inventário Participativos estão mais focados no processo, estimulando o debate entre as pessoas para reforçar, com consciência, a ideia de que a salvaguarda das nossas referências culturais exige participação social. Mas também não se pode ignorar a relevância das informações coletadas resultantes do Inventário Participativo como importante fonte de pesquisa, inclusive deveriam ser consideradas pelos governos locais para a elaboração de políticas públicas.

Assim, entendemos que:

Referência Cultural diz respeito a tudo que guarda sentido e significado para determinado grupo social, o que baliza a existência e constitui a identidade de grupo, sendo portanto um componente essencial da memória coletiva que expressa a forma como, cotidianamente, as pessoas vivem. Levantar e mapear referências culturais significa, antes de tudo, compreender as formas de vivência dos lugares, quais são seus usos, as formas de apropriação e as narrativas que se constroem sobre este lugar (REPEP, 2019, p. 10).

O exercício proposto explora temas relacionados ao Patrimônio Cultural coletivamente e criticamente, entendendo que as relações entre território e cultura são imbricadas (SANTOS, 2007). A centralidade das comunidades no processo garante que, através do reconhecimento das dinâmicas sociais cotidianas, ocorra a valorização do comum e do ordinário (CERTEAU, 1998).

De outro modo, pode-se afirmar que se trata de um exercício de cidadania numa perspectiva dialógica de produção de conhecimento (IPHAN, 2016; REPEP., 2019; GOMES, GUERRA, 2020;). Portanto, os Inventários Participativos nos posicionam enquanto sociedade como agentes fundamentais desse processo, ampliando as perspectivas que se inserem no debate ao serem conduzidos com participação das comunidades e não exclusivamente pelo Estado ou equipes técnicas de especialistas.

Por ter sido elaborado como um método aberto de exercício livre e orgânico, é primordial compreender o manual como material orientador que incentiva a

criatividade dos grupos durante o processo de identificar, descrever e classificar o patrimônio local inventariado ao longo da ação, permitindo inovações e adaptações que atendam as demandas particulares de cada experiência. Desse modo, as ações participativas de inventário permitem que as práticas cotidianas e populares se destaquem.

Assim, seria correto afirmar que a ferramenta possui um papel fundamental para compreender os elementos e as experiências que assumem sentido de valor para os diversos grupos sociais que se propõe a implementá-la, tornando-se instrumento político-comunitário, de emancipação de identidades e de suporte reivindicatório.

Uma importante referência nesse sentido é o Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão (NITO, SCIFONI, 2017; REPEP, 2019), que se afirma como uma ferramenta contra a gentrificação da região do Elevado Presidente João Goulart, popularmente conhecido como Minhocão e localizado na área central da Cidade de São Paulo. O projeto começa em 2015 e elabora, inicialmente, um levantamento preliminar que conta com a participação de uma equipe extensa que inclui membros do coletivo Rede Paulista de Educação Patrimonial²² (REPEP) e do Movimento Baixo Centro que se unem a grupos de pesquisadores(as), professores(as) e estudantes de três importantes Universidades de São Paulo: Universidade São Judas Tadeu, Universidade de São Paulo e Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Dada a complexidade do projeto, a equipe foi ampliada na etapa de identificação, a partir de uma chamada pública para pesquisadores(as) lançada em redes sociais virtuais, seguida de treinamentos e dinâmicas de formação. Todo o trabalho foi exercido de forma voluntária pelas pessoas envolvidas (REPEP, 2019). É interessante observar como o projeto precisou mobilizar grande número de pessoas e agentes para se tornar viável e exequível, dada também a dimensão e complexidade do campo.

Colocando-se como contraponto aos projetos que se intitulam como requalificadores da área, o projeto do Inventário do Minhocão reconhece a vitalidade do lugar e propõe um processo de diálogo com grupos sociais marginalizados que vivenciam cotidianamente aquele território. O Inventário do Minhocão não se propõe a apresentar outras possibilidades para os projetos urbanísticos que vem sendo

²² A rede Paulista de Educação Patrimonial é um coletivo educador atuante na área de cultura, memória e patrimônio.

propostos. Sua principal motivação é problematizar as soluções apresentadas pelos técnicos e reiterar o fato de que se trata de um local de intensa atividade urbana e vitalidade, habitado e frequentado por grupos sociais invisibilizados e negligenciados pelas propostas urbanísticas, cujas vidas e memórias estão enraizadas no território tal qual se apresenta hoje, com seus lugares, arranjos, símbolos e atmosferas. O trabalho apresenta como produto um extenso dossiê que documenta 45 elementos que são identitários para a população marginalizada que vive e circula naquela região, baseando-se no conceito de referência cultural (id.).

Seguindo tais premissas, o projeto do Inventário do Minhocão prioriza a escuta de grupos marginalizados que vivenciam o lugar cotidianamente, acessando diferentes lugares e comunidades:

(...) cortiços, pensões, edifícios ocupados, população em situação de rua, comércio ambulante, prostituição, presença de travestis, transexuais, grupos LGBT+, cultura de rua como pixo, graffiti e lambes, são a expressão máxima deste perfil popular do território, todos associados à barbárie (REPEP., 2019, p. 15).

Além do extenso dossiê que registra as diversas práticas que constituem a vitalidade do lugar, o Inventário do Minhocão tensiona os ideais urbanísticos e a própria ideia de Patrimônio Cultural propondo novos olhares sobre o Patrimônio Cultural e sobre as políticas que se intitulam *requalificadoras urbanas* quando, na realidade, se revelam políticas de gentrificação, provocando

o enobrecimento de áreas centrais de perfil mais popular com consequente expulsão dos mais pobres e reocupação por classes de maior renda. Esse processo significa, também, o desaparecimento das referências culturais identificadas. É importante ressaltar que o Minhocão em sua versão de parque – aquela com maior apelo mercadológico – já se encontra presente no marketing dos novos empreendimentos na região (REPEP, 2019, p.14)

Neste mesmo viés político e socialmente engajado, o Inventário Participativo Arouche LGBTQIA+ (NITO, 2023) estuda o território conhecido como Largo do Arouche, um logradouro público situado no distrito da República, importante território central na Cidade de São Paulo, e propõe o reconhecimento da ocupação histórica do largo

por travestis, homens e mulheres trans, pessoas não binárias, gays, bissexuais e lésbicas, racializadas e imigrantes. A proposta do projeto é

mostrar parte significativa da realidade e vivência destes corpos, que muitas vezes são marginalizados e invisibilizados pela sociedade.

O projeto do Arouche começa como uma iniciativa do coletivo Arouchianos LGBTHQIAPD+, criado em abril de 2016 para articular ações de atenção e assistência social a grupos vulneráveis da região junto ao poder público. Parte-se do fato de que o lugar “é considerado um dos maiores bairros LGBTQIA+ do mundo.” (NITO, 2023). A partir do trabalho realizado pela REPEP no Minhocão, esses dois coletivos se unem para elaborar um inventário de referências culturais, identificando perspectivas convergentes na atuação de ambos os grupos. O principal objetivo do projeto é o reconhecimento da importância da área para a população LGBTQIA+, compreendendo o largo como território de referência para esses grupos. As ações do inventário são também um primeiro passo para garantir a ocupação popular da região e fornecer importantes informações para embasar políticas públicas no local.

Além de todo o debate sobre as perspectivas do Patrimônio Cultural e do planejamento das cidades que o Inventário do Arouche entrega, ele contribui com a sugestão de categorias novas como elemento fundamental de suporte às narrativas relacionadas às referências culturais mapeadas, reforçando o caráter aberto e questionador do método de Inventário Participativo. No Inventário Participativo do Arouche, além das categorias já conhecidas no campo do Patrimônio Cultural - celebrações, edificações, formas de expressão, lugares, objetos e saberes - o inventário apresenta as categorias *marcadores de tempo* e *natureza*. Sobre as novas categorias, esclarecem que “a categoria Marcadores de Tempo diz respeito a eventos representativos da memória LGBTQIA+, que situam os grupos no tempo e no espaço”, enquanto a categoria natureza “compreende elementos naturais vinculados à dinâmica da cultura e, portanto, que constituem suportes físicos de memória, identidade e ação dos grupos sociais” (id, p. 18).

As categorias são mais do que simples instrumentos de organização da lista de inventário, elas detêm o conceito principal da referência cultural, norteando sua leitura.

As categorias organizam a forma como as diferentes referências culturais podem se dar, ora como um saber sobre a prática cultural, ora como uma forma de ser, de fazer ou de viver, mas também como suportes físicos de manifestações. São diferentes possibilidades de compreensão dos significados e sentidos atribuídos às referências culturais. As categorias têm, também, uma relação com o tecido social onde as referências estão

enraizadas, portanto, são possibilidades de interpretar as culturas. (NITO, 2023, p. 18)

Essas experiências demonstram o potencial aberto, político e crítico do método de Inventário Participativo e reforçam sua adequação à pesquisa aqui empenhada. Recorremos ao método do Inventário Participativo como instrumento-mediador e político, considerando a participação exclusiva de mulheres periféricas entendidas como sujeitas da pesquisa - e não objeto (CURIEL, 2020) - que contribuem ativamente com a produção do conhecimento que se almeja a partir do projeto que denominamos “Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde”.

Inicialmente, o objetivo do trabalho era organizar encontros com moradoras do bairro-território de trabalho através de convites livres distribuídos ao maior número possível de mulheres e pautar os encontros a partir daquilo que os inventários de referências culturais buscam conhecer. Ou seja, abrir a conversa partindo de perguntas norteadoras que incentivassem as convidadas a falarem sobre aquilo que consideram mais querido e mais importante no bairro, elencando assim as experiências mais lembradas cuja memória elas desejassem transmitir à outras gerações (IPHAN, 2000).

Neste tempo, é importante ressaltar que havia também como exemplo as fichas propostas no Manual de Inventários Participativos, disponibilizado pelo IPHAN em 2016. Na publicação, eles sugerem o uso das categorias *lugares*, *objetos*, *celebrações*, *formas de expressão e saberes*, e também apresentam modelos para as fichas que deveriam ser elaboradas durante o processo de Inventário Participativo. Além das fichas dos itens inventariados, recomendam a criação de uma ficha para o projeto, com identificação de equipe, objetivos e outros temas relevantes a serem documentados, e uma ficha para o território contemplando também dados importantes sobre o local. Todo o material produzido e publicado pelo IPHAN foi a base inicial da pesquisa, juntamente com os estudos de caso de projetos que utilizaram-se do método.

No entanto, é necessário ressaltar que, em se tratando de uma pesquisa crítica aos movimentos hegemônicos, e com olhares particulares a partir de conceitos e métodos feministas-decoloniais, valoriza-se também a pesquisa enquanto caminho orgânico, de vida própria, que ao longo do processo foi assumindo importantes transformações e adquirindo novos suportes. Nesse sentido, destaca-se o fato de que a construção textual das fichas procurou valorizar não somente o objeto-tema da ficha

de inventário, mas a narrativa que justifica a sua escolha, que apresenta sua história e que explora os aspectos mais relevantes de cada item do inventário. A editoração e montagem do material atentou-se para o fato de que a apresentação do Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde deveria permitir sua reprodução - virtual e física - com apelo estético para valorizar as referências, com destaque de arranjo e texto simples e prático. Ou seja, um documento afetivo e acessível ao maior número possível de pessoas.

Quando falamos de um inventário de memórias, damos destaque justamente às oralidades capturadas ao longo do processo, com transcrições precisas das falas das mulheres permitindo a aproximação entre leitores(as) e narradoras e compartilhando assim a autoria do trabalho. Entendemos também que as referências culturais estão respaldadas nas memórias das pessoas vivas que, a partir de suas experiências e de suas relações com e no território, reconhecem suas referências pautando-se em memórias e vivências para atribuir a elas, valor.

Ou seja, há um trabalho complexo de redação e de edição, mas que tem a premissa fundamental de manter a integralidade das memórias narradas nas conversas e entrevistas, porém organizadas a partir de um encadeamento textual que permite a compreensão daquilo que se conta. As histórias orais são fluídas, geralmente desorganizadas e descontínuas (ALBERTI, 2004). O maior cuidado foi justamente o de conseguir organizar os assuntos, trazendo a pluralidade das vozes das participantes, de modo que fosse possível criar uma narrativa fidedigna e com sentido para o leitor. Os trechos transcritos permitem, ainda, uma relação de aproximação das mulheres com quem lê.

Em um dos nossos encontros, pude fazer uma leitura de um trecho que contava a história do bairro, a partir daquilo que as participantes haviam trazido pra mim ao longo de nossos encontros e foi emocionante ouvir das mulheres presentes que aquilo que estava escrito era exatamente aquilo que elas haviam contado, e que era possível ouvir a voz das colegas através do texto e a partir das transcrições.

Além da narrativa que dá vida aos itens do inventário, há um outro aspecto fundamental da proposta do inventário de mulheres, aplicado em território da periferia urbana, que é justamente o recorte de gênero, raça e classe social.

Para compreendermos melhor esse diálogo entre a ferramenta proposta e os movimentos feministas-decoloniais que nos levaram, portanto, a construção de um

“inventário de mulheres”, falaremos, mais profundamente, no terceiro capítulo sobre o modo como as teóricas e ativistas feministas não-brancas vêm transformando o manifesto feminista em um campo metodológico.

2.2 a história oral e a narrativa feminina

É preciso aqui reforçar um ponto na estratégia metodológica traçada, que reconhece a oralidade das mulheres participantes como primeiro e principal recurso na realização do inventário proposto. A História Oral enquanto ferramenta organizado e sistematizado é recente, sendo sua primeira atividade datada de 1946. Popularizou-se como método científico no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, especialmente nos Estados Unidos, a partir de entrevistas voltadas “para os *great men*, ou seja, os homens socialmente reconhecidos” (FREITAS, 2006, p. 30). Mas é na década de 1960, na Grã-Bretanha, que a História Oral volta-se aos cidadãos comuns.

No Brasil, as oralidades são por vezes negligenciadas nas pesquisas, tratadas como “fontes subsidiárias e de ‘baixo valor histórico’” (id. p. 38). É comum que não possam ser comprovadas a partir de outras fontes (consideradas mais confiáveis pelas metodologias tradicionais), pois as histórias orais são caracterizadas especialmente pela condição flutuante das memórias das pessoas a partir da palavra falada, já que nada mais são do que modos de acesso à memória. E por tudo isso, seriam “um testemunho subjetivo, falível, cuja fidedignidade estaria comprometida” (id., p. 38). Diante de uma sociedade que se construiu sob os alicerces da escrita, e onde as possibilidades de preservação e conservação das histórias orais encontram desafios, é esperado que haja pouca confiabilidade no material produzido pelo método. “Há pesquisadores que ainda mantêm vínculos com a tradição historiográfica do século XIX, que elegeu como modelo de documento histórico o testemunho escrito, objetivo (neutro), dado como fidedigno” (id., p. 38). Sobre isso, a historiadora brasileira Sônia Maria de Freitas escreve:

Apesar da dimensão que a História Oral tem atingido no debate sobre as tendências da historiografia brasileira contemporânea, há ainda grupos de pesquisadores que não aceitam a História Oral pela seletividade, alegando também a falibilidade das fontes orais. Esses integram uma tradição historiográfica, centrada em documentos oficiais ou congêneres. (...) Acreditamos que a resistência à História Oral, ainda encontrada no meio

acadêmico brasileiro, está ligada a alguns outros fatores. Entre eles, o fato de a academia ter tido desde a sua origem uma forte influência francesa, seguindo pressupostos do “ Positivismo”. (2006, p. 35).

Precisamos reconhecer como a produção de conhecimento científico contempla, em geral, um arcabouço de métodos investigativos elaborados sobre as bases do pensamento positivista, eurocentrados e masculinizados pela métrica da cultura ocidental-capitalista-patriarcal (MESSEDER, 2020; CURIEL, 2020;) e propor formas de enfrentamento a partir da valorização de métodos que nos permitam transgredir. A cientista social brasileira Suely Aldir Messeder (2020) fala da importância das pesquisas qualitativas que possibilitam um processo de afetação mútuo, focado em processos humanizados e abertos ao nos apresentar a ideia da “pesquisadora encarnada”. Nesse sentido, as histórias orais (FREITAS, 2006) capturadas através de conversas livres e entrevistas semi-estruturadas tendem a ser uma importante estratégia dentro do universo das pesquisas qualitativas.

Certamente a memória é uma ferramenta seletiva, e está suscetível às subjetividades das pessoas e às inconsistências do tempo. Mas como nos ensina Pollak (1992, p. 201) ao lembrar Maurice Halbwachs, “a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social” e ainda que esteja submetida “a flutuações, transformações, mudanças constantes (...) devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis”, que acabam criando coesão narrativa. Freitas (2006) reforça que as histórias orais revelam “divergências, convergências e evidências de uma memória coletiva” (p. 22).

No entanto, frisamos aqui que, por vezes, este é o único recurso das mulheres, que estão frequentemente fadadas ao esquecimento, sendo negligenciadas nos registros históricos - pois, em geral, os heróis da história são figuras masculinas, e as mulheres, quando muito, tratadas como coadjuvantes. Não costumam também aparecer em noticiários ou nas capas dos jornais. Atuam em posições essenciais, mas quase sempre nos bastidores. De modo que aceitar a oralidade como recurso primário, através do qual toda a pesquisa se estrutura e se fundamenta, é uma estratégia de enfrentamento a esses processos históricos de apagamento. Podemos dizer que, muitas vezes, o que nos resta é a palavra falada.

As comunidades periféricas estão ainda mais suscetíveis aos apagamentos, como argumenta hooks (2022). É notório que em bairros periféricos, habitado por população com alto grau de vulnerabilidade social, o imperativo da informalidade combinado com analfabetismo e com escassez de recursos tecnológicos, inviabiliza a construção de documentos comprobatórios, tornando-se, por vezes, a história oral o único recurso. Nesta pesquisa, preocupei-me, ao longo dos encontros, em não exigir das mulheres documentos para corroborar as falas, dando credibilidade aos fatos narrados independente de comprovação e tratando as divergências e as imprecisões narrativas como reações próprias das oralidades. Os documentos que são apresentados, reforço, foram trazidos voluntariamente pelas mulheres participantes que desejaram contribuir com o projeto e ilustrar suas falas. É importante afirmar também que as interpretações e os pontos de vistas sobre os fatos dizem respeito às experiências vivenciadas pelos corpos que as narram, sendo por isso importantes na medida em que ilustram as percepções que as participantes têm do bairro.

Em nosso projeto, algumas das mulheres que participaram do processo de formação do bairro Vale Verde, nosso território de estudo, relatam serem analfabetas, desprovidas de conhecimento. Na época, o poder público exigiu que elas documentassem as reuniões em atas, para que houvesse comprovação de todo o processo. Dona Isaura Augusto de Nascimento de Paula (*in memoriam*) é reconhecida por todas como a liderança responsável pelo processo de regularização do bairro e participou da nossa primeira reunião. Na ocasião, ao relembrar o processo de formação do bairro, ela disse: *“No outro dia eu fui na Igreja, eu sou católica, fui no Padre Átila. (...) Coitadinha de mim, não tinha condições. Quando chegava na hora da reunião, e nois arrumando cadeira”*, reforçando o fato de que buscou na figura do Padre auxílio para conduzir o processo e que a ela, restava arrumar o espaço como se fosse isso a única coisa que estava ao seu alcance fazer.

Quando se auto-avaliam como pessoas conhecedoras de algo, em geral atribuem isso a questões práticas, conhecimentos empíricos adquiridos ao longo da vida e, em grande parte, associados a trabalhos reprodutivos e de cuidado, como quando outra participante, Balbina Barbosa dos Santos, fala de suas habilidades como cozinheira: *“Pergunta se eu já fiz alguma aula de nutrição! Eu aprendi com o tempo. (...) Eu ficava aqui em cima, assando os espetinhos e empada. Que empada que eu fazia, né amor? Eu tenho uma mão! Tudo o que eu aprendi nessa vida é cozinhar.”*

Para Freitas (2006), o método da História Oral abrange três gêneros distintos, identificados, segundo ela, como “tradições orais, histórias de vida e histórias temáticas”. Na condução dessa pesquisa, intercalamos as tradições orais - “como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra” (p. 19) - com as histórias de vida que se misturam às histórias do lugar.

Nota-se que, ao contarem as histórias sobre o território, narram também suas trajetórias sociais (GONÇALVES, LISBOA, 2007), associando suas vidas particulares ao lugar onde vivem e suas trajetórias individuais ao coletivo. Balbina, por exemplo, foi proprietária e cozinheira do bar que ocupava o imóvel abaixo de sua residência e que, por muito tempo, atuou como local de encontro e de entretenimento no bairro.

Além disso, valorizar a história oral - as memórias que pertencem às pessoas - é uma forma de descolonização do conhecimento, como sugere Messeder (2020) para não cairmos na cilada colonialista, prepotente e arrogante, que hierarquiza a produção de conhecimento restringindo-o aos ambientes acadêmicos e ignorando os saberes locais.

Trazer esse protagonismo narrativo e autoral das mulheres do Vale Verde é reconhecer a importância de suas memórias para o coletivo, valorizando as histórias das mulheres: o que tanto as coloca como figuras ativas como as reconhece como lideranças importantes. E, ainda, um recurso para dar o devido peso às vozes femininas que sofreram (e ainda sofrem) históricos processos de silenciamento. Assim, podemos dizer que lembrar e narrar é uma forma de permanecer e existir.

Há ainda outra questão importante na escolha da história oral como recurso primário. Através dos relatos, nós pesquisadoras e agentes externos, acessamos um tempo passado com tamanha vivacidade que torna-se quase possível reviver a cena (ALBERTI, 2004). Quando a historiadora brasileira Verena Alberti fala do fascínio da história oral, ela reitera o fato de que “ouvir contar” conecta e aproxima as pessoas, garantindo a individualidade e a singularidade de quem narra, ou seja, de quem efetivamente viveu. Ela escreve: “se eu ouço de um entrevistado um relato de seu cotidiano vivido há 60 anos em minha cidade, acabo me identificando com ele, e, eu mesma, caminhando pelas ruas em meio a bondes e senhores de chapéu” (p. 15).

Por isso, podemos dizer que a história oral é um instrumento de afetação mútua, que dialoga portanto com os processos de ruptura com métodos tradicionais

que exigem distanciamento e neutralidade do pesquisador, sendo assim um método interessante e necessário aos epistemes contra-hegemônico.



Os movimentos feministas eclodiram na Europa por volta dos anos de 1960 reivindicando por direitos básicos dos quais as mulheres eram privadas. As instabilidades eram, no entanto, perceptíveis já que as primeiras ações eram empenhadas por mulheres brancas, europeias, de classe média, em um momento em que não havia ainda discussões profundas sobre outros marcadores sociais que pudessem complexificar a questão. Em um contexto histórico, é por volta da década de 1970 que os primeiros estudos pós-coloniais trazem à tona uma consciência crítica a respeito da opressão colonial, transformando-se em campo de conhecimento (HOLLANDA, 2020). Enfrentando diferentes momentos e contextos, os ativismos feministas assumem maior força crítica a partir da terceira onda feminista que marca os anos de 1980 e que é especialmente movimentada pelas mulheres “negras, *chicanas* e lésbicas dos Estados Unidos (...), as primeiras a insistir na *diferença*” (BARRAGÁN, LANG, CHÁVEZ, SANTILLANA, 2020). Os movimentos feministas assumem sua postura pós-colonial a partir dos anos 1990.

Algumas feministas do Sul criticaram com força tanto um essencialismo feminista que afirma alguma superioridade inata natural ou espiritual das mulheres quanto os afãs do *feminismo hegemônico* e de um etnocentrismo ancorado no Norte global, que tendiam a homogeneizar o conceito de ‘mulher de Terceiro Mundo’ como grupo beneficiário do desenvolvimento (id., p. 224).

A sequência de diversas ondas feministas a partir do fim da década de 1960, com diferentes movimentos e diferentes posturas exigiu dos grupos feministas o aporte de distintos campos de conhecimento. Se, inicialmente, as principais manifestações feministas colocaram em pauta a igualdade de direitos básicos (especialmente o direito ao voto) dos quais as mulheres eram impedidas de usufruir, costurando-os com temas sobre liberdade e igualdade, mais tarde as lutas ganharam novos ares ao debater os papéis sociais na economia do desenvolvimento, importante pilar do modelo capitalista. Já falamos anteriormente sobre como o sistema econômico baseado no capital vai ao

encontro do discurso patriarcal e colonialista, firmando uma importante tríade de opressão. Na medida em que os ativismos sociais foram intensificando seu poder crítico e ampliando temas, exigiu-se uma movimentação dentro das academias para que fosse possível sustentar com mais contundência as reivindicações pautadas pelas feministas (id.).

As experiências distintas das mulheres, em seus países de origem e a partir de suas vivências e culturas, eram evidências empíricas para estruturação de novos movimentos feministas, como os movimentos populares, comunitários, ecologistas, não-brancos, decoloniais e etc, impulsionando a aplicação de metodologias de pesquisa lideradas por acadêmicas feministas, a fim de coletar dados e informações que pudessem esmiuçar as questões pautadas pelos levantes populares e fugir das abordagens tradicionais e hegemônicas (id.)

As autoras Alba Margarita Aguinaga Barragán, Miriam Lang, Dunia Mokrani Chávez e Alejandra Santillana (2020), pesquisadoras e ativistas de origem latino-americana, mostram como os diversos momentos do movimento feminista enfrentaram a economia do desenvolvimento pautada pelo capital para reivindicar uma economia do cuidado, em que os papéis femininos e/ou desempenhados pelas mulheres fossem reconhecidos e valorizados a partir de uma nova estrutura de valores, com princípios baseados nas ações coletivas e comunitárias conduzidas em harmonia com a Natureza. Para isso, defendem “outro esquema de análise, distinto ao esquema clássico”, já que, para elas “o pensamento feminista origina-se precisamente como questionamento político aos efeitos de um discurso androcêntrico que historicamente foi construído como científico e universal”. Defendem, portanto, novas abordagens feministas para produção de saberes, partindo da premissa de que o feminismo é, em si, um saber (p. 218).

Outros campos científicos foram se somando a essas buscas, apontando inclusive a necessidade de estudos integrais e holísticos, já que compreender as relações entre as mulheres e as diferentes esferas da vida exigia uma perspectiva ampla e interseccional, especialmente a partir de uma ideia de bem viver que se contrapõe ao viver melhor estimulado pelo acúmulo e pelo consumo indiscriminado.

A economista Ulrike Knobloch propõe uma ética da economia para além do critério de eficiência, que pergunte pelo sentido de cada atividade econômica de acordo com o objetivo de alcançar o Bem Viver: quais são

os objetivos fundamentais da economia? Segundo Knobloch, somente pode ser um meio para alcançar um fim superior, o que nos remete à filosofia, ou seja, muito além das ciências econômicas (BARRAGÁN, LANG, CHÁVEZ, SANTILLANA, 2020, p. 231).

Assim, os movimentos feministas foram também se apresentando nas academias e nas pesquisas científicas, explorando metodologias que se contrapõem às clássicas, racionalistas e positivistas, para costurar novos percursos epistemológicos e, portanto, novos saberes. Patricia Hill Collins, professora e ativista negra atuante na Universidade de Maryland, nos Estados Unidos, reconhece que o efervescente cenário que se instalou após os anos 1990 transformou a *interseccionalidade* em uma palavra-chave dos movimentos feministas que, tanto fora quanto dentro das academias, tem sido reconhecida “como uma forma importante de investigação crítica e práxis” (2022, p. 37).

A metáfora da interseccionalidade, embora possa explicar uma grande variedade de tensões e opressões sociais, tornou-se cara aos movimentos feministas, sendo apresentada pela primeira vez pela advogada estadunidense Kimberle Crenshaw (2002) a partir de suas posturas engajadas e politicamente preocupadas com os direitos civis. Ativista feminista e antirracista, ela revolucionou o debate com publicações no final dos anos 1990 e provocou “uma guinada importante nas relações variantes entre as comunidades ativistas e acadêmicas” (COLLINS, 2022, p. 42). O movimento de crítica aos saberes institucionalizados promovido pelos movimentos populares, incluindo os movimentos feministas, foi importante para contrapor e problematizar o ferramental tradicional utilizado nas produções científicas, produzindo “um conhecimento de oposição ou resistente baseado em suas próprias experiências. (...) A nomeação da interseccionalidade feita por Crenshaw fez parte desses importantes processos de transformação institucional junto à academia” (id., p. 42).

Ochy Curiel (2020) ressalta a importância do movimento feminista decolonial como um movimento que reúne um arcabouço proveniente “dos postulados do giro decolonial e dos feminismos críticos” e “nos oferece uma nova perspectiva de análise”. Mas ela ressalta que embora tenha provocado instabilidade nas teorias e práticas feministas, o feminismo-decolonial não poderia se ater apenas a uma postura analítica, devendo explorar “práticas políticas, metodologias e pedagogias” (p. 121). Nesse sentido, a autora afirma que uma das pautas do movimento feminista-decolonial está justamente no enfrentamento a colonialidade do saber, cuja estrutura baseia-se em

metodologias e epistemologias racionais que se autoafirmam enquanto “modelo válido de produção do conhecimento” (p. 128).

Nesse sentido, Curiel (2020) faz apontamentos relevantes quando evidencia o modo como a academia objetifica as mulheres não-acadêmicas, tratando-as como a “outra” e reforça a importância de metodologias participativas, em que as mulheres sejam agentes ativas e não objeto desconstruindo a relação sujeito-objeto. Ressalta que as pesquisas devem ser pensadas de modo que as participantes contribuam com a produção do conhecimento e não sejam tratadas meramente como um dado. Reforça o legado de Donna Haraway, que “propõe a historização do/a pesquisador/a. Ou seja, propõe que se evidencie o lugar de enunciação, que definitivamente afeta as interpretações sobre as pesquisas realizadas” (p. 131), enfatizando uma postura ética imprescindível aos trabalhos acadêmicos feministas.

A autora ainda destaca a importância da experiência empírica e subalternizada como percurso de legitimação de outros saberes capazes de elaborar conceitos, categorias e teorias e “que geralmente são produzidos coletivamente” e por isso “têm a capacidade de generalizam sem universalizar, de explicar realidades diferentes contribuindo com o rompimento da ideia de que esses conhecimentos são locais, individuais e incomunicáveis” (p. 134).

Assumo aqui a narrativa em primeira pessoa para esclarecer as apropriações que realizo a partir do embasamento teórico apresentado. A interseccionalidade aparece em minha pesquisa como uma teoria social (COLLINS, 2023) que inclui conceitos e estratégias visando extrapolar fronteiras ainda não exploradas por mim, dentro não somente de meu universo acadêmico, mas também de minhas próprias experiências pessoais. Na pesquisa, meu cuidado com o termo e suas abordagens na prática se dão a partir do modo como Collins (2022) problematiza a interseccionalidade enquanto *práxis*, por vezes aplicada como uma estratégia acadêmica limitada pelas próprias acadêmicas, mas que tem grande potencial elástico. Na pesquisa, a interseccionalidade serve inicialmente para o meu entendimento de diferença, para buscar um território desconhecido, distinto das minhas vivências pessoais, e para reconhecer as pessoas com as quais eu deveria trabalhar conjuntamente. Não foi proposto, ao longo do trabalho de campo, identificar cada mulher a partir de seus marcadores sociais individuais para não sucumbir ao erro dos rótulos. Ao contrário disso, determinou-se o território de modo que bastaria o fato de

que as participantes residiam ali, já que sua condição de periferia urbana estava clara e previamente antecipada pelos critérios adotados pelos movimentos que organizam a medalha-manifesto Roza Cabinda, parâmetro de seleção do território. Isto será melhor explicado no capítulo 04.

E ainda que seja óbvio que dentro do contexto específico da pesquisa existam diferenças substanciais entre as participantes, o grupo de mulheres que se propôs a participar dos encontros do projeto constitui um conjunto de mulheres que, juntas, são capazes de contar a história do lugar e reconhecer identidades coletivas. Claro que está razoavelmente explícito que os parâmetros de raça, classe e gênero - pode-se dizer uma matriz importante da interseccionalidade - são precursores do recorte proposto na escolha do grupo de trabalho. E que poderíamos aprofundar na gama de marcadores para complexificar a questão. Porém, a proposta é também uma leitura de conjunto em que elas se reconhecem pelas semelhanças e se respeitam nas diferenças, sejam elas quais forem. Mesmo porque, é importante salientar que há no grupo mulheres brancas, pardas e pretas. E que elas também fazem auto-distinções a respeito de recursos financeiros, por exemplo, ao identificarem em seus discursos aquelas que estariam em maior grau de vulnerabilidade social. As diferenças contribuem com o entendimento coletivo na seleção das referências culturais, e o que as une é o território.

Sendo assim, consciente destes desafios, a pesquisa que se apresenta aqui por mim iniciada e que ganha corpo a partir do trabalho coletivo empenhado pelas mulheres dispostas a contribuir com o projeto, assume a postura feminista-decolonial a partir do anúncio de quem sou e de onde venho e de um ideal que se confronta com a realidade das coisas, e que se metaforseia diante das mulheres participantes na medida em que se sentiam confortáveis com a minha presença e com o trabalho que foi proposto ao grupo.

3.1 Relações entre os conceitos feministas-decoloniais e o campo do Patrimônio Cultural

O uso do termo Patrimônio Cultural no Brasil, em substituição ao termo Patrimônio Histórico e Artístico, a partir da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), instaurou uma nova perspectiva e formalizou uma virada discursiva importante. No

entanto, tal processo ainda apresenta fragilidades, pois historicamente o Patrimônio Cultural foi “pensado de maneira hegemônica alijada do direito à cidade, e talvez por essa razão siga predominantemente sendo encarado como algo formal e segregador ao invés de compor um elemento da vida urbana integradora” (RIBEIRO, SIMÃO, 2014, p. 3).

A nova denominação revela um cenário diverso e plural, a partir do reconhecimento do patrimônio intangível e das referências culturais na sua diversidade de expressões, tempos e narrativas. A Constituição exige também a participação social como estratégia para o planejamento urbano e para a gestão democrática das cidades (BRASIL, 1988), exemplificadas em ferramentas importantes descritas no Estatuto das Cidades, um documento orientador que tem como premissa fundamental a participação da sociedade na gestão urbana (FIORILLO, FERREIRA, 2014).

Na esteira dessas exigências, os instrumentos de salvaguarda do patrimônio nacional também precisavam ser reformulados como garantia da participação popular, retirando dos técnicos e do poder público a exclusividade na seleção e na condução da preservação patrimonial. Os Inventários Participativos são uma resposta a essas novas articulações no campo do Patrimônio Cultural já que os debates têm exigido estratégias metodológicas para colocar em prática aquilo que a nova constituinte preconiza (ABREU, CHAGAS, 2009).

Como já apresentamos anteriormente, em 2016, o IPHAN publica o manual de Inventários Participativos no âmbito das políticas de educação patrimonial. O documento é um desdobramento do Inventário Pedagógico, lançado em 2012 como uma das ações de educação patrimonial voltada exclusivamente para as escolas. Os resultados positivos conquistados a partir desse manual inspiraram a formulação de um método mais aberto, que chamaram de Inventário Participativo. A proposta desse método e todas as condutas contempladas no manual, apresentam uma nova perspectiva de Patrimônio Cultural, contrapondo-se às políticas de supervalorização da erudição que negligenciaram a cultura popular e priorizaram o reconhecimento dos bens de valor histórico e artístico e de natureza material em detrimento das experiências intangíveis (id.).

Com grande ênfase nas políticas de tombamento conduzidas por especialistas, a salvaguarda do patrimônio nacional mostrou-se sempre conservadora desconsiderando objetos ou edificações que não possuíam valor arquitetônico, histórico

e artístico, ainda que fossem plenos de valor simbólico para as comunidades a eles relacionadas. Desse modo, o manual tem como base o conceito de referência cultural presente no Inventário Nacional de Referências Culturais (IPHAN, 2000),

Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura (id., p. 29).

Parte-se do entendimento de que os inventários culturais devem contemplar elementos cujos significados constituem a identidade de um povo, um grupo ou uma comunidade.

O manual de aplicação dos Inventários Participativos do IPHAN (2016) apresenta orientações acessíveis às comunidades e aos grupos sociais para desenvolverem, com autonomia, um inventário próprio, abrangente e plural, extrapolando as fronteiras dos *centros* históricos, cuja tutela invisibiliza automaticamente a relevância dos demais lugares (RIBEIRO, SIMÃO, 2014). O documento traz conceitos e sugestões para a aplicação da ferramenta, orientando a ação do inventário participativo a partir da elaboração de fichas categorizadas em: objetos, celebrações, saberes, expressões e lugares. O manual reconhece o método “como um exercício de cidadania e participação social” (IPHAN, 2016, p.7).

A perspectiva feminista-decolonial reconhece que a história foi engendrada a partir de recortes e pontos de vistas determinados, não abrangendo o universo plural e complexo de narrativas e grupos sociais (DIAS, 2019).

A própria noção de patrimônio foi construída sob um sistema social cuja hegemonia narrativa da história se dá a partir de uma noção evolucionista e linear, onde a memória coletiva da sociedade se constitui de vitórias, conquistas e progressos (ABREU, CHAGAS, 2019; COLLINS, 2022)). Assim, o entendimento do que seria patrimônio tornou-se ferramenta para definir as (i)materialidades salvaguardadas. Ou seja, a história hegemônica é um recorte dos conflitos sociais, cuja narrativa dos

vencedores sobre os vencidos (SEGATO, 2022) está inscrita como oficial nos livros e museus, tanto quanto na cultura, no espaço e nas cidades.

A história das cidades, descrita pela perspectiva dos vencedores, orientou a emancipação heroica de certos atores e grupos sociais, ao mesmo tempo em que promoveu extermínios. Diante disso, diversos movimentos de reparação histórica eclodiram no mundo, sendo o incêndio à estátua do bandeirante Borba Gato, em São Paulo, um dos mais emblemáticos no Brasil. Conforme noticiaram diferentes meios de comunicação, o fato ocorreu no dia 24 de julho de 2021, quando um grupo de pessoas mascaradas, utilizando-se de pneus e líquido inflamável, atearam fogo na estátua do bandeirante Manuel de Borba Gato (1649-1718). A obra, que fica no bairro de Santo Amaro, zona sul de São Paulo, vem recebendo críticas desde 2016 quando foi pichada. Se a construção da estátua, erguida em 1963, simbolizava seu reconhecimento como um herói nacional, o incêndio ocorrido naquele ano apontou para uma importante reflexão, colocando em evidência o papel de Borba Gato para o avanço da colonização escravizando indígenas e negros (MERCIER, 2021).

Meses depois do ocorrido com a estátua de Borba Gato, a estátua de Pedro Álvares Cabral, no Rio de Janeiro, também foi queimada como ato de protesto (COUTO, DURAN, 2021). E outros acontecimentos semelhantes têm percorrido o mundo todo, como a derrubada da estátua de Edward Colston, traficante de escravos, em Bristol, na Inglaterra, e os ataques à estátua do rei Leopoldo II, na Bélgica, lembrado sobretudo por ter colonizado o Congo Belga (BRITO, 2020). Sem o objetivo de debater aqui sobre uma posição favorável (no sentido da reparação histórica que se faz necessária) ou contrária (no sentido do vandalismo ao patrimônio público) a estes atos, é importante reconhecer que essas ações levantam uma necessária reflexão sobre as narrativas históricas que estão contadas nas cidades, permitindo que lancemos o olhar para o passado a partir de uma nova perspectiva que se constrói na memória e, portanto, no presente. Afinal, o tratamento heróico dado às figuras aqui citadas, homenageadas nas estátuas, invisibiliza outras narrativas e reforça o fato de que a história (re)conhecida é aquela contada pelos detentores de poder, enquanto as narrativas ocultadas pertencem à memória de grupos minoritários, socialmente vulneráveis, e que não se enquadram na ordem simbólica dominante, e por isso ficam à margem da história.

Terezinha Gonzaga (2004), ao afirmar que os eventos históricos se constroem especialmente pela valorização do capital aliado ao sistema patriarcal de modo a constituírem um sistema único de opressão, reforça que as mulheres e os papéis desempenhados por elas, perdem o valor (material e histórico) diante da coletividade.

Na tradição eurocêntrica de leitura territorial, “especialmente a anglo-saxônica, que prioriza as propriedades jurídico-políticas do território a partir da ação dos grupos hegemônicos” (HAESBAERT, 2020, p. 76), os ideais racionalistas contribuíram para a consolidação do pensamento moderno sobre o espaço, que também orientou a prática do planejamento e do desenho urbano (MONTANER, MUXÍ, 2021). A defesa da neutralidade, da padronização e da universalidade, negligenciou a diversidade de corpos, sujeitos e sujeitas, e ignorou as experiências e as necessidades de grupos sociais que não se enquadravam na lógica dominante.

Reconhecendo o modo como os diversos marcadores sociais se interseccionam, a perspectiva feminista-decolonial (CARVAJAL, 2020; GONZALEZ, 2020; CURIEL, 2020; SEGATO, 2022;) propõe o resgate das relações entre o corpo e o território, rompendo com a lógica dicotômica do pensamento racional moderno de separação entre seres humanos e natureza. Parte do princípio de que o corpo não é apenas um organismo físico, mas também um corpo social e espiritual inseparável do ambiente em que está inserido, e também lêem o território como não somente um conteúdo material e limitado geograficamente, mas um espaço vivo carregado de significado cultural, histórico e espiritual que integra a identidade e o bem-estar das comunidades.

Dessa forma, a realização de um Inventário Participativo Feminista-Decolonial, permite, nos termos de Ochy Curiel, propor métodos “a partir de processos coletivos, de organizações e comunidades, para fortalecermos nossos próprios quadros analíticos, permitindo-nos, assim, buscar as melhores vias para a transformação social” (2020, p. 136). Isso significa que enquanto técnicas e técnicos precisamos estar nos territórios próximas(os) dos sujeitos e das sujeitas que detém o real conhecimento sobre as vidas cotidianas dos espaços que habitam e das relações construídas, para então compreender o sentido de valor de suas referências culturais.

Assim, pode-se dizer que os Inventários Participativos, enquanto método, se colocam como uma importante ferramenta para a captura de experiências e narrativas

plurais, onde o protagonismo das comunidades se faz tanto pela memória de quem narra, quanto pela indicação das lideranças que mobilizam grupos e travam necessárias lutas urbanas.

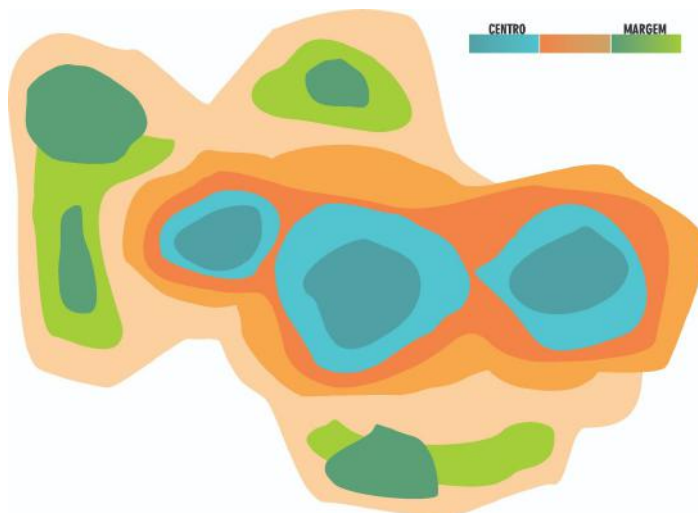


Para que fosse possível atingir importantes objetivos da pesquisa, a seleção do território para trabalho de campo tornou-se um processo de fundamental relevância, devendo ser pontuado a partir de parâmetros claros e alinhados com as bases teórico-conceituais da pesquisa. Como pesquisadora, eu tinha como ideal reunir um grupo de mulheres periféricas para que pudesse apresentar a elas a ideia de um Inventário Cultural. E para isso, delimitar um território em comum era imprescindível já que a cultura, como nos ensina Milton Santos (2007) é a cola que nos conecta ao lugar e às pessoas que ali vivem.

Um trabalho que se propõe ser contra-hegemônico deve atuar sobre a margem. A margem seria a periferia, a borda, devendo ser compreendida como uma questão social em um sentido amplo. Não se trata apenas de uma localização geográfica ou de uma questão de limites, como se bastasse estar em um local distante do centro da Cidade para estar à margem, pois isso subentende uma análise muito superficial do conceito. Sabemos que, tendenciosamente, o centro é um lugar dotado de recursos e infraestrutura urbana, e à medida que nos afastamos dele, temos territórios precários e com maior índice de pobreza (ainda que isso não seja uma regra). Na realidade, esses dois conceitos servem para separar os territórios inscritos no todo - ou seja, distinguir os diferentes corpos-cidades - e designar quem ocupa cada lugar na cidade. De modo que falar da margem é também falar de um conjunto de parâmetros e marcadores sociais interseccionados, e define os territórios ocupados por populações vulneráveis, ou seja, marginalizadas.

Portanto, falar de um território de margem não significa falar apenas de um espaço geograficamente posicionado no perímetro de um centro, mas de um lugar com condições e características específicas, habitado por determinados grupos sociais, indesejáveis do ponto de vista da convivência, necessários do ponto de vista do trabalho. Aqui, podemos explicar a ideia de margem a partir de bell hooks (2019, p. 23), que afirma: “estar na margem é fazer parte de um todo, mas fora do corpo principal”.

Figura 07: esquema ilustrativo que representa uma leitura fragmentada de cidade, a qual alimenta a perspectiva hegemônica. A imagem mostra os diversos corpos que constituem o todo, e a partir de uma escala gráfica representa como os grupos dominantes enxergam as relações entre centro e margem, expressando os abismos que distanciam esses corpos-cidades, ainda que sejam todos partes constituintes de um mesmo território.



Fonte: acervo da autora.
Autoria: Mariana Dominato A. Cury

Deste modo, ao impor que a pesquisa se realize em território de margem como premissa fundamental, eu respondo àquilo que hooks (2019) nos convida a fazer e exercito minha consciência crítica a partir do reconhecimento de que as separações entre margem e centro devem considerar a margem como “uma parte necessária, vital, desse todo” (id.) apesar de suas diferenças.

4.1 Entendendo a margem

Para escrever sobre uma margem que desconheço, posto que não a vivencio, preciso me aproximar da margem e das pessoas que ali estão cotidianamente para *ouvi-las contar* (ALBERTI, 2004). Nasci em Juiz de Fora em 1984, e usufrui de muitas das conquistas do ativismo liderado pelas feministas brancas e européias, e que também reverberou no Brasil. E sei que mesmo sendo mulher branca, ainda vejo refletir em mim desafios, violências e preconceitos que a condição do feminino me impõe. Mas estar à margem da margem é outro assunto, mais profundo e sobre o qual não posso falar com propriedade. bell hooks (2019), por exemplo, importante referência do movimento feminista não-branco, escreve a partir da margem que ocupa

e que conhece. A margem é um corpo-lugar, ocupado por corpos diversos e que está sempre periférico em relação a algum tipo de centro. Mas há diversos limites para a margem. A margem existe a partir de sua relação com o centro, de onde podemos simular outras dicotomias - pobreza e riqueza, vencedores e vencidos, precariedade e infraestrutura - que atuam de forma interseccionada, ou seja, imbricada e sobreposta. A margem seria o pólo negativo, enquanto o centro o pólo positivo.

No Brasil, em geral, quando falamos de periferia no sentido geográfico da palavra, estamos falando dos espaços ocupados pelos corpos periféricos. Nosso passado histórico, de colônia portuguesa, determinou quais seriam os corpos taxados como inferiores e subalternos quando nossos colonizadores trouxeram população africana para ser escravizada nas capitanias e invadiram terras já habitadas por população nativa, provocando extermínios. É preciso compreender que, neste país, a discussão de gênero não pode acontecer isolada da discussão de raça e classe social, pois estão absolutamente imbricadas diante de nosso passado colonial.

Lélia Gonzalez (2020), ao retomar aspectos do nosso passado colonialista, explica as razões que levaram a população negra a assumir a base da pirâmide social, tornando-se duplamente oprimida sob os aspectos de raça e renda. Ela escreve que “um dos legados concretos da escravidão diz respeito a distribuição geográfica da população negra, isto é, sua localização periférica em relação as regiões e setores hegemônicos” (2020, p. 35). Por isso a escolha do território de trabalho era um ponto de partida fundamental.

Retomando novamente a autora (id.), reforçamos a tríade de discriminação e opressão sob a qual a mulher negra, no Brasil, está sujeita já que as forças motoras do processo de colonialização encurralaram a população negra em um lugar de pobreza - reforçando estereótipos e negando oportunidades. De modo que as mulheres negras são, em grande parte, também mulheres pobres, o que justifica a escolha por um recorte interseccional que se concentra especialmente nas relações entre gênero, raça e classe social.

Juiz de Fora é um município localizado na região sudeste do estado de Minas Gerais. O distrito-sede que também recebe o nome de Juiz de Fora - e que é chamado portanto de Cidade de Juiz de Fora - compreende uma área urbana de

725,975 km²²³. Os livros em geral, e também as ruas, nos contam que o engenheiro alemão Frederico Halfeld foi o fundador da cidade.

Seu nome está estampado na placa de uma das principais vias do bairro Centro e o calçadão da Rua Halfeld é importante referência de espaço público. Imbuídas de uma visão crítica e de um espírito de luta, as mulheres de coletivos feministas de Juiz de Fora tornaram pública outras nuances dessa história com a honraria Roza Cabinda, como já comentei anteriormente. Dentre tantos recortes territoriais possíveis para esta pesquisa, encontrei a resposta no avesso da história.

Figura 08: fotografia da placa de identificação da Rua Halfeld, no bairro Centro - Juiz de Fora, MG.



Fonte: disponível em <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/>.

Autoria: Leonardo Costa.

Acesso: 28 de janeiro de 2025.

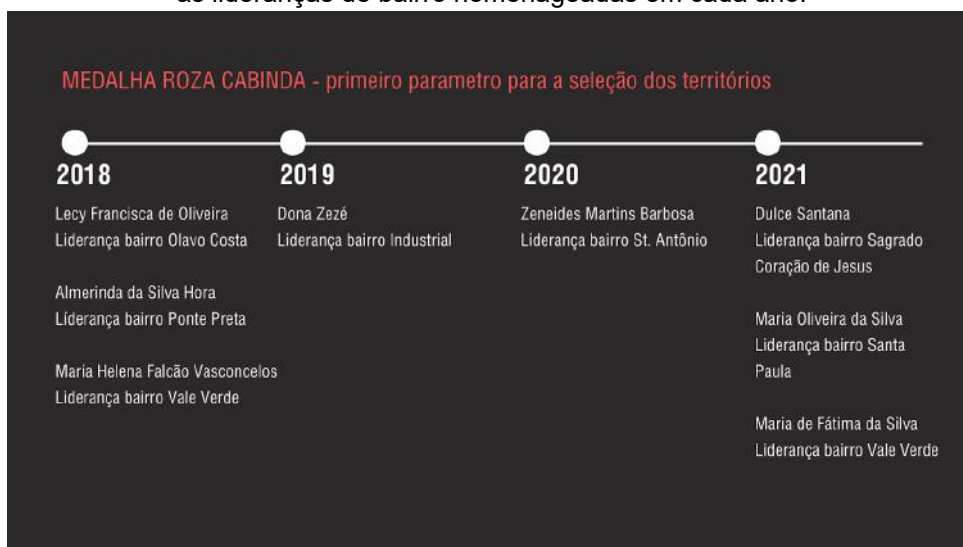
Inicialmente, identifiquei a lista de todas as mulheres agraciadas com a honraria Roza Cabinda, desde 2018 até 2021, quando comecei a organização de meu trabalho de campo. A partir dessa lista, verifiquei dentre todas as homenageadas,

²³ Segundo informações disponíveis na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, disponível em: https://www.pjf.mg.gov.br/cidade/caracteristicas_gerais.php. Acesso: 02 de novembro de 2024.

quais eram aquelas que estavam recebendo reconhecimento por realizarem suas ações em territórios específicos, sendo reconhecidas como lideranças de bairro²⁴.

Desse modo, além de uma lista com nomes de mulheres, havia também uma lista de bairros-territórios. É fundamental reforçar, como já mencionei em outro momento, que a criação da homenagem parte de uma premissa contra-hegemônica, fazendo contraponto ao que prevalece nas premiações que carregam o nome do alemão Halfeld. Enquanto a medalha do comendador reconhece figuras como políticos, empresários, advogados, médicos e engenheiros, em geral, a medalha-manifesto Roza Cabinda enaltece as mulheres que desempenham ações que a métrica produtiva do capital desconsidera, com papéis que são, muitas vezes, críticos e socialmente engajados. Portanto, tendo a premiação como parâmetro para a seleção do território, foi possível identificar bairros ou regiões de margem, entendendo que o trabalho realizado pelos coletivos feministas já estava atento e preocupado em reconhecer ações periféricas, atuando portanto de forma interseccional. O que de fato se confirmou com a identificação dos 07 bairros: Vale Verde, Ponte Preta, Santo Antônio, Olavo Costa, Sagrado Coração de Jesus, Santa Paula e Industrial.

Figura 09: linha do tempo da premiação Medalha Roza Cabinda identificando as lideranças de bairro homenageadas em cada ano.

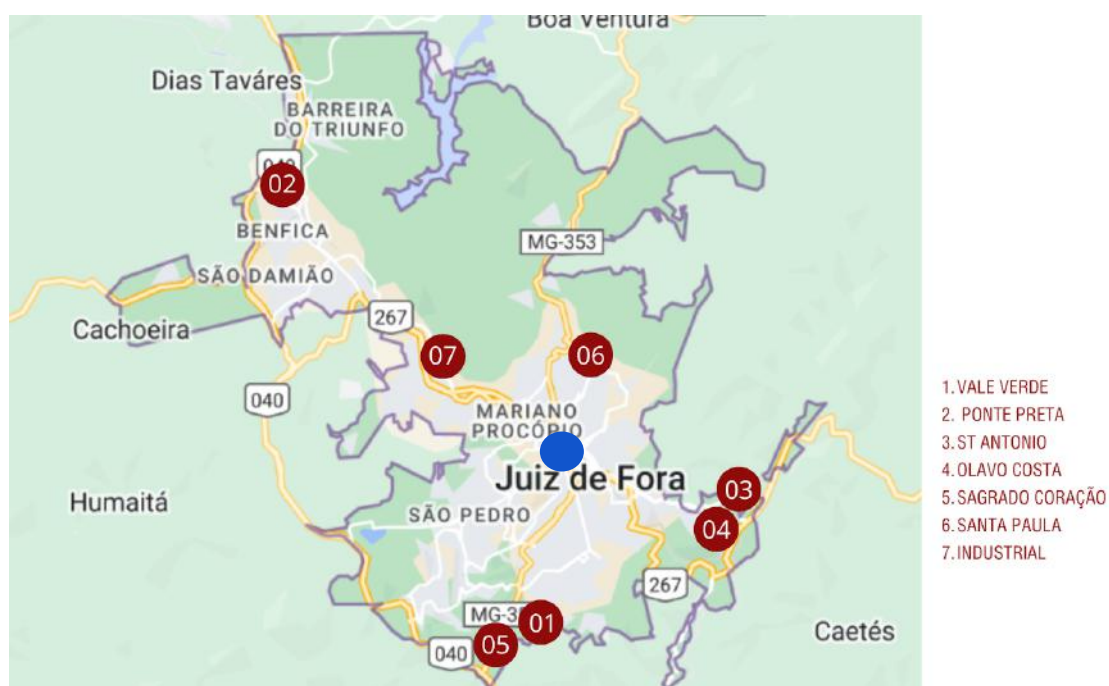


Fonte: acervo da autora.
Autoria: Mariana Dominato A. Cury

²⁴ Devemos entender o conceito de bairro como a entidade legalmente delimitada para ações do Poder Público e cuja leitura permitiu a primeira ação de recorte da pesquisa. No entanto, a partir das falas das mulheres moradoras do bairro, essa delimitação especial e geográfica se transmuta em território, reconhecendo seus limites e suas características através daquilo que as participantes contam.

De posse desta lista de bairros, algumas análises foram encaminhadas. Inicialmente, os bairros foram localizados no mapa do município, sendo possível observar como a seleção das homenagens é, de fato, sensível às margens já que todos eles estão em lugares limítrofes das áreas urbanizadas, sendo alguns mais distantes do centro do que outros.

Figura 10: mapa com o limite urbano da cidade de Juiz de Fora, identificando, em vermelho os 07 bairros listados a partir da lista de mulheres premiadas com a medalha Roza Cabinda e em azul a localização do bairro Centro.



Fonte: acervo da autora.
Autoria: Mariana Dominato A. Cury

A partir dessa visualização, considerei algumas questões. Santa Paula (06) e Industrial (7) são os bairros mais próximos da região central da cidade. Santo Antônio e Olavo Costa estavam, no momento inicial da pesquisa, enfrentando graves problemas de violência urbana, sendo alvos de diversas operações policiais, conforme noticiaram os veículos de imprensa local. Entre Vale Verde, Sagrado Coração e Ponte Preta, o primeiro se destaca a partir do meu parâmetro inicial, pois naquele momento duas mulheres que tinham profunda ligação com o Vale Verde haviam sido homenageadas com a Medalha Roza Cabinda, sendo elas: Maria Helena Falcão Vasconcellos, em 2018, pelo trabalho social de extrema relevância junto ao projeto

comunitário Mutirão da Meninada, com sede no bairro; e Maria de Fátima Pinto da Silva, em 2021, moradora do Vale Verde e referência em assistência social, organizando doações e eventos sociais no bairro.

Diante desse diferencial, que demonstra uma força feminina importante e reconhecida, o bairro Vale Verde foi escolhido para a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais. Retomando o que já observei anteriormente, é necessário ressaltar que os bairros listados não poderiam ser considerados necessariamente territórios de margem simplesmente por suas posições geográficas. Mas a referência da medalha-manifesto, associada ao posicionamento periférico dos bairros, constituiu uma base coerente para a escolha do campo de trabalho, o que de fato se confirmou ao longo da pesquisa. No caso do Vale Verde, as ações reconhecidas a partir da medalha reverenciam os trabalhos de assistência social empenhados por Maria Helena e Maria de Fátima.

Neste sentido, destaco também as dificuldades de encontrar dados precisos sobre os bairros de Juiz de Fora, de modo que fosse possível analisar com mais profundidade os espaços da cidade a partir de informações quantitativas como população feminina, renda familiar, e aspectos relacionados à raça e etnia. Sendo assim, o recurso da medalha foi providencial para a escolha do bairro Vale Verde e tornou-se determinante no processo.

Havia um enorme desejo de que eu pudesse realizar o trabalho em outras localidades, mas os desafios que surgiram ao longo do processo fizeram com que as atividades de campo fossem mais longas do que o previsto. Apenas para efeito de curiosidade, caso houvesse possibilidade de uma segunda etapa, e priorizando diversificar as análises e os resultados, a escolha seria pelo bairro Ponte Preta, localizado no extremo da região norte, fazendo assim um contraponto importante em termos de posicionamento geográfico com o bairro Vale Verde.

Tecida esta estratégia, dei início ao trabalho de campo estabelecendo um primeiro contato com a moradora Maria de Fátima Pinto da Silva (a Fatinha), homenageada em 2021 com a medalha Roza Cabinda. Esse processo será melhor relatado no capítulo 05 deste texto, porém vale a pena ressaltar que meu conhecimento sobre o bairro-território deu-se após minhas primeiras visitas e a partir das conversas com as mulheres que se propuseram a participar do projeto de inventário.

Somente após isso tive acesso ao trabalho de Mariana Camilo Sant'anna (2021), que apresenta um debate sobre regularização fundiária analisando o processo do Vale Verde como exemplo. Apesar de ter acesso ao material fruto de dissertação de mestrado, preocupei-me em não me ater ao seu conteúdo, priorizando sempre os processos do projeto do Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde com ênfase nas oralidades e nos documentos pessoais que elas apresentaram ao longo do nosso trabalho.

4.2 O Vale é Verde

De acordo com as mulheres que atuaram comigo no trabalho de campo, a escolha do nome Vale Verde foi uma escolha da comunidade. O histórico do território contado por elas mostra que a regularização do bairro é fruto de um processo de reivindicação liderado por mulheres, sendo a protagonista deste acontecimento dona Isaura Augusto do Nascimento de Paula - um entendimento que é unânime entre todas as participantes do projeto. Isaura participou de alguns encontros do projeto contribuindo com relatos muito importantes sobre a história do Vale Verde e que serão aqui apresentados. Porém, já idosa e com a saúde debilitada, faleceu em 13 janeiro de 2024 deixando um legado de força e lealdade, como afirmou o Padre Átila que fez a celebração de seu velório. Padre Átila teve importante contribuição com o processo de formação do território e legalização do bairro, participando, a convite de Isaura, das reuniões das mulheres da Comissão de Moradia. Portanto, ele acompanhou de perto as ações de Isaura como liderança comunitária e em seu discurso, fez questão de celebrar a trajetória social dessa personalidade do Vale Verde.

Além do fato de que o território apresenta uma evidente conformação de vale, com um centro rebaixado rodeado de relevos topográficos, o lugar era também identificado como um grande espaço verde antes do loteamento realizado pela Prefeitura de Juiz de Fora. Parte dessa paisagem natural encontra-se ainda preservada, e circunda o território. As mulheres contam que boa parte do território do Vale Verde era uma fazenda, e Fatinha, que mora na rua Gabriel Sáles Pimenta, reitera a informação, comentando sobre isso diversas vezes ao longo do projeto. Ela ainda diz que sua rua era, justamente, o lugar da senzala, e associa essa memória com o fato de ali ter fama de ser o local mais perigoso do bairro. Em alguns momentos falou sobre ter

que inserir a rua que faz esquina com a sua nos aplicativos de transporte, pois muitos condutores se negavam a buscá-la quando viam de que rua se tratava.

Ademais disso, descobri ao longo de meu processo que a comunidade do Vale Verde, em especial as mulheres, é uma comunidade que caminha pelas tramas da esperança, que se organiza a partir do coletivo e do comunitário buscando alternativas próprias para transpor os obstáculos orquestrados por um sistema que exclui, que negligencia e que não ampara a todas e todos igualmente. Nesse caminho, fui assim entendendo que o *Vale* era *Verde* a partir de diferentes lentes e espectros.

Sobre o lugar, é importante dizer que se trata de território periférico, habitado majoritariamente por pessoas negras - algo que constatei a partir de minhas observações - de baixo poder aquisitivo, localizado no extremo-sul da Cidade de Juiz de Fora (estado de Minas Gerais), a cerca de 7,5km do bairro Centro. No ano de 2022, o município de Juiz de Fora foi contemplado com ações do projeto Territórios da Cidadania, uma parceria entre a Prefeitura de Juiz de Fora e o programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), que tem como principal objetivo “promover o desenvolvimento local sustentável e a garantia de direitos” (PJF, 2023). Em junho de 2023, foi realizado o evento “Territórios da Cidadania: promovendo a igualdade com integração de políticas públicas” na Universidade Federal de Juiz de Fora para apresentação de alguns dados importantes coletados durante as ações do observatório que, liderado pela Secretaria de Planejamento do Território e Participação Popular (SEPPPOP), implementou a ferramenta de Mapa Rápido Participativo (MRP) para levantar dados primários sobre territórios urbanos de Juiz de Fora. Inicialmente, a pesquisa priorizou territórios de vulnerabilidade, dentro os quais estava incluído o Vale Verde. Os dados oficiais do projeto ainda não foram disponibilizados publicamente e as análises apresentadas abrangiam regiões que agrupavam bairros próximos. Não foram, portanto, liberados dados específicos sobre o Vale Verde.

Sobre a formação do território, as mulheres narram que o Vale Verde existe em função de um processo de reivindicação popular liderado pela dona Isaura Augusto (*in memoriam*), e que contou com a ajuda política de Gabriel dos Santos Rocha, o Biel, que na época era funcionário da EMCASA (Companhia Municipal de Habitação e Inclusão Produtiva)²⁵, empresa mista que atuava na execução de políticas habitacionais junto a Prefeitura de Juiz de Fora (SANT’ANNA, 2021). As mulheres que

²⁵ Mais informações sobre a empresa estão disponíveis em: <https://emcasajf.com.br/>

se engajaram na missão de consolidar o loteamento que deu origem ao bairro, organizaram-se em um grupo que ficou conhecido como Comissão da Moradia.

Figura 11: a imagem abaixo mostra páginas do jornal comunitário que circulava pelo bairro na época de sua regularização, organizado pela Comissão de Moradores do Vale Verde. Na primeira imagem, podemos notar uma fotografia que destaca a figura de Biel e de funcionários da EMCASA, durante a realização do sorteio. Na segunda imagem, podemos observar, no canto inferior direito, a identificação da Comissão com expressiva participação de mulheres, incluindo aquelas que organizaram a Comissão de Moradia. O registro é emblemático já que o jornal valoriza a figura política responsável pelos encaminhamentos formais de formação do bairro, porém a narrativa das mulheres reconhece que a grande protagonista desse processo é Isaura Augusto, que não aparece na fotografia e não é mencionada no texto. Na descrição do evento de sorteio, reforçam a presença dos funcionários da EMCASA e também destacam o nome do Padre Átila. Tanto Isaura, quanto as demais mulheres da Comissão de Moradia não têm seus nomes identificados.



Fonte: arquivo cedido pelas mulheres da comunidade do Vale Verde que compõe hoje o acervo do projeto Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde.

Além de liderar a Comissão de Moradia, Isaura Augusto do Nascimento de Paula tornou-se a primeira presidente da Associação de Moradores após a regularização do bairro Vale Verde. A partir disso, definiu-se também uma comissão para elaborar os jornais comunitários, que noticiaram importantes momentos de formação do Vale Verde, como podemos observar nas imagens abaixo. O material dos antigos jornais foi cedido espontaneamente por mulheres que participaram dos encontros do projeto de inventário, e incorporou assim os arquivos do trabalho. É

interessante observar que, apesar de alguns exemplares preservados, o jornal do bairro não foi em nenhum momento mencionado pelas mulheres do projeto em nossas reuniões, nem citaram quem organizava o material, como era produzido ou com qual verba. Só tomei conhecimento de sua existência quando a moradora Maria de Lourdes disponibilizou o material após um de nossos encontros.

Na imagem anterior (figura 11), capa de uma edição do jornal que conta sobre o processo de regularização e a consolidação do bairro Vale Verde, o destaque na fotografia para as figuras políticas que contribuíram com os recursos e orientações legais, em detrimento da valorização da imagem da comissão e, em especial, das mulheres que tiveram a iniciativa do movimento, é didática. Ensina sobre a perspectiva histórica que tratará de tecer a trama heróica dos personagens hegemônicos, contribuindo para o apagamento das lideranças comunitárias - no caso do Vale Verde, lideranças femininas. É o fiel retrato da narrativa dominante e patriarcal. O jornal, oferecido ao nosso projeto por umas das mulheres participantes, documenta um importante momento e, ironicamente, documentos que registram todo o trabalho realizado pela comissão de moradia, uma comissão de mulheres, ou não foram forjados ou foram perdidos - como é o caso da caderneta de anotações de Maria Eusébia, tesoureira e secretária da comissão.

É importante frisar que, basicamente toda a documentação que apresento aqui vem de acervos pessoais das moradoras, incluindo fotografias e outros suportes de memória que elas compartilharam comigo ao longo de todo o processo. E mesmo sendo documentos que estão em posse da população local, não há registros documentais que comprovem a ativa participação das mulheres no processo de regularização do bairro, tendo apenas como fonte os relatos que elas orgulhosamente narram.

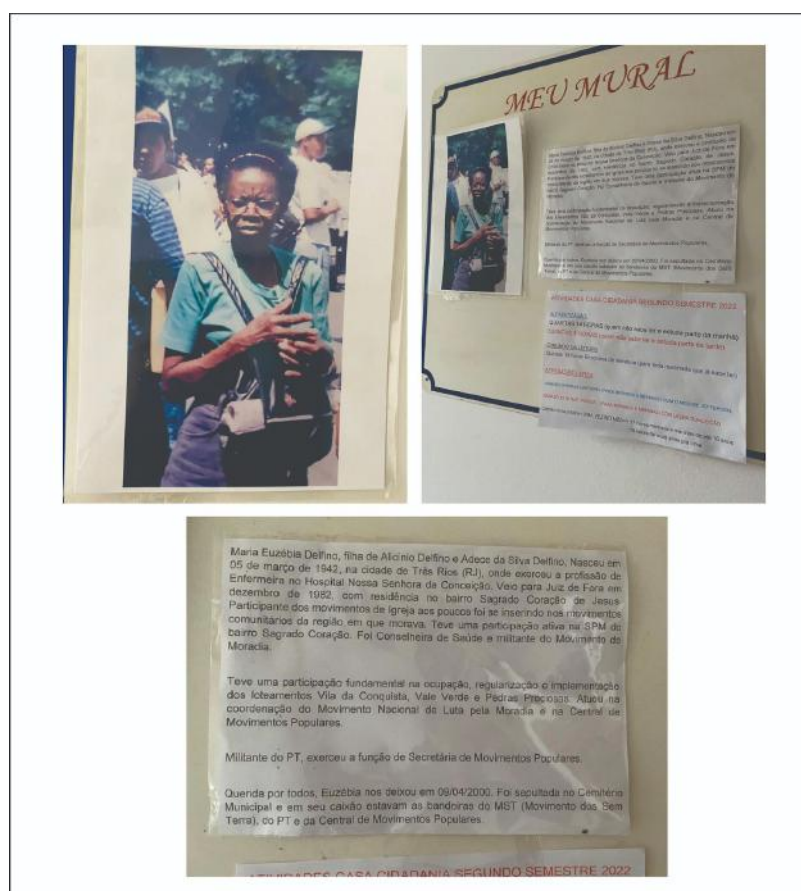
Além do jornal, o território contava com uma rádio comunitária que teve como principal radialista a dona Balbina Barbosa dos Santos. Ela relembra com muito afeto daquele momento em que podia interagir com sua comunidade, levando as notícias importantes mas também promovendo eventos e movimentos de socialização. Balbina contou que a rádio era muito usada pelas mulheres para marcarem encontros umas com as outras, sendo assim importante instrumento comunitário em um momento em que o território ainda estava se consolidando. Uma das formas que ela

encontrava de interação com a comunidade era pedindo, através da rádio, que as pessoas piscassem as luzes de suas casas, caso estivessem sintonizadas.

Ó, isso aqui parecia um pisca-pisca, todo mundo acendia e apagava. Eu tocava música, oferecia música, falava com o povo da redondeza. (...) Era uma das coisas boas que a gente perdeu, né amor... podia ter até agora.

É importante reforçar que no começo o território apresentava condições muito precárias. Não havia vias asfaltadas, água encanada e luz elétrica. Em dado momento, ainda que já houvesse a infraestrutura das instalações elétricas devidamente implantadas, solicitar a ligação para as casas era um problema para parte da população recém-chegada ao local, pois realizar as obras necessárias e solicitar a ligação representava um alto custo para as famílias.

Figura 12: as imagens abaixo mostram uma fotografia de Maria Euzébia Delfino, juntamente com uma breve biografia que está fixada no mural da Casa da Cidadania, no bairro Vale Verde.



Fonte: acervo da autora.

Autoria: projeto Mutirão da Meninada.

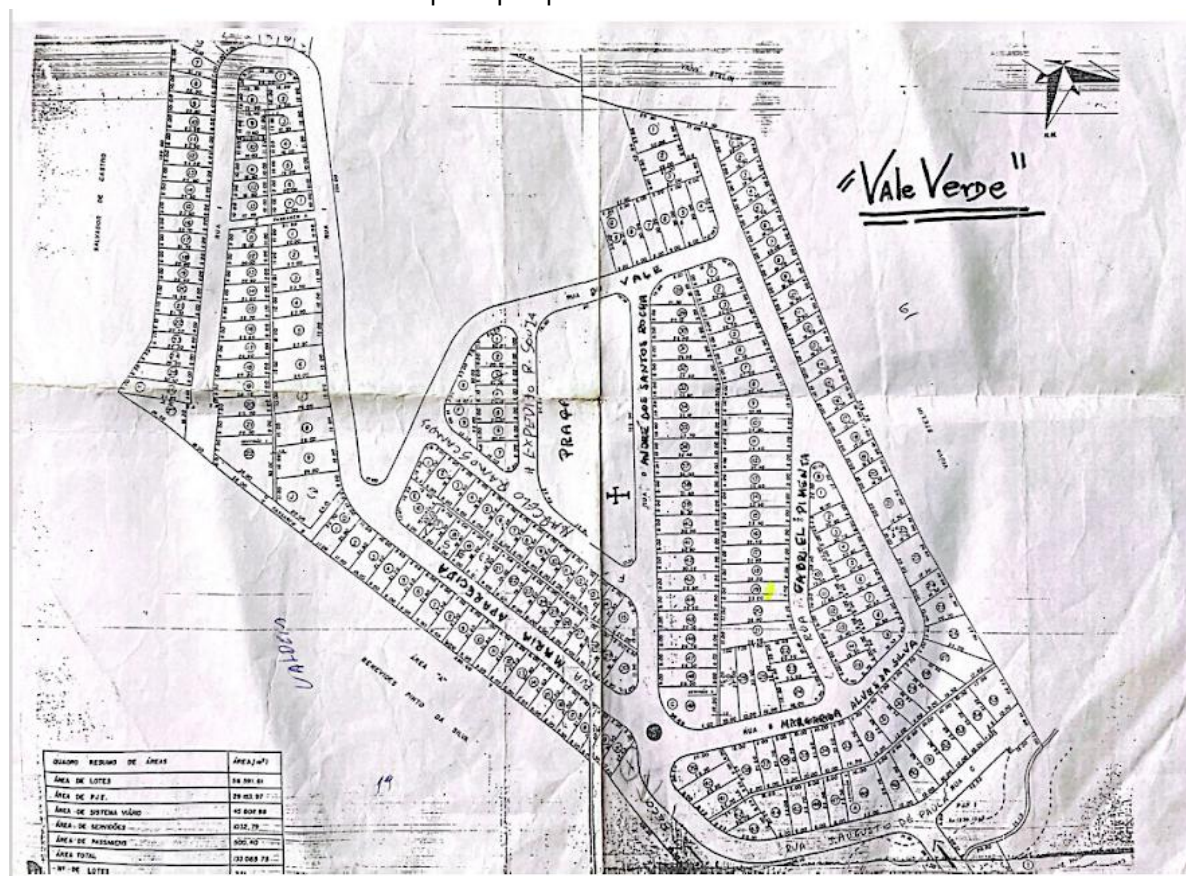
Data dos registros: 26 de novembro de 2022

Outra informação importante compartilhada pelas mulheres é que elas participaram da escolha dos nomes das ruas e locais públicos, com destaque para uma rua que homenageia o pai de Isaura Augusto e para a praça pública que recebeu o nome de Maria Euzébia Delfino, que faleceu aos 58 anos no ano 2000.

Maria Euzébia, além de integrar a Comissão de Moradia, foi uma mulher extremamente engajada e, conforme narram as participantes, figura importante em tantas outras lutas empreendidas pela comunidade do Vale Verde. Uma de suas contribuições, como contou Fatinha, foi com a organização das pesagens das crianças do Vale Verde que, no início, não tinha Unidade de Saúde e contava com baixíssima assistência social. Ela trouxe uma balança que foi pendurada no muro frontal de uma casa, onde amarram um saco improvisado para acompanhar o peso das crianças pequenas e evitar a desnutrição com uma receita de mistura que Maria Euzébia apresentou para a comunidade.

As mulheres falam com saudade da época em que o movimento pelo loteamento representava uma enorme esperança às famílias, e contam com orgulho sobre como é viver, hoje, a conquista da moradia após longo período de luta. Dona Tatá, 78, (Maria Aparecida Otávio da Silva) disse: *“Pra mim, o Vale Verde é uma Terra Prometida. A gente que não tinha nada, aqui é o meu endereço”*. Reviver esses acontecimentos a partir da história narrada pelas mulheres que participaram ativamente do processo é um recurso para a documentação de todo o movimento que deu origem ao bairro. Através da transcrição desses relatos, enfatizamos o valor das memórias e das falas das mulheres capturadas a partir da história oral e registradas no breve histórico que será apresentado e nos demais documentos que compõem o Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde. Fatinha reforça a importância desses registros ao dizer: *“A meninada nova não sabe de nada disso”*, e Renata confirma: *“Como eu, o pessoal novo aqui não sabe dessa história”*.

Figura 13: mapa do loteamento com destaque para os nomes sugeridos pela comunidade para as ruas do bairro que aqui aparecem ainda escritos à mão.



Fonte: arquivo cedido pelas mulheres da comunidade do Vale Verde que compõe hoje o acervo do projeto Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde.

Porém, todo o trabalho coletivo que foi construído revela a história de um território cuja existência e regularização foi possível a partir do empenho de um grupo de mulheres. As informações, documentos e relatos contidos neste projeto de inventário atestam, sobretudo, o protagonismo dessas mulheres que narram, hoje, suas atuações como cidadãs conscientes de seus direitos e reconhecem aquilo que as identifica enquanto comunidade. Vale-se portanto dessas experiências para provocar o movimento da *margem ao centro*, como bell hooks (2019) sugere, evidenciando o papel central das mulheres da periferia nas lutas urbanas.

4.3 A história do Vale Verde narrada pelas mulheres

A origem do bairro-território Vale Verde está diretamente ligada à mobilização de um grupo de mulheres na luta urbana pelo direito à moradia. Elas relatam, com bastante orgulho, o processo de loteamento que deu início a formação do

Vale Verde, e também contam sobre diversas outras ações que foram necessárias ao longo da história do lugar para que o mesmo se consolidasse.

Isaura Augusto de Nascimento de Paula (*in memoriam*), mais conhecida como Dona Isaura, lembra que veio de Governador Valadares com mais 15 familiares. Quando chegou em Juiz de Fora, morou inicialmente em uma ocupação na Vila da Conquista (uma rua que fazia parte do bairro Cidade Nova, nas proximidades de onde hoje é o bairro Vale Verde). Vila da Conquista “*era terra da Prefeitura que o povo ocupou*”, conta Maria de Fátima Pinto da Silva (Fatinha), moradora do Vale Verde. Lá Dona Isaura morava em uma casa muito pequena. Ela relata: “*Ocupamos antes porque precisávamos, lá na Vila da Conquista. Nois tamo fazendo isso aqui pra sair do aluguel. Eu tenho que contar como o negócio começou, porque o negócio não é tão fácil não. Ai eu falei: vou lá ocupar. Eu só fiz 03 [cômodos]. Aí quando foi um dia eu tava preocupada porque o povo não tava cabendo lá em casa*”. Vera Maria da Silva participou de todo o movimento inicial e reforça: “*A gente não tinha onde morar. O Zé Maria [marido da Vera] pedia ajuda para os outros para fazer o primeiro barraquinho*”.

Dona Isaura continua seu relato dizendo que um dia, quando estava no ponto aguardando o ônibus para ir para o trabalho, viu uma movimentação próxima da área da ocupação: “*Aí olhei pra lá, tava o carro da Prefeitura, da polícia, da Globo: uai, mas o que que é isso, será que eles não falaram que quem ocupou não tinha onde morar? Eu não consegui entrar dentro do ônibus, eu não preoquei comigo não! Preoquei com os outros que moravam lá também. Fui embora a pé. Quando chegou lá no Bela Aurora, lá em frente aquele colégio... Deus fala e todo mundo sabe disso. Papai do céu disse: grita que **ocês** tem direito*” (ela enfatiza a palavra “ocês” reforçando seu senso de comunidade).

“*Cheguei na escola (ela trabalhava de serviços gerais na escola do bairro Teixeiras). Vim a pé de novo porque dinheiro pra pagar passagem a gente não tinha. Fui na Prefeitura para resolver a ocupação. A gente ocupa terra vazia, e terra não pode ficar vazia. Peguei e fui embora, cheguei em casa com aquele monte de coisa pra fazer porque eu tinha filha com bebê em casa. No dia seguinte, cedo eu tava lá [na Prefeitura]. Falaram assim pra mim, vai na Emcasa e procura o Biel. Cheguei lá: ‘que que eu posso te ajudar’. Falei: eu queria conversar com o Biel. E ele veio e me disse: ‘Dona Isaura, a senhora pode ficar tranquila que nós vamos resolver esse problema. Por que eles fizeram isso?’ [Ela responde ao Biel] - Não sei né, dinheiro e poder faz as*

coisas. Deus falou e deu certo. No outro dia eu fui na Igreja, eu sou católica, fui no Padre Átila. Pedi ajuda na Igreja. Falaram: A senhora tem que agrupar o povo. Eu adoro o povo, eu amo a política. Eu não gosto da politicagem. Fui no padre Átila, na irmã Heloisa e na irmã Clarisse. Coitadinha de mim, não tinha condições... quando chegava na hora da reunião, e nois arrumando cadeira... aí eu agrupei o povo. Eu vou até lembrar quem que é tava”.

Na época então, final dos anos 1990, Dona Isaura após procurar pelo Biel na EMCASA, empresa mista que auxiliava a Prefeitura de Juiz de Fora na realização de processos de regularização fundiária (SANT’ANNA, 2021), conseguiu um encontro com o Custódio Mattos, então Prefeito. Custódio solicitou a criação de uma Comissão de Moradia. Ela coordenou a criação da comissão, chamou várias pessoas, e as mulheres que se juntaram a ela e participaram da primeira reunião na Prefeitura foram, conforme ela relata: *Maria Euzébia, Conceição, Marina, Maria do Dez, do seu Pedro, já morreu há muito tempo. Foi 05 só que foi. Aí meu Deus, mas nois foi muito bem recebida. Foi o dia que começou. Fomos conversar com o 45 [número usado pelo Custódio Mattos na época de campanha eleitoral], fomos muito bem recebidas. ‘No que eu posso te ajudar?’ perguntou o prefeito. Eu disse: Você sabe o que eu to fazendo aqui? E assim começou o Vale Verde”.*

A Comissão de Moradia era flexível, e ao longo dos dois anos de luta aconteceram muitas reuniões, e o grupo teve diferentes formações, sempre com a participação majoritária de mulheres. Muitas pessoas passaram pela comissão, mas a formação composta por Isaura Augusto de Nascimento de Paula (*in memoriam*), Maria Euzébia Delfino (*in memoriam*), Maria dos Anjos Martins Cornélio (mãe da Bia - *in memoriam*) e Conceição (mãe do Edmar - *in memoriam*) ficou fortemente marcada no imaginário do bairro. Dentre essas mulheres, Isaura se destaca como a principal mobilizadora da comissão. Não à toa, tornou-se a primeira Presidente de Bairro do Vale Verde. Maria Euzébia era a secretária e tesoureira, responsável por anotar tudo em um caderno que, infelizmente, se perdeu.

Margareth Coelho, moradora do bairro e que assistiu também a todo esse movimento, relata: *“O começo foi com muita luta, não foi no estalo de dedo assim não. Foi com muita reunião, muita briga e muita insistência que tem hoje o Vale Verde”.* E Fatinha reitera: *“só de reunião foram 02 anos. A mulher que faltasse 03 reuniões era cortada”*, ou seja, perdia a garantia de um terreno no loteamento.

Após definido o loteamento, foi realizado um sorteio, como lembra Vera Maria da Silva: *“Eles tiveram que fazer sorteio pra gente não brigar, porque uns ia morar no morro... e aí fizeram sorteio”*. O sorteio aconteceu no ano de 1995, conforme constata o jornal popular do bairro. Os lotes foram vendidos pela Prefeitura pelo valor de R\$ 1.500,00, contam as mulheres. O parcelamento era feito em 75 parcelas de R\$ 27,50²⁶ e todas as mulheres falam sobre as dificuldades que enfrentaram para conseguir manter o pagamento em dia. Fatinha lembra: *“Eu pagava na época R\$ 27,50 pelo lote. 75 prestações de R\$ 27,50. Tinha mês que não tinha condição de pagar. Para quem tinha filho pequeno, era muito dinheiro. A gente não tinha trabalho direito, tinha que cuidar de criança... Eu fiquei vários meses sem pagar. Ficava dois sem pagar, aí ia lá e pagava”*. Margareth também compartilha sua experiência: *“[Eu] Não tinha marido, com duas crianças... quem pagou pra mim foi a minha ex-patroa. Todo mês ela pagava. Morria de medo dos filhos dela me tomar, mas coitadinha, ela pagou e depois me passou tudo direitinho”*. E Vera lembra que pagou utilizando seu vale-gás: *“Na época o Lula era Presidente, eu paguei o meu lotinho com o meu vale-gás. Porque o meu marido que morreu bebia muito... aí eu pegava o vale-gás entendeu. Com o vale-gás eu pagava o lote”*.

Outro importante fato a respeito da formação do bairro Vale Verde é que as mulheres participaram da escolha dos nomes das ruas e do próprio bairro. *“Quando saiu o Vale Verde aqui, foi nois que escolhemos o nome, não foi Norma?”*, disse Vera.

As mulheres também relembram que havia diversas regras para morar no Vale Verde. Contam que era um loteamento para pessoas de baixa renda e que, após o sorteio, as pessoas tinham um prazo para iniciarem as construções nos lotes. *“Eu tinha 06 meses pra construir, se não tomavam meu terreno”*, diz Margareth, lamentando que nem todos respeitaram as determinações dadas pela Prefeitura: *“como eu, com duas crianças pequenas, tinha regra pra construir e esse tá vazio até hoje? A luta pra conseguir o terreno foi difícil, e agora é fácil pra construir, fácil pra vender... Na aba dos outros, uma luta, fizeram mansão e casa de aluguel”*.

Vera foi a primeira moradora. Quando se mudou, a infraestrutura era precária. Não havia asfalto, nem luz e nem água. Sobre isso, as mulheres compartilharam diversas memórias. Vera conta: *“Quando a gente morava aqui, a gente*

²⁶ De acordo com o site <https://www.ecalculos.com.br/>, o ano de 1995 fechou com o salário mínimo no valor de R\$ 100,00.

saía com a cara tudo de fumaça de lamparina, porque não tinha luz, não tinha água. As crianças ia pro colégio, aquela barriada... era tudo barro". Ana Maria de Matos Cerqueira diz que veio para o bairro 10 meses após liberarem o loteamento e lembra que a infraestrutura ainda era precária: *"Sem água, sem luz, sem porta, sem janela, sem nada... era tudo chão mesmo"*. Ao contar sobre sua vinda para o Vale Verde, Fatinha relembra: *"1998 que veio a luz. 98 porque eu vim para cá em 2000, e só tinha luz a Ana, a Balbina... quem trabalhava e conseguia pagar os 1.500,00... porque eles cobravam caro pra ligar"*. Ou seja, ainda que já houvesse as instalações elétricas devidamente implantadas, solicitar a ligação para as casas era um problema para uma boa parte da população recém-chegada ao bairro. Vera diz que tem ainda os documentos de quando começou a ter luz na sua casa. *"Na próxima vez que tiver a reunião, eu vou trazer o carnê de luz... Quando eu vim pro Vale Verde, eu vim no dia 09-10-1996 e os papel de luz que eu tenho é de janeiro de 2008. Eu vou trazer os documentos do lote... e da conta de luz"*.

Essa história foi contada por diversas vozes durante nossos encontros coletivos. É possível perceber a força das mulheres na luta por moradia, e as dificuldades que enfrentavam para conciliar as tarefas de cuidado e os empregos com as reuniões. Contar essa conquista a partir do olhar dessas mulheres nos permite reconhecer a atuação feminina na produção das cidades e a importância de seus papéis que tendem sempre a priorizar o coletivo.

Aqui, fez-se o esforço de reunir trechos de relatos das mulheres que participaram das reuniões coletivas e/ou que cederam entrevistas ao projeto, preservando ao máximo as falas e aproximando, na medida do possível, leitores e leitoras dessas mulheres que não apenas narram a história do território, elas são a própria história. Incansáveis, as mulheres da Comissão de Moradia organizaram por dois anos reuniões frequentes para discutir a respeito do loteamento, formalizado em 1995. Nota-se a grande mobilização liderada pela Dona Isaura. Chama atenção também a demora para a realização do loteamento e para a implementação da infraestrutura básica, assim como a ausência de fiscalização no cumprimento das diretrizes para edificar os lotes.

As mulheres do Vale Verde que participaram do projeto reconhecem diversos problemas que assolam a vida no lugar, especialmente aqueles relacionados à violência urbana, e lamentam certa desunião da comunidade hoje, agravada

especialmente pela pandemia da Covid-19. Mas também reconhecem que há muito do que se orgulhar. Entendem o valor daquilo que já ficou no passado, como ressaltam as boas experiências que foram cultivadas e que permanecem no presente. Reivindicam também a retomada de algumas vivências. E almejam, assim, um futuro em que sejam preservadas as marcas de suas relações com o território onde vivem. É na toada desse reconhecimento que o Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde foi construído.



05. Café com broa: o inventário e a discussão das categorias

Quando defini o bairro Vale Verde como campo de trabalho sabia que, diante de um território, até então, por mim desconhecido, enfrentaria desafios para decifrar o lugar cujas entranhas jamais seria capaz de escavar sozinha. Por isso, esta pesquisa é protagonizada por um grupo de mulheres, e suas falas ressoam em mim como insistentes tambores. Em algum momento dessa trajetória, que não sei bem dizer com exatidão como e quando, esta pesquisa passou a ser guiada por aquilo que as mulheres do Vale Verde me entregavam. Às vezes parecia que eu estava caminhando na direção errada, que estava fugindo dos objetivos da pesquisa. Mas no final, de alguma forma, tudo encontrou o seu lugar - quando não encontravam lugar nesta pesquisa, encontravam em mim, em meu território-corpo. Alguns fragmentos permaneceram como fragmentos, cuja costura não foi possível por motivos que talvez fiquem mais evidentes ao longo do texto. Mas as dificuldades expõem fissuras que são difíceis de serem reparadas, que também traduzem perdas, dores e vazios que se somam às rotinas das mulheres e seus diversos afazeres.

A primeira vez que estive no Vale Verde foi uma mistura de ansiedade e medo. Ansiedade pela responsabilidade da pesquisa acadêmica, resultante de questionamentos que o processo nos coloca e que nos faz duvidar da viabilidade do percurso escolhido, e que ao mesmo tempo nos condiciona a saber que seremos permeadas por erros e por acertos. Medo diante de um território desconhecido que, na condição também de mulher-visitante, provoca insegurança. Por isso, naquele primeiro dia não me aventurei sozinha. Acompanhada de meu marido, precisamos ficar por um tempo no carro, aguardando a chegada de Maria de Fátima Pinto da Silva, a Fatinha, 51, com quem eu havia conversado por telefone.

Enquanto esperávamos parados em frente a sua casa, notamos a movimentação de um grupo de homens que, desconfiados, fitavam nossos semblantes tensos dentro do automóvel, enquanto um deles repassava aos gritos o número da placa do carro aos demais, sem nenhum constrangimento. Para nós, essa movimentação sinalizou, claramente, que ali existia uma relação de vigia e controle por

parte daquele grupo de homens. Foi então que, após cerca de 40 minutos, a chegada da Fatinha nos trouxe alívio.

Como mencionei anteriormente, eu não conhecia absolutamente nada sobre o lugar. Durante a etapa de seleção do território, fiz buscas rápidas na internet para verificar o noticiário local, no sentido de encontrar informações de teor público sobre casos de violência e criminalidade e entender algumas questões preliminares que pudessem ser determinantes na pesquisa. A respeito disso, encontrei situações de violência e criminalidade complicadas em outros territórios, como foi o caso de Olavo Costa e Santo Antônio que, naquele momento da pesquisa, passavam por operações policiais, o que inviabilizaria completamente a realização da pesquisa. É de conhecimento geral que as periferias urbanas, frente às desigualdades sociais que assolam nosso país, são territórios também de criminalidade e violência com atuação de gangues e grupos territorialistas (não sendo, obviamente, uma exclusividade dos territórios marginalizados).

O que não pode ser, de forma alguma, generalizado como uma questão que acomete todo e qualquer território de margem ou que defina as comunidades que ali residem. Isso, inclusive, reflete uma questão importante a respeito do Vale Verde e que, durante o processo, se tornou um objetivo do inventário para as mulheres participantes: destituir o estigma de território de violência através de referências culturais identitárias, de modo a desarticular a imagem do território de gangues que atuam na região e, em especial, no conjunto habitacional Araucária recém implantado nas redondezas do Vale Verde, como relataram as mulheres. Fatinha ressaltou, inclusive, a importância do projeto de Inventário Participativo: *“Por isso precisa desse movimento mesmo, o Vale Verde tá muito mal visto. Lá é o lugar que mata os outros, todo mundo fala”*.

Retomando a narrativa do meu primeiro dia no campo, após aguardar por cerca de 40 minutos, avistei Fatinha dobrando a esquina da rua. Com a sua chegada, combinei com o meu marido que entraria em contato quando finalizasse, para que ele me buscasse e, a convite dela, entramos juntas em sua residência para nossa primeira conversa. Além do sorriso contagiante que ela direcionava a mim a todo momento enquanto estivemos conversando, havia um enorme tabuleiro de broa que me aguardava. E para acompanhar a broa, um café passado na hora. Em poucos minutos de conversa, as tensões se dissiparam e comecei a nutrir uma enorme esperança por

aquele projeto que começava a dar seus primeiros passos ali, naquela cozinha que cheirava a café com broa.

É claro que o primeiro momento me preocupou inicialmente, mas esse gesto acolhedor da Fatinha tornou-se uma forte marca da minha vivência no Vale Verde ao longo de mais de dois anos de visitas, passeios, entrevistas, cafés e broas. Por isso, o “café com broa”, além de ser parte de minhas melhores memórias, dá título a este capítulo como uma homenagem a Fatinha, a primeira moradora do Vale Verde que conheci e que, no primeiro instante, me estendeu a mão tornando-se coordenadora local do nosso projeto de Inventário Cultural.

Naquele dia, quando apresentei a proposta a Fatinha, ela logo foi compartilhando comigo diversas experiências do Vale Verde, com especial ênfase na tradicional Folia de Reis, hoje liderada pelo seu filho Paulo Henrique Pinto da Silva Jr., também conhecido como Dé. Trata-se de uma tradição familiar, vivenciada por várias gerações mas que, por se tratar de uma experiência cuja principal atividade é a peregrinação por espaços públicos, com paradas nas residências para apresentações, danças e orações, torna-se uma importante celebração coletiva. Todas as coisas que conversamos naquela tarde deixaram em mim uma forte impressão a respeito do Vale Verde como um território cuja comunidade parecia cultivar uma cultura local forte e potente.

O processo dividiu-se em três principais etapas. Em um primeiro momento que chamei de “levantamento preliminar”, foram realizados os *encontros de conversas livres* - que aconteceram em grupo e individualmente. E depois segui para as *entrevistas semi-estruturadas* com o objetivo de aprofundar nas informações sobre as referências culturais previamente selecionadas durante a primeira etapa. As entrevistas, embora tivessem um caráter mais objetivo, com algumas perguntas determinantes, preservaram as características das conversas mantendo-se fluidas e abertas para temas diversos. Esses dois momentos mais precisos da pesquisa foram permeados por outras atividades que aconteciam concomitante a elas, a partir de oportunidades, a exemplo de minhas participações nas festas e celebrações que têm suas datas previamente estabelecidas no calendário do Vale Verde e em eventuais visitas ao território quando acabava por encontrar pessoas, observar o cotidiano local e capturar registros.

A terceira etapa foi uma confraternização com as mulheres, onde pude fazer a leitura de alguns trechos de textos já elaborados (a partir das oralidades e memórias que elas dividiram comigo nas fases anteriores), a fim de que elas pudessem trazer impressões sobre o material que estava sendo produzido. Neste dia, também reforcei a lista das referências culturais listadas ao longo do processo e trabalhamos com uma dinâmica de mapas, em que elas marcaram sobre o território do Vale Verde seus lugares afetivos. Essa dinâmica tinha como objetivo inicial registrar uma sequência de mapas devidamente sinalizados com alfinetes coloridos e fotografados para compor o acervo da pesquisa e correlacionar tais perspectivas com o resultado do processo de inventariamento.

No entanto, as conversas ganharam corpo ao longo do encontro, e as mulheres realizaram a dinâmica do mapa de forma compartilhada, somando umas com as outras de modo que a atividade permitiu interações que renderam conversas interessantes acerca do lugar. Esse movimento agregou, de forma espontânea, outras memórias sobre o território. Ao final, a proposta do mapa interativo incrementou o sentido da confraternização, mas não foi possível fazer os registros com as intervenções individuais conforme eu havia planejado. Apesar desse contratempo, foi um momento alegre, que coroou a principal atividade do dia, que seria a realização do ensaio fotográfico.

Figura 14: Na foto, Maria dos Santos Leônimo, Maria José da Silva e Ana Maria de Matos Cerqueira interagem a partir do mapa do bairro durante a dinâmica proposta.



Fonte: acervo da autora.
Autoria da foto: Mariana Côrrea e Castro.

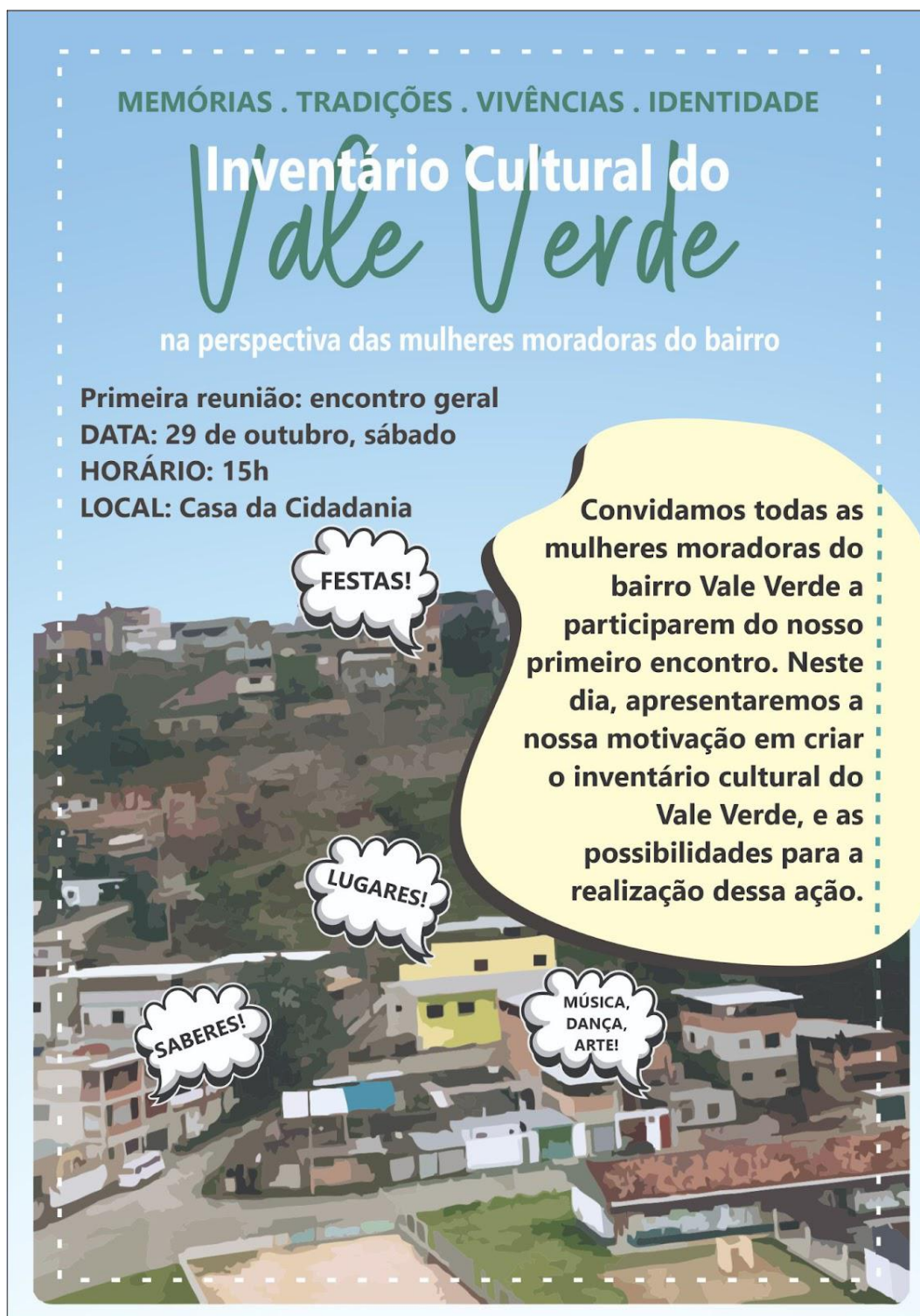
Produzi dois quadros emoldurando as fotografias de Maria Euzébia Delfino (*in memoriam*) e de Maria Helena Falcão (*in memoriam*) para que elas estivessem presentes no ensaio realizado pelas fotógrafas Mariana Corrêa e Castro e Marcella Siqueira Calixto. A foto de Maria Euzébia foi cedida pela Maria Luiza, coordenadora atual do Mutirão da Meninada. E a foto de Maria Helena faz parte do acervo particular de Mariana Côrrea e Castro que, em 26 de maio de 2018, participou da Folia de Livros do Mutirão e pôde realizar alguns registros cedendo ao projeto do Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde para esta oportunidade do ensaio. Em resumo, a confraternização foi um momento muito especial que reverberou de forma bastante positiva entre a comunidade. Falarei mais detalhadamente sobre as etapas nos tópicos a seguir.

5.1 encontros: levantamento preliminar

A partir de meu primeiro contato com a Fatinha, dei início ao trabalho de campo acatando sua sugestão de que fizéssemos primeiramente encontros coletivos, com ampla divulgação, para que nenhuma mulher se sentisse desprestigiada. O convite para as reuniões aconteceu mediante cartazes (figura 15), em formato impresso e digital. Alguns cartazes impressos foram entregues diretamente às pessoas e também deixados na creche do bairro, entendendo ser um local bastante frequentado pelas mulheres. A versão digital foi utilizada para convidar as mulheres através dos grupos de aplicativo, diversificando assim os meios de contato.

Inicialmente, foram realizados 03 (três) encontros coletivos, aos sábados na Casa da Cidadania. Trata-se de um espaço comunitário que pertence, segundo contam as mulheres, a uma Organização da Sociedade Civil (OSC) chamada Centro de Referência de Direitos Humanos que elas também identificam como IEC (um instituto que promove ações de cidadania no Vale Verde). A edificação fica localizada no centro do território, em sua parte plana, com acesso facilitado. As reuniões foram todas gravadas em áudio mediante autorização das pessoas presentes e eram sempre iniciadas com breve apresentação do projeto e leitura dos termos de consentimento.

Figura 15: convite do primeiro encontro coletivo do projeto, desenvolvido por mim. Foi enviada a versão digital por aplicativos de conversa e a versão impressa distribuída no bairro.



Fonte: arquivo da autora.
Autoria: Mariana Dominato A. Cury

Figura 16: convite do último encontro coletivo do projeto, desenvolvido por mim.



Fonte: arquivo da autora.
Autoria: Mariana Dominato A. Cury

O primeiro encontro coletivo aconteceu no dia 29 de outubro de 2022, sábado, e foi marcado para às 15 horas. Naquele dia, caiu um grande temporal que,

suponho, inviabilizou a participação de algumas mulheres. Tivemos a presença de 07 (sete) moradoras e também da Maria Luíza Pires Ventura, atual coordenadora do projeto Mutirão da Meninada e que utiliza as dependências da Casa da Cidadania para suas atividades. Nesse dia, as principais questões que foram trazidas pelas mulheres diziam respeito a história da Comissão de Moradia e a formação do loteamento. Margareth Coelho, 53, disse:

O começo foi com muita luta, não foi no estalo de dedo assim não. Foi com muita reunião, muita briga e muita insistência que tem hoje o Vale Verde (...) As pessoas [da comunidade] iam na reunião, eram muitas reuniões. Só mulheres. A gente lutava muito por isso aqui. Pessoas que iriam conseguir terreno aqui, pessoas de baixa renda, que não teria casa própria em outro lugar, então as mulheres que frequentaram a reunião eram pessoas que precisavam.

Nesta fala, fica evidente a importância de se documentar essa história como uma história de luta empreendida e liderada por mulheres. Elas se queixaram muito de como se dão as ocupações dos lotes hoje e recordaram as regras que haviam sido estabelecidas no passado para organizarem as construções e garantirem o direito às famílias que mais precisavam. *“A gente tinha um prazo pra construir. Tinha dificuldades, tinha uma lei. Hoje a gente vê que não é assim. Muitas pessoas hoje não passaram por esse processo que nós passamos”*, comenta Margareth.

Falaram também sobre como se relacionam com o imóvel da Casa da Cidadania: *“O povo tem essa onda de que aqui é do Biel, aqui é da comunidade. Nunca foi do Biel”*, falou a Fatinha referindo-se a Gabriel dos Santos Rocha (Biel²⁷) que foi a figura política responsável pelo processo do loteamento quando, naquela época, trabalhava na Companhia Municipal de Habitação e Inclusão Produtiva (EMCASA), empresa de economia mista que executa políticas do Município relacionadas à habitação social e regularização fundiária (SANT’ANNA, 2021). Dona Isaura, que esteve presente nesse primeiro encontro, reforça: *“isso não é do Biel. Isso [a casa da cidadania] é da comunidade. O campo é da comunidade, o posto é da comunidade, a creche é da comunidade. Porque o que a prefeitura deixou foi terra, muita terra.”* E

²⁷ Gabriel dos Santos Rocha, o Biel, depois de sua atuação na EMCASA, elegeu-se Vereador por quatro mandatos e, posteriormente, Deputado Estadual. Depois atuou como Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos no Governo Lula e Secretário de Estado dos Direitos Humanos do Governo do Estado de Minas Gerais. Atualmente integra a equipe de governo municipal como Secretário da SEDH (Secretaria Especial de Direitos Humanos). Fonte: https://www.pjf.mg.gov.br/institucional/equipe_governo/sedh.php

Margareth também relembra como foi o processo que transformou a edificação na Casa da Cidadania:

Essa casa não é do Biel. Essa casa tinha que tá no nome da Associação do bairro Vale Verde. Porque essa casa, eu participei, a Lourdes que tava aqui participou, a dona Balbina, a dona Tatá, participou de várias reuniões junto com o Biel que era deputado. Essa casa era de outra pessoa, e a gente fazia cineminha, e ele ia fazer emenda parlamentar pra vir um dinheiro pra comprar essa casa. Mas essa casa não foi comprada com dinheiro de Biel. (...) Gostei que o Mutirão da Meninada tá usando a casa, achei justo. Porque isso daqui foi dinheiro público, foi emenda parlamentar.

Na reunião, as mulheres também enfatizaram bastante o importante e transformador papel de assistência social promovido pelo Mutirão da Meninada. “A *Maria Helena* [que idealizou o Mutirão] *queria juntar os meninos. Agora eu, eu queria que essa casa fosse igual era. Fazia alimentação... se tem menino aqui beleza, agradeça à ela*”, reforça Dona Isaura referindo-se ao projeto que permanece ativo ainda hoje no território, liderado pela Maria Luíza que assumiu a frente após o falecimento de Maria Helena Falcão, em 2020. Fatinha reconhece também a relação identitária entre o projeto e o Vale Verde, cujas histórias se entrelaçam: “*Pode colocar no dedo qual criança de 20 e poucos anos não passou pelo Mutirão*”.

Figura 17: registros da Folia de Livros organizada pelo Mutirão da Meninada.



Fonte: arquivo da autora.
Autoria: Mariana Dominato A. Cury
Data: 01 de julho de 2023.

Relembrou inclusive a importância da tradição da Folia de Reis local ao comentarem sobre a Folia de Livros, um evento promovido pelo Mutirão que reúne as crianças para se vestirem com os trajes tradicionais da folia e caminharem pelo território recitando poesias autorais (escritas pelas crianças no Mutirão), encenando as tradições da Folia e presenteando moradores e moradoras com livros (figura XX).

Outras histórias que apareceram diziam respeito à mata municipal que circunda o lugar, que elas identificam como Matinha. As participantes também lembraram de eventos locais, como a Festa Junina e as festas da Igreja católica de São José Operário e de alguns outros projetos culturais que aconteciam lá, como o cineminha para as crianças. Ficou evidente também o reconhecimento do grupo em relação a algumas lideranças comunitárias, como por exemplo a Dona Isaura Augusto do Nascimento Silva (*in memoriam*) que esteve presente em nossa primeira reunião e em outras atividades do nosso inventário, trazendo relatos potentes de sua trajetória na Comissão de Moradia. Falaram também das contribuições de Maria Euzébia Delfino (*in memoriam*) que hoje nomeia a única praça pública local.

Dessa reunião, levantou-se a seguinte lista preliminar:

- Casa da Cidadania (e os diversos projetos sociais)
- Mutirão da Meninada
- Comissão de Moradia
- Matinha
- Folia de Reis
- Festa Junina
- Cineminha
- Casarão do Cuscuz
- Praça Maria Euzébia Delfino
- Igreja Católica e festa de 1º de maio (de São José Operário)
- Documentos referentes a criação do bairro (história do Vale Verde)
- Dona Vera Maria da Silva (primeira moradora do Vale Verde)
- Dona Isaura Augusto do Nascimento de Paula (líder da Comissão de Moradia e primeira Presidente de bairro)
- Maria Euzébia Delfino (engajada em diversas ações sociais)
- Maria Helena Falcão (idealizadora do projeto Mutirão da Meninada)

A segunda reunião aconteceu no dia 26 de novembro de 2022, também na Casa da Cidadania. Neste dia, as relações com territórios vizinhos apareceram com muita força, e elas se queixaram da construção de um conjunto habitacional localizado entre o Vale Verde e o Sagrado Coração de Jesus. O condomínio Araucária recebe o apelido de “Carandiru” e trouxe, segundo elas, um forte estigma para a região, sendo identificada por muitos como lugar de violência. Isso porque, conforme contaram, algumas pessoas que passaram a residir no condomínio se envolviam em brigas violentas, tráfico de drogas e outros crimes. Fatinha disse:

Depois que esses predinhos vieram pra cá, Vale Verde não vale mais nada, Sagrado não vale mais nada, nada aqui vale mais nada, porque tudo o que você vai pedir ou que cê vai falar, ‘ah é onde, é perto do Carandiru’, ‘lá não pode ajudar’, ‘lá é perigoso’, ‘lá eu não vou’... depois que montou o Carandiru ali, o Vale Verde nunca mais foi o mesmo e a gente precisa desse entrosamento ali.

Inclusive, ela reforça a importância do movimento do Inventário Cultural do Vale Verde pois entende que isso traria uma visibilidade positiva para o lugar, desconstruindo, talvez, as narrativas de violência tratadas muitas vezes como generalizações sobre o Vale Verde e adjacências.

Discutiu-se também os limites do território a partir da perspectiva delas, entendendo quais são os territórios que conformam os arredores do Vale Verde. Fatinha diz: “o *Vale Verde começa no Posto [de saúde] e vai até o morrão*”. Com um mapa impresso que retirei do arquivo geral de levantamento topográfico de Juiz de Fora cedido pela Prefeitura, desenhamos juntas os limites e reconhecemos os nomes dos territórios limítrofes. Aproveitei para me familiarizar com os nomes das ruas e identificar onde as participantes daquele dia residiam. O mapa do loteamento que foi apresentado no tópico anterior (figura 13) estava em posse de Maria de Lourdes Vieira (idade não revelada), assim como os arquivos do jornal comunitário. Em nossa segunda reunião, ela comentou que tinha o documento, apresentando-o depois à Fatinha que me repassou.

Nesse dia, nomes como Maria Euzébia Delfino, Cirene Candanda e Toninho Ventura foram lembrados. Essas pessoas nomeiam a praça pública, o Posto de Saúde e a Creche Municipal, respectivamente e são figuras conhecidas e importantes para a história do Vale Verde. As mulheres presentes no encontro reforçaram especialmente o

nome de Maria Euzébia. O nome de Dona Isaura Augusto apareceu novamente como uma importante liderança “*na construção do bairro, na construção da Igreja, porque ela fazia um trabalho muito lindo de arrecadar dinheiro para ajudar o próximo que precisava*”, como lembra Margareth. Ela ainda diz: “*no meu ponto de vista, ela foi a melhor Presidente que a gente teve aqui*”. Fatinha complementa: “*ela via alguém que tava com dificuldade, ela falava: aqui, ó, fulano tá com dificuldade. Fazia um caderninho e sai pedindo dinheiro. Depois ela prestava conta ali, e dava uma cesta básica pra quem tava precisando*”.

As mulheres se queixaram que hoje a comunidade não é mais tão unida, e que a pandemia da COVID-19 intensificou o distanciamento entre as pessoas que residem naquele território. Outros assuntos também apareceram como a Festa de 1º de maio, o projeto Axé Mulher e o Mutirão da Meninada reforçando referências importantes. Este último era também sempre relacionado à figura de Maria Helena Falcão, reconhecida como alguém que faz parte da história do Vale Verde.

Ao final, tínhamos a seguinte lista:

- Festa de 1º de maio (de São José Operário)
- Axé Mulher
- Mutirão da Meninada
- Casa da Cidadania
- Maria Helena Falcão
- Cirene Candanda (projeto Axé Mulher e outras ações do Movimento Negro no bairro)
- Dona Isaura Augusto do Nascimento de Paula (líder da Comissão de Moradia e primeira Presidente de bairro)
- Comissão de Moradia
- Maria Euzébia Delfino (engajada em diversas ações sociais)
- Mapa do loteamento

Entre a segunda e a terceira reunião, que ocorreu no dia 21 de janeiro de 2023, aconteceu também o retorno da Folia de Reis do Dé (como é atualmente conhecido o grupo de Folia do Vale Verde) para o Vale Verde, tradicionalmente no dia 06 de janeiro.

Foi um dia bastante chuvoso, o que dificultou acompanhar o grupo nas suas peregrinações pelas ruas (figura 19). Cheguei na casa da Fatinha por volta das 11:30h, e pude presenciar toda a movimentação na cozinha, durante o preparo do almoço de confraternização. Várias mulheres estavam reunidas cozinhando farofa, arroz e macarrão, que acompanhariam o churrasco que estava sendo organizado na garagem da casa (figura 18).

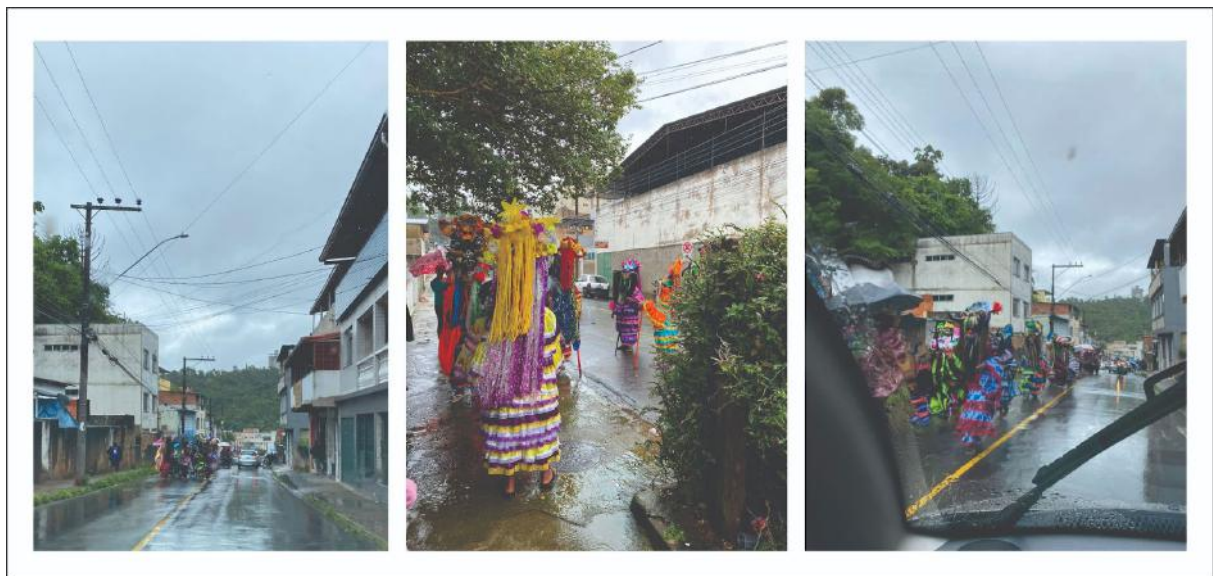
Figura 18: preparação do almoço de confraternização na casa da Fatinha. Na primeira imagem, as mulheres reunidas; na segunda imagem, Fatinha mostra o arroz finalizado; e na terceira imagem, o churrasco acontecendo na garagem da casa, enquanto aguardavam a chegada da Folia de Reis.



Fonte: acervo da autora.
Autoria: Mariana Dominato A. Cury
Data: 06 de janeiro de 2023.

À medida em que as pessoas chegavam para participar da festa, iam ocupando também parte da rua, estendendo o espaço privado da casa para a área pública do território. O dinheiro utilizado para a compra dos perecíveis vem de uma verba oferecida pela Prefeitura de Juiz de Fora como incentivo aos grupos de Folia de Reis do município, a partir da Associação de Folia de Reis de Juiz de Fora, e também da arrecadação que os integrantes da Folia conseguem ao longo dos vários dias de peregrinação. Sobre os recursos públicos, tem sido uma política recente, mediada pela associação, a fim de resgatar as tradições das folias que estavam se perdendo, especialmente em virtude do preconceito em torno dos grupos, conforme relataram pessoas envolvidas na Folia de Reis do Dé.

Figura 19: registros do dia em que pude acompanhar um pouco da peregrinação da Folia de Reis do Dé, quando retornavam ao bairro Vale Verde.



Fonte: acervo da autora.
Autoria: Mariana Dominato A. Cury
Data: 06 de janeiro de 2023.

As chuvas atrasaram bastante o retorno dos integrantes da Folia de Reis e eu não pude ficar até o final. Mas como me contou Fatinha no dia seguinte, a festa na rua varou a noite, com direito a churrasco, vinho e um bolo especialmente decorado por ela (figura 20).

Figura 20: registro do bolo preparado e decorado pela Fatinha, e que foi servido após o almoço.



Fonte: acervo da autora.
Autoria: Mariana Dominato A. Cury
Data: 06 de janeiro de 2023.

E por fim, o último encontro coletivo aconteceu no dia 21 de janeiro de 2023. Elas lembraram da Folia de Reis, e falaram das dificuldades de acompanhar o percurso pelas ruas por causa da forte chuva neste ano. “*A gente gosta, acompanha, sempre quando dá pra gente andar um pouquinho a gente anda, igual meu menino também costuma sair na Folia de Reis*” disse Monique de Jesus, 24. Ela também contou que participou do Mutirão da Meninada quando criança, na época em que Maria Helena era coordenadora.

As mulheres também falaram da Matinha, e dona Vera disse que recentemente esteve lá com o neto, para ele aproveitar o *laguinho*. Falou que seu filho queria que ela subisse com o neto até a cachoeira: “*falei assim, não vou subir a cachoeira não porque eu posso escorregar e cair*” e lembrou: “*eu lavava roupa no laguinho*”. Na sequência, Norma comentou a respeito das atuais condições da Matina:

E lá nem tem como subir mais não Vera, tem muito lodo... com todo respeito, é bosta de adulto, de cavalo, vaca. Não pode nem usar aquela água mais. Ela vem lá de cima né, era uma água muito boa no início, uma água limpa, tratada, a gente tinha uma mina aqui. Agora nem a mina que tem aqui mais não pode usar a água. (...) Nós fizemos acompanhamento né, mas agora falou que não tem mais jeito.

Ana Maria Cerqueira, 62, lembrou da rádio Comunitária do Vale Verde, reforçando que ela teve início na sua casa, passando posteriormente a funcionar na casa de Balbina Barbosa dos Santos. Ana Maria também falou das condições das ruas no início, que não eram nem asfaltadas e nem iluminadas. Falaram novamente de Maria Euzébia e de sua atuação como Presidente do bairro, e também reforçaram, mais uma vez, a importância de Dona Isaura ressaltando seu papel social no território. Fatinha lembrou:

Ela fez um caderninho, pedia doações pro pessoal. Um dava dois, outro dava cinco. E com esse dinheiro ela comprava e fazia cesta básica pra dar pros pobres. (...) Ah o fulano vai encher uma laje. ‘Ô gente, aqui todo mundo é comunidade, todo mundo pobre [dizia D. Isaura]’. Ela comprava uma areia, ela comprava um cimento, ela ajudava os homens a encher laje. Ela juntava aquele monte de gente e falava assim ó: ‘amanha nós vamos encher a laje do fulano’. E amanhã a laje do fulano tava cheia.

Elas também lembraram que o nome “Vale Verde” bem como os nomes das ruas foram escolhidos pela comunidade na época do processo de loteamento e regularização. Nomes que também foram mencionados como pessoas que detém

memórias importantes da história do Vale Verde foram Dona Tatá, 78 (Maria Aparecida Otávio da Silva) e Balbina Barbosa dos Santos, 74, que não estiveram presentes nos encontros mas que foram indicadas como mulheres importantes que precisavam ser ouvidas.

A última reunião resultou então na seguinte lista:

- Dona Isaura
- Comissão de Moradia
- Dona Tatá
- Balbina Barbosa dos Santos
- Maria Euzébia
- Maria Helena Falcão
- Rádio Comunitária
- Folia de Reis
- Mutirão da Meninada
- Matinha

Após esses encontros coletivos, que eram sempre acompanhados de um lanche organizado por mim e também da broa e do café da Fatinha, comecei a elaborar encontros individuais. Diferentemente das entrevistas semi-estruturadas que realizei posteriormente, esses encontros individuais tinham ainda o objetivo de cumprir com a etapa preliminar do trabalho de identificação de referências culturais, já que algumas mulheres citadas como figuras importantes não conseguiram participar dos nossos encontros na Casa da Cidadania. Para que elas fossem ouvidas, planejei algumas conversas livres - que chamei de encontros individuais - de modo a contemplar uma perspectiva mais geral sobre o território. As entrevistas semi-estruturadas serviriam depois para aprofundarmos nas referências culturais selecionadas a partir das conversas livres.

Contei com a ajuda da Fatinha para agendar um encontro com a Dona Tatá. Ela reside em uma casa nas proximidades da Praça e da Casa da Cidadania e, no dia 25 de março de 2023 fui visitá-la para que pudéssemos conversar sobre o Vale Verde. Ela me recebeu em sua casa, sentamos na varanda de onde também podíamos observar a vida cotidiana local. Interessante comentar que ao ser questionada se

poderíamos gravar sua entrevista, ela respondeu que não precisava porque ela não teria nada de interessante para me contar.

Nesse momento, reforcei que ela havia sido indicada por todas as mulheres na última reunião como uma pessoa muito importante e que sabia muito sobre o Vale Verde. Mesmo assim, fizemos toda a conversa sem o recurso de gravação, anotando suas falas no meu bloco de registros de campo. Ela destacou a figura do Biel e o trabalho da EMCASA para a criação do loteamento que deu permitiu a regularização do bairro mas frisou o fundamental papel da Comissão de Moradia e lembrou que era formada por mulheres e que teve, inclusive, o auxílio do Padre Átila e das irmãs Heloísa, Clarisse e Cândida, todos da Paróquia São Pio X, que fica no bairro Ipiranga (próximo ao Vale Verde), a qual a Igreja São José Operário do Vale Verde é subordinada. Nesse momento, ao lembrar a participação da Igreja, Dona Tatá falou da Festa de São José e disse ser mesmo a festa mais tradicional da comunidade. Falou da importância do evento para arrecadar dinheiro para a Igreja que ainda está em obras e precisando muito concluir o telhado do segundo andar.

Ela também falou bastante de Balbina e de suas ações junto à comunidade e reforçou a importância de sua casa como local onde ocorreram diversas atividades comunitárias. Lá aconteceu um trabalho de alfabetização de adultos (ela menciona uma pessoa responsável por esse projeto chamada Neise) e lembrou que a Rádio Comunitária, após sair da casa de Ana Cerqueira, se instalou no terraço da Balbina e esta assumiu o trabalho de radialista, onde ficou até ser encerrada.

Como estávamos na varanda, correu pela comunidade o recado de que eu estava lá e logo Dona Isaura chegou para conversar com a gente. Sentou-se e foi logo dizendo que tinha vindo bem rapidinho porque o povo dela não gostava que ela participasse dessas coisas, referindo-se ao marido e ao filho. Ela veio contando da rádio e disse: *“sou doida pra ter a rádio de volta, pra rezar o terço de manhã”* e falou da Balbina com bastante emoção, pois Balbina encontrava-se, naquele momento, fragilizada por conta de seu estado de saúde debilitado.

Neste dia eu também havia agendado uma conversa com a Balbina e, encerrando o encontro que aconteceu na casa de Tatá, fui caminhando na companhia de Fatinha até o endereço de Balbina. Ela reside em um imóvel que está bem na entrada do Vale Verde, e a casa possui no térreo uma loja que ela usava como bar ou costumava alugar para a mesma finalidade. Apesar de estar adoecida e sofrendo com

problemas decorrentes da diabetes, Balbina me recebeu com muita disposição e simpatia e autorizou a gravação em áudio.

Balbina, em nossa conversa, disse que era “levada”, referindo-se a sua personalidade irreverente e descontraída, de quem não foi somente a radialista da Rádio Comunitária do Vale Verde, mas também a figura responsável por organizar os pagodes e as rodas de samba que movimentavam os sábados locais enquanto foi proprietária do bar que ficava na loja embaixo de sua residência. Ela contou:

Mas é aquele jeitinho brasileiro de ser, né amor. Eu sou baiana, nasci no agreste baiano, na divisa de Sergipe com Bahia. (...) Minha casa era assim, era lotada de gente 24 horas, era comidaiada que eu fazia. Dia de sábado, hoje é sábado?, essa hora o pagode tava comendo ali na frente, não era amor? Uma roda de samba que vinha de Santa Luzia, e eu com as panelas lá embaixo. (...) Eu sinto falta daquela gente toda, vinha o povo de Santa Luzia toda... e eu ali, todo mundo comia, todo mundo bebia. Ó, eu tive um bar ali embaixo, eu não comprei um chinelo com o dinheiro daquele bar.

Além disso, ela também reforçou que a comunidade deve muito à dona Isaura, por sua insistência em levar adiante o projeto de loteamento do bairro. *“Dona Isaura, como sempre, o ponta pé inicial foi dela”*, ela disse.

Depois de realizar esses diversos encontros, foi possível então organizar as principais referências culturais mencionadas pelas mulheres, conforme mostra o quadro 01, de modo a tornar visível todas as possibilidades de itens para o inventário. Na tabela, ficou também evidente a repetição com o qual foram mencionados, embora a análise para a seleção não seja meramente quantitativa.

A seleção das referências que seriam inventariadas aconteceram a partir do entendimento de que algumas referências foram não apenas lembradas em diferentes momentos do levantamento preliminar, mas também e especialmente porque eram relacionadas aos afetos e aos vínculos comunitários, algo muito valorizado nas falas das participantes. De modo que não se tratou apenas de uma avaliação pela quantidade de vezes em que as referências foram citadas, mas de uma análise da narrativa relacionada à referência através da qual as mulheres expressavam a importância de cada uma das referências para a história do território, para a comunidade e para si. É evidente que a repetição das referências ao longo da conversa e também em diferentes encontros constata a relevância de determinadas

expressões da cultura local, mas não poderíamos tomar apenas isso como parâmetro para a seleção.

Quadro 01: o quadro abaixo apresenta 06 colunas que identificam os diferentes encontros que aconteceram durante a fase de levantamento preliminar, e as respectivas referências culturais mencionadas pelas mulheres nas conversas.

ENCONTROS COLETIVOS			ENCONTROS INDIVIDUAIS		
DIA 01 - 29out2022	DIA 02 - 26nov2022	DIA 03 - 21jan2023	DIA 04 - 25mar2023		
			TATÁ	ISAURA	BALBINA
Casa da Cidadania	Casa da Cidadania				
Mutirão da Meninada	Mutirão da Meninada	Mutirão da Meninada			
Comissão de Moradia	Comissão de Moradia				
Matinha		Matinha			
Folia de Reis e Folia de Livros		Folia de Reis			
Casarão - Casa do Cuscuz					
Praça Maria Euzébia Delfino			Praça Maria Euzébia Delfino		
Igreja católica S. José Operário					
Festa de S. José Operário	Festa de S. José Operário		Festa de S. José Operário		
Documento gerais	*Mapa do loteamento				
Vera da Silva (primeira moradora)					
Isaura Augusto do N. de Paula	Isaura Augusto do N. de Paula	Isaura Augusto do N. de Paula			Isaura Augusto do N.
Maria Euzébia Delfino	Maria Euzébia Delfino	Maria Euzébia Delfino			
Maria Helena Falcão	Maria Helena Falcão				
Festa Junina					
Cineminha					
	Cirene Candango				
	Axé Mulher				
		Rádio Comunitária	Rádio Comunitária	Rádio Comunitária	Rádio Comunitária
		Balbina Barbosa dos Santos		Balbina Barbosa dos Santos	
		Maria Aparecida Otávio da Silva (Tatá)			
			Casa da Balbina		
					Pagode e Roda de Samba

* o mapa do loteamento apresentado pela Maria Lourdes seria um dos documentos incluído no grupo de documentos relacionados à história do bairro, em especial, ao início da formação do loteamento e, por isso, relacionado também a toda a luta por moradia empreendida pelas mulheres da Comissão de Moradia.

Fonte: acervo da autora.
Autoria: Mariana Dominato A. Cury

É importante observar que nem tudo aquilo que era comentado nos encontros entrava para a nossa lista de possíveis referências culturais a serem incluídas no Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde, justamente porque nem tudo o que era lembrado e discutido entre elas poderia ser identificado como *referência cultural*, ou não representavam um aspecto identitário do grupo. Estava orientada a conhecer e documentar o que se desejava transmitir às outras gerações, o que havia sido construído coletivamente a partir das relações afetivas e dos vínculos comunitários, revelando uma imagem cultural do Vale Verde permeada pelo sentido de valor atribuído, exclusivamente, pelas mulheres a partir de suas memórias e experiências.

No quadro 02, destaquei todas as referências que foram identificadas como as mais importantes para a identidade social e comunitária do bairro Vale Verde, e a partir disso organizaram-se as entrevistas semi-estruturadas direcionadas pelas

próprias participantes do projeto, que identificaram as mulheres que detinham maior conhecimento sobre cada um dos elementos destacados.

Quadro 02: o quadro abaixo destaca as referências que receberam maior ênfase nas conversas, sendo selecionadas para fichamento no projeto.

ENCONTROS COLETIVOS			ENCONTROS INDIVIDUAIS		
DIA 01 - 29out2022	DIA 02 - 26nov2022	DIA 03 - 21jan2023	DIA 04 - 25mar2023		
			TATÁ	ISAURA	BALBINA
Casa da Cidadania	Casa da Cidadania				
Mutirão da Meninada	Mutirão da Meninada	Mutirão da Meninada			
Comissão de Moradia	Comissão de Moradia				
Matinha		Matinha			
Folia de Reis		Folia de Reis			
Praça Maria Euzébia Delfino			Praça Maria Euzébia Delfino		
Igreja católica S. José Operário					
Festa de S. José Operário	Festa de S. José Operário		Festa de S. José Operário		
Isaura Augusto do N. de Paula	Isaura Augusto do N. de Paula	Isaura Augusto do N. de Paula			Isaura Augusto do N.
Maria Euzébia Delfino	Maria Euzébia Delfino	Maria Euzébia Delfino			
Maria Helena Falcão	Maria Helena Falcão				
		Rádio Comunitária	Rádio Comunitária	Rádio Comunitária	Rádio Comunitária
		Barbara Barbosa dos Santos		Barbara Barbosa dos Santos	
		Maria Aparecida Oliveira da Silva (Tata)			

* o mapa do loteamento apresentando pela Maria Lourdes seria um dos documentos incluído no grupo de documentos relacionados à história do bairro, em especial, ao início da formação do loteamento e, por isso, relacionado também a toda a luta por moradia empreendida pelas mulheres da Comissão de Moradia.

Fonte: acervo da autora.
Autoria: Mariana Dominato A. Cury

5.2 memórias, oralidades, fotografias e outros suportes: apresentando as primeiras referências culturais mapeadas

Após a fase de levantamento preliminar, em que foram promovidos encontros coletivos e individuais, demos início ao trabalho mais apurado que contemplou especialmente as entrevistas semi-estruturadas, permeadas por passeios no bairro e participação em eventos locais. Em geral, as entrevistas aconteceram nas casas das mulheres entrevistadas ou em locais de acesso público, como a Igreja. Objetivavam principalmente conversar sobre as referências culturais já identificadas, para coletar informações mais precisas e ampliar a compreensão sobre cada referência cultural, bem como sua importância para as mulheres. Por isso, as entrevistas previam algumas perguntas-chaves como estratégia para o posterior preenchimento das fichas de inventário. O fato de as entrevistas acontecerem, sempre que possível, na residência das participantes agregou um importante valor ao projeto, permitindo que elas se sentissem à vontade em um ambiente íntimo e acolhedor, de

modo que pudessem explorar outros suportes de memória, como documentos e fotografias.

Estando em suas residências, elas acessavam seus arquivos pessoais e se emocionavam com as lembranças, reforçando seus laços afetivos com as escolhas coletivas. Lembro-me muito bem de quando Fatinha, ao remexer suas caixas de memória, retirou um pequeno recorte de revista com uma receita de rabanada, me contando que aquele pedaço de papel havia sido entregue a ela pela Maria Euzébia, e por isso tinha um significado e estava ali guardando junto de outros objetos pessoais. Também recordo do dia em que, entrevistando Elizabeth Pinto da Silva, 55, a Beth, irmã de Fatinha, ela fez questão de me mostrar a carinhosa mensagem que ainda estava registrada no seu celular, enviada aos familiares de Maria Helena Falcão, coordenadora do Mutirão da Meninada, quando recebeu a notícia do seu falecimento.

Muitos álbuns de fotografias e cartões afetivos eram manuseados enquanto eu conversava com as mulheres. Maria Helena tinha o hábito de elaborar cartões artesanais e presentear as famílias da comunidade do Vale Verde, o que de fato reforçava o vínculo entre elas. Muitas das entrevistadas guardavam esses cartões e compartilharam comigo durante a conversa.

As entrevistadas foram: Maria de Fátima Pinto da Silva (Fatinha), 51, Elizabeth Pinto da Silva, 55, Eva Aparecida da Silva, 62, Ana Maria de Matos Cerqueira, 62, Sylvania Fausto Faceroli Almeida, 48, Efigênia Herculano Teoton (sem idade identificada), Margareth Coelho, 53, Vera Maria da Silva, 63, Balbina Barbosa dos Santos, 74, Maria Lúcia da Glória Pinto da Silva, 67 e Maria Aparecida Otávio da Silva (Dona Tatá), 78. Além dessas mulheres, participaram das entrevistas Paulo Roberto Cerqueira, 58, marido de Ana e atual coordenador da comunidade da Igreja de São José Operário, e Kléber da Silva Aguiar, 20, integrante da Folia de Reis do Dé. Ambos foram indicados pelas participantes pois poderiam contribuir com informações precisas sobre duas importantes celebrações do bairro Vale Verde. Ainda que tenham sido pessoas indicadas pelas mulheres, suas contribuições foram bem objetivas e cuidadosamente avaliadas de modo que preservassem o protagonismo narrativo das mulheres enquanto principais autoras das memórias documentadas a respeito de cada item do inventário.

A partir dessas entrevistas, foi possível apurar muitas informações sobre as referências culturais do Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde. Fatinha e

Kléber, por exemplo, trouxeram importantes contribuições sobre a Folia de Reis do Dé, relembando sua história e as tradições mais marcantes, com destaque para o papel das mulheres na festividade. Segundo contam, a Folia de Reis do Sagrado Coração de Jesus, que hoje é conhecida como Folia do Dé, existe há mais de 45 anos. Foi criada por Antônio Pinto da Silva, sogro de Maria de Fátima Pinto da Silva (Fatinha) que morava no bairro Sagrado Coração de Jesus, vizinho ao Vale Verde. Hoje, como boa parte da família mudou-se para o Vale Verde, a Folia tem o novo bairro como território, ainda que permaneça com o nome de origem. É comum que as folias sejam conhecidas também pelo nome do Mestre-Folião, considerado o líder do grupo que hoje, no caso, é liderada por Paulo Henrique Pinto da Silva Júnior, filho da Fatinha, conhecido por Dé.

Durante a entrevista, Fatinha e Kléber falaram sobre estigmas e preconceitos que envolvem essa importante tradição para a memória juizforana. Sobre isso, Fatinha relembra que, antigamente, quando seu sogro era líder da Folia, eles circulavam apenas pelos bairros da Cidade, mas hoje isso tornou-se algo bastante complicado levando a Folia a explorar outras cidades da região, como é o caso de Cataguases, Cidade visitada pela Folia do Dé: *“Meu sogro andava só nos bairros daqui de Juiz de Fora, era raro ir em cidadezinha, o máximo que ia era Matias, porque passa pelo Sagrado e em 15 minutos chega lá. Mas hoje em dia, no centro, tá ruim de andar”*. Ela reconhece que além do desconhecimento por parte da população sobre a festa, o que acaba gerando grande preconceito, alguns grupos fazem uma má interpretação das tradições:

A folia quando encontra uma com a outra, eles falam briga, só que a briga era cruzar a bandeira e os palhaços brincavam um com o outro, [faziam] mineiro-pau que meu marido faz muito bem, aquela coisa de cruzar o pau e o outro tem que se virar. Agora não, eles interpretaram na cabeça deles que brigar, é brigar mesmo. Já aconteceu muito da gente sair correndo, de rachar a cabeça do outro. Se o outro cuspiu no chão, é porque tava chamando briga.

Diante disso, ela lamenta o comportamento de algumas poucas pessoas que acabam contribuindo para que as Folias de Reis sejam estigmatizadas na Cidade. A maioria, porém, segue a tradição e Fatinha reforça que aqueles que brigam, andam embriagados durante a folia ou fazem mal uso do dinheiro arrecadado são punidos de alguma forma: *“Se é tradição, se é mentira, se é coisa da cabeça da gente, mas todo*

“mundo que eu vi que fez mal uso do dinheiro... infelizmente paga”, referindo-se a algo de ruim que acaba acontecendo com a pessoa.

Ao longo dos dias de peregrinação, os integrantes visitam várias casas e arrecadam ofertas (doações em dinheiro) e alimentos. Fatinha explica:

Tem uma hora que os foliões chegam na casa pedindo a proteção e uma ajuda para o seu dia festejar, que é o dia 06. Então assim que a pessoa canta, se o dono da casa quiser dar um lanche, aí ele faz um gesto e o folião pára, e eles cantam depois agradecendo. De qualquer forma, a casa que eles param sempre dá uma oferta. Não tem preço estipulado. (...) A oferta é certa, assim 2 reais, casa de folião sempre tem, o mínimo que seja. O dinheiro que eles arrecadam quem pega é o bandeirista.

Guardam o que é arrecadado para o almoço de confraternização, que realizam no momento do retorno. Chegam ao mesmo local de onde partiram no dia 06 de janeiro, onde despem-se das fardas, confraternizam, rezam e entregam a bandeira em uma cerimônia bastante tradicional. É comum que utilizem parte do dinheiro comprando alimentos no trecho (trajeto), mas a maior parte deve ser guardada para o dia do retorno. Faz parte também do ritual doar uma quantia à Igreja. No retorno, as famílias e a comunidade aguardam a chegada da Folia para confraternizar junto. No passado, a casa da Vó Marta (Maria Marta da Silva, esposa de Antônio) era o local de referência da Folia do Dé, antes identificada como Folia do Sagrado ou do Preto.

As mulheres aguardam a chegada dos familiares, maridos, filhos e até netos, e preparam o almoço de confraternização. *“A comida sempre assim, ela fazia um cado lá e eu um cado aqui, e depois carregava tudo pra lá”*, conta Fatinha dizendo que, após o falecimento da sogra, passou a ser responsável pelo preparo do almoço e que os ensaios também passaram a acontecer na sua casa.

É interessante notar que, mesmo sendo uma festividade em que, tradicionalmente, participam do grupo da Folia de Reis apenas homens, as mulheres possuem um papel fundamental na Folia de Reis. São elas que geralmente ficam nas casas e recebem outras Folias que circulam pelo local, enquanto os homens da família estão ausentes realizando os trajetos. Fatinha, por exemplo, conta que deixa muitas coisas preparadas para receber os foliões que passam em sua casa durante a peregrinação.

Café eu sempre dou. Do dia 25 até o dia 06 aqui em casa tem tabuleiros mais tabuleiros de broa. Eu deixo pronto já, tem dia de vir 03 folias de uma vez, aí eu ofereço um café, deixo licor pronto, deixo broa pronta, deixo um

doce pronto que eu sei que na hora que a folia vir eu tenho pra dar. Às vezes eles mesmo traz, porque ganha macarrão, feijão, as coisas na rua.

Fatinha explica que, às vezes, acontece também de eles chegarem com algum alimento que foi doado durante o percurso, e perguntam nas casas se a família pode preparar algo para o grupo se alimentar.

Além dessas atividades, temos também o importante papel das costureiras responsáveis pela fabricação das fardas, que são vestimentas complexas, com muitas camadas e grande quantidade de tecido. Hoje, a responsável por paramentar todos os integrantes da Folia de Reis do Dé é a costureira Maria Lúcia da Glória Pinto da Silva, 67. Em entrevista, ela contou que utiliza tecido de cetim e renda e que cada fantasia costuma demorar de 4 a 5 dias para ficar pronta.

No ano de 2023, enquanto ela se preparava para produzir os trajes, contou que para aquele ano produziria 07 trajes para adultos e outros 03 para crianças, além das camisas dos instrumentistas, e reforçou que mesmo as camisas são muito trabalhosas. *“Que eu faço mesmo fantasia, deve ter uns 15 anos. Que não só a deles.. eu tinha parado, isso é muito pesado. Ano passado foi 40 [metros], agora já aumentou mais 10 e a gente tem que embutir isso tudo na farda. Eles vão ficar dessa largura”*, ela sinaliza com as mãos. A costura é uma tradição familiar que Maria Lúcia aprendeu com a avó, e durante muito tempo ela se dedicou a ternos e vestidos de noiva. E hoje tem esse importante papel junto à Folia de Reis do Vale Verde.

Ela conta que, em agradecimento, a Folia passa na sua casa - ou na saída ou no retorno - para dançar e rezar, e ela reforça: *“é muito chique a Folia do Dé. (..) Muito feliz que os meninos é cada um melhor do que o outro, agradáveis que só”*.

Sobre a Festa de São José Operário, entrevistamos Dona Tatá, Eva, Ana Maria e Silvania. A Festa acontece todos os anos no bairro Vale Verde e sua origem está diretamente relacionada à presença dos primeiros ritos católicos do lugar. De acordo com Eva, a primeira missa celebrada no território do Vale Verde foi em 1º de maio de 1995, na rua onde ela mora atualmente, em frente à casa de Maria Aparecida Martins, já falecida. Maria era mãe de seis filhos, de origem muito pobre e necessitava de muita ajuda. O grupo de Vicentinos do Vale Verde, subordinados à paróquia São Pio X, do território vizinho chamado Ipiranga, ajudava frequentemente a família de Maria.

Naquele ano, ela estava muito doente, e por isso promoveram uma missa em frente a sua casa para que a comunidade pudesse rezar por sua recuperação.

Aquela missa, que foi a primeira missa da comunidade do Vale Verde, aconteceu, segundo relato de Eva, no dia 1º de maio, dia internacional do trabalhador, e foi celebrada pelo Padre Francisco de Assis, também conhecido como Padre Chico. Na ocasião, o Padre Chico sugeriu então que São José Operário fosse padroeiro do bairro Vale Verde, já que ele é considerado o santo protetor dos trabalhadores. Dona Tatá disse:

Nós escolhemos São José Operário que, na nossa opinião, era nosso protetor né. Nós lutamos muito pra ter o Vale Verde, e até hoje né. Aqui não tem frescura não, todo mundo tem que trabalhar. Todos aqui é operário, e São José era operário também. Então nós pedimos pra São José e ele segurou nas nossas mãos.

Uma tradição importante da festa é a Feijoada servida no último dia do tríduo, após a missa. Hoje, a Igreja possui estrutura de cozinha para a preparação da feijoada, porém, no início, quando o edifício da Igreja ainda não existia a feijoada era preparada nas casas de pessoas da comunidade, que depois desciam para a praça, onde ficava o cruzeiro e onde era celebrada, portanto, a missa. As mulheres carregavam as vasilhas com a feijoada e os acompanhamentos. Sylvania conta que as primeiras feijoadas foram preparadas na sua casa, com a ajuda de sua mãe, Dona Dalva. Ela recorda que descia depois o morro da rua Margarida Maria Alves com as panelas no ombro.

É notório, a partir das conversas e entrevistas, que as principais contribuições das mulheres estão relacionadas às tarefas de bastidores, pois são elas que limpam e organizam a Igreja durante os três dias de celebrações; são também elas que cozinham a feijoada e servem o almoço durante o evento; as mulheres também se responsabilizam pela organização do tradicional bingo que acontece após o almoço, arrecadando dinheiro e prendas para sua realização.

Outra referência cultural importante para as mulheres do bairro é a *Matinha*. No tópico anterior, pude adiantar algumas vivências a respeito do lugar através de relatos da Vera Maria, complementado por colocações da Norma e da Fatinha. Elas falaram sobre os usos do passado e as atuais condições da Matinha, que é como as participantes do projeto se referem a uma porção da mata que circunda o bairro, uma área de reserva natural com vegetação densa e onde também há uma cachoeira que deságua em um riacho. As mulheres contam que, no passado, naquele local havia uma

fazenda²⁸ que, de acordo com Balbina, era um grande pasto e pertencia à família de Seu Benevides, o que também foi confirmado por Fatinha. Hoje, no entanto, a titularidade do terreno é debatida entre as participantes mas segue sendo, de fato, imprecisa. Algumas mulheres citam nomes, inclusive, de proprietários do casarão que seria a sede da fazenda e contam histórias sobre ele. Já a área de mata, dizem que parte pertence ao município, mas ninguém sabe ao certo os limites entre o público e o privado no local. Seu acesso pelo território do Vale Verde se dá pela Rua Margarida Maria Alves onde, recentemente uma clínica para tratamento de dependentes químicos foi implantada, instalando um portão que está frequentemente aberto, mas que simbolicamente representa um claro impedimento de acesso. A mata se estende até outros territórios do entorno, por onde é também possível acessá-la.

Figura 21: imagem do final da Rua Margarida Maria Alves e do muro onde está instalado o portão que delimita o acesso à Mata, percebida ao fundo da imagem.



Fonte: acervo da autora.
Autoria: Mariana Dominato A. Cury
Data: 27 de julho de 2023.

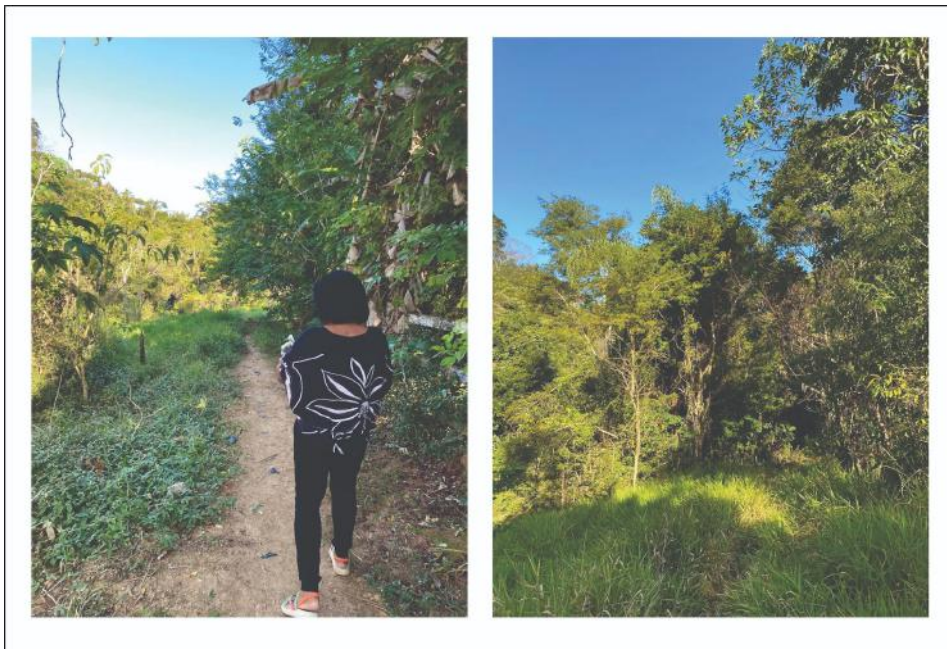
Historicamente, a mata e seus elementos naturais possuem grande valor afetivo para as mulheres que, conforme contam, utilizavam aquele espaço como lugar de encontro e socialização. No início de formação da comunidade do Vale Verde,

²⁸ As mulheres contam que no centro da mata ainda é possível vislumbrar vestígios do antigo casarão, que vem sofrendo processos de demolição e ruínas graduais.

quando ainda não havia água encanada, também buscavam os recursos hídricos do riacho para lavar as roupas e trazer água potável para realizar o preparo de alimentos. Lembram também que as crianças gostavam de nadar no riacho nos dias de calor, enquanto as mães tomavam sol nas pedras. Sobre isso, Vera disse:

Lavava roupa lá, entendeu. Eu passei muita dificuldade aqui, tinha de carregar lata de água na cabeça. Lembro até hoje que eu fui a primeira moradora, a Cristiane foi a segunda e a Sueli foi a terceira. Morava só nós três, né, que não tinha água, não tinha luz. Hoje ninguém frequenta a mata não. Era tudo capinadinho, agora que eles desleixaram, agora que tem mato. Inclusive teve até uma pessoa que veio fazer entrevista, levei ele lá no laguinho, entendeu? A gente subiu a pedra, mostrei a cachoeira que tem em cima do laguinho. As pessoas nadava muito lá quando era limpinho, capinadinho, as pessoas nadava muito lá no laguinho em tempo de calor. O casarão é atrás assim do laguinho, era até o Marcinho que morava lá, eu lembro. O casarão tá lá até hoje, assim, desleixado também né, porque não tem ninguém morando lá.

Figura 22: nas imagens abaixo, é possível observar o início do trajeto que dá acesso à mata e as atuais condições do percurso. Na primeira foto, Fatinha está me guiando pelo trajeto. Na segunda, a vegetação toma conta da discreta trilha que leva até o lago.

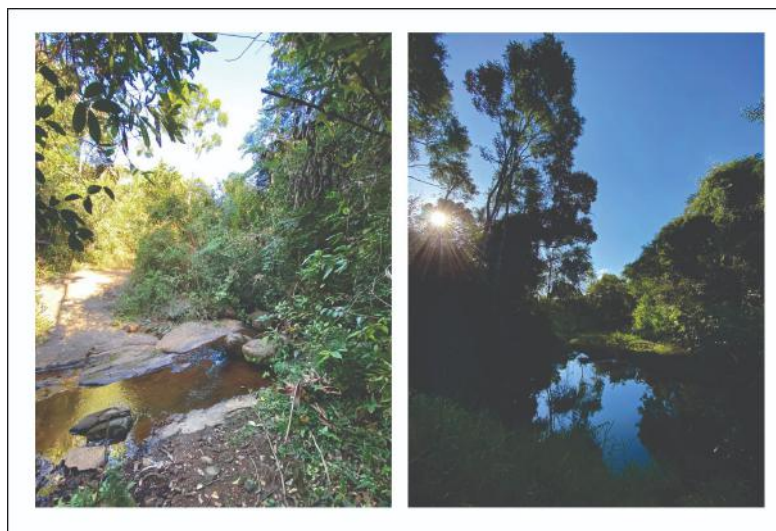


Fonte: acervo da autora.
Autoria: Mariana Dominato A. Cury
Data: 01 de julho de 2023.

Fatinha menciona inclusive que um professor do Mutirão levava as crianças para passeios na mata, e ela acompanhava: “*Leandro dava aula lá dentro da mata,*

fazia piquenique. Tem muita foto. Até eu na árvore! As crianças iam, eu ia junto”. Um dos percursos que realizei durante o trabalho de campo foi uma incursão na mata, acompanhada da Fatinha. Naquele dia não foi possível acessar o local onde estaria o casarão pois a mata estava muito fechada, e a sensação de insegurança era constante, tanto por minha parte quanto por parte da Fatinha, pois todo o descuido com a vegetação que permeia o riacho impede que o lugar receba boa iluminação, mesmo durante o dia. Mas apesar de tudo isso, a imagem do riacho rodeado de pedras, e os feixes de luz que discretamente iluminavam parte do lugar, expressavam todo o potencial da mata e guardavam, assim, as melhores memórias daquelas mulheres.

Figura 23: registros do riacho rodeado pelas pedras e da densa mata que permeia o lugar.



Fonte: acervo da autora.
Autoria: Mariana Dominato A. Cury
Data: 01 de julho de 2023.

A reivindicação das mulheres por espaços de lazer e as boas memórias dos encontros que aconteciam na Matinha fortalecem a inserção de outra importante referência cultural no Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde: a praça pública, que homenageia Maria Euzébia Delfino, uma importante liderança frequentemente lembrada e reverenciada durante os encontros e entrevistas. A praça possui uma localização central, e está ao lado da creche pública e em frente à Casa da Cidadania. Está estruturada com um campo, que faz divisa com a creche, e também possui brinquedos e bancos. Há pouca arborização, e a maior parte do espaço é gramada,

tendo apenas um pequeno percurso cimentado, o qual conecta dois ambientes definidos, ambos também pavimentados: um, em formato circular, apresenta dois conjuntos de mesas para jogos como dama e xadrez; no outro, em formato retangular, estão posicionados alguns bancos de concreto formatando um espaço de descanso, contemplação e interação social.

Figura 24: neste registro a partir da Rua Gabriel Sales Pimenta, é possível avistar a parte plana do bairro, onde está localizada a Praça Maria Euzébia Delfino, ao lado da creche.



Fonte: acervo da autora.
Autoria: Mariana Dominato A. Cury
Data: 29 de setembro de 2022.

Sempre que estive no bairro, observei uma boa movimentação da praça, muito frequentada pelas crianças. Ela também é utilizada como suporte para eventos locais, especialmente por estar exatamente na frente da Casa da Cidadania, de modo que a edificação e a praça constituem um importante conjunto para as mulheres da comunidade. Preservar essa relação é, portanto, fundamental. Ali também está localizado um ponto de ônibus, o que também faz com que o lugar tenha sempre um bom movimento de pessoas.

Mas as mulheres reivindicam melhorias, como expressa dona Tatá:

Eu acho que nossa praça merece mais um pouco de carinho, merece ter mais uns bancos, umas coisas bonitinhas pra gente sentar e falar ó, tô feliz. Umas árvores... (...) nós aqui do Vale Verde é o único bairro que tem

uma praça tão bonita como essa. Nossa praça precisa sabe de quê? Plantar umas árvores, arrumar os bancos, fazer um gramado direitinho, a gente merece! Do jeito que a nois luto pra ter esse Vale Verde pra não ter uma praça decente? (...) Inclusive nossa praça é Maria Euzébia, e ela tem que ficar, por gratidão porque ela foi muito boa pra nós.

Além de ser um lugar de interação social, especialmente para as mulheres e cuidadoras que podem acompanhar as crianças enquanto brincam, a praça carrega em seu nome esse importante simbolismo, homenageando uma das mulheres mais reverenciada pela comunidade do Vale Verde e expressando o protagonismo que a comunidade local teve de, no projeto de regularização do bairro, poder escolher os nomes dos logradouros.

As referências culturais aqui apresentadas se inserem nas categorias *celebrações* - Folia de Reis e Festa de São José - e *lugares* - Matinha e Praça Maria Euzébia Delfino - do Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde. Essas duas categorias são comumente utilizadas como parâmetro de organização de referências culturais nas ações de salvaguarda, conforme descreve o Decreto 3.551/2000, e dão título aos Livros de Registro dos bens imateriais²⁹. Estão também contempladas no manual de Inventários Participativos (IPHAN, 2016). A escolha dessas categorias é um processo importante, pois expressa aspectos relevantes de cada referência inventariada.

As *celebrações*, conforme explica o documento (id.), podem assumir diferentes significados, abrangendo as festas religiosas, as festa cívicas - em que se comemoram datas importantes para o coletivo -, as festas relacionadas a uma produção local (festa das rosas, festa da uva) ou podem ainda consagrar algum tipo de ritual simbólico, como os casamentos (id., p. 49). Já os *lugares* seriam territórios que expressam algum sentido de valor para o coletivo.

Alguns territórios, ou parte deles, podem ter significados especiais. Esses significados costumam estar associados à forma como o território é utilizado ou valorizado por certo grupo; são as experiências dessas pessoas que dão sentido especial ao lugar. Pode ser um bosque, um rio, um sítio arqueológico, uma praça, uma construção, ou mesmo um conjunto desses elementos (uma paisagem inteira!) (id., p. 31)

²⁹ Na página virtual do IPHAN é possível acessar os quatro Livros de bens imateriais registrados em âmbito nacional. Estão disponíveis no endereço eletrônico: <https://bcr.iphan.gov.br/>

Para os demais itens do inventário - a saber: Comissão de Moradia, Rádio Comunitária, Mutirão da Meninada, Maria Helena Falcão, Maria Euzébia Delfino, Isaura Augusto do Nascimento de Paula e Casa da Cidadania -, o projeto considerou a necessidade de, a partir das narrativas das mulheres, propor novas categorias. É o que será exposto no tópico a seguir, onde irei discutir alguns aspectos das referências já apresentadas que, juntamente com as propostas de novas categorias, constroem o discurso feminista-decolonial que permeia todo o projeto.

5.3 narrativas e categorias feministas-decoloniais: apresentando as demais referências culturais mapeadas

Com a lista de bens passíveis de serem inventariados e com as entrevistas em andamento, um próximo passo seria enquadrar as referências culturais em categorias. As categorias são mais do que um simples instrumento de organização, elas detêm o conceito principal da referência cultural, norteando sua leitura. Alguns itens do Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde foram, conforme expliquei anteriormente, facilmente categorizados a partir da definição de celebrações e lugares. Reforçando o fato de que a escolha da categoria está diretamente relacionada à narrativa que as mulheres trazem a respeito da referência cultural identificada.

Sobre as celebrações, em algum momento do trabalho refleti sobre a possibilidade de valorizar as ações femininas articuladas aos rituais festivos - como o preparo das comida ou a costura de trajes - através da categoria Saberes, que propõe justamente reconhecer e descrever saberes tradicionais importantes para o grupo. No entanto, entendi que as festas eram algo do qual elas se orgulhavam muito e valorizá-las enquanto celebração era bastante importante para as mulheres, e que suas tarefas - que são desempenhadas em função da festa - deveriam vir associadas ao ritual de forma que pudessem ser reconhecidas como essenciais. Ou seja, a construção da narrativa seria determinante para demonstrar a importância desses saberes fortemente imbricados ao ritual das celebrações. E, ainda, a história das festividades poderia apresentar também o histórico desses rituais mostrando como determinadas tarefas são transmitidas de geração para geração, e como as mulheres permanecem, ao longo dos anos, desempenhando as mesmas funções. De modo que

considerar a categoria *celebração* permitiria ressaltar seus papéis e seus saberes como fundamentais aos rituais festivos.

Antes de introduzirmos as novas categorias, aproveito o exemplo da *Matinha*, inserida na categoria *lugar*, para explicar a potente relação entre a narrativa e a categoria, considerando minha leitura feminista-decolonial de todo o processo. A partir disso, abordarei o modo como foram conduzidas as propostas das novas categorias, consideradas também categorias feministas-decoloniais.

Primeiramente, reforço que as tensões que sentimos em nossa incursão na mata vão ao encontro de muitos outros relatos de vivências femininas na cidade diante do temor que nós mulheres sentimos, sempre receosas diante dos crimes urbanos que são frequentemente noticiados e experienciados por nós, mulheres. Leslie Kern (2021), geografa feminista, afirma que as mulheres constroem mapas mentais do medo, a partir de experiências que compartilham nas cidades e que são reforçadas pelos mitos sexistas os quais “servem para nos lembrar de que devemos limitar nossa liberdade de caminhar, trabalhar, se divertir e ocupar espaço na cidade” (p. 24). O fato de os pacientes da clínica serem pessoas desconhecidas da comunidade e com alguma liberdade para circularem pelos arredores da mata, tanto quanto as características do ambiente de vegetação densa, sem iluminação pública e com a presença de um portão que torna o acesso menos convidativo, fazem da experiência com o lugar, hoje, especialmente tensa para as mulheres e outros grupos mais vulneráveis.

Ao mesmo tempo em que dizem às mulheres que as cidades não são para mulheres, é preciso afirmar cotidianamente que as cidades são nossos lugares, reivindicando os espaços, especialmente porque na medida em que os corpos femininos são violentados e oprimidos nas cidades, cria-se a ideia de que há lugares - com determinadas características e configurações - que devem ser evitados, ao invés de pessoas, de modo que o medo torna-se um elemento de controle que “restringe a vida das mulheres. Limita nosso uso dos espaços públicos” (id. p.198).

A narrativa que está sendo contemplada no Inventário a partir da ficha da *Matinha* reforça, portanto, a necessidade de lugares de lazer onde mães e pessoas cuidadoras possam frequentar com suas crianças como força de enfrentamento a essas tensões, assumindo que o lugar da mulher é nas cidades, ao mesmo tempo em que se reivindica a importância de transformar espaços públicos em bens comuns (HARVEY, 2014), de modo que possam atuar como elemento fundamental na

concepção de uma rede de apoio para as mulheres em um ambiente saudável e seguro para toda a comunidade.

Assim, se o território é construído na luta, no embate diante de uma ameaça – que, no extremo, é a ameaça à própria existência, frente à qual é preciso resistir – ele também é construído na luta por manter, por preservar a vida que se tem. É neste sentido que se pode falar na importância, hoje, dos territórios de cuidado, do cuidado com o território, tornado ainda mais evidente frente à pandemia de coronavírus. Defender é também zelar, cuidar daquele território sobre o qual nos consideramos responsáveis, em especial nosso corpo e sua extensão imediata, nossa casa, que constituem, juntos, nossa morada (HAESBAERT, 2020, p. 87).

Portanto, incluir a Matinha, como muitos a conhecem, na categoria *lugar* e não em uma categoria relacionada a *sítio natural* ou *paisagem* - ainda que a mesma também se configure como um importante cinturão de vegetação que circunda e marca a paisagem do território - é um manifesto, um gesto intencional de resgate desta narrativa tão relevante às mulheres, já que no passado o local era utilizado para relações sociais e trabalhos de cuidado, e reforça a importância dessas práticas coletivas e dos espaços públicos verdes como experiências do *bem viver*, conceito amplamente debatido nos movimentos decoloniais.

O bem viver, “que emerge das sociedades historicamente marginalizadas e se projeta como plataforma para discutir alternativas conceituais” (DIAS, 2019, p. 289) busca romper a dicotomia entre ser humano e natureza. Ao valorizar e nutrir as relações comunitárias, o *bem viver* almeja um senso de harmonia, equilíbrio e plenitude nas relações entre sujeitas e sujeitos com o meio-ambiente. O uso que se fazia do riacho da Matinha é um forte exemplo de práticas de *bem viver*: o lugar era utilizado como local de interação social (onde, no passado, as mães acompanhavam as crianças para brincadeiras e banhos enquanto tomavam sol nas pedras do entorno) ao mesmo tempo que de trabalho reprodutivo (especialmente no início da conformação territorial, quando não havia água encanada disponível para a comunidade o riacho era utilizado para a lavagem de roupas).

Mesmo que hoje a Matinha seja apenas um local de mata densa, o que inviabiliza sua apropriação por parte da comunidade, o desejo de preservação da mesma com todos os seus elementos naturais (pedras, cachoeira e riacho), reconhecendo-a não apenas como uma paisagem a ser contemplada, mas como lugar de lazer para uso coletivo é requisitado pelas mulheres, que relembram como era

possível usufruir dos recursos da mata no passado. Em diversas atividades do Mutirão da Meninada³⁰, é possível perceber como o projeto propunha aproximações com a mata em incursões com as crianças e na oferta de oficinas.

Sendo assim, essa narrativa em torno da Matinha que está, sobretudo, atrelada à práticas de cuidado e de interação social entre mulheres, revela a importância de ambientes seguros e bem estruturados, que permitam o desfrute e o compartilhamento das atividades cuidadoras. Desse modo, o Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde assume o papel também de manifesto feminista-decolonial, que ao exaltar o passado reivindica, no presente, um futuro melhor, em que as cidades sejam planejadas a partir do cuidado - como cidades cuidadoras (LINKE, TAVARES, 2024). E, ainda, a partir dessas reivindicações, o Inventário indica como fazer para que esse objetivo seja alcançado. De certo modo, a categoria *lugar* como é considerada no manual (IPHAN, 2016) permite que essa narrativa seja reproduzida pois associa um determinado território, ou parte dele, a valores e significados atribuídos pela comunidade a partir do uso e da apropriação do lugar.

Sobre, enfim, as novas categorias propostas, é fundamental dizer que a intenção era organizar um novo encontro coletivo para que pudéssemos, juntas, incluir as referências culturais mapeadas em categorias, tendo, inicialmente, as categorias sugeridas no manual do IPHAN - objeto, lugares, celebrações, saberes e modos de expressão – como orientadoras. No entanto, foi necessário reconhecer que essa discussão era extremamente relevante e demandava de uma análise profunda para não incorreremos no erro de categorizar de forma superficial e leviana, apenas como *pro forma*. Seria necessário dedicar um tempo considerável a essa tarefa, para que o processo acontecesse de forma coletiva e consciente, o que não soava viável naquele momento da pesquisa.

Assim, decidi que a definição de categorias seria um processo individual, a partir de minhas análises, reflexões e aprendizagens após esse longo processo de imersão e encontros, pois assim seria possível não apenas determinar as categorias de cada referência inventariada, mas também problematizá-las correlacionando minhas reflexões com o suporte bibliográfico e com os relatos das mulheres.

³⁰ No perfil social do projeto, disponível no endereço eletrônico <https://www.facebook.com/mutiraodameninada>, é possível acompanhar, a partir das postagens, diversas atividades realizadas pelo projeto ao longo dos anos.

Minhas análises críticas das categorias propostas pelo manual (IPHAN, 2016) a partir de minhas interpretações atravessadas pelas falas das mulheres, exigiram adaptações e novas categorias para demonstrar de maneira fidedigna os elementos importantes da memória local reverenciando as principais pautas, motivações e justificativas das mulheres (quadro 03).

Minhas decisões sobre a definição de categorias e as respectivas categorizações de cada elemento, assim como a estrutura narrativa que será apresentada no caderno do Inventário, foram pautadas tendo como prioridade a valorização dos trabalhos reprodutivos e de cuidados exercidos majoritariamente pelos corpos femininos. Isso ocorre mesmo nas categorias já conhecidas, como as *celebrações*, por exemplo, em que há o reconhecimento das tarefas realizadas exclusivamente pelas mulheres, como a costura de trajes, a limpeza dos locais dos eventos e o preparo de alimentos. Consideradas atividades de bastidores, essas tarefas costumam ser invisibilizadas ainda que sejam essenciais. No Inventário, esses papéis precisavam assumir seu devido valor e protagonismo, respeitando a ênfase que as mulheres dão às relações de cuidado.

O quadro 03 mostra, na primeira coluna, as categorias sugeridas no Manual de Inventários Participativos do IPHAN e na segunda coluna as categorias que de fato foram utilizadas no projeto Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde, com destaque (em cor laranja, negrito e itálico) para as categorias propostas no âmbito do projeto, de modo a tornar possível uma melhor e mais coerente organização das referências culturais mapeadas. Sobre isso, esclareço que as categorias tradicionais (*coluna 01 do quadro 03*) mostraram-se insuficientes para abranger ao mesmo tempo a relação do corpo e do trabalho que dedicaram-se à construção cultural e fomento da relação comunitária encontradas no inventário desta pesquisa.

Quadro 03 - comparativo entre as categorias sugeridas no manual de Inventário Participativo e as categorias aplicadas no Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde.

INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS (IPHAN, 2016)	INVENTÁRIO CULTURAL DAS MULHERES DO VALE VERDE
Celebrações	Celebrações
Saberes	
Modos de Expressão	
Lugares	Lugares
Objetos	
	<i>Edificações para uso comum</i>
	<i>Mulheres</i>
	<i>Ações Comunitária</i>

Fonte: acervo da autora.
Autoria: Mariana Dominato A. Cury

Primeiramente, percebi a admiração das mulheres participantes do inventário pelas mulheres mais velhas, protagonistas de conquistas importantes para a comunidade local, desde as lideranças da Comissão de Moradia pela regularização (SANT'ANNA, 2021), até as responsáveis por projetos sociais que movimentam a cultura e o lazer no bairro. Desse modo, o projeto considerou uma categoria específica para as Mulheres, protagonistas da história do Vale Verde e reverenciadas pelas participantes do projeto.

É inegável que, através dessas importantes lideranças, valoriza-se a atuação de tantas outras mulheres que se preocupam com a comunidade como um todo, tendo atenção especial às crianças e aos grupos mais vulneráveis. Valorizar suas trajetórias sociais abre portas para que sempre tenhamos nosso olhar sensível às práticas cuidadoras que elas desempenhavam - seja dona Isaura com sua dedicação à conquistar moradia digna à todos e todas, ou com suas iniciativas de arrecadar doações para ajudar aos que mais precisavam, seja Maria Euzébia com sua força e engajamento político, preocupando-se especialmente com as crianças, mas também sempre atenta ao mais vulneráveis, seja Maria Helena e sua especial dedicação à educação, fornecendo uma importante rede de apoio às famílias.

Outra questão que é recorrente na fala das mulheres seria a importância de um espaço de uso comum, aberto às demandas da comunidade, quer seja para encontros coletivos de interesse social de moradores e moradoras do Vale Verde, quer seja como suporte para outras atividades como comemoração de aniversários,

encontros e práticas partilhadas pelas mulheres, a exemplo dos cursos de artesanato, culinária e aulas de dança.

E, ainda, é notório o valor que elas atribuem aos projetos coletivos e comunitários que constituíram - e constituem - a história do território e que possibilitaram a criação de vínculos importantes fortalecendo o espírito comunitário e, ao mesmo tempo, fornecendo suporte para as relações afetivas e de cuidado entre as famílias.

Quadro 04: Referências culturais mapeadas e suas respectivas categorias.

REFERÊNCIAS CULTURAIS	CATEGORIAS
01. Folia de Reis	CELEBRAÇÕES
02. Festa de São José Operário	
03. Praça Maria Euzébia Delfino	LUGARES
04. Matinha	
05. Casa da Cidadania	EDIFICAÇÕES DE USO COMUM
06. Mutirão da Meninanada	AÇÕES COMUNITÁRIAS
07. Rádio Comunitária	
08. Comissão de Moradia	
09. Isaura Augusto do N. de Paula	MULHERES
10. Maria Euzébia Delfino	
11. Maria Helena Falcão	

Fonte: acervo da autora.

Autoria: Mariana Dominato A. Cury

Para tais necessidades, sugeri incrementar ao Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde (coluna 02 do quadro 03) as categorias feministas (1) *mulheres*, como *personalidades do bairro* - para reconhecer o protagonismo dos corpos femininos nas lutas urbanas e a importância histórica de se afirmar esse protagonismo; (2) *edificações de uso comum* - como estratégia de reconhecimento da demanda cotidiana das mulheres por locais de interação social e de assistência comunitária, partilhando os trabalhos de cuidado e, por fim, a categoria (3) *ações comunitárias*. Para que seja possível caracterizar melhor as novas categorias propostas, é imprescindível retomar bases e conceitos importantes do movimento feminista decolonial.

A categoria “mulheres” propõe a apresentação da trajetória social de personalidades importantes para a história do bairro e da comunidade do Vale Verde e, ainda, mulheres cujas contribuições iam ao encontro de um ideal de cidade feminista e cuidadora. Mulheres que estiveram atentas às práticas coletivas, incentivando-as de

modo que as relações de cuidado pudessem ser, de fato, incrementadas. Rossana Brandão Tavares e Clarisse Cunha Linke (2024), arquitetas urbanistas brasileiras, afirmam ser necessário “pensar o urbanismo centrado no trabalho reprodutivo e de cuidado” para deslocarmos as práticas hegemônicas, voltando-se para “um urbanismo feminista, situado e transformador na direção de cidades estruturadas pela ética do cuidado” (p. 35). Elas escrevem:

Uma abordagem feminista do urbanismo implica um movimento de desconstrução, começando pelos valores inerentes ao urbanismo tradicional: gênero e raça, neutralidade e universalidade, e o uso inevitável dos recursos comuns para o capital. Deslocar o trabalho reprodutivo do espaço doméstico para o espaço urbano nos permite explorar novas direções tanto para a redistribuição justa dos comuns e do trabalho, quanto para novas alianças forjadas por mulheres, lhes possibilitando reimaginar, coletivamente, outras formas de existir e conviver na cidade (id., p. 46)

Além das três mulheres homenageadas - Isaura Augusto do N. de Paula, Maria Helena Falcão e Maria Euzébia Delfino - com o projeto Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde preocupei-me em publicizar nomes, vozes e rostos de outras tantas mulheres e, sempre que necessário, reconhecer os méritos de suas atuações junto à comunidade. No decorrer do trabalho de campo, inclusive, foi proposta a realização de um ensaio fotográfico com as mulheres do bairro, como um registro importante dos rostos que dão voz às memórias do Vale Verde e como uma experiência comunitária, de reforço da auto-estima das participantes e do vínculo comunitário e de amizade entre elas. O ensaio tornou-se um momento emblemático do projeto repercutindo muito positivamente e será melhor apresentado no tópico seguinte.

As categorias “edificações para uso comum” e “ações comunitárias” estão ancoradas nas discussões anteriormente apresentadas acerca de importantes conceitos levantados pelos movimentos contra-hegemônicos, e que integram a vida comunitária de muitos grupos sociais colocados à margem, considerando a relevância daquilo que está direcionado ao uso *comum* e das práticas voltadas ao *bem-viver*.

Diferentemente de uma edificação qualquer, as construções destinadas a práticas comunitárias são destacadas no Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde como estruturantes e essenciais da vida cotidiana das mulheres. A manutenção, a preservação, a permanência e o cuidado de um espaço construído para dedicar-se a ações da comunidade, e que exige apropriação comunitária, é imprescindível às

mulheres periféricas, que dependem de uma rede solidária para compartilhar os trabalhos de cuidado, para fortalecer relações sociais e de vizinhança, para promover entretenimento e lazer, e para capacitações diversas que permitam a elas oportunidades de trabalho.

A inclusão da Casa da Cidadania no inventário a partir da categoria “edificações para uso comum” evidencia essa importante narrativa e reforça a necessidade de um espaço físico bem estruturado, com ambientes confortáveis para acolher as demandas das mulheres e dos diversos outros grupos sociais a elas relacionados, como crianças, idosos, pessoas com deficiência e etc.

A edificação possui uma saleta de recepção, banheiro, sala de aula/biblioteca, sala multifuncional, cozinha, e um grande terraço, e está localizada na área central e plana do vale, em frente à Praça Maria Euzébia, tornando-se bastante visível a partir de diversos pontos do território e também de fácil acesso. Todos os ambientes encontram-se hoje muito bem cuidados, tendo passado recentemente por reformas, como informaram as participantes que não souberam informar de onde veio a verba para tais melhorias.

Essas questões sobre a localização do imóvel e sua estrutura física reforçam a importância do espaço para o território, juntamente com suas propostas de uso e ofertas de aulas e cursos diversos que se somam ao projeto Mutirão da Meninada, que também faz uso das dependências físicas da casa. Mas não somente isso, serve também de apoio comunitário à exemplo da confraternização de Natal organizada pela Fatinha anualmente que, no ano de 2024, utilizou a cozinha da Casa da Cidadania para preparar os quitutes servidos às crianças e contou com o espaço da praça, que funciona como uma varanda para o imóvel. Foi na Casa da Cidadania que ela organizou e realizou a entrega dos presentes.

Mas há uma questão reivindicatória fundamental a respeito da Casa da Cidadania, compreendida a partir da fala das mulheres e que faz coro à importante inclusão da edificação no inventário com reforço da nomeação da categoria proposta: o entendimento do espaço como, de fato, um espaço da comunidade, a ser apropriado plenamente, reiterando aquilo que Harvey (2014) escreve sobre o bem comum ter sua existência diretamente relacionada à concreta apropriação das pessoas que o vivenciam.

As mulheres participantes do projeto contam que a Casa da Cidadania foi criada por Gabriel dos Santos Rocha (Biel), figura política fundamental no processo de regularização do bairro³¹. Elas comentaram nas reuniões que muitas pessoas do bairro dizem que a Casa da Cidadania “é do Biel”, provocando o afastamento da comunidade do Vale Verde, politizando o espaço e criando obstáculos para sua apropriação plena. Mas em seguida algumas rebatem: a Casa é da comunidade. Reforçam que o imóvel é cuidado por moradoras e moradores, e que nunca foi alvo de vandalismo mesmo reconhecendo a criminalidade que ronda o bairro. E, ainda, foi o primeiro local sugerido pela Fatinha como espaço para a realização dos encontros coletivos do projeto de Inventário Participativo. O que faz compreender que a dificuldade para que tomem posse está, primeiramente, no debate de propriedade - que passa pelas burocracias formais de registros -, mas paira também sobre o campo dos afetos, na medida em que se tratando de um espaço institucional, tornar-se parte dele requer da equipe que realiza sua gestão um olhar de atenção e comprometimento na criação de vínculo, um processo a ser construído com participação social e acolhimento.

Dois fatos devem ser mencionados para que possamos compreender melhor a relação da comunidade com a Casa, na perspectiva das mulheres: (1) antes de apropriar-se da Casa da Cidadania como sede, o projeto social Mutirão da Meninada³² circulava pelos terraços e varandas das famílias, o que garantia sempre um ambiente acolhedor, vivenciado e conhecido através de uma relação de vizinhança construída; (2) o falecimento de Maria Helena Falcão, em 2021, fundadora do Mutirão da Meninada, e sua substituição por uma figura nova, pouca conhecida, escolhida por motivações políticas e sem consulta a comunidade, também traz obstáculos para a construção de laços. É imprescindível dizer que Maria Helena possuía um forte vínculo afetivo não apenas com as crianças, mas também com as famílias, tornando-se parte delas. Em um dos eventos realizados pelo Mutirão, uma das crianças escreveu o seguinte verso em homenagem à Maria Helena:

Um amor incomparável que me dava Maria Helena.
Tive um sonho com Maria Helena
e dela ouvi dizer:
'Oh meu neto! Que Deus te proteja,

³¹ Como já foi anteriormente apresentado, no início do processo de regularização, Biel era funcionário da EMCASA, e contribuiu com o processo de regularização do bairro.

³² Projeto idealizado e implementado pela professora Maria Helena Falcão oferecendo reforço escolar desde o início da regularização do bairro e chegada das primeiras famílias.

onde for e o que for fazer.

De onde sua avó está

Está orando por você¹.

(versos extraídos do caderno da Folia de Livros de 2023, um projeto do Mutirão da Meninada)

A edificação já existia no bairro quando foi transformada em Casa da Cidadania a partir da intervenção do Biel, na época que foi Deputado Federal. Foi através das articulações do Biel que passaram a acontecer diversos projetos sociais no local oferecidos por uma Organização da Sociedade Civil (OSC) chamada Centro de Referência de Direitos Humanos. Sem sede fixa, negociou-se com a OSC para que o projeto Mutirão da Meninada pudesse também usufruir da estrutura física do imóvel, de modo que as lideranças do projeto hoje realizam boa parte da gestão da Casa.

As mulheres demonstraram grande satisfação em ver que a edificação tornou-se sede para o Mutirão, um exemplo sólido de ação comunitária que é considerado por todas as participantes como a principal identidade social da comunidade do Vale Verde. Elas participam da equipe do Mutirão cuidando do espaço físico, fazendo o preparo de refeições, tratando da horta, e hoje o projeto conta com duas professoras voluntárias que são da comunidade e ex-alunas do Mutirão. As mulheres também são contempladas com oficinas e aulas de dança no local, no entanto essas ações não tem ganhado força, com baixa participação comunitária diante dos horários restritivos e do pouco empenho da gestão da OSC, sendo frequentemente interrompidas como aconteceu recentemente com as aulas de dança hip hop, conforme contaram as mulheres.

Elas entendem que é importante que a comunidade se aproprie do espaço, que o reconheça como parte do Vale Verde, justamente para que os projetos sociais possam ser contínuos e para que possam ter autonomia no uso da Casa e na promoção de suas ações comunitárias. O fato de hoje a Casa ter sua gestão principal atrelada à OSC, e do projeto do Mutirão, que é quem hoje mais usufrui das dependências físicas do local, ser liderado atualmente por uma pessoa nova ainda sem vínculo afetivo com as mulheres e com as famílias - contrariamente àquilo que representava Maria Helena, que frequentava as casas das mulheres com seu projeto - cria um ambiente de resistência.

Dessa forma, a escolha de enquadramento da Casa da Cidadania na categoria proposta, denominada como *edificações para uso comum* no Inventário

Cultural das Mulheres do Vale Verde, reconhece o pleito das mulheres de que a Casa deve ser tratada como sendo da comunidade - tanto por parte da OSC quanto por parte da própria comunidade. Isso porque a edificação já se configura como espaço coletivo e comunitário importante, especialmente após ser definitivamente identificada como local para a realização das atividades do Mutirão da Meninada. Enquadrá-la na categoria proposta *edificações para uso comum* (e não somente *edificações*, como seria o usual nos processos de salvaguarda patrimonial) permite reforçar a dupla narrativa de resistência diante dos limites intangíveis, históricos e políticos, que as impedem de realizarem uma apropriação plena: resistem em tê-la como da comunidade mas não desistem de pleitear a posse *afetiva e comunitária* da propriedade, corroborando com o que sinaliza Carlos de Souza (2012, p. 30), ao citar Jacques Maritain, que diz que “o bem comum da cidade é sua comunhão no bem-viver; é pois comum ao todo e às partes, sobre as quais ele transborda e as quais devem tirar proveito dele”.

Propor a categoria *edificações para uso comum* nos termos de um inventário feminista-decolonial tece uma narrativa em que o material não está desvinculado do histórico, do uso cotidiano e das relações intangíveis para as quais o espaço está à serviço, e revela a intenção de direito ao bem material que é a construção, e ao bem comum que se organiza a partir do uso e da apropriação, para que a comunidade possa tê-la para si. É importante dizer que as dependências físicas e de infraestrutura que a Casa da Cidadania oferece hoje são essenciais para a realização das atividades comunitárias propostas no Mutirão e também para outros projetos que utilizam o local, podendo se fortalecer como centro comunitário ao entregar às pessoas da comunidade maior autonomia de uso.

Além disso, é possível valorizar o espaço como centro de suporte ao trabalho de cuidado na medida em que oferece um local de apoio seguro, com atividades educativas para as crianças enquanto as cuidadoras trabalham fora. De modo que a materialidade vem sendo requisitada como elemento com potencial para oferecer um suporte comunitário ainda mais amplo, o que está evidente nas narrativas trazidas pelas mulheres do projeto e reforçar, assim, as relações imateriais atreladas ao seu uso.

De outro lado, a categoria “ações comunitárias” engloba as experiências coletivas empenhadas pela comunidade e voltadas a ela, reconhecendo o valor das

vivências cotidianas que se firmam como identidade social e cultura local do território. Ações dessa natureza são especialmente frequentes em territórios habitados por população periférica, pautadas sobretudo nas demandas cotidianas das mulheres que vivenciam esses territórios onde as políticas públicas são insuficientes para darem cabo a todas as necessidades daqueles grupos que mais necessitam.

A construção da categoria está, portanto, pautada nas relações comunitárias que promovem o fortalecimento dos laços sociais, a construção de redes de apoio, a melhoria da qualidade de vida e a preservação dos valores e saberes da comunidade que, por vezes, associam-se a saberes tradicionais e geracionais. Vai ao encontro portanto do que os movimentos decoloniais afirmam ser o *bem viver*, pois ao nutrir e valorizar essas relações buscam alcançar um senso de harmonia, equilíbrio e plenitude nas relações entre humanos, animais e o ambiente.

Podemos dizer que as categorias “edificações para uso comum” e “mulheres”, são adaptações a partir de um olhar feminista-decolonial de categorias já existentes e praticadas: as categorias “edificações” e “personalidades”. No entanto, havia ainda referências culturais extremamente relevantes para as mulheres do Vale Verde que não se adequaram a nenhuma das categorias praticadas - nem em possíveis adaptações -, ou ainda, tais categorias não permitiriam valorizar efetivamente aquilo que para elas é a principal motivação, distorcendo a própria narrativa. Dos 11 (onze) itens listados, a análise de 03 (três) deles trouxe à tona a necessidade de se sustentar uma categoria própria, cuja denominação proposta foi, portanto, *Ações Comunitárias* (Quadro 03). A inserção desta categoria numa perspectiva de inventário feminista-decolonial, se dá justamente no entendimento do comum sob as bases epistemológicas do bem viver.

Em outras palavras, o que se propõe ao fazer uso desse conceito é o abandono da lógica do “viver melhor” pregado pelo capitalismo - entendido como liberdade que um setor da sociedade tem de consumir cada vez mais, em detrimento da maioria - e assumir a lógica do “bem viver” como direito de todos à dignidade, à subsistência e a um meio ambiente saudável (COSTA, 2020, p. 290).

Conforme apresentado no quadro 04, estão incluídas na categoria *Ações Comunitárias* as seguintes referências culturais do Vale Verde: Mutirão da Meninada, Comissão de Moradia e Rádio Comunitária. Sobre a Comissão de Moradia, pode-se

dizer que a luta por moradia reflete uma necessidade do corpo, antes de um saber que poderia ser associado à formação da consciência crítica frente a uma série de injustiças sociais (REPEP, 2019, p. 102). Para além do movimento organizado em torno do pleito pela terra, existe como motivação primeira (e poderíamos dizer primitiva e instintiva) que seria a urgência de garantia da moradia digna - abrigo - sendo partilhada por várias famílias. O que surge inicialmente é a necessidade do corpo pelo abrigo a partir de um senso de solidariedade. A luta empreendida pela Comissão de Moradia - uma comissão formada inicialmente por mulheres e liderada por Isaura Augusto de Nascimento de Paula (*in memoriam*) - reflete um movimento ativo de mulheres que precisavam de habitação e vida digna, e que ganha corpo na concreta criação do loteamento que deu origem ao processo de regularização do bairro. Acontece genuinamente diante das dificuldades da vida pela ausência de recursos e incorpora saberes adquiridos ao longo do processo, se constituindo como uma *ação* de mulheres em prol da coletividade *comum*.

É notório, inclusive através das falas das mulheres, como se sentiam desprovidas de conhecimento e tinham receio de serem enganadas, vendo a necessidade de contar com a participação de pessoas externas³³ para articularem junto ao Poder Público a regularização do bairro. Boa parte do processo foi documentado em uma caderneta, onde se anotava as discussões que aconteciam nas reuniões da comissão. Porém o material se perdeu, de modo que o que fica é a memória das mulheres que vivenciaram o processo, desconhecido especialmente pela população jovem que habita o território.

Sobre a Rádio Comunitária, é importante dizer que sua história remonta ao início de formação da comunidade do Vale Verde e evidencia, mais uma vez, o engajamento da população na construção de um *viver bem coletivo*. Além de ter sido um movimento que se realizou a partir do protagonismo de mulheres, que não apenas assumiram o microfone, mas que abriram suas casas para que a rádio pudesse acontecer, ela foi também importante para estreitar laços e consolidar relações comunitárias no momento em que o território estava se formando e novas famílias estavam chegando. Tinha caráter informativo e de entretenimento, o que possibilitava fortalecer a história local (que tem sua origem a partir da luta empenhada por um grupo

³³ Como a participação do Padre Átila e de irmãs da paróquia católica da região, e também de uma figura pública do Estado, um servidor público, auxiliando de diversas formas a Comissão de Moradia.

de mulheres), valorizar o protagonismo das figuras femininas que foram fundamentais para a formalização do processo de loteamento e possibilitar momentos divertidos entre as pessoas. Funcionava ainda como uma ferramenta de comunicação, em que as mulheres marcavam encontros e enviavam recados através deste canal. Todo instrumento que possibilita incrementar as redes comunitárias é importante para a vida cotidiana das mulheres que reconhecem o papel da comunidade como alicerce para práticas cuidadoras compartilhadas.

Trazê-la como referência cultural do Vale Verde é uma oportunidade de frisar sua importante função social. Como já destacamos anteriormente, Balbina Barbosa dos Santos foi a radialista e lembra:

Eu sei que a rádio entrava no ar 17 horas da tarde e saía do ar às 21 horas da noite. E eu lá, com o microfone. Tocava música, oferecia música, falava com o povo da redondeza. (...) Eu sou tao levada, que eu falava, eu quero fazer um teste: aqui é a rádio comunitária do Vale Verde, falava com aquela voz sexy (risos), quem estiver ligado na rádio comunitária do Vale Verde, faz um favor pra mim, acende e apaga a luz três vezes. Ó, isso aqui parecia uma pisca-pisca, todo mundo acendia e apagava.

E ela conta que assistia esse movimento do terraço da casa, onde ficava a aparelhagem como lembrou Fatinha, e Balbina lamenta. “Foi uma das coisas boas que a gente perdeu, né amor, podia ter até agora!”. Nesse mesmo sentido, em conversa com a Dona Isaura, ela também relembra a rádio e diz que adoraria que ela ainda existisse: “Sou doida pra ter a rádio de volta, pra rezar o terço de manhã”.

Embora não faça mais parte do cotidiano da comunidade, ela permanece viva no imaginário coletivo das mulheres como uma experiência cultural extremamente importante e por ter sido utilizada como veículo de comunicação e entrosamento entre as mulheres, tornou-se marcante. Algumas participantes falam do desejo de retomá-la, ainda que isso pareça inviável hoje. No entanto, trazê-la para o Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde é uma oportunidade de reverenciar a importância de canais de comunicação local e comunitária e de exaltar a história dessa ferramenta e sua estreita relação com a vida das mulheres. É, além de tudo isso, uma oportunidade de reverenciar o carisma e a irreverência de Balbina Barbosa dos Santos, figura importante para a história do Vale Verde.

Em entrevista, Balbina contou que até pouco tempo atrás ainda tinha os equipamentos que eram utilizados na rádio e que foram conquistados através de

doação, mas que ela havia repassado para uma pessoa de nome Cida. “Aparelho de som, as duas caixas, e assim foi”. Balbina lembra também que tinha a ajuda do João, filho da Magda, para fazer as transmissões e locuções.

Balbina também explicou que a rádio era importante, e que através dela o Vale Verde ganhou destaque na região, pois o alcance da rádio chegava até a baixada do Santa Luzia, atingindo vários outros territórios da redondeza. Ela ainda lembrou da importância da rádio para as mulheres e para as relações sociais do bairro: “às vezes, alguém passava aqui, mandava recado. A Fatinha passava aqui e falava: fala na rádio com a Sandra que eu quero encontrar com ela amanhã, às 8:00h da manhã. Era divertido!”

As mulheres não souberam dizer em que ano exatamente a rádio iniciou, nem quando e como exatamente terminou. Balbina disse que não foi pra frente porque ela trabalhava e não tinha quem pudesse ajudar a dar continuidade ao projeto. Infelizmente não conseguimos registros fotográficos de quando a rádio era ativa.

As diversas referências culturais inventariadas pelas mulheres do Vale Verde revelam a vivacidade do território que, mesmo sendo um local permeado de contradições e marcado pelas mazelas provocadas pela desigualdade social, permite que suas comunidades estabeleçam vínculos e relações de pertencimento através de práticas culturais que estão profundamente enraizadas nas experiências cotidianas no território e de seus habitantes.

E é justamente a partir desse entendimento que o projeto social Mutirão da Meninada ganha destaque na fala das mulheres moradoras do Vale Verde. Criado pela educadora Maria Helena Falcão (*in memoriam*), o projeto nasceu oferecendo reforço escolar e foi se ampliando até tornar-se uma importante entidade promotora de arte, educação e cultura para crianças e adolescentes da região, registrada como Organização da Sociedade Civil (OSC). No início, os encontros aconteciam nas varandas e terraços das casas das famílias, mas com a criação da Casa da Cidadania em 2010, estabelecendo-se em edificação já construída, o Mutirão passou a contar com sede fixa agregando novas atividades que atendiam, inclusive, às demandas das mulheres pela coletivização dos cuidados. De cursos de artesanato e culinária para mulheres, à capoeira e aulas de dança e artes em geral para as crianças; de horta comunitária da qual vem parte dos alimentos que compõem lanches e almoços

oferecidos às crianças, à Folia de Livros (uma referência à tradicional Folia de Reis) o Mutirão foi assumindo seu papel integrador.

As mulheres percebem que há um vínculo forte entre o território e o projeto, como afirma Fatinha quando diz que “quem não passou no Mutirão, não é cria do Vale Verde”. E valorizam a partilha dos cuidados com as crianças, como aparece na fala de Margareth:

Minha filha tem 21 anos, a G. frequentou o reforço escolar [do Mutirão da Meninada] que me ajudou muito. Os outros [filhos] não frequentaram porque eles eram pequenos, não tinha idade. Eu trabalhava, não tinha tempo de ensinar... ela ia pro reforço 1x na semana, então me ajudava bastante.

Relembrem inclusive do suporte que receberam das educadoras do projeto que se manteve ativo mesmo durante a pandemia da COVID-19. Adriana Soares (sem idade informada), moradora do Vale Verde, diz ser grata ao Mutirão pela filha saber ler:

Porque na pandemia muita criança não tá sabendo ler e não tá sabendo escrever. Minha filha tá sabendo ler e tá sabendo escrever, e foi a Letícia que todo mês, dava dia 02, dia 03, ela deixava uma pasta na porta da minha casa como dever no mês inteiro.

Elas também ressaltam a importância do projeto para manter a *meninada* fora das ruas e, conseqüentemente, longe dos conflitos urbanos que permeiam as periferias e condicionam juventudes negras e pobres à marginalização. Monique de Jesus, 24, conta:

Eu já fui do Mutirão da Meninada, mas muito muitos anos atrás, quando a Maria Helena era líder. Ai a nossa geração foi crescendo, meu menino também já participou. Foi bom porque tirou um cado de menino da rua né, pra não entrar em caminho errado, Graças a Deus.

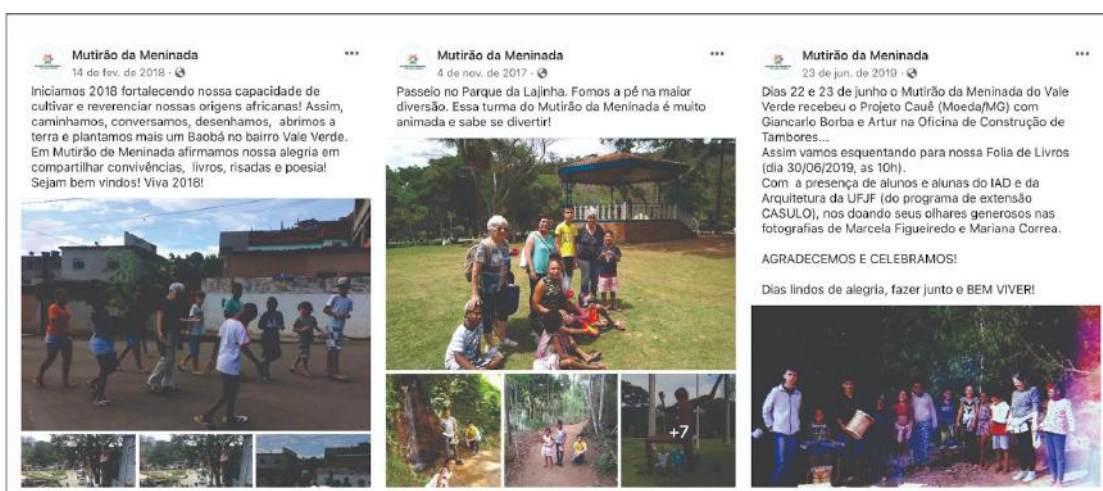
Outro fato enaltecido pelas mulheres é a forte relação do projeto com práticas saudáveis e sustentáveis. “Sempre eles incentivando as crianças a plantar árvores, tem foto das crianças plantando”, Monique reitera. “Na creche agora fizeram hortas. Tem bastante coisa plantada. Ali tem mandioca, milho, amendoim, batata doce. Eu faço parte da horta, tudo isso aqui é plantação”, complementa Norma Aparecida Candanda dos Santos (sem idade informada), reforçando como as mulheres contribuem com o projeto.

O Mutirão, para as participantes do Inventário, vai além de uma ação social promotora de oportunidades, é um extensor do cuidado para fora do ambiente privado, garantindo coletivamente a sobrevivência material e imaterial das crianças, alimentando-as com nutrientes tanto quanto com saberes, cultura e arte. É lugar de criação de identidade e coesão do próprio Vale Verde, criando uma relação imbricada entre corpo e território. Para algumas, é o que sustenta a perspectiva positiva do lugar: *“A única coisa que eu gosto aqui no bairro é o Mutirão da Meninada, que é um projeto que eu me identifiquei, eu gosto do projeto que eles têm com as nossas crianças”*, falou certa vez Margareth.

A partir de uma leitura feminista-decolonial, fica evidente que o projeto não apenas atende a alguns problemas da deficiência educacional, mas também proporciona um lugar de segurança para as crianças, e estabelece uma ação comunitária de assistência social fundamental neste território periférico, reivindicando a mobilização da comunidade em prol dos direitos de sua população. Ações como essas são movimentos identitários, e constituem marcas culturais próprias da periferia, e por isso uma referência a ser inventaria.

Pode-se concluir que considerar a categoria *Ações Comunitárias* no Inventário Feminista-Decolonial permite enaltecer o caráter agregador e comunal das ações sociais tratadas como referências culturais.

Figura 25: Imagens extraídas da rede social do projeto Mutirão da Meninada que apresentam algumas das ações do projeto.



Fonte: página social do projeto Mutirão da Meninada.
Disponível em: <https://www.facebook.com/mutiraodameninada>

O exemplo do Mutirão se destaca a partir de seu histórico que começa como uma ação educativa de reforço escolar, e se consagra como um conjunto amplo de propostas que perpassam por temas como arte, manejo da terra, alimentação saudável e apropriação das cidades. A compreensão do conceito de *bem viver* permite destacar as ações de plantio de árvores no local realizadas pelas crianças, incluindo o plantio de Baobá, espécie de origem africana; caminhadas por territórios urbanos diversos; e atividades de educação intercultural, fortalecendo e dignificando as origens africanas e indígenas.

Essas ações coletivas e comunitárias enfrentam a hegemonia e priorizam o *bem viver* incentivando a solidariedade e o regresso ao valor de uso dos espaços e dos bens comuns. Costuram-se assim, visões alternativas de vida reconhecendo o *bem viver* como plataforma para se discutir o social em realidades capitalistas e industrializadas, que desafiam a harmonia entre corpos e territórios (ACOSTA, 2016).

5.4 ensaio: registrando vozes e rostos

Depois de muitos encontros, passeios e vivências no bairro, quando alguns textos do caderno do Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde já estavam redigidos, organizei um momento especial que contemplava especialmente um ensaio fotográfico. Lancei um convite público nas minhas redes sociais para fotógrafos e fotógrafas interessados em contribuir com a pesquisa voluntariamente. Para minha enorme surpresa, duas ex-alunas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo me enviaram mensagens. Uma delas, a Marcella Siqueira Calixto, vinha de fato trabalhando com fotografia profissionalmente. Mariana Côrrea e Castro era mais nova, e tinha a fotografia como um hobby. As duas, além de competentes, tinham a sensibilidade que precisávamos para o momento.

Combinei com a Fatinha uma data para o encontro que aconteceu no dia 29 de outubro de 2023, e nosso objetivo era reunir o maior número possível de mulheres naquele dia, independente de terem participado dos encontros e das entrevistas. Produzi dois quadros com fotografias de Maria Helena Falcão (*in memoriam*) e Maria Euzébia Delfino (*in memoriam*) para que as mulheres presentes pudessem segurar as molduras marcando a presença dessas duas importantes lideranças. Naquela ocasião,

inclusive, Dona Isaura era viva e contávamos muito com sua presença para que tivéssemos um belo registro fotográfico desta importante personalidade do Vale Verde. No entanto, ela não pôde participar e faleceu meses depois.

No dia, pela manhã, passei na casa de dona Isaura e ela me recebeu com enorme alegria, dizendo que com certeza estaria presente em nosso encontro. Mas ao longo da tarde, tentamos contato com ela e recebemos o recado de que não estava se sentindo bem.

Outra importante figura que não pôde participar do encontro foi Balbina. Também estive em sua residência no dia, convidando-a pessoalmente, mas ela se negou, dizendo que não estava com cabeça para encontros e fotografias, que preferia ficar em casa, pois tudo o que tinha para dizer, já havia dito. Como já falei anteriormente, ela estava com muitos problemas de saúde e também muito sensível com sua atual situação, sentindo-se, naquele momento, sozinha e desamparada.

Figura 26: à esquerda, a fotografia de Maria Euzébia Delfino, cedida por Luiza, atual coordenadora do Mutirão da Meninada; à direita, a fotografia de Maria Helena Falcão durante uma apresentação da Folia de Livros, em 26 de maio de 2018, em um registro feito também por Mariana Corrêa e Castro que, naquele ano, esteve presente no Vale Verde para acompanhar e fotografar o evento.



Fonte: acervo do projeto.
Autoria: Mariana Corrêa e Castro.
Data: 29 de outubro de 2023.

Outras atividades que foram planejadas para o dia contemplavam a leitura de trechos dos textos que já estavam redigidos, dinâmica com mapa interativo e

confraternização. A leitura, além de ser uma forma de dar retorno intermediário sobre todo o processo que elas se disponibilizaram a participar, era uma forma de apresentar a elas o modo como os textos estavam sendo construídos e ouvir suas avaliações. Margareth disse, inclusive, que foi possível escutar a Dona Isaura falando, ao elogiar o material que apresentei oralmente.

Figura 27: registro do cenário montado por Mariana Dominato A. Cury, Marcella Siqueira Calixto e Mariana Corrêa para o ensaio fotográfico das Mulheres do Vale Verde, em 29 de outubro de 2023. A banqueta, o vaso de lírio e o armário eram objetos da Casa da Cidadania. O tecido verde foi levado pela Mariana Corrêa para auxiliar na montagem do cenário.



Fonte: Acervo do projeto.
Autoria: Mariana Corrêa e Castro.
Data: 29 de outubro de 2023.

Preparei também vários mapas impressos do bairro, que foram colocados sobre uma base de EVA, para que elas pudessem marcar com alfinetes coloridos seus lugares afetivos (figura 28). Mais do que reavaliar as decisões do projeto acerca dos itens a serem inventariados, o objetivo principal dessa atividade era proporcionar a interação entre as mulheres presentes, de modo que pudessem conversar sobre o território e ativar suas memórias afetivas e coletivas.

Os quadros com as fotografias de Maria Helena e Maria Euzébia foram reverenciados, e elas reforçaram a importância dessas mulheres para a história do Vale Verde, relembrando, mais uma vez, diversas histórias.

Figura 28: as mulheres participantes do projeto interagindo a partir do mapa do território.



Fonte: Acervo do projeto.
Autoria: Mariana Corrêa e Castro.
Data: 29 de outubro de 2023.

Figura 29: grupo de mulheres que participou da confraternização.



Fonte: Acervo do projeto.
Autoria: Mariana Corrêa e Castro.
Data: 29 de outubro de 2023.

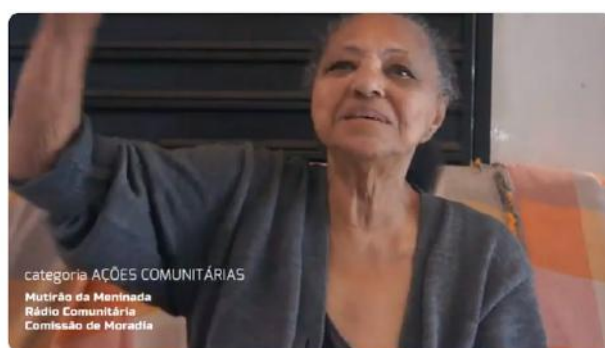
Depois de todas terem sido fotografadas individualmente, realizamos um ensaio coletivo, em que as mulheres seguravam também os quadros de modo a compor uma fotografia que representasse a diversidade e o coletivo de mulheres do Vale Verde. Os registros coletivos aconteceram inicialmente no salão da Casa da

Cidadania e depois ocupamos a Praça e as ruas próximas, para registros no espaço público também. Uma forma de reafirmar o sentimento de pertencimento e ocupar o território.

Foi um momento emblemático do projeto, pois além de reunir as mulheres contribuiu para reforçar os laços afetivos e a autoestima das participantes em uma ação descontraída permeada por memórias e boas conversas. Após o encerramento do evento, as mulheres estavam radiantes ao ponto de Eva Aparecida da Silva, 62, nos convidar para irmos até sua casa pois ela queria mostrar um espaço que tinha para promover outra confraternização entre as mulheres. No dia 01 de novembro, Fatinha me enviou a seguinte mensagem: “Boa noite! O café repercutiu, muita gente perguntando quando terá outro! Gente mandando mensagem que se soubesse não tinha faltado.”

Infelizmente ainda não tivemos oportunidade de marcar um novo encontro, conforme a expectativa das mulheres frente ao cronograma acadêmico, mas o planejamento e a realização de novas atividades seguirá mesmo após a conclusão da tese de doutoramento. Há um grande desejo de realizar uma exposição com as fotografias e trechos de relatos das mulheres que contemplem a história do território. Além disso, as fotos ilustram o caderno do Inventário Cultural, material que após revisão da comunidade, será impresso e distribuído.

Figura 30: um recorte do vídeo em que Balbina aparece falando da Rádio Comunitária e conta com alegria como convidava as/os ouvintes a piscarem as luzes das casas.



Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde

Fonte: acervo do projeto.

Disponível em: https://youtu.be/aLeg71bfhXg?si=Ua3dv0mes_106sLI

Autoria: Mariana Dominato A. Cury

Data: vídeo gravado em 21 de julho de 2024.

Ainda em 2024, nos mobilizamos para participar do 37º Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, cuja temática era “Visibilidade de gênero na economia do Patrimônio”. Mesmo que não me parecesse que nosso projeto se enquadrava bem no escopo da premiação, nós não nos constrangemos em tentar. Apesar da premissa do recorte de gênero, a abordagem acerca da economia do Patrimônio não era evidente em nosso projeto. Mesmo assim nos reunimos no dia 21 de julho, domingo, para um dia muito rico de gravações audiovisuais, com novos depoimentos e mensagens importantes das mulheres do Vale Verde. Nossa inscrição foi deferida, mas não pontuamos o suficiente para avançarmos da etapa estadual. Independente disso, o esforço coletivo para a produção do vídeo foi um movimento importante, que mostrou como as mulheres acreditavam no projeto do Inventário Cultural.

Para este vídeo, contamos com a participação de Fatinha, Dona Tatá, Vera Aparecida, Maria dos Santos e Balbina, que estava melhor de saúde e mais disposta, de modo que participou prontamente desse outro projeto, e todas falaram com carinho e alegria das referências culturais do lugar.

Mas, como mencionei anteriormente, temos ainda muitos planos para as mulheres do Vale Verde, com ideias de novos encontros e confraternizações, como a exposição fotográfica. No entanto, esses planos foram adiados em virtude da finalização deste texto de modo a cumprir com os prazos acadêmicos.

É bonito perceber como os movimentos no território do Vale Verde foram importantes para as mulheres, que se entregaram ao projeto, participando ativamente de tudo aquilo que era organizado. O café de confraternização que possibilitou a realização do ensaio fotográfico foi, certamente, o coroamento das ações coletivas do Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde e, ao contrário de sinalizar o encerramento da nossa ação, o momento abriu espaço para muitas outras ideias.



Considerações finais

(sobre pensar a cidade a partir do Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde)

É importante dizer que nos trabalhos em que caminhamos por campos e territórios que são particularmente distantes ou desconhecidos de nossas vivências, são trabalhos que não possuem pausas. Ainda que tenhamos um objetivo traçado, e que procuremos organizar nossas atividades nesses campos a partir de objetivos principais e focos determinados, tudo o que vivenciamos e experienciamos torna-se subsídio para nossas reflexões, seja como acadêmicas seja como sujeitas das cidades. É claro que sabemos que existem realidades distintas das nossas, mas a aproximação é o melhor caminho para tornar essa compreensão realmente verdadeira.

Neste momento, não sei dizer se é possível me separar em duas versões muito bem delimitadas - a acadêmica e a cidadã (para ser bem reducionista, pois é claro que somos feitas em versões múltiplas). Mas toda a minha história com o Vale Verde - que não tem aqui um ponto final - não está reduzida à pesquisa e ao projeto de Inventário Participativo. As redes que foram lançadas percorreram muitas outras estradas, especialmente a partir da minha relação com a Fatinha, pessoa admirável com quem pude construir uma ponte de solidariedade e amizade que vai para muito além de tudo o que compartilhei ao longo dessas linhas.

Como ela foi importante parceira nestes anos, eu pude acompanhar de perto algumas de suas experiências pessoais, familiares e cotidianas, e participar das ações comunitárias que ela mobilizava. Compartilhamos caronas e compras de supermercado, vi sua animação diante da oportunidade do neto de fazer um treino de futebol em São Paulo, e entendi suas logísticas diárias e desafios com o transporte público todas as vezes que precisei esperar ela chegar em casa. É importante entendermos como o lugar onde moramos apresenta desafios e oportunidades muito distintas. Temas relacionados a transporte público, condição das vias, escola pública, moradia, posto de saúde e etc, constituem uma base que impõe desafios ao cotidiano das famílias - em especial das mulheres - que vivem nas camadas marginais das

idades. Lembro bem do dia que encontrei com a Fatinha e ela me contou sorrindo que estava fazendo auto-escola ao mesmo tempo em que me relatava como suas dificuldades cotidianas para cumprir todas as tarefas estavam diretamente associadas a complexidade de trajetos que ela precisava realizar e ao desempenho limitado do transporte público.

E, para além das fichas de inventários, meus encontros com as mulheres do Vale Verde também me apresentaram muitas questões e reivindicações do grupo e da comunidade diante das desigualdades da Cidade. Muitas questões coletivas se refletiam também em queixas particulares, e repercutiram em temas sensíveis e íntimos para aquelas mulheres. Por isso, um aprendizado constante, sem pausas, que afetaram todas as minhas versões.

Mais do que conhecer e documentar referências culturais importantes para as mulheres moradoras do Vale Verde, o projeto de Inventário Cultural possibilitou escutar narrativas importantes sobre a vida cotidiana dessas mulheres, reconhecendo as dificuldades que vivenciam diante de cidades desiguais e opressoras. Apesar disso, elas driblam com criatividade e senso de comunidade muitos dos obstáculos e tornam-se agentes importantes na produção do espaço urbano.

Além disso, o projeto nos permitiu conhecer suas reivindicações e apelos, coroados com suas preocupações especialmente a respeito das crianças. Chama atenção também neste processo as diversas experiências e vivências que estão relacionadas ao espaço público, especialmente à rua. Desde a valorização do trajeto da Folia de Reis, que extrapola os limites do seu território de origem, mesmo com todos os percalços e preconceitos, e descortina caminhos para levar mensagens, rezas e danças a casas e famílias, até os passeios das crianças para desbravar a cidade, incentivados e organizados por Maria Helena, no âmbito do projeto Mutirão da Meninada. Nesse sentido, passamos também pelos relatos sobre a procissão de São José Operário que deixou de ser realizada mas que tem sido reivindicada pelas participantes da festa do dia 1º de Maio como um momento simbólico e tradicional da festividade. Somam-se a esses movimentos, a Folia de Livros que leva as crianças a percorrerem o território declamando poemas, e outras tantas atividades diversas - muitas organizadas pela Fatinha - que também se ocupam da rua e da praça para se realizarem.

Superar as invisibilidades que os processos históricos tradicionais proporcionam a despeito daquilo que as mulheres de fato produzem nas cidades, especialmente quando se trata de mulheres periféricas, é mais do que um processo de reparação histórica. É, na realidade, uma oportunidade de conhecermos, enquanto especialistas preocupados com o planejamento urbano e com o futuro das cidades, estratégias alternativas para cidades melhores. O projeto Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde evidencia diversas ações lideradas e valorizadas pelas mulheres, que reconhecem nas referências culturais mapeadas a importância das redes de apoio, das tarefas de cuidado, do suporte social oferecido às crianças e a outros grupos sociais mais vulneráveis. Elas sabem que a comunidade e a coletividade são ferramentas de enfrentamento às desigualdades sociais promovidas pela modernidade capitalista, e acentuadas pelas estruturas colonialistas que ainda persistem.

Ressalto que, neste trabalho apresentei os primeiros passos de um processo de valorização da cultura local do Vale Verde que pode - e deve - ser contínuo, podendo ser integralmente realizado pelas mulheres do Vale Verde, a partir desta experiência pioneira no território, e ampliado a outras localidades. Ou seja, entendemos também o projeto de inventário como um processo de formação, organização, engajamento e suporte para que ações como essas reverberem e revelem-se em outros possíveis desdobramentos.

O olhar para o local, para os pequenos territórios e para as estratégias criativas que as comunidades constroem e desempenham em seus habitats, oferece respostas importantes para as cidades e nos permitem ter novas perspectivas sobre o todo. Reconhecer que todo território é vital, e que suas particularidades e diferenças precisam ser diagnosticadas através do olhar apurado e do vasto conhecimento que cada grupo possui sobre seu território, para que eles estejam articulados, para que possamos superar as rupturas e recriar o todo através das forças locais.

As narrativas e as fotografias que ilustram as fichas das referências culturais inventariadas trazem contextos e experiências relevantes que tanto oferecem ferramentas ao Poder Público para pensar políticas públicas em geral, como para os profissionais envolvidos com o planejamento das cidades para que tenhamos sabedoria, discernimento e atenção à realidade daqueles que mais necessitam.

Havia ainda a preocupação de transformar os relatos em um material gráfico que pudesse ser impresso e distribuído às famílias, à sociedade e ao Poder Público, tanto como uma ação de retorno ao empenho que as mulheres do Vale Verde tiveram ao longo de nosso processo, como também uma ação de divulgação das histórias sobre o território, entrelaçadas com trajetórias sociais de mulheres, que perpassam as narrativas das referências culturais apresentadas. O uso de uma ferramenta do campo do Patrimônio Cultural tornou-se fundamental na medida em que permitiu direcionar o olhar de todo o grupo para aquilo que se atribui valor, a partir de duas métricas importantes: afeto e direito.

Algumas das referências culturais identificadas estão diretamente relacionadas a um sentimento coletivo de carinho, orgulho e admiração, e revelam portanto uma dimensão afetiva muito presente no inventário. Valorizar afetos, que se fortalecem em relações comunitárias - a partir de ações solidárias de cooperação - é uma importante ferramenta de enfrentamento ao sistema hegemônico que tende a ser competitivo, perverso e individualista - onde o amor ao próximo, a compaixão e os afetos não possuem valor.

Mas há também a métrica do direito, que se expressa através do caráter reivindicatório muito presente na narrativa de diversas referências culturais do Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde. Por isso, evidenciei em muitos momentos que as fichas de inventário eram, mais do que simples registros de valor, mas também manifestos. Fica claro que a vida da mulher nas cidades é uma vida de lutas diárias e de gritos coletivos. Neste trabalho, fica evidente aquilo que as arquitetas urbanistas feministas afirmam: as mulheres carregam com elas uma sensibilidade apurada sobre o outro, seus corpos são extensões de muitos outros corpos vulneráveis, os quais elas carinhosamente cuidam, protegem e abraçam.

As manifestações femininas são correntes que trilham caminhos de mãos dadas, braços abertos e olhos grandes e angulares capazes de capturar o mundo. Não é possível pensar em cidades melhores sem uma participação ativa de mulheres, especialmente as mulheres da margem, pois o amplo domínio que elas têm sobre suas comunidades, somados à sensibilidade inata de se perceberem como um corpo social - que deve agregar e não segregar - é uma ferramenta indispensável ao planejamento urbano. Solidariedade e cooperação são atitudes praticadas na periferia através das lideranças femininas, e estão imbricadas nas suas relações com o território constituindo

assim, uma cultura própria e potente. Não são meras palavras com boas intenções, são a realidade da vida das mulheres nas margens.

Diante disso, seria possível alguns apontamentos. Primeiramente, é fundamental que o Poder Público e a sociedade tenham conhecimento das ações comunitárias que acontecem nos territórios de margem para que haja incentivo do Poder Público aos projetos sociais de base comunitária, com ativa participação da população local. Esses projetos são importantes na medida em que, mais do que suprirem carências de comunidades periféricas, fortalecem relações afetivas de vizinhança e promovem grande variedade de atividades coletivas e sustentáveis voltadas ao bem viver.

Em segundo lugar, escutar as comunidades periféricas e, em especial as mulheres, é imprescindível ao corpo de especialistas para que seja possível construir alternativas para cidades mais justas pois, além de dominarem os problemas, as comunidades também são capazes de oferecer boas soluções. E, em suas relações de afeto e de valor, elas expressam suas esperanças e manifestam suas reivindicações.

Além disso, fica evidente que espaços de socialização são fundamentais - para que possam realizar seus rituais, suas festividades e ofertar atividades diversas de capacitação, lazer e educação a todos os grupos. Tais atividades demandam tanto de uma estrutura física acolhedora, segura e adequada quanto de áreas livres, para experiências com a terra e com a natureza, de um modo geral. Está claro também a importância da rua como lugar de encontros e de manifestação da fé, da cultura e do direito. De modo que estruturar os espaços públicos conhecendo as práticas que ali são desempenhadas ou desejadas, é uma forma mais assertiva de se pensar as cidades, pois as comunidades possuem seus modos particulares de vivenciar o espaço urbano.

Não há, portanto, receitas prontas para o planejamento das cidades. No entanto, a resposta está na vivência, nas relações entre as pessoas e seus territórios. Se há algo que não pode ser ignorado é o potencial das comunidades que, com vasto conhecimento popular e empírico, revelam tanto as cidades que amam quanto aquelas que desejam, costurando passado, presente e futuro.

Referências Bibliográficas

ABREU, Regina. CHAGAS, Mario (orgs.). **Memória e patrimônio**. 2ª. ed. Ensaio contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

AGREST, Diana. À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo. *In*: NESBITT, Kate **Uma nova agenda para a arquitetura**. 2ª. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 584-599.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. - Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2013.

ARANTES, 2013

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Elefante, 2016.

BARRAGÁN, Alba Margarita Aguinaga; LANG, Miriam; CHÁVEZ, Dunia Mokrani; SANTILLANA, Alejandra. Pensar a partir do feminismo. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 216-239.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, 1988.

BRISSAC, Nelson. Isso aqui é um negócio. Operações de Captura da Arte e da Cidade. - São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.pucsp.br/artecidade/novo/publicacoes/negocio.pdf>.

BRITO, Sabrina. **Derrubada de estátuas: vandalismo ou reparação histórica?** Revista Veja, 09 de junho de 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/derrubada-de-estatuas-vandalismo-ou-reparacao-historica/>. Acesso em: 19 nov de 2021

- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. - São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1990.
- CARVAJAL, Julieta Paredes. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: perspectivas decoloniais**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 194-205.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. - São Paulo: Ed. Contexto, 2020.
- CERTEAU, Michel: **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. *In*: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio**. 2ª. ed. Ensaio contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009
- COL-LECTIU PUNT 6. **Urbanismo Feminista: por una transformación radical de los espacios de vida**. - Barcelona: Ed. Vírus, 2019. Disponível em: <https://www.punt6.org/en/books/feminist-urbanism/>. Acesso em: 02/09/2022.
- COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**. A interseccionalidade como teoria crítica social. São Paulo: Boitempo, 2022.
- COSTA, Maria da Graça. Agroecologia, (eco)feminismos e “bem viver”: emergências decoloniais no movimento ambientalista brasileiro. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista: perspectivas decoloniais**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Baar do Tempo, 2020. p. 285-297.
- COTA, Daniela Abritta. **Mulheres e direito à cidade**. Um estudo de políticas públicas em São João del Rei, Belo Horizonte e Barcelona. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2021.
- COUTO, Camille. DURAN, Pedro. **Polícia do RJ investiga queima de estátua centenária de Pedro Álvares Cabral**. CNN Brasil, Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/policia-do-rj-investiga-queima-de-estatua-centenaria-de-pedro-alvares-cabral/>. Acesso em: 19 nov 2021.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, ano 10, 2002, p.171-188.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 121-138.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. - Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1997.

DIAS, Maria Odila L. S. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). **Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e Contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p.357-369.

DIVERSÃO e arte: **Conheça Constança Valadares**, personagem da história de Juiz de Fora. In MGTV 1a edição. Juiz de Fora: TV Panorama/TV Integração. Exibido em 03 de junho de 2016. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/5069636/>. Acesso em 25 de novembro de 2021.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. - São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FIGUEIREDO, Angela. **Carta de uma ex-mulata a Judith Butler**. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 240-259.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; FERREIRA, Renata Marques. **Estatuto da Cidade comentado**. - São Paulo: Ed. Saraiva, 2014.

FUNALFA (org). **Ruas da Cidade**. - Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2004.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos** 2. ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006

GOMES, Glaucy; CURY, Mariana; CURY, Mônica. Medalha Roza Cabinda: a luta feminista pela valorização das mulheres de Juiz de Fora. *In*: IZAR, Priscila [et al.].

Feminising urban struggles [livro eletrônico]: bodies, territories and politics in the production of peripheral spaces. São Paulo: Ed. dos Autores, 2023. p. 107-109.

GOMES, Claudia Suely Ferreira. GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. **Educação dialógica**: a perspectiva de Paulo Freire para o mundo da educação. Uberlândia, MG: Revista de Educação Popular, v. 19, n. 03, p. 4–15, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/52847>. Acesso em 20/07/2023.

GONÇALVES, Rita de Cássia. LISBOA, Teresa Kleba. **Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida**. Florianópolis: Revista Katálysis, v. 10 n. esp. p. 83-92, ano 2007. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3646113>. Acesso em 20/07/2023.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. **A cidade e a arquitetura também mulher**: planejamento urbano, projetos arquitetônicos e gênero. São Paulo: Annablume, 2011.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GUIMARÃES, Elione Silva; GUIMARÃES, Valéria Alves. **Aspectos cotidianos da escravidão em Juiz de Fora**. - Juiz de Fora: Funalfa, 2001.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da Terra): Contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, Niterói, v. 22, n. 48, p. 75-90, junho 2020.

HARVEY, David. Cidades rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana. - São Paulo: Ed. Martins, Fontes, 2014.

_____. **Condição Pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. - São Paulo: Ed. Loyola, 2016.

HOOKS, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. 1ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

_____. **Pertencimento**. Uma cultura do lugar. - São Paulo: Ed. Elefante, 2022.

HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

- IPHAN. **Educação patrimonial: inventários participativos**. Manual de aplicação. 2016
- _____. **Inventário nacional de referências culturais**. Manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília : Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- JACQUES, Paolla Beresntein (org.). **Apologia da deriva**. Escritos situacionistas sobre a cidade. - Rio de Janeiro: Casa da Palavra 2003.
- _____. **Notas sobre espaço público e imagens da cidade (1)**. - Revista Vitruvius, sessão Arquitextos, jul. 2009. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>. Acesso em: 21 de janeiro de 2025.
- KERN, Leslie. **Cidade feminista**. A luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. **Ensaio sobre o pensamento urbanístico**. Universidade de Brasília / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo / Programa de Pós-graduação, Brasília, p. 1-22, out. 1996.
- LEFEBVRE, Henri. 2001. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro.
- LIMA, Raquel dos Santos Souza. **“Oh, que imitem a Santa Rita de Cássia!”**. As mulheres de nosso tempo: representações e práticas da devoção em Viçosa (MG). Dissertação de mestrado apresentada no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 2006.
- LUGONES, Maria. Hacia un feminismo descolonial. - Universidad del Valle, Centro de Estudios de Género, Mujer y Sociedad, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/53791>
- _____. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Helóisa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 52-83.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **A Racionalização das Tradições na Modernidade: o Diálogo Entre Giddens e Jürgen Habermas.** Revista Trans/Form/Ação, Marília, v. 36, p. 245-258, 2013. Edição Especial.

LINKE, C. C.; TAVARES, R. B. **Cidade do cuidado: De um urbanismo hegemônico para um urbanismo feminista, situado e transformador .** Revista Thésis, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 2024. DOI: 10.51924/revthesis.2024.v9.490. Disponível em: <https://thesis.anparq.org.br/revista-thesis/article/view/490>. Acesso em: 18 dez. 2024.

MATOS, Maria Izilda Santos de **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho.** Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

MERCIER, Daniela. **Estátua de Borba Gato**, símbolo da escravidão em São Paulo, é incendiada por ativistas. El País, São Paulo, 24 de julho de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-24/estatua-do-borba-gato-simbolo-da-escravidao-e-m-sao-paulo-e-incendiada-por-ativistas.html>. Acesso em: 19 nov 2021.

MESSEDER, Suely Aldir. A pesquisadora encarnada. Uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. *In:* HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. MONTANER, Josep Maria. MUXÍ, Zaida. **Política e arquitetura.** Por um urbanismo do comum e ecofeminista. - São Paulo: Olhares, 2021.p. 154-171.

MONTANER, Josep Maria. MUXÍ, Zaida. **Política e arquitetura.** Por um urbanismo do comum e ecofeminista. - São Paulo: Olhares, 2021.

MORTON, Pat. WILKINSON, Sara. **Feminist Research.** *In.:* KNIGHT, Andrew. RUDDOCK, Les (orgs). Advanced research methods in the built environment. Ed. Wiley BlackWell, 2008.

MUXÍ, Zaida; CASANOVAS, Roser; CIOCOLETTO, Adriana; FONSECA, Marta. VALDIVIA, Blanca Gutiérrez. **¿Qué aporta la perspectiva de género al urbanismo?** Revista Feminismo/s, v. 17, junho 2011, pp. 105-129.

NITO, Mariana Kimie da Silva; SCIFONI, Simone. **O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão.** Revista do Centro de Pesquisa e Formação, n. 5, p.38-49, set. 2017. Disponível em

<https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/e41e4678/e25f/4759/adf4/75827c81fcbb.pdf>.

Acesso em 23/06/2023

NITO, Mariana Kimie da Silva (org.) **Inventário Participativo Arouche LGBTQIA+** [recurso eletrônico] - São Paulo: FFLCH/USP, 2023. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1036>. Acesso em: 30/09/2024.

NORA, Pierre. **Entre história e memória**. - Proj. História, São Paulo (v10), 1993. *In.*: Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1984. Tradução: Yara Aun Khoury.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos**. - Porto Alegre: Ed. Bookman, 2011.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. - Estudos Históricos, Rio de Janeiro., vol. 05, no. 10, 1992, p. 200-212.

Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (PJF). **PJF e ONU-Habitat oferecem novas vagas para o projeto Territórios da Cidadania**. - Juiz de Fora, 2023. Disponível em: <https://pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=82070>. Acesso em: 15/07/2024.

REPEP. **Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação**. Grupo de Trabalho Baixo Centro da Rede Paulista de Educação Patrimonial, São Paulo, 2019

RIBEIRO, Claudio. SIMÃO, Maria Cristina. **Relações e contradições: direito à cidade e patrimônio urbano**. III Enamparq, São Paulo 2014. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvd-enamparq-3/htm/Artigos/ST/ST-EPC-007-5-RIBEIRO.SIMAO.pdf> Acesso em 17/07/2023

SANT'ANA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. *In.*: ABREU, Regina. CHAGAS, Mario (orgs.). **Memória e patrimônio**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SANT'ANA, Mariana Camillo. **Contribuições da regularização fundiária de interesse social para as condições de habitabilidade urbana e habitacional: os casos de Vale Verde e Milho Branco II em Juiz de Fora/MG**. 2021. Mestrado (Programa de

Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil.

SANTOS, Milton. **Espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

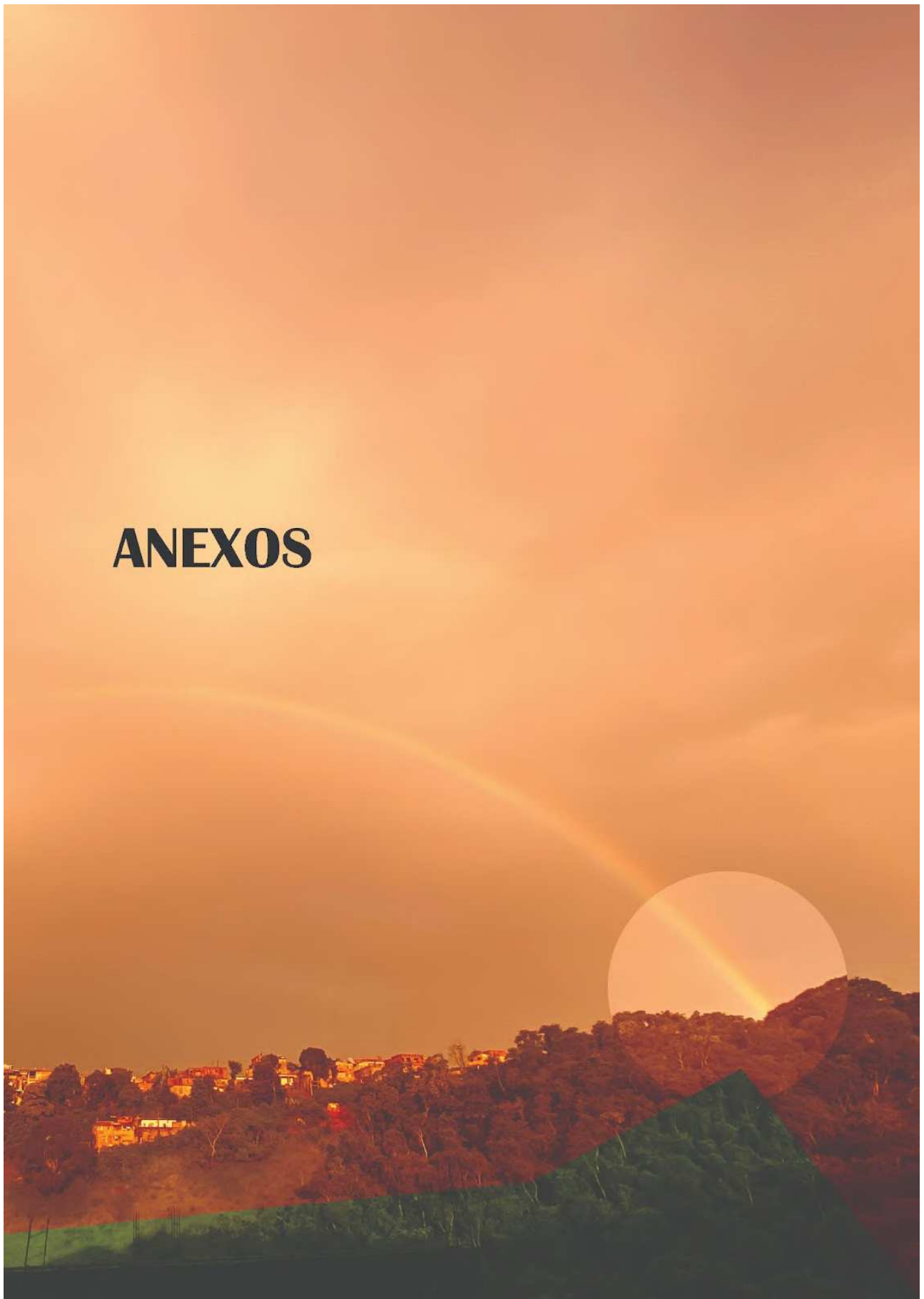
SEGATO, Rita. **Cenas de um pensamento incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

SENNET, Richard. Carne e pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental. - Rio de Janeiro: Ed. Bestbolso, 2010.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. - Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

SOUZA, Carlos Aurélio Mota de. Bem comum, bem de todos. Chave de leitura: direito. **Revista Cidade Nova**, n. 10, 30-31, Outubro 2012.

ANEXOS





INVENTÁRIO CULTURAL DAS *mulheres* DO VALE VERDE

fotografia: Mariana D. A. Cury

o Projeto

O projeto *Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde* é produto da Tese desenvolvida pela arquiteta-urbanista Mariana Dominato Abrahão Cury, com orientação do professor Leonardo Civalle, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa.

Parte-se da certeza de que há importantes vivências, experiências, valores e memórias que, embora esquecidos na margem pela historiografia tradicional, a narrativa feminina, conectada a territórios periféricos, trataria de revelar como centrais (em outras palavras, como necessários e determinantes na produção das cidades).

Os artifícios utilizados na escrita da cidade - seja no texto histórico, seja no desenho urbano - estão ancorados na narrativa hegemônica e dominante cujo sustento se dá a partir de uma tríade: capitalismo, modernidade e colonialismo. O discurso genérico se distança com máscaras de neutralidade como garantia de manutenção das forças operantes dirigidas por corpos masculinos, brancos e ricos. Nessa relação de desigualdades sociais profundas, o projeto destaca a invisibilidade e o apagamento das mulheres periféricas, cujas vozes não são ouvidas e as histórias não são contadas.

O método do Inventário Participativo fornece subsídios importantes para conhecer e documentar referências culturais identificadas pelas mulheres participantes do projeto. Entende-se como referência cultural todo tipo de manifestação, expressão ou suporte cultural que tenha valor simbólico e afetivo para um grupo de pessoas e que, assim, deseja preservar esses valores e transmiti-los a outras gerações (IPHAN, 2016). Tem-se como premissa a participação social a partir de um recorte interseccional que considera os marcadores gênero, raça e classe social para identificar e registrar o protagonismo de corpos femininos periféricos na produção das cidades e nas lutas urbanas contadas através da autoria feminina.

AGRADECIMENTOS

O projeto *Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde* só foi possível porque contou com a colaboração de um grupo de mulheres do bairro Vale Verde que se dispuseram, mesmo com suas rotinas atribuladas, a estarem presentes nas reuniões coletivas e a me receberem em suas casas, com muito carinho. Agradeço imensamente a todas que não somente cruzaram minha trajetória, mas que a preencheram com seus sorrisos e potências ao longo dos vários dias de trabalho de campo transformando esse projeto em um momento de grande felicidade para mim. As mulheres do bairro Vale Verde me inspiraram e me fortaleceram, diariamente, ao longo dessa jornada.

Registro, ainda, um agradecimento especial à Fatinha (Mária de Fátima Pinto da Silva) que, prontamente, abraçou o projeto e mobilizou outras mulheres do bairro para que participassem. Sua disposição, alegria e carisma foram fundamentais para tornar o processo de trabalho leve e agregou ainda mais valor a essa construção coletiva e comunitária.

Além de me receber em sua casa diversas vezes, ela me acompanhou, incansavelmente, nas minhas andanças pelo bairro e me ajudou a abrir as portas de outras casas e conhecer outras mulheres muito especiais. Agradeço também a Margareth Coelho que esteve presente em todas as reuniões, sempre com grande interesse e vontade, e que, na ausência da Fatinha, me recebeu, me acompanhou e me orientou.

Vocês são inspiradoras!

Mariana Dominato A. Cury
(coordenadora-geral do projeto Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde)

COORDENAÇÃO DO PROJETO



Mariana Dominato A. Cury (03/09/1984): mulher, branca, cisgênero, casada com Fabiano Pires Bellini e mãe da Iris (07 anos). Formou-se em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 2008. Atualmente é professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora e coordenadora do projeto extensionista *Inventários Participativos* no Município de Juiz de Fora, premiado na Mostra de Extensão Universitária da UFJF. É também doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa. Este inventário é produto de sua tese intitulada "Tem história de mulher na cidade: memórias da margem ao centro". Por seu trabalho coletivo com as mulheres do Vale Verde também foi homenageada no 19º Prêmio Amigos do Patrimônio, uma iniciativa da Prefeitura de Juiz de Fora.



Fotografia:
Marcella Calixto

Maria de Fátima Pinto da Silva - Fatinha (04/03/1971): mulher, preta, cisgênero, casada com Paulo Henrique Pinto da Silva, também conhecido como Suca. É mãe de Paulo Henrique Pinto da Silva Jr. - o Dé, Tatyane Cristina da Silva e Cinthia Karoline da Silva, e avó de 04 netos. Trabalha como cuidadora de idosos e faxineira. Além disso, é excelente cozinheira e faz compotas de doces caseiro para vender. Tem orgulho em contar que aprendeu a esterilizar potes de vidro em uma oficina do Mutirão da Meninada. É antiga moradora do bairro Vale Verde e possui importante papel como liderança comunitária, distribuindo cestas básicas, organizando festividades e realizando diversas outras assistências à população do bairro. É católica e também atua como voluntária na Igreja de São José Operário, ligada à paróquia Pio X, onde coordena a pastoral do Batismo e participa da pastoral Carcerária. Recebeu, em 2021, a Medalha Roza Cabinda, uma honraria criada em 2018 por coletivos feministas. A proposta dos coletivos é reconhecer e valorizar, através dessa homenagem, o papel central das mulheres para o desenvolvimento da cidade - priorizando corpos periféricos. Fatinha foi também importante liderança comunitária durante o projeto, sendo essencial para a realização do "Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde". Atuou convocando as moradoras do bairro para as reuniões e participando ativamente de todas as discussões.

A Metodologia

Método Aberto: Inventários Participativos (IPHAN, 2016)

Fontes primárias: Histórias orais

Diretrizes: conceitos e estratégias que dialogam diretamente com o movimento feminista-decolonial e abordagens contra-hegemônicas

Grupo de trabalho: mulheres moradoras do bairro Vale Verde

Estratégias: 1. Encontros coletivos e individuais: conversas livres
2. Entrevistas semi-estruturadas
3. Inscursões em campo
4. Participação em eventos locais
5. Interações a partir do mapa do bairro
6. Leituras abertas
7. Ensaio fotográfico

AS CATEGORIAS

Mulheres
Isaura Augusto do Nascimento de Paula (*in memoriam*)
Maria Euzébia Delfino (*in memoriam*)
Maria Helena Falcão (*in memoriam*)

Celebrações
Festa de São José Operário
Folia de Reis do Dé

Locares
Praça Maria Euzébia Delfino
Matinha

Edificações para uso comum
Casa da Cidadania

Ações Comunitárias
Mutirão da Meninada
Rádio Comunitária
Comissão de Moradia

HISTÓRIA DO BAIRRO

A origem do bairro Vale Verde está diretamente ligada à mobilização de um grupo de mulheres empenhadas em lutar pelo direito à moradia. Elas relatam, com orgulho, o processo de loteamento que deu início a formação do Vale Verde, e também contam sobre diversas outras ações que foram necessárias ao longo da história do bairro para que o mesmo se consolidasse.

Isaura Augusto do Nascimento de Paula, mais conhecida como Dona Isaura, lembra que veio de Governador Valadares com mais 15 familiares. Quando chegou em Juiz de Fora, morou inicialmente em uma ocupação na Vila da Conquista (uma rua que fazia parte do bairro Cidade Nova, nas proximidades de onde hoje é o bairro Vale Verde). Vila da Conquista "era terra da Prefeitura que o povo ocupou", conta Maria de Fátima Pinto da Silva (Fatinha), moradora do Vale Verde. Lá Dona Isaura morava em uma casa muito pequena. Ela relata: "Ocupamos antes porque precisávamos, lá na Vila da Conquista. Nós tamo fazendo isso aqui pra sair do aluguel. Eu tenho que contar como o negócio começou, porque o negócio não é tão fácil não. Ai eu falei: vou lá ocupar. Eu só fiz 03 [cômodos]. Ai quando foi um dia eu tava preocupada porque o povo não tava cabendo lá em casa". Vera Maria da Silva participou de todo o movimento inicial e reforça: "A gente não tinha onde morar. O Zé Maria [marido da Vera] pedia ajuda para os outros para fazer o primeiro barraquinho".

Dona Isaura continua seu relato dizendo que um dia, quando estava no ponto aguardando o ônibus para ir para o trabalho, viu uma movimentação próxima da área da ocupação: "Ai olhei pra lá, tava o carro da Prefeitura, da polícia, da Globo: uai, mas o que que é isso, será que eles não falaram que quem ocupou não tinha onde morar? Eu não consegui entrar dentro do ônibus, eu não preocupe comigo não! Preocupe com os outros que moravam lá também. Fui embora a pé. Quando chegou lá no Bela-Aurora, lá em frente aquele colégio... Deus fala e todo mundo sabe disso. Papai do céu disse: grita que oceis tem direito" (ela enfatiza a palavra "oceis" reforçando seu senso de comunidade).

"Cheguei na escola (trabalhava de serviços gerais na escola do bairro Teixeira). Vim a pé de novo porque dinheiro pra pagar passagem a gente não tinha. Fui na Prefeitura para resolver a ocupação. A gente ocupa terra vazia, e terra não pode ficar vazia. Peguei e fui embora, cheguei em casa com aquele monte de coisa pra fazer porque eu tinha filha com bebê em casa. No dia seguinte, cedo eu tava lá [na Prefeitura]. Falaram assim pra mim, vai na Emcasa e procura o Biel. Cheguei lá: 'que que eu posso te ajudar'".



Falei: eu queria conversar com o Biel. E ele veio e me disse: 'Dona Isaura, a senhora pode ficar tranquila que nós vamos resolver esse problema. Por que eles fizeram isso?' [Ela responde ao Biel]- Não sei né, dinheiro e poder faz as coisas. Deus falou e deu certo. No outro dia eu fui na Igreja, eu sou católica, fui no Padre Atila. Pedi ajuda na Igreja. Falaram: A senhora tem que agrupar o povo. Eu adoro o povo, eu amo a política. Eu não gosto da politicagem. Fui no padre Atila, na irmã Heloisa e na irmã Clarisse. Coitadinha de mim, não tinha condições... quando chegava na hora da reunião, e nós arrumando cadeira... aí eu agrupei o povo. Eu vou até lembrar quem que é tava".

Na época então, final dos anos 1990, Dona Isaura após procurar pelo Biel na EMCASA, uma empresa mista que auxiliava a Prefeitura de Juiz de Fora na realização de processos de regularização fundiária (SANT'ANNA, 2021), conseguiu um encontro com o Custódio Mattos, então Prefeito. Custódio solicitou a criação de uma Comissão de Moradia. Ela coordenou a criação da comissão, chamou várias pessoas, e as mulheres que se juntaram a ela e participaram da primeira reunião na Prefeitura foram, conforme ela relata: Maria Euzébia, Conceição, Marina, Maria do Dez, do seu Pedro, já morreu há muito tempo. Foi 05 só que foi. Aí meu Deus, mas nós foi muito bem recebida. Foi o dia que começou. Fomos conversar com o 45 [número usado pelo Custódio Mattos na época de campanha eleitoral], fomos muito bem recebidas. No que eu posso te ajudar? perguntou o prefeito. Eu disse: Você sabe o que eu to fazendo aqui? E assim começou o vale verde".

A Comissão de Moradia era flexível, e ao longo dos dois anos de luta aconteceram muitas reuniões, e o grupo teve diferentes formações, sempre com a participação majoritária de mulheres. Muitas pessoas passaram pela comissão, mas a formação composta por Isaura Augusto de Nascimento de Paula (in memoriam), Maria Euzébia Delfino (in memoriam), Maria dos Anjos Martins Cornélio (mãe da Bia - in memoriam) e Conceição (mãe do Edmar - in memoriam) ficou fortemente marcada no imaginário do bairro. Dentre essas mulheres, Isaura se destacava como a principal mobilizadora da comissão. Não à toa, tornou-se a primeira Presidente de Bairro do Vale Verde. Maria Euzébia era a secretária, responsável por anotar tudo em um caderno que, infelizmente, se perdeu.

Margareth Coelho, moradora do bairro e que assistiu também a todo esse movimento, relata: "O começo foi com muita luta, não foi no estalo de dedo assim não. Foi com muita reunião, muita briga e muita insistência que tem hoje o Vale Verde". E Fatinha reitera: "só de reunião foram 02 anos. A mulher que faltasse 03 reuniões era cortada", ou seja, perdia a garantia de um terreno no loteamento.

Após definido o loteamento, foi realizado um sorteio, como lembra Vera Maria da Silva: "Eles tiveram que fazer sorteio pra gente não brigar, porque uns ia morar no morro... e aí fizeram sorteio". O sorteio aconteceu no ano de 1995. Os lotes foram vendidos pela Prefeitura pelo valor de R\$ 1.500,00. O parcelamento era feito em 75 parcelas de R\$ 27,50 e todas as mulheres falam sobre as dificuldades que enfrentaram para conseguir manter o pagamento em dia. Fatinha lembra: "Eu pagava na época R\$ 27,50 pelo lote. 75 prestações de R\$ 27,50. Tinha mês que não tinha condição de pagar. Para quem tinha filho pequeno, era muito dinheiro. A gente não tinha trabalho direito, tinha que cuidar de criança... Eu fiquei vários meses sem pagar. Ficava dois sem pagar, aí ia lá e pagava". Margareth também compartilha sua experiência: "[Eu] Não tinha marido, com duas crianças... quem pagou pra mim foi a minha ex-patroa. Todo mês ela pagava. Morria de medo dos filhos dela me tomar, mas coitadinha, ela pagou e depois me passou tudo direitinho". E Vera lembra que pagou utilizando seu vale-gás: "Na época o Lula era Presidente, eu paguei o meu lotinho com o meu vale-gás. Porque o meu marido que morreu bebia muito... aí eu pegava o vale-gás entendeu. Com o vale-gás eu pagava o lote".

Outro importante fato a respeito da formação do bairro Vale Verde é que as mulheres participaram da escolha dos nomes das ruas e do próprio bairro. "Quando saiu o Vale Verde aqui, foi nós que escolhemos o nome, não foi Norma?", disse Vera.

As mulheres também relembram que havia diversas regras para morar no Vale Verde. le Verde. Contam que era um loteamento para pessoas de baixa renda e que, após o sorteio, as pessoas tinham um prazo para iniciarem as construções nos lotes. "Eu tinha 06 meses pra construir, se não tomavam meu terreno", diz Margareth, lamentando que nem todos respeitaram as determinações dadas pela Prefeitura: "como eu, com duas crianças pequenas, tinha regra pra construir e esse tá vazio até hoje? A luta pra conseguir o terreno foi difícil, e agora é fácil pra construir, fácil pra vender... Na aba dos outros, uma luta, fizeram mansão e casa de aluguel".

Vera foi a primeira moradora. Quando se mudou, a infraestrutura era precária. Não havia asfalto, nem luz e nem água. Sobre isso, as mulheres compartilharam diversas memórias. Vera conta: "Quando a gente morava aqui, a gente saía com a cara tudo de fumaça de lamparina, pq não tinha luz, não tinha água. As crianças ia pro colégio, aquela barriada... era tudo barro". Ana Maria de Matos Cerqueira diz que veio para o bairro 10 meses após liberarem o loteamento e lembra que a infraestrutura ainda era precária: "Sem água, sem luz, sem porta, sem janela, sem nada... era tudo chão mesmo".

Ao contar sobre sua vinda para o Vale Verde, Fatinha relembra: "1998 que veio a luz. 98 porque eu vim para cá em 2000, e só tinha luz a Ana, a Balbina... quem trabalhava e conseguia pagar os 1.500,00... porque eles cobravam caro pra ligar". Ou seja, ainda que já houvesse as instalações elétricas devidamente implantadas, solicitar a ligação para as casas era um problema para uma boa parte da população recém-chegada ao bairro. Vera diz que tem ainda os documentos de quando começou a ter luz na sua casa. "Na próxima vez que tiver a reunião, eu vou trazer o carnê de luz... Quando eu vim pro Vale Verde, eu vim no dia 09-10-1996 e os papel de luz que eu tenho é de janeiro de 2008. Eu vou trazer os documentos do lote... e da conta de luz".

Essa história foi contada por diversas vezes durante nossos encontros coletivos. É possível perceber a força das mulheres na luta por moradia, e as dificuldades que enfrentavam para conciliar as tarefas de cuidado e os empregos com as reuniões. Contar essa conquista a partir do olhar dessas mulheres nos permite reconhecer a atuação feminina na produção das cidades e a importância de seus papéis que tendem sempre a priorizar o coletivo.

As mulheres falam com saudade da época em que o movimento pelo loteamento representava uma enorme esperança às famílias, e contam com orgulho sobre como é viver, hoje, a conquista da moradia após longo período de luta. Dona Tatá (Maria Aparecida Otávio da Silva) disse: "Pra mim, o Vale Verde é uma Terra Prometida. A gente que não tinha nada, aqui é o meu endereço". Reviver esses acontecimentos a partir da história narrada pelas mulheres que participaram ativamente do processo é um recurso para a documentação de todo o movimento que deu origem ao bairro enfatizando o valor das memórias e das falas das mulheres através das histórias orais transcritas aqui neste breve histórico e nas fichas de inventário. Fatinha reforça a importância desses registros ao dizer: "A meninada nova não sabe de nada disso", e Renata confirma: "Como eu, o pessoal novo aqui não sabe dessa história".

MULHERES

ISAURA AUGUSTO DO NASCIMENTO DE PAULA

Dona Isaura veio de Governador Valadares para Juiz de Fora no final da década de 1990 com mais 15 familiares. Liderou o movimento que deu origem ao loteamento do Vale Verde, e foi responsável por mobilizar o grupo de mulheres da Comissão da Moradia. O principal desejo de Dona Isaura era sair do aluguel e ajudar outras famílias que, como ela, desejavam ter seu lugar. Por toda a sua coragem e determinação, tornou-se a primeira Presidente de Bairro do Vale Verde e ocupou um espaço político fundamental. Dona Isaura é católica e também contribuiu com a construção da Igreja de São José Operário, no Vale Verde.

Por questões familiares e de saúde, afastou-se de seus papéis políticos, mas nunca deixou de lado seu engajamento social. Fatinha recorda: "Ela fez um caderninho pedindo doação pro pessoal e com esse dinheiro ela fazia cesta básica pra dar para os pobres. O fulano ia encher uma laje, ela falava 'ô gente, aqui é todo mundo comunidade', ela comprava uma areia, comprava um cimento, e ajudava a encher a laje. Juntava aquele tanto de gente, e falava assim 'ô amanhã nós vai vai encher a laje do fulano', e amanhã a laje do fulano tava cheia. E todo segundo domingo do mês ela ia pedir alimento".

Participou de alguns encontros do projeto e, com sua fala sempre imponente e corajosa, nos trouxe importantes relatos. Faleceu no dia 13 de janeiro de 2024, enquanto o processo de inventário ainda estava em andamento. Em seu velório, o Padre Átila relembrou sua trajetória de luta no Vale Verde.

Em todas as nossas reuniões, Dona Isaura era lembrada pelas demais mulheres. Margaret Coelho sempre demonstrou grande admiração por ela: "eu gosto muito da dona Isaura, por ela ser quem ela foi e quem ela é hoje. Porque a dona Isaura, ela teve um papel muito importante na construção do bairro e na construção da igreja. No meu ponto de vista, ela foi a melhor presidente que a gente teve aqui".

É também importante destacar na história de Dona Isaura que ela foi uma mulher analfabeta, que aprendeu a ler e escrever aos 67 anos com auxílio do projeto Mutirão da Meninada, liderado naquela época pela Maria Helena Falcão.

MARIA EUZÉBIA DELFINO

Maria Euzébia faleceu aos 58 anos, no ano de 2000. No mural da Casa da Cidadania, sua fotografia vem acompanhada de uma breve biografia que descreve Maria Euzébia como ativista e "querida por todos". Ela esteve junto de Dona Isaura, atuando fortemente na Comissão de Moradia, sendo responsável por registrar as atas e cuidar das finanças como tesoureira e secretária da comissão.

Por sua importante contribuição para a consolidação do bairro Vale Verde, foi homenageada e eternizada dando nome à praça do bairro, uma escolha da comunidade. Maria Aparecida Otávio da Silva (Dona Tatá), reforça que a homenagem foi uma decisão coletiva e diz: "Inclusive nossa praça é Maria Euzébia, e ela tem que ficar, por gratidão porque ela foi muito boa pra nós".

Nos encontros e entrevistas do projeto, as mulheres recordaram que apesar de seu pouco estudo, Maria Euzébia se destacava pela capacidade de articulação, sua coragem e pelo vasto conhecimento. Fatinha conta que foi ela que iniciou o processo de pesagem das crianças do Vale Verde. Maria Euzébia trouxe para o bairro uma balança, que era colocada no muro. A comunidade providenciou a costura de um saco de suporte para as crianças, e assim elas eram acompanhadas pela própria comunidade. Foi também a Maria Euzébia quem conseguiu uma receita para produzir a mistura que ajudou a nutrir e fortalecer as crianças pequenas que estavam em estado de subnutrição, identificadas nas pesagens. Segundo Fatinha, a mistura era uma composição de farinha de arroz, semente de abóbora e cascas de mandioca. Ela conta sobre as habilidades de cozinheira de Maria Euzébia e sobre sua generosidade, sempre disposta a ajudar a comunidade do Vale Verde.

MARIA HELENA FALCÃO

Maria Helena Falcão nasceu em 21 de junho de 1942, na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, e faleceu em 18 de outubro de 2021, em Juiz de Fora, Minas Gerais. É filha de Dalena e Barroso, e teve 08 irmãos. Foi proponente e coordenadora do projeto sociocultural Mutirão da Meninada, que começou oferecendo aulas de reforço escolar para as crianças do Vale Verde, logo no início do loteamento, tomando-se uma das principais referências culturais do bairro. Consolidou-se como Organização Não-Governamental (ONG) sociocultural de interesse público. O projeto permanece em andamento, e Maria Helena é sempre lembrada e homenageada pelas crianças do Vale Verde.

Na Casa da Cidadania, local que hoje sedia as ações do Mutirão da Meninada, consta, em uma breve biografia, que Maria Helena foi professora por mais de 35 anos, atuando especialmente na educação básica. Mas também lecionou para o ensino médio, fundamental e graduação.

Formou-se em Filosofia, pela Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro; especializou-se em História e Filosofia da Educação na PUC Minas, em Belo Horizonte; diplomou-se como Mestre em Ciências Sociais aplicadas à Educação pela Universidade de Campinas, no estado de São Paulo, em 1993, e em 2002 tornou-se Doutora em Psicologia Clínica pela PUC São Paulo. E foi coordenadora e integrante de diversos projetos culturais, atuando fortemente na área de Educação Popular relacionada a movimentos sociais populares, sindicatos e grupos partidários, passando por Vila Velha (ES), Uberlândia (MG) e Juiz de Fora (MG).

Os relatos sobre Maria Helena são sempre emocionantes. Elizabeth Pinto da Silva (Beth) contou que no início da história do Mutirão da Meninada, ela se reunia com as crianças usando terraços e varandas das casas das famílias que já residiam no bairro, e que o terraço de sua casa nas proximidades da praça foi o último local em que o mutirão se estabeleceu antes de ter sede definitiva na Casa da Cidadania.



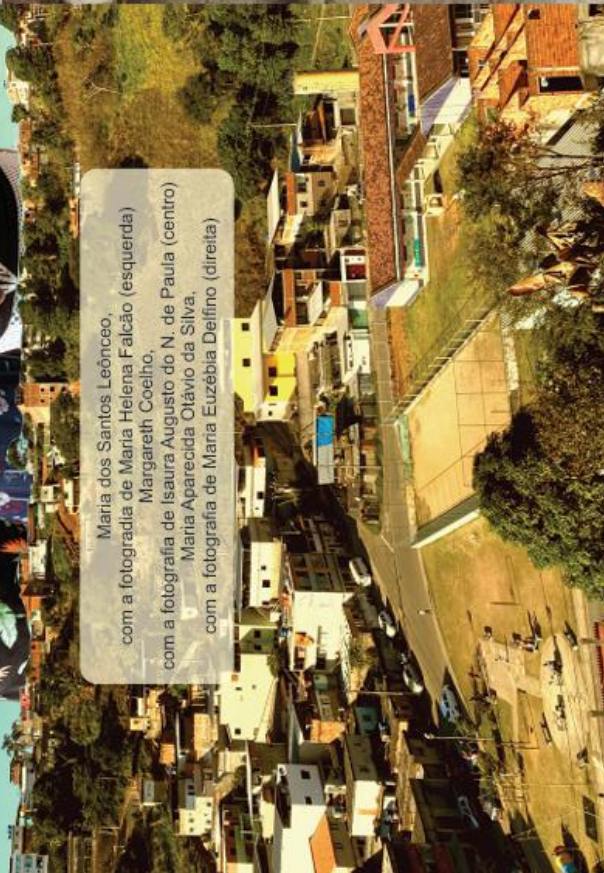
Fotografia de Mariana Côrrea



Fotografia de Mariana Côrrea



Maria dos Santos Leãoceco,
 com a fotografia de Maria Helena Falcão (esquerda)
 Margareth Coelho,
 com a fotografia de Isaura Augusto do N. de Paula (centro)
 Maria Aparecida Otávio da Silva,
 com a fotografia de Maria Euzébia Delfino (direita)





Fotografia de: Mariana Córrea



Fotografia de: Marcela Calixto



Fotografia de: Marcela Calixto

CELEBRAÇÕES

FESTA DE SÃO JOSÉ OPERÁRIO

MOTIVAÇÃO

A Igreja de São José do Operário e a missa de São José Operário celebrada anualmente no dia 01 de maio têm relação direta com a própria história do Vale Verde. O evento, em especial, tornou-se importante identidade cultural do bairro, atraindo pessoas das adjacências e tornando-se referência para a celebração que homenageia e abençoa trabalhadores e trabalhadoras. Quando a edificação da Igreja ainda não existia, a festa ocupava-se de áreas públicas para sua celebração, criando uma relação potente com o território e com a comunidade.

Além disso, São José Operário é considerado padroeiro do bairro Vale Verde.

É também importante destacar a relevância da Igreja Católica na consolidação do bairro, reconhecendo a história da luta por moradia liderada por um grupo de mulheres (a Comissão da moradia do Vale Verde) que teve a colaboração do Padre Atila e de algumas irmãs, participando inclusive das reuniões que aconteciam com a EMCASA, empresa mista vinculada à Prefeitura de Juiz de Fora responsável por políticas habitacionais. De acordo com algumas mulheres entrevistadas, o Padre Italo e algumas irmãs da Igreja de São José foram convidados pelas mulheres da comissão a participarem das reuniões. Padre Atila é sempre lembrado como importante referência nesse processo de luta por moradia.

BREVE HISTÓRICO

A Festa de São José Operário acontece todos os anos no bairro Vale Verde. Sua origem está diretamente relacionada à presença dos primeiros ritos católicos no bairro. De acordo com Eva Aparecida da Silva, a primeira missa celebrada no bairro Vale Verde foi em 1º de maio de 1995, na rua onde ela mora atualmente, em frente à casa de Maria Aparecida Martins, já falecida. Maria era mãe de seis filhos, de origem muito pobre e necessitava de muita ajuda. O grupo de Vicentinos do bairro Vale Verde, subordinados à paróquia São Pio X, do bairro Ipiranga, ajudavam frequentemente a família de Maria. Naquele ano, ela estava muito doente, e por isso promoveram uma missa em frente a sua casa para que a comunidade pudesse rezar por sua recuperação. Aquela missa, que foi a primeira missa do bairro Vale Verde, aconteceu no dia 1º de maio, dia internacional do trabalhador, e foi celebrada pelo Padre Francisco de Assis, também conhecido como Padre Chico. Na ocasião, o Padre Chico sugeriu então que São José Operário fosse padroeiro do bairro Vale Verde, já que ele é considerado o santo protetor dos trabalhadores. Com a morte de Maria Aparecida, a rua onde ela morou e onde aconteceu a primeira missa católica do bairro ganhou seu nome.

Em 19 de março de 1996 (Dia de São José), o bairro recebeu um crucifixo que foi fixado no terreno onde hoje existe a Praça Maria Euzébio Delfino e a Creche Municipal Toninho Ventura. Segundo relato de Silvania Almeida, a cruz ficava, mais ou menos, no centro do terreno. E, a partir dessa demarcação, as missas no bairro Vale Verde passaram a acontecer anualmente naquele espaço público, sempre no dia 1º de maio, inaugurando o que hoje chama-se de Festa de São José Operário. Depois, as missas passaram a acontecer mensalmente, e em seguida, semanalmente como ocorre até o momento. Logo que aumentou-se a frequência das missas no bairro, a mesma passou a ser celebrada na varanda do Mercadinho da Margarida Simões, quase em frente à praça. Naquela época, também ficavam guardados no mercado todos os objetos necessários para a realização das missas (banco, altar, cálices). Depois, ficou inviável manter tudo isso armazenado ali, pois o mercado precisava de espaço para seu próprio estoque e, assim, as missas passaram a acontecer nas casas de moradores, como na varanda da Tia Regina e na garagem da Dona Maria do Carmo. E foi nessa garagem que a missa aconteceu por muitos anos, servindo também como depósito para todos os objetos da celebração.

Mesmo com a maior frequência das missas, que ocorriam aos sábados, a missa de 1º de maio permaneceu como importante tradição dos ritos católicos do Vale Verde e passou a ser conhecida como um momento festivo de homenagem ao padroeiro do bairro. Como era um evento especial, continuou sendo celebrada em espaço público, tendo a cruz como referência, e utilizando um pequeno caminhão como paltanque. Por vezes, era necessário que as pessoas se deslocassem para a varanda do mercadinho ou para as casas de moradores, para fugir da chuva.

Eva lembrou que havia procissão no dia da missa de São José Operário, e que os fiéis caminhavam carregando uma imagem do santo. A primeira imagem, que era usada nessas procissões, ainda existe e faz parte do altar particular que Eva montou em sua casa. Fatinha complementou lembrando que, após a conquista do terreno, por alguns anos, as procissões eram marcadas pelo ritual de carregar tijolos na cabeça, como penitência.

Aqueles e aquelas que acompanhavam a procissão, compravam tijolos e carregavam o máximo que podiam durante a procissão, e depois os mesmos eram doados à Igreja para serem utilizados na obra. Fatinha relembrou:

Nessa procissão, a gente fazia a procissão dos tijolos. A gente chamava um caminhão, e o cara trazia os tijolos e a gente comprava os tijolos. Porque ganhou o espaço da Igreja, e aí na procissão a gente trazia eles [os tijolos]. Quem não aguentava trazer, igual os idosos, eles pagavam e o caminhão trazia depois e quem podia fazia isso como penitência, trazia os tijolos na cabeça. Eu trouxe muito... os tijolinhos dali ó, cada um trouxe um. Igual eu, eu pagava 05 porque eu tinha uma missão, eu queria uma graça, alguma coisinha, aí eu pagava e trazia o que eu aguentava", relembrou Fatinha.

As procissões não acontecem mais, ainda que haja um desejo de moradores e moradoras do bairro para que a mesma seja resgatada. Porém, faz parte do rito da missa que o(a) coordenador(a) apresente a imagem aos fiéis, entrando com a escultura na Igreja e levando-a até o altar ao encontro do padre. Na missa, há ainda um importante ritual em que o padre abençoa as carteiras de trabalho de todos(as) os(as) fiéis presentes, sendo um momento simbólico muito especial da Festa de

São José Operário.

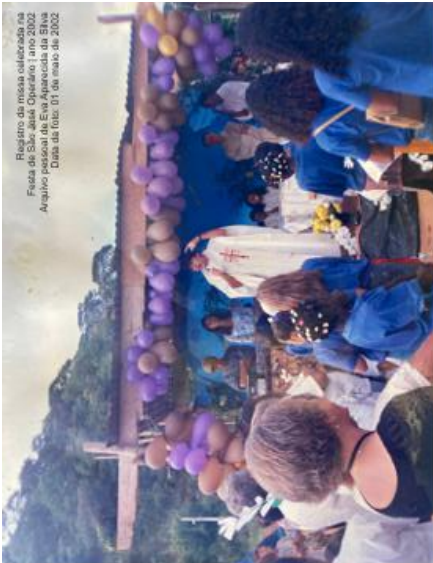
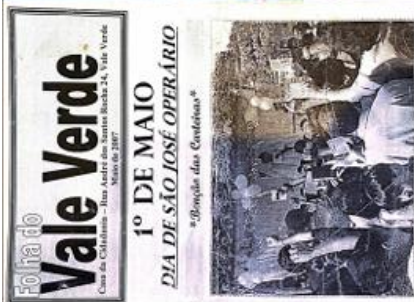
Além dos ritos católicos, também faz parte das festividades a feijoada que é servida na Igreja. Hoje, a Igreja possui estrutura de cozinha para a preparação da feijoada, porém, no início quando o edifício da Igreja ainda não existia, a feijoada era preparada nas casas de pessoas da comunidade, que depois desciam para a praça, onde ficava o cruzeiro e onde era celebrada, portanto, a missa, carregando as vasilhas com a feijoada e os acompanhamentos. Silvania conta que as primeiras feijoadas foram preparadas na sua casa, com a ajuda de sua mãe, Dona Dalva. Ela recorda que descia depois o morro da rua Margarida Maria Alves com as panelas no ombro. Todos esses desafios vividos, e apesar de toda a fé, impuseram um grande desejo por um espaço para a Igreja. "Se não fosse para ter o nosso espaço, era melhor acabar com a comunidade da Igreja ali no bairro", relatou Silvana. Fatinha comenta que os doces eram, normalmente, feitos pela Dona Isaura Augusto do N. de Paula (in memoriam), importante personalidade do Vale Verde: "A canjica da Isaura não tem igual!"

Mas os obstáculos não foram enfrentados em vão. No ano de 2010, finalmente, conseguiram um terreno para a construção da Igreja do bairro. No dia de Corpus Christi do ano seguinte, a comunidade transferiu o crucifixo da praça para os fundos do lote. E depois, com a construção da Igreja, ele foi instalado na fachada onde encontra-se até os dias de hoje. Foi também no ano de 2011 que aconteceu a primeira feijoada, e o principal objetivo era arrecadar verba para iniciar as obras. Também faz parte da tradição a realização de um bingo após o almoço de confraternização. Os dois momentos colaboram com a arrecadação de verbas para Igreja, até hoje, mas se consolidaram também como importante momento de união e encontro da comunidade.

Com os eventos e a arrecadação, as obras começaram. Primeiro, foi construído um quarto, que servia como depósito para todos os itens que pertenciam a comunidade da Igreja. Nesse período, Silvania conta que aproveitava o terreno vazio para brincar com as crianças nas aulas de catecismo e tomar o momento mais lúdico. E a partir desse quartinho, foram sendo agregados novos cômodos, até chegar ao edifício como é hoje.

A edificação conta com dois pavimentos, com acessos independentes. No segundo andar, há um grande terraço ainda descoberto, de vão livre. Por alguns anos, a celebração da missa em homenagem à São José, aconteceu no segundo andar. Era necessário mobilizar boa parte das equipes e pastores da Igreja para levar bancos e outros elementos para o local. Por estar ainda inacabado, o espaço não é usado no cotidiano da Igreja. Mas além do trabalho que desprendia, os fiéis ficavam expostos ao sol. Então, em 2023, a celebração da missa da Festa de São José voltou a acontecer no pavimento térreo, onde hoje acontecem também todas as missas semanais e demais eventos da Igreja.

Sobre a história da festa e suas tradições, destaca-se ainda que a celebração é acompanhada de um tríduo que antecede o dia 1º de maio. O tríduo, que marca três dias de eventos, conta com celebrações regidas por ministros da Igreja e também missas. A missa principal, que acontece no dia do trabalhador, é também chamada de Missa dos Trabalhadores em louvor à São José.



Registro da missa celebrada na Festa de São José Operário 1º ano 2002. Arquivo: Fotos da Festa de São José Operário 01, 04, maio de 2002.

A FESTA DAS MULHERES!

A comunidade da Igreja se divide em diferentes equipes responsáveis pela manutenção e pela organização da mesma. As equipes da limpeza e da cozinha são compostas exclusivamente por mulheres. A equipe da limpeza é formada por Ana Cerqueira, Maria José e Maria Aparecida Otávio (Tatiá), que prepararam o espaço nos dias que antecedem a festa, limpando e organizando os mobiliários de acordo com as necessidades dos eventos. A equipe da cozinha é responsável por preparar e servir o almoço, que já contou com o seguintes nomes: Cristiano, Ana Maria de Jesus (cozinheiras), Maria Isabel, Maria Dalva Fernandes, Maria Aparecida de Souza, Maria de Lourdes Vieira, Maria José da Silva, Ângela Maria da Silva e Silvania Alves de Jesus (in memoriam).

De acordo com os relatos, é possível perceber o engajamento e a mobilização das mulheres da comunidade na realização da festa. As mulheres narram como se empenharam em conseguir panelas e utensílios para equipar a cozinha da Igreja, e são também as principais responsáveis pela organização do bingo, recolhendo ou doando prendas. Pode-se afirmar que as tarefas de batizadores, essenciais à festa, realização, são majoritariamente realizadas pelas mulheres. Nesse sentido, faz-se relevante celebrar seus papéis.



Mulheres trabalhando juntas na produção da Festa de São José Operário 2023. Arquivo: Fotos da Festa de São José Operário.

Folia de Reis do Dé

MOTIVAÇÃO

A Folia de Reis que é hoje parte das tradições do bairro Vale Verde é considerada a mais antiga folia da cidade, segundo informou Fatinha. O Mestre-Palhaço, uma das figuras mais importantes do grupo, é também o mais antigo. O grupo do Vale Verde também é valorizado por ser uma Folia que se mantém fiel, até os dias de hoje, aos principais ritos e tradições da festividade católica.

Além disso, a celebração promove forte relação comunitária já que, ao retornarem para seus bairros de origem, os foliões passam pelas casas das pessoas que oferecem comida ou doações. Em agradecimento às ofertas, os integrantes da Folia de Reis cantam, dançam e rezam junto das famílias que os recebem. Entoam versos, normalmente com conteúdos religiosos, e saúdam a comunidade.

BREVE HISTÓRICO

A Folia de Reis do Sagrado Coração de Jesus, que hoje é conhecida como Folia do Dé, existe há mais de 45 anos. Foi criada por Antônio Pinto da Silva, sogro de Maria de Fátima Pinto da Silva, a Fatinha, que morava no bairro Sagrado Coração de Jesus, vizinho ao Vale Verde. Hoje, como boa parte da família mudou-se para o Vale Verde, a Folia tem o novo bairro como território, ainda que permaneça com o nome de origem. É comum que as folias sejam conhecidas também pelo nome do Mestre-Folião, considerado o líder do grupo.

É uma tradição muito familiar, passada de geração em geração. Antônio passou então para seu irmão que, ao falecer, deixou a folia sob os comandos do filho Robson Pinto da Silva, conhecido como Preto. Hoje é liderada pelo Paulo Henrique Pinto da Silva Júnior, filho da Fatinha, conhecido por Dé. Suca, filho de Antônio e marido da Fatinha, participa da Folia de Reis desde quando tinha 11 anos. E Dé, hoje com 32, seguiu pelo mesmo caminho, acompanhando a folia desde criança. Hoje, Suca com 56, completou 45 anos como palhaço, sendo por isso o mais antigo palhaço da cidade de Juiz de Fora. Palhaço é o termo que se refere aos foliões mascarados que peregrinam durante 12 dias, começando às 00:00 do dia 24 de dezembro e terminando no dia 06 de janeiro do ano seguinte. A tradição remonta ao trajeto realizado pelos três Reis Magos, no momento do nascimento de Jesus.

A Folia de Reis é composta por um grupo de homens, e cada participante possui uma função. Destacam-se o Mestre Folião, considerado o líder e dono da Folia; o Mestre-Palhaço, que deve ser uma pessoa experiente e com grande conhecimento; e o bandeirista, que é aquele que carrega a bandeira, geralmente com a imagem de Jesus. O bandeirista tem uma grande responsabilidade, e em respeito a imagem que carrega, não pode dançar. "O bandeirista, ele não pode dançar com a bandeira na mão, que eles falam que o bicho pega e o bicho pega mesmo, só coisa ruim. Tinha dois aqui que brincavam demais, bebiam.. o bandeirista não pode fazer isso", explica Fatinha.

Fazem parte ainda os instrumentistas, que utilizam uniforme e coroas, e os demais palhaços que participam das danças, das cantorias e recitam poesias para as famílias que os recebem. Há ainda outras duas figuras que fazem parte da tradição das Follas de Reis, mas não estão presentes em todos os grupos. Catirina é um palhaço de feições femininas, que representa a mulher do Mestre-Palhaço. E algumas folias são acompanhadas por uma única mulher, representando Maria, mãe de Jesus. Na folia do Dé, essas personagens não fazem parte do grupo.

Fatinha conta que antigamente seu sogro caminhava apenas nos bairros de Juiz de Fora, mas que hoje há muito preconceito em relação à Folia de Reis na cidade e por isso preferem ir para a roça, que é como eles se referem a outras cidades próximas. Contam que na roça a Folia de Reis ainda é bastante aceita e valorizada, sendo comum ser anunciada na rádio local quando chegam à cidade. Ela relata: "Meu sogro andava só nos bairros daqui de Juiz de Fora, era raro ir em cidadezinha, o máximo que ia era Matias, porque passa pelo Sagrado e em 15 minutos chega lá. Mas hoje em dia, no centro, tá ruim de andar". Reconhecem que além do desconhecimento por parte da população sobre a festa, o que acaba gerando grande preconceito, alguns grupos fazem uma má interpretação das tradições. Fatinha explica como alguns comportamentos individuais acabam por estigmatizar toda a festa:

A folia quando encontra uma com a outra, eles falam briga, só que a briga era cruzar a bandeira e os palhaços brincavam um com o outro, [faziam] mineiro-pau que meu marido faz muito bem, aquela coisa de cruzar o pau e o outro tem que se virar. Agora não, eles interpretaram na cabeça deles que brigar, é brigar mesmo. Já aconteceu muito da gente sair correndo, de rachar a cabeça do outro. Se o outro cuspiisse no chão, é porque tava chamando briga.

A maioria, porém, segue a tradição e Fatinha reforça que aqueles que brigam, andam embriagados durante a folia ou fazem mal uso do dinheiro arrecadado são punidos de alguma forma: "Se é tradição, se é mentira, se é coisa da cabeça da gente, mas todo mundo que eu vi que fez mal uso do dinheiro... infelizmente paga", referindo-se a algo de ruim que acaba acontecendo com a pessoa.

Cada folia de Juiz de Fora costuma ir então para uma cidade como Valença, Vassouras e Ubá. A folia do Dé, como é conhecida hoje a folia do Vale Verde (originalmente Folia do Sagrado), tem como referência a cidade de Cataguases. Então, no dia 24, eles saem pelo bairro em direção à estrada. Antigamente andava-se à pé todo o trajeto, inclusive nas estradas. Era comum que a folia fosse para Matias Barbosa, por exemplo. Mas hoje o percurso nas estradas é realizado com uma van, e chegando na cidade eles retomam os trajetos à pé.

Ao longo dos dias, visitando várias casas, os foliões arrecadam ofertas (doações) e alimentos. Fatinha conta:

Tem uma hora que os foliões chegam na casa pedindo a proteção e uma ajuda para o seu dia festejar, que é o dia 06. Então assim que a pessoa canta, se o dono da casa quiser dar um lanche, aí ele faz um gesto e o folião pára, e eles cantam depois agradecendo. De qualquer forma, a casa que eles param sempre dá uma oferta. Não tem preço estipulado. (...) A oferta é certa, assim 2 reais, casa de folião sempre tem, o mínimo que seja. O dinheiro que eles arrecadam quem pega é o bandeirista

Guardam o que é arrecadado para o almoço de confraternização, que realizam no momento do retorno. Chegam ao mesmo local de onde partiram no dia 06 de janeiro, onde despem as fardas, confraternizam, rezam e entregam a bandeira. É comum que utilizem parte do dinheiro comprando alimentos no trecho (trajeto), mas a maior parte deve ser guardada para o dia do retorno. Faz parte também do ritual doar uma quantia à Igreja.

Havia, antigamente, a figura do bagageiro, que era a pessoa que carregava os alimentos arrecadados, sendo os mais comuns feijão, arroz e macarrão. Costumam também receber vinho. Fatinha explica que hoje eles utilizam outros recursos: "Mas hoje não precisa disso. Sempre tem um carro, uma van, alguém que leva. Eles davam galinha viva, que aí eles traziam pra matar no dia, mas agora não tem isso mais. Quando a pessoa dá, ele manda trazer pra casa. Dão vinho fechado, e vai ficando pra festa".

No retorno, as famílias e a comunidade aguardam a chegada da Folia, que passa pelas casas do bairro até chegar, finalmente, ao ponto de onde partiu. Antes, a casa da Vó Marta - Maria Marta da Silva, esposa de Antônio - era o local de referência da Folia do Dé. As mulheres aguardam a chegada dos familiares, maridos, filhos e até netos, e preparam o almoço de confraternização. "A comida sempre assim, ela fazia um cado lá eu um cado aqui, e depois carregava tudo pra lá", conta Fatinha dizendo que após o falecimento da sogra, passou a ser responsável pelo preparo do almoço e os ensaios também passaram a acontecer na sua casa.

Recentemente, a Folia do Dé foi amadrinhada pela Nataly, uma cigana e benzedeira que reside em Cataguases, proprietária de um centro religioso. Eles contam que no ano de 2018 chegaram na cidade de Cataguases, sem rumo. Cléber, um dos palhaços integrantes da folia relata: "A gente andando sem rumo, sem lugar pra comer, sem nada. A gente parou na praça e perguntou: o que a gente vai fazer? O Preto já ia pra Cataguases, já foi pra Valença, pra Ubá, o Dé falou [naquele ano]; vamos pra Cataguases. (...) A gente tava na seguinte praça em frente a casa dela, quando vê, vem ela e pergunta: quem é o dono da folia? Vocês já jantaram, vocês têm lugar pra dormir? Então vocês vêm comigo". O lugar pra dormir foi num galpão do lado, aí a gente foi pegando intimidade com ela. Trocaram telefones. Aí em 2019 a gente passou a dormir na própria casa dela, na parte de cima, ela meio que adotou a gente. Fazia oração pra gente todo dia de manhã. (...) Na hora de jantar, almoçar, ela chama a gente pra orar, agradecer o alimento. Ela é uma pessoa muito boa". Fatinha completa lembrando de quando ela esteve em Juiz de Fora, em 2018, e trouxe medalhas e bombons para todos os integrantes da Folia.

Fatinha fala sobre a boa relação entre as Foliás de Reis, de origem católica, com outros espaços religiosos, especialmente o que eles chamam de centro - fazendo referência a terreiros religiosos de matriz africana. "É o lugar mais demorado, os centros. Porque tem que saudar tudo. Nas casas, já saudam os quadros da parede, a foto de um folião, porque o folião que tá cantando já conhece. Agora, no centro tem que saudar todos os santos do altar", comenta, explicando que rezam apenas diante das imagens de santos católicos presentes nos locais que visitam, e citam como exemplo Nossa Senhora e São Cosme e Damião.

A força da tradição familiar e dos ritos que envolvem a Folia de Reis do Dé mantém o grupo reunido, empenhando na produção da festa que, no dia 06 de janeiro, toma conta do bairro e da redondeza. É notório que hoje a Folia de Reis seja uma tradição das periferias bastante valorizada pelas comunidades, que esperam ansiosas nas ruas e janelas das casas pelo retorno dos foliões. Apesar disso, e mesmo com a enorme responsabilidade dos integrantes, a Folia de Reis sofre preconceito e tem pouca aceitação na cidade. Remontar essa história e suas tradições é importante para romper com o estigma e, ao mesmo tempo, valorizar e reconhecer as folias, os foliões e suas crenças.



Alguns integrantes da Folia de Reis, ano 2012. Acervo do Museu da Fátima Foto da Silva

A FESTA DAS MULHERES!

É interessante notar que, mesmo sendo uma festividade em que, tradicionalmente, participam do grupo da Folia de Reis apenas homens, as mulheres possuem um papel fundamental na Folia do Dé. Existe, por exemplo, a importante figura da costureira Maria Lúcia da Glória Pinto da Silva, responsável hoje pela fabricação das fardas, que também as mulheres complexas, com muitas camadas e grande quantidade de tecido. São passadas pelo bairro, enquanto maridos, filhos e até netos estão ausentes realizando os trajetos. Fatinha, por exemplo, conta que deixa muitas coisas preparadas para receber os foliões. "Café eu sempre dou. Do dia 25 até o dia 06 aqui em casa tem tabuleiros mais tabuleiros de broa. Eu deixo pronto já, tem dia de vir 03 folias de uma vez, aí eu ofereço um café, deixo licor pronto, deixo broa pronta, deixo um doce pronto que eu sei que na hora que a folia vir eu tenho pra dar. As vezes eles mesmo traz, porque ganha macarrão, feijão, as coisas na rua", e então Fatinha explica que eles chegam com algum alimento e perguntam se ela pode preparar algo.

No dia 06 de janeiro, Fatinha fica por conta de preparar o almoço que recebe os foliões (o grupo tem hoje cerca de 20 pessoas). Além do grupo, amigos, vizinhos e outros familiares celebram junto. Ela cuida de toda a organização da festa e, normalmente, convoca outras mulheres para auxiliar, pois é necessário uma quantidade grande de comida.

LUGARES

PRAÇA MARIA EUZÉBIA DELFINO

MOTIVAÇÃO

A praça pública do bairro Vale Verde, nomeada de Maria Euzébia Delfino, se apresenta como um lugar articulador da vida comunitária do bairro. Primeiramente, porque encontra-se localizada no centro do bairro, na porção plana do vale. Enquanto percorremos as ruas dos planos mais altos, é possível avistar a praça de diferentes pontos. Além disso, ela está conectada a outros importantes lugares, como a Creche Municipal Toninho Ventura, que faz divisa com a praça, e a Casa da Cidadania onde acontecem diversos projetos sociais, dentre eles o Mutirão da Meninada.

O fato de homenagear uma figura extremamente relevante para a história do Vale Verde e de sua comunidade toma o lugar um marco simbólico para a vida comunitária e ressalta a histórica mobilização da população na escolha dos nomes para ruas e equipamentos públicos.

Ressaltamos ainda que trazer a Praça Maria Euzébia Delfino para o Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde é um manifesto que reivindica melhores condições para a praça, especialmente para que seja um local seguro para as crianças e cuidadoras(es). Entende-se, nesse sentido, que além dos investimentos necessários de responsabilidade do Estado, a praça enquanto bem comum - a partir da apropriação da população local - é também um lugar que precisa ser cuidado por todos e todas.

BREVE HISTÓRICO

A praça Maria Euzébia Delfino surge com a proposta do loteamento realizado pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora frente aos apelos da população pela regulamentação do bairro e garantia de lotes para famílias de baixa renda. Reservou-se uma porção central do loteamento, na parte plana do vale, para a criação de uma praça pública, conforme é possível ver no mapa. Portanto, a história da praça se entrelaça com a história de formação do bairro e reflete a importante necessidade de espaços de lazer e de socialização como garantia da qualidade de vida nas cidades.

Se consolidou enquanto espaço público no final dos anos de 1990, quando o bairro foi formalizado. No início, era uma grande área descampada, e antes de ser estruturada como praça, recebendo arborização, mobiliários e outras estruturas de lazer, foi importante palco para comemorações e festividades locais - como Festa Junina, Dia das Crianças e as celebrações das missas no bairro, quando ainda não existia o edifício da Igreja. No momento em que o crucifixo que hoje coroa a fachada da Igreja chegou ao bairro, ele foi fixado justamente no terreno da praça e assim serviu de lugar para importantes encontros que constituem a história do Vale Verde.



As mulheres contam que a escolha dos nomes dados aos espaços públicos foi uma escolha da comunidade, reverenciando assim o importante papel de Maria Euzébia Delfino como liderança local. Sobre isso, Maria Aparecida Otávio (Dona Tatá) diz: "Inclusive nossa praça é Maria Euzébia, e ela tem que ficar, por gratidão porque ela foi muito boa pra nós".



Registro da Missa de 1o de maio ano 2001 | Arquivo do acervo pessoal de Eva Maria

A PRAÇA DAS MULHERES!

Hoje ela está estruturada com um campo (que faz divisa com a creche), brinquedos e bancos. Possui pouca arborização, e a maior parte do espaço é gramada, tendo apenas um pequeno percurso cimentado, o qual conecta dois ambientes definidos, ambos também pavimentados: um, em formato circular, apresenta dois conjuntos de mesas para jogos como dama e xadrez; no outro, em formato retangular, estão posicionados alguns bancos de concreto formatando um espaço de descanso, contemplação e interação social que se articula diretamente com a vida cotidiana das mulheres.

É possível observar, no cotidiano do bairro, uma boa movimentação da praça, muito frequentada pelas crianças. Ela também é utilizada como suporte para eventos locais, especialmente por estar exatamente na frente da Casa da Cidadania, de modo que a edificação e a praça constituem um importante conjunto para as mulheres do bairro. Preservar essa relação é, portanto, fundamental. Ali também está localizado um ponto de ônibus, o que também faz com que o lugar tenha sempre um bom movimento de pessoas. Mas as mulheres reivindicam melhorias, como expressa dona Tatá:

Eu acho que nossa praça merece mais um pouco de carinho, merece ter mais uns bancos, umas coisas bonitinhas pra gente sentar e falar ó, tô feliz. Umhas árvores... (...) nós aqui do Vale Verde é o único bairro que tem uma praça tão bonita como essa. Nossa praça precisa sabe de quê? Plantar umas árvores, arrumar os bancos, fazer um gramado direitinho, a gente merece! Do jeito que a nós luto pra ter esse Vale Verde pra não ter uma praça decente?



MATINHA MOTIVAÇÃO

As mulheres do projeto Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde contam que, no início da formação do bairro, a Matinha (como carinhosamente identificam uma parcela de mata municipal que circunda o Vale Verde) era um lugar acessível e bastante frequentado pela comunidade, seja para lazer, seja para suprir necessidades básicas, como lavar roupa e coletar água para o preparo de alimentos. Hoje, elas relatam diversas problemas em relação à área verde e à qualidade da água do riacho que corta a mata, o que impede que a população usufrua do lugar. Além da formação do cinturão verde que caracteriza a paisagem do bairro, este espaço natural tem ainda o potencial de, enquanto área de lazer e encontros sociais, fortalecer relações entre corpos, territórios e natureza promovendo práticas saudáveis e sustentáveis. Sua preservação e sua manutenção dependem de uma consciência coletiva e do trabalho do Poder Público e por isso, o que motiva as mulheres a incluírem a Matinha no Inventário como referência cultural local é, justamente, a urgência de mobilização em prol deste lugar. Reconhecem, através das memórias narradas sobre os usos do passado, a importância de conservarem o lugar para que o mesmo mantenham-se enquanto reserva natural com uma estrutura segura para que a apropriação consciente da comunidade possa se realizar.

breve Histórico

As mulheres contam que antes de se formar o bairro Vale Verde, aquele território era uma fazenda que pertencia a família de seu Benevides, conforme relatou Balbina Barbosa dos Santos. Parte da área verde encontra-se preservada e elas não sabem ao certo dizer o que constitui reserva municipal e o que seria área particular. O fato é que esse espaço verde - que inclusive dá nome ao bairro - foi importante lugar para as relações sociais das primeiras famílias que chegaram ao Vale Verde.

Historicamente, a mata e seus elementos naturais possuem grande valor afetivo para as mulheres que, conforme contam, utilizavam aquele espaço como lugar de encontro e socialização. No início de formação do bairro, quando ainda não havia água encanada, também buscavam os recursos hídricos do riacho para lavar as roupas e trazer água potável para realizar o preparo de alimentos. Lembram também que as crianças gostavam de nadar no riacho nos dias de calor, enquanto as mães tomavam sol nas pedras. Sobre isso, Vera Maria da Silva disse:

Lavava roupa lá, entendeu, eu passei muita dificuldade aqui, tinha de carregar lata de água na cabeça. Lembro até hoje que eu fui a primeira moradora, a Cristiane foi a segunda e a Suelli foi a terceira. Morava so nós três, né, que não tinha água, não tinha luz. Hoje ninguém frequenta a mata não. Era tudo capinadinho, agora que eles desleixaram, agora que tem mata. Inclusive teve até uma pessoa que veio fazer entrevista, levei ele lá no laguinho, entendeu? A gente subiu a pedra, mostrei a cachoeira que tem em cima do laguinho. As pessoas nadava muito lá quando era limpinho, capinadinho, as pessoas nadava muito lá no laguinho em tempo de calor. O casarão é atrás assim do laguinho, era até o Marcinho que morava lá, eu lembro. O casarão tá lá até hoje, assim, desleixado também né, porque não tem ninguém morando lá.

Fatinha menciona inclusive que um professor do Mutirão da Meminada levava as crianças para passeios na mata, e ela acompanhava: "Leandro dava aula lá dentro da mata, fazia piquenique. Tem muita foto. Até eu na árvore! As crianças iam, eu ia junto", Fatinha lembra. Ludineia complementa: "Tava tendo muita ocupação ali. O pessoal começou a cercar e o dono, diz que é o dono ali, mandou derrubar tudo. Até o casarão, também derrubou tudo". Fatinha diz que o casarão era conhecido como *Casa do Cuzcuz*, e que naquela época pertencia a Dona Mariante. Norma Aparecida Candanda dos Santos complementa: "Todo final de semana as crianças iam lá pra nadar".

Durante um dos encontros do ICMV, as mulheres conversaram sobre a Matinha:

- Lá agora não da pra ir não, tem muito mato, nossa senhora, tem nem como passar ali. Agora ali pra entrar ali tem que passar pelo Previdenciário. Demoliram, derrubaram né, o dono vendeu... fica lá na mata lá, no meiozinho.
- Lá tem lugar pra gente passar sim. Então, às vezes eu lembro da Dona Natalina, da casinha da Dona Natalina de barro, de bambu... lá tem um caminhãozinho.
- Tem dono né...
- Eu lavava roupa no laguinho.
- É, mas não era, agora tá fechando.
- Não era entendeu, era aberto, todo mundo tinha acesso ali.

Fatinha relembra: "tudo era ali na mata. Nós roubava manga, jabuticaba... tinha gangorra que nós mesmos fazia. (...) Lembra quando a gente deixava lá pra pegar uma corzinha? Ali no beco do Meu Rei também. A gente colocava um shortinho e ia lá, e ninguém mexia com a gente. Todo dia de noite. Aqui não existia praça, não tinha asfalto não tinha nada, mas a gente brincava aqui até tarde da noite".

Atualmente, além do descuido com a mata e com seus recursos naturais, uma clínica para tratamento de dependentes químicos foi instalada em uma edificação localizada no acesso à mata, onde também existe hoje um muro de divisa. Estas condições dificultam e inibem o usufruto da mata pela população local.



Acesso à mata de Tril da Elin Marinho, Muriaé, Minas Gerais, maio 2023. Imagem de autoria do projeto ICMV.

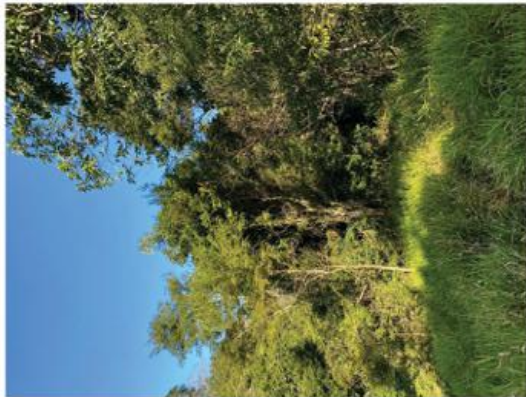
No entanto, as mulheres do projeto ICMV reivindicam sua preservação e conservação e reiteram o desejo de poderem voltar a usufruir dos benefícios que aquele ambiente natural proporciona, a elas e às crianças. A imagem do riacho rodeado de pedras, e os feixes de luz que discretamente iluminam parte do lugar, expressam todo o potencial da mata e guardam, assim, as melhores memórias das mulheres do Vale Verde.

A MATINHA DAS MULHERES!

Dona Vera disse que recentemente esteve lá com o neto, para ele aproveitar o laguninho. Falou que seu filho queria que ela subisse com o neto até a cachoeira: "Falei assim, não vou subir a cachoeira não porque eu posso escorregar e cair" e Norma completou: "E lá nem tem como subir mais não Vera, tem muito lodo... com todo respeito, é bosta de adulto, de cavalo, vaca. Não pode nem usar aquela água mais. Ela vem lá de cima né, era uma água muito boa no início, uma água limpa, tratada...". Elas conversam sobre o potencial do lugar e as atuais condições do espaço natural, queixando-se do desleixo do lugar. Além dessas questões sobre o descaso com a mata (o que cria um ambiente de vegetação densa que, sem iluminação pública, torna-se inseguro) temos ainda o fato de os pacientes da clínica serem pessoas desconhecidas da comunidade e com alguma liberdade para circular pelos arredores da mata. Contamos ainda com a presença de um portão que torna o acesso menos convidativo. Todos esses elementos juntos fazem da experiência com o lugar, hoje, especialmente tensa para as mulheres e outros grupos mais vulneráveis.

Ao mesmo tempo em que dizem às mulheres que a cidade não é para mulheres, é preciso afirmar cotidianamente que a cidade é nosso lugar, reivindicando os espaços, especialmente porque na medida em que os corpos femininos são violentados e oprimidos na cidade, cria-se a ideia de que há lugares - com determinadas características e configurações - que devem ser evitados, ao invés de pessoas, de modo que o medo torna-se um elemento de controle que restringe a vida das mulheres (KERN, 2021).

A reivindicação das mulheres a respeito da Matinha reforça, portanto, a necessidade de lugares de lazer onde mães e pessoas cuidadoras possam frequentar com suas crianças. Esse desejo enfrenta essas tensões, assumindo que o lugar da mulher é na cidade, ao mesmo tempo em que se reivindica a importância de transformar espaços públicos em bens comuns (HARVEY, 2014) atuando como elemento fundamental na concepção de uma rede de apoio para as mulheres em um ambiente saudável e seguro para toda a comunidade.



Edificações para Uso Comum

CASA da CIDADANIA

MOTIVAÇÃO

Há uma série de questões mal resolvidas a respeito da Casa da Cidadania, especialmente por ter sido criada a partir da ação política de Gabriel dos Santos Rocha (Biel). Essa associação é tão forte no imaginário popular que, segundo contam as mulheres, muitas pessoas entendem que «a casa é do Biel», e acabam por politizar o espaço. No entanto, como elas também narram, a casa foi adquirida a partir de verba pública e é gerida por uma OSC (Organização da Sociedade Civil). Entender esse espaço como um bem comum, pressupõe uma apropriação plena e legítima da comunidade a ele relacionada, o que é ainda hoje uma situação frágil. Por isso, incluir a Casa da Cidadania no Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde a partir de uma categoria especialmente proposta para as demandas que as participantes do Inventário apresentam - a categoria Edificações para Uso Comum - é, na realidade, uma forma de dialogar com a comunidade e com as pessoas responsáveis pela gestão do local, reforçando a necessidade de estreitar tais vínculos. Quando as mulheres dizem que «a casa é da comunidade», elas reconhecem a edificação como um bem comum, de acesso comunitário e de gestão coletiva, e convidam a comunidade a se apropriar desse espaço para que as ações sociais ali contempladas possam não apenas continuar, mas, sobretudo, atender de forma ainda mais eficiente às demandas da comunidade, especialmente das mulheres e das crianças (que são os principais grupos a usufruírem da estrutura física que a edificação oferece).

BREVE HISTÓRICO

A história da Casa da Cidadania começa com a aquisição do imóvel, que segundo relatou Dona Vera, foi uma iniciativa empenhada pela Maria Euzébia e pelo Biel, na época Deputado. No entanto, fica no imaginário do bairro que o grande responsável por essa conquista foi Biel. "O povo tem essa onda de que aqui é do Biel, aqui é da comunidade. Nunca foi do Biel", falou a Fatinha. Dona Isaura, que esteve presente em nosso primeiro encontro, reforça: "isso não é do Biel. Isso [a casa da cidadania] é da comunidade. O campo é da comunidade, o posto é da comunidade, a creche é da comunidade. Porque o que a Prefeitura deixou foi terra, muita terra." E Margaret Coelho também relembra como foi o processo que transformou a edificação na Casa da Cidadania:

Essa casa não é do Biel. Essa casa tinha que tá no nome da Associação do bairro Vale Verde. Porque essa casa, eu participei, a Lourdes que tava aqui participou, a dona Baibina, a dona Tatá, participou de várias reuniões junto com o Biel que era deputado. Essa casa era de outra pessoa, e a gente fazia cineminha, e ele ia fazer emenda parlamentar pra vir um dinheiro pra comprar essa casa. Mas essa casa não foi comprada com dinheiro de Biel.

A edificação já existia no bairro quando foi transformada em Casa da Cidadania a partir da intervenção do Biel e das articulações de Maria Euzébia. O engajamento e o movimento político dessas figuras promoveram diversos projetos sociais no local oferecidos por uma Organização da Sociedade Civil (OSC) chamada Centro de Referência de Direitos Humanos, que as mulheres também identificam como IEC (um instituto que promove ações de cidadania no bairro).

A edificação possui uma saleta de recepção, banheiro, sala de aula/biblioteca, sala multifuncional, cozinha, e um grande terraço, e está localizada na área central e plana do vale, em frente à Praça Maria Euzébia, tornando-se bastante visível a partir de diversos pontos do território e também de fácil acesso. Todos os ambientes encontram-se hoje muito bem cuidados, tendo passado recentemente por reformas, como informaram as participantes que não souberam dizer de onde veio a verba para tais melhorias.

Essas questões sobre a localização do imóvel e sua estrutura física reforçam a importância do espaço para o bairro, juntamente com suas propostas de uso e ofertas de aulas e cursos diversos que se somam ao projeto Mutirão da Meninada, que também faz uso das dependências físicas da casa. Margaret valoriza o uso do edifício pelo Mutirão: "Gostei que o Mutirão da Meninada tá usando a casa, achei justo. Porque isso daqui foi dinheiro público, foi emenda parlamentar". Mas não somente isso, serve também de apoio comunitário à exemplo da confraternização de Natal organizada pela Fatinha anualmente, que no ano de 2024, utilizou a cozinha da Casa da Cidadania para preparar os quitutes servidos às crianças e contou com o espaço da praça, que funciona como uma varanda para o imóvel. Foi na Casa da Cidadania que ela organizou e realizou a entrega dos presentes.



Evento de confraternização de Natal organizado pela Fatinha na Casa da Cidadania em 2024. A verba veio do orçamento da Prefeitura.

Mulheres participando de uma oficina de artesanato durante o Mutirão da Meninada em 2024. A verba veio do orçamento da Prefeitura.

A CASA DAS MULHERES!

Há uma questão reivindicatória fundamental a respeito da Casa da Cidadania, compreendida a partir da fala das mulheres e que faz coro à importante inclusão da edificação no inventário, reforçando a nomeação da categoria proposta: que é o entendimento do espaço como, de fato, um espaço da comunidade, a ser apropriado plenamente, reiterando aquilo que Harvey (2014) escreve sobre o bem comum ter sua

existência diretamente relacionada à concreta apropriação das pessoas que o vivenciam.

Reforçam que o imóvel é cuidado pelos moradores, e que nunca foi alvo de vandalismo. E, ainda, foi o primeiro local sugerido pela Fatinha como espaço para a realização dos encontros coletivos do projeto de Inventário Participativo. O que faz compreender que a dificuldade para que tomem posse está, primeiramente, no debate de propriedade – que passa pelas burocracias formais de registros –, mas para também sobre o campo dos afetos, na medida em que se tratando de um espaço institucional, tornar-se parte dele requer da equipe que realiza sua gestão um olhar de atenção e comprometimento na criação de vínculo, um processo a ser construído com participação social e acolhimento.

As mulheres demonstraram grande satisfação em ver que a edificação tornou-se sede para o Mutirão, um exemplo sólido de ação comunitária que é considerado por todas as participantes como a principal identidade social do bairro. Elas participam da equipe do Mutirão cuidando do espaço físico, fazendo o preparo de refeições, tratando da horta, e hoje o projeto conta com duas professoras voluntárias que são da comunidade do Vale Verde e ex-alunas do Mutirão. As mulheres também são contempladas com oficinas e aulas de dança no local, no entanto essas ações não tem ganhado força, com baixa participação comunitária diante dos horários restritivos e de frequentes interrupções nas ofertas de aula, como aconteceu recentemente com as aulas de dança hip hop, conforme contaram as mulheres.

Elas entendem que é importante que a comunidade se aproprie do espaço, que o reconheça como parte do Vale Verde, justamente para que os projetos sociais possam ser contínuos e para que possam ter autonomia no uso da Casa e na promoção de suas ações comunitárias. O enquadramento da Casa da Cidadania na categoria proposta, denominada como edificações para uso comum no ICMV, reconhece o pleito das mulheres de que a Casa deve ser tratada como sendo da comunidade – tanto por parte da OSC quanto por parte da própria comunidade. Isso porque a edificação já se configura como espaço coletivo e comunitário importante.

Assim, tecemos uma importante narrativa em que o material não está desvinculado do histórico, do uso cotidiano e das relações intangíveis para as quais o espaço está à serviço, e revela a intenção de direito ao bem material que é a construção, e ao bem comum que se organiza a partir do uso e da apropriação. É importante dizer que as dependências físicas e de infraestrutura que a Casa da Cidadania oferece hoje são essenciais para a realização das atividades comunitárias propostas no Mutirão e também para outros projetos que utilizam o local, podendo se fortalecer como centro comunitário ao entregar às pessoas do bairro maior autonomia de uso.

Além disso, é possível valorizar o espaço como centro de suporte ao trabalho de cuidado na medida em que oferece um local de apoio seguro, com atividades educativas para as crianças enquanto as cuidadoras trabalham fora. De modo que a materialidade vem sendo requisitada como elemento com potencial para oferecer um suporte comunitário ainda mais amplo, o que está evidente nas narrativas trazidas pelas mulheres do projeto e reforçar, assim, as relações imateriais atreladas ao seu USO.



Fachada da Casa da Cidadania em 2023 | arquivo do projeto ICMV



Torreão da Casa da Cidadania em 2023 | arquivo do projeto ICMV



Corredor interno da Casa da Cidadania em 2023 | arquivo do projeto ICMV



Personagem em uma festa na Casa da Cidadania em 2023 | arquivo do projeto ICMV

AÇÕES COMUNITÁRIAS

RÁDIO COMUNITÁRIA

MOTIVAÇÃO

Embora a Rádio Comunitária não faça mais parte do cotidiano do bairro, ela permanece viva no imaginário coletivo das mulheres como uma experiência cultural extremamente importante no início de formação do bairro. Por ter sido utilizada como veículo de comunicação e entrosamento entre as mulheres, tornou-se marcante e algumas falam do desejo de retomá-la, ainda que isso pareça inviável hoje. No entanto, trazê-la para o ICMV é uma oportunidade de reverenciar a importância de canais de comunicação local e comunitária e de exaltar a história dessa ferramenta e sua estreita relação com a vida das mulheres. A Rádio do Vale Verde está diretamente conectada ao processo inicial de formação do bairro e complementa o conjunto de Ações Comunitárias que constitui a memória e a identidade do Vale Verde. É, além de tudo isso, uma oportunidade de reverenciar o carisma e a irreverência de Balbina Barbosa dos Santos, figura importante para a história do bairro.

BREVE HISTÓRICO

Nas reuniões do projeto, Ana Maria de Matos Cerqueira lembrou da rádio Comunitária do Vale Verde, reforçando que ela teve início na sua casa, passando posteriormente a funcionar na casa de Balbina Barbosa dos Santos. Balbina ainda reside no mesmo imóvel onde funcionava a rádio, porém diante de sua atuação condição de saúde, passou a utilizar o térreo da edificação apenas. A casa encontrase localizada bem na entrada do bairro, e possui dois pavimentos. A rádio acontecia no segundo andar, no terraço. Em nossa conversa, ela disse que era "levada", referindo-se a sua personalidade irreverente e descontraída, de quem não foi somente a radialista da Rádio Comunitária do bairro, mas também a figura responsável por organizar os pagodes e as rodas de samba que movimentavam os sábados do Vale Verde enquanto foi proprietária do bar que ficava na loja embaixo de sua residência.

Na entrevista, Balbina relembra como ela apresentava a rádio: "Rádio Comunitária do Vale Verde, escutem, é a Balbina que lhes fala" e lembra que os conteúdos da rádio abordavam "o bairro, a fundação, sobre as pessoas que moravam, porque que surgiu o Vale Verde". Ela comentou que até pouco tempo atrás ainda tinha os equipamentos que eram utilizados na rádio e que foram conquistados através de doação, mas que ela havia repassado para uma pessoa de nome Cida. "Aparelho de som, as duas caixas, e assim foi". Balbina conta que tinha a ajuda do João, filho da Magda, que também falava na rádio:

Eu sei que a rádio entrava no ar 17 horas da tarde e saía do ar às 21 horas da noite. E eu lá, com o microfone. Tocava música, oferecia música, falava com o povo da redondeza. (...) Eu sou tao levada, que eu

falava, eu quero fazer um teste... aqui é a rádio comunitária do Vale Verde, falava com aquela voz sexy (risos), quem estiver ligado na rádio comunitária do Vale Verde, faz um favor pra mim, acende e apaga a luz três vezes. O, isso aqui parecia uma piscar-pisca, todo mundo acendia e apagava. Todo mundo acendia e apagava, acendia e apagava.

E ela conta que assistia esse movimento do terraço da casa, onde ficava a aparelhagem como lembrou Fatinha, e Balbina lamenta. "Foi uma das coisas boas que a gente perdeu, né amo, podia ter até agora!". Nesse mesmo sentido, em conversa com a Dona Isaura, ela também relembra a rádio e diz que adoraria que ela ainda existisse: "Sou doída pra ter a rádio de volta, pra rezar o terço de manhã".

Balbina também explicou que a rádio era importante, e que através dela o Vale Verde ganhou destaque na região, pois o alcance da rádio chegava até a baixada do Santa Luzia, atingindo vários bairros da redondeza. Ela ainda lembrou da importância da rádio para as mulheres e para as relações sociais do bairro: "às vezes, alguém passava aqui, mandava recado. A Fatinha passava aqui e falava: fala na rádio com a Sandra que eu quero encontrar com ela amanhã, às 8:00h da manhã. Era divertido!".

As mulheres não souberam dizer em que ano exatamente a rádio iniciou, nem quando e como exatamente terminou. Balbina disse que não foi pra frente porque ela trabalhava e não tinha quem pudesse ajudar a dar continuidade ao projeto. Infelizmente não conseguimos registros fotográficos de quando a rádio era ativa.

A RÁDIO É DAS MULHERES!

Além de ter sido um movimento que se realizou a partir do protagonismo de mulheres que não apenas assumiram o microfone, mas que abriram suas casas para que a rádio pudesse acontecer, ela foi também importante para estreitar laços e consolidar relações comunitárias no momento em que o bairro estava se construindo e novas famílias estavam chegando. Tinha caráter informativo e de entretenimento, o que possibilitava fortalecer a história do bairro (que tem sua origem a partir da luta empenhada por um grupo de mulheres), valorizar o protagonismo das figuras femininas que foram fundamentais para a formalização do processo de loteamento e possibilitar momentos divertidos entre as pessoas. Funcionava ainda como uma ferramenta de comunicação, em que as mulheres marcavam encontros e enviavam recados através desse canal. Todo instrumento que possibilita incrementar as redes comunitárias são importantes para a vida cotidiana das mulheres que reconhecem o papel da comunidade como alicerce para práticas cuidadoras compartilhadas.



Visita da Rui José Augusto de Paula com destaque para a casa de Balbina ano 2023 | arquivo do projeto ICMV

Comissão de Moradia

Motivação

A Comissão de Moradia foi um movimento liderado, organizado e realizado por mulheres com o propósito de, a partir de uma atuação coletiva e comunitária, lutar pela oportunidade de conquistar a casa própria. A importância de trazer esse movimento para o projeto Inventário Cultural das Mulheres do Vale Verde se dá, primeiramente, pela valorização do protagonismo feminino nas lutas urbanas, de modo que essa força seja sempre lembrada e reverenciada como enfrentamento às práticas hegemônicas patriarcais. Além disso, enaltece a participação ativa da comunidade em prol de um ação coletiva e ressalta a importância dos movimentos coletivos como um caminho para o sucesso das lutas urbanas empreendidas pelas populações periféricas.

Breve Histórico

A história da Comissão de Moradia é anterior ao bairro Vale Verde, pois foi a partir dela que o loteamento teve início. Como todas as mulheres sempre reforçam, o ponto pé inicial desse movimento veio de Isaura Augusto do Nascimento de Paula (in memoriam), que diante de uma possível desapropriação - de construções que vinham acontecendo regularmente na Rua da Conquista - procurou pela Prefeitura de Juiz de Fora para iniciar uma possível negociação. Ela conta que recebeu um chamado divino, dizendo: luta que óceis têm direito!, o que tornou-se um importante lema do nosso ICMV. Ela foi orientada a procurar pelo Biel, que na época era funcionário da EMCASA (Companhia Municipal de Habitação), que se uniu a ela para promover um novo loteamento onde essas famílias pudessem se estabelecer. Quando Biel conheceu a dona Isaura, ele falou: - Acha um lugar vazio, que a gente possa comprar que eu vou lá abrir as ruas e lotear pra fazer as casinhas de vocês. E isso ele fez.", disse Balbina.

Na época, o prefeito Custódio Mattos pediu que fosse organizada uma Comissão que dona Isaura prontamente coordenou, convocando outras mulheres à participarem. Ela se recorda: "Maria Euzébia, Conceição, Marina, Maria do Dez, do seu Pedro, já morreu há muito tempo. Foi 05 só que foi. Ai meu Deus, mas nós foi muito bem recebida. Foi o dia que começou."

Muitas pessoas passaram pela comissão, mas a formação composta por Isaura Augusto do Nascimento de Paula (in memoriam), Maria Euzébia Delfino (in memoriam), Maria dos Anjos Martins Cornélio (mãe da Bia - in memoriam) e Conceição (mãe do Edmar - in memoriam) ficou fortemente marcada no imaginário do bairro. Dentre essas mulheres, Isaura se destaca como a principal mobilizadora da comissão. Não à toa, tornou-se a primeira Presidente de Bairro do Vale Verde. Maria Euzébia era a secretária e tesoureira, responsável por anotar tudo em um caderno que, infelizmente, se perdeu.

Margareth Coelho, moradora do bairro que assistiu também a todo esse movimento, relata: "O começo foi com muita luta, não foi no estalo de dedo assim não. Foi com

muita reunião, muita briga e muita insistência que tem hoje o Vale Verde". E Fatinha reitera: "só de reunião foram 02 anos. A mulher que faltasse 03 reuniões era cortada", ou seja, perdida a garantia de um terreno no loteamento. Sobre o empenho da Comissão para a concretização do loteamento, Balbina relembra:

Até em Brasília a Maria Euzébia nos levou, para um encontro junto com Biel, junto com os moços lá de Brasília. Até lá Maria Euzébia fez por onde a gente ir. Foi um ônibus de pessoas que moram aqui no Vale Verde que foi nessa viagem, reivindicar um lugar pra fazer suas casinhas e que por sua vez surgiu o Vale Verde.

A pedido das mulheres, a comissão contou ainda com a ajuda do Padre Átila e de irmãs da Igreja (Clarisse e Heloisa foram nomes lembrados pelas participantes do projeto) que auxiliavam o grupo nos encontros. Dona Isaura disse: "coladinha de mim, não tinha condições... quando chegava na hora da reunião, e nós arrumando cadeira. Ai eu agrupel o povo".

A Comissão tinha o papel de dialogar com o Poder Público, e juntamente com ele, estabelecer regras e diretrizes para o novo bairro, como por exemplo parâmetros construtivos, prazo para a execução da obra e, principalmente, reforçar que os mesmos deveriam ser direcionados à famílias carentes. Elas também relembram do momento do sorteio e Vera comenta: "eles tiveram que fazer sorteio pra gente não brigar, porque uns ia morar no morro. E aí fizeram sorteio".

Por tudo isso, não é possível falar do Vale Verde sem exaltar o trabalho incansável da Comissão de Moradia, liderada por dona Isaura, e sem reconhecer os frutos que essa ação coletiva e comunitária fez crescer. O movimento da Comissão de Moradia construiu uma sólida referência de engajamento social e solidariedade que se transformou em uma marca importante do bairro e de sua comunidade.

A Comissão das Mulheres!

A história da Comissão de Moradia é uma história de mulheres. E isso reflete a potência feminina como agente atuante e transformador. E, ainda, expressa a sensibilidade das mulheres em se unirem a partir de um senso de justiça, para fortalecer uma ação solidária, preocupada com o coletivo. Essa preocupação genuína tornou-se algo realmente muito marcante na vida do bairro com destaque para o engajamento de Maria Euzébia e Isaura que, como relataram as mulheres do projeto, sempre estiverem preocupadas com o próximo e sempre se mobilizaram para ajudar a comunidade como um todo.



Um dos bairros a partir da Rua Estrela, em Juiz de Fora, em 2023 | Arquivo do Instituto de Geografia UFMG

MUTIRÃO DA MENINADA

MOTIVAÇÃO

A importância do projeto social Mutirão da Meninada para a comunidade do Vale Verde é algo presente na narrativa de todas as mulheres participantes do ICMV. A inclusão dessa ação no Inventário reflete seu caráter amplo, que extrapola o projeto de assistência de social, e se torna uma identidade cultural do bairro, fortalecendo vínculos e relações de pertencimento através de práticas profundamente enraizadas nas experiências cotidianas do Vale Verde. As carências das comunidades periféricas são enfrentadas coletivamente, constituindo um arcabouço de ideias e ações criativas que permitem melhores condições de vida e caracterizam, assim, uma expressão da cultura local. O projeto Mutirão da Meninada é um exemplo desses movimentos que permeiam as periferias e, além de oferecer atividades às crianças, permite que as mulheres tenham uma rede de apoio segura e estruturada. E, ainda, valoriza a comunidade ao contar com diversas mulheres integrando sua equipe, que contribuem participando da cozinha, da organização e manutenção do espaço, dos cuidados com a horta e das atividades educacionais, atuando como professoras do Mutirão.

BREVE HISTÓRICO

Criado pela educadora Maria Helena Falcão (in memoriam), o projeto nasceu oferecendo reforço escolar e foi se ampliando até tornar-se uma importante entidade promotora de arte, educação e cultura para crianças e adolescentes do bairro, sendo registrada como Organização da Sociedade Civil (OSC). As mulheres contam que o projeto começou logo no início da formação do bairro quando a professora Maria Helena, sabendo das condições precárias do lugar, visitou o Vale Verde e se propôs a fazer um acompanhamento educacional.

Na medida em que o projeto foi tornando-se sólido, Maria Helena ampliou as atividades, incrementando-o com práticas culturais que envolviam teatro, música, capoeira, cultivo de hortas e passeios urbanos. Havia uma preocupação em recuperar tradições locais e ancestrais, através de oficinas de tambor, aulas de capoeira, plantio do Baobá e, especialmente, do projeto Folia de Livros referenciando a importante tradição da Folia de Reis do bairro.

No início, os encontros aconteciam nas varandas e terraços das casas das famílias, revezando entre vários locais até que Elizabeth Pinto da Silva (Beth) ofereceu o terraço de sua casa ao projeto e lá ficaram por muitos anos. A área era coberta e contava com pia e um banheiro. O projeto, no entanto, providenciou melhorias, como a instalação de um piso cerâmico, filtro de água e portão, e também equipou o espaço com mobiliários - como um armário que ainda está por lá.

Beth explica que Maria Helena atendia as crianças em dois turnos diferentes, e contava com o auxílio de outras professoras, como a Maria Inês que atuava bastante no início do projeto. Além disso, ela separava as crianças também por idade. "E, às vezes, quando tinha mais crianças, eles ficavam um pouco aqui, um pouco lá na frente, né? Separavam por causa da quantidade de crianças. A Maria Helena, a Maria Inês. É... No começo era mais a Maria Helena, a Maria Inês", explica Beth.

Juntas, promoviam diversas atividades educativas, utilizando livros, jogos, e aproveitavam os deveres escolares para auxiliar as crianças. Ela também recorda de outros importantes nomes que contribuíram com o projeto, como a participação de Giani, como professora de teatro. Um momento marcante do projeto foi o passeio à São João Del Rey para andar de Maria Fumaça, organizado pela Maria Helena. Ela também promovia anualmente encontros com as crianças, levando-as para sítios para passarem o dia e brincar.



Confirmação promovida pelo Mutirão em 2021 | Anjo do Azeite pessoal de Beth

Desde o ano de 2009, com o programa de teatro

Ingresso do domingo da casa da Beth, onde aconteciam atividades do projeto em 2021 | Projeto de teatro pessoal de Beth

Beth não soube precisar o ano em que o Mutirão passou a utilizar o espaço do seu terraço, mas reforçou que há 12 anos atrás Maria Helena já estava ali, atendendo as crianças. "Porque o bairro começou mais ou menos nos anos 2000. (...) Eu tenho a impressão que foi em 2009, 2010", ela lembrou. Maria Helena faleceu em outubro de 2021 e o projeto social continuou sua atuação com novas coordenações. Hoje ele é liderado por Maria Luíza Pires Ventura que, com a criação da Casa da Cidadania, conseguiu liberação para que o Mutirão pudesse utilizar a estrutura da edificação como sede.



Mutirão da Meninada

Em 2019, a comunidade do Vale Verde recebeu o Projeto Casa Nova (Vale Verde) com o objetivo de melhorar as condições de vida e promover o desenvolvimento social e econômico do bairro. O projeto foi liderado por Maria Luíza Pires Ventura e contou com a participação de diversas mulheres da comunidade. O projeto foi financiado pelo ICMV e teve como objetivo principal a melhoria das condições de vida e a promoção do desenvolvimento social e econômico do bairro.

Mutirão da Meninada

Passo a passo do Mutirão. Em 2019, a comunidade do Vale Verde recebeu o Projeto Casa Nova (Vale Verde) com o objetivo de melhorar as condições de vida e promover o desenvolvimento social e econômico do bairro. O projeto foi liderado por Maria Luíza Pires Ventura e contou com a participação de diversas mulheres da comunidade. O projeto foi financiado pelo ICMV e teve como objetivo principal a melhoria das condições de vida e a promoção do desenvolvimento social e econômico do bairro.

Mutirão da Meninada

Das 22, 23 de julho a 1 de agosto de 2019, a comunidade do Vale Verde recebeu o Projeto Casa Nova (Vale Verde) com o objetivo de melhorar as condições de vida e promover o desenvolvimento social e econômico do bairro. O projeto foi liderado por Maria Luíza Pires Ventura e contou com a participação de diversas mulheres da comunidade. O projeto foi financiado pelo ICMV e teve como objetivo principal a melhoria das condições de vida e a promoção do desenvolvimento social e econômico do bairro.

AGRADECIMENTOS E CELEBRANDO!

Das horas de alegria, fazer junto e SEM IVERRI

O MUTIRÃO DAS MULHERES!

Apesar de o projeto do Mutirão da Meninada ter nascido com o objetivo de oferecer atividades educacionais para as crianças, o olhar de Maria Helena sempre esteve voltado à família e, em especial, as mães e cuidadoras. Sobre isso, Beth reforça:

Aí, ela fazia esses passeios, depois começou com os passeios para as mães. Ah...O objetivo era não levar as crianças, que era o objetivo das mães descansarem. Só que tinha casas que não tinha como não levar as crianças. Pequeninhas, às vezes. E às vezes ia, por exemplo, a Cristiane com uma filha dela, que também já era mãe, mas aí tinha um pequenininho que não tinha como não levar. Então o objetivo maior era esse. Às vezes tinha gente que era avó, pegou a Dona Ivone, as mais antigas assim, ela tinha muito carinho por ela, sabe? Aí levava, entendeu?

Além disso, o Mutirão também sempre foi marcado como um movimento de mulheres, que ainda hoje compõem a maior parte da equipe atuando como coordenadoras, professoras, organizadoras, cozinheiras, e diversas outras atividades que o projeto demandava.

Para as mulheres do Vale Verde, atentas ao futuro das crianças, o projeto possibilita a partilha do cuidado com as crianças, e representa um lugar de segurança para as famílias que podem contar com as atividades extras oferecidas pelo Mutirão. As mulheres percebem que há um vínculo forte entre o território e o projeto, como afirma Fatinha quando diz que 'quem não passou no Mutirão, não é cria do Vale Verde'.

Elas também ressaltam a importância do projeto para manter a meninada fora das ruas e, conseqüentemente, longe dos conflitos urbanos, uma preocupação latente na vida de mulheres mães e cuidadoras. Monique diz:

Ah, eu já fui do Mutirão da Meninada, mas muito muitos anos atrás, quando a Maria Helena era líder. Aí a nossa geração foi crescendo, meu menino também já participou. Foi bom porque tirou um cado de menino da rua né, pra não entrar em caminhar errado. Graças a Deus.

O Mutirão, para as participantes do Inventário, vai além de uma ação social promotora de oportunidades, é um extensor do cuidado para fora do ambiente privado, garantindo coletivamente a sobrevivência material e imaterial das crianças, alimentando-as com nutrientes tanto quanto com saberes, cultura e arte. É lugar de criação de identidade e coesão do próprio Vale Verde, criando uma relação imbricada entre corpo e território. Por tudo isso, tornou-se um instrumento potente e fundamental para a vida das mulheres do Vale Verde.



PROJETO INVENTÁRIO CULTURAL DAS MULHERES DO VALE VERDE (ICMV)

Coordenação: Mariana Dominato Abrahão Cury
Coordenação local: Maria de Fátima Pinto da Silva (Fatinha)

Fotógrafas participantes:
Mariana Córrea e Castro
Marcella Calixto Siqueira

Edição do material gráfico: Mariana Dominato Abrahão Cury
Produção de textos e transcrições: Mariana Dominato Abrahão Cury
Realização das entrevistas: Mariana Dominato Abrahão Cury

Apoio local: Margaret Coelho

Acevsos:
Projeto ICMV
Elizabeth Pinto da Silva
Eva Aparecida da Silva
Igreja de São José Operário
Mária de Fátima Pinto da Silva
Folia de Reis do Dê
Mutirão da Meninada (perfis sociais de páginas virtuais)

Entrevistas:
Ana Maria de Matos Cerqueira
Balbina Barbosa dos Santos
Elizabeth Pinto da Silva
Eva Aparecida da Silva
Isaura Augusto do Nascimento de Paula (in memoriam)
Margareth Coelho
Maria Aparecida Otávio da Silva (Titã)
Mária de Fátima Pinto da Silva (Fatinha)
Maria Lúcia da Glória Pinto da Silva
Mária dos Santos Leãocevo
Norma Aparecida Candanda dos Santos
Silvania Fausto F. Almeida
Vera Maria da Silva

Referências bibliográficas:
HARVEY, David. *Cidades Rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana.*
- São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2014

KERN, Leslie. *Cidade Feminista. A luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens.*
- Rio de Janeiro: Ed. Oficina Raquel, 2021

LINKKE, Clarisse Cunha; TAVARES, Rossana Brandão. *Cidade do cuidado: De um urbanismo hegemônico para um urbanismo feminista, situado e transformador.*
- Revista Thesis, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 33-49, ago 2024

